

# TRILHAS DA INOVAÇÃO E O DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR



HELENA PORTES SAVA DE FARIAS

  
Editora

Helena Portes Sava de Farias  
Organizadora

TRILHAS DA INOVAÇÃO E O DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR

1ª Edição



Rio de Janeiro – RJ  
2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E60 Trilhas da inovação e o diálogo interdisciplinar [livro eletrônico] : /  
Organizadora Helena Portes Sava de Farias. – Rio de Janeiro, RJ:  
Epitaya, 2024.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-85-94431-27-1

1. Inovação. 2. Ensino superior – Pesquisa – Brasil. I. Farias,  
Helena Portes Sava de.

CDD501

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

Epitaya Propriedade Intelectual Editora Ltda  
Rio de Janeiro / RJ  
contato@epitaya.com.br  
<http://www.epitaya.com.br>

  
epitaya  
Editora

Helena Portes Sava de Farias  
Organizadora

TRILHAS DA INOVAÇÃO E O DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR



Rio de Janeiro – RJ  
2024

## **CONSELHO EDITORIAL**

EDITOR RESPONSÁVEL	Bruno Matos de Farias
ASSESSORIA EDITORIAL	Helena Portes Sava de Farias
ASSISTENTE EDITORIAL	Milene Cordeiro de Farias
MARKETING / DESIGN	Gercton Bernardo Coitinho
DIAGRAMAÇÃO/ CAPA	Bruno Matos de Farias
REVISÃO	Autores

---

## **COMITÊ CIENTÍFICO**

PESQUISADORES	Profa. Dr <sup>a</sup> Kátia Eliane Santos Avelar
	Profa. Dr <sup>a</sup> Fabiana Ferreira Koopmans
	Profa. Dr <sup>a</sup> Maria Lelita Xavier
	Profa. Dr <sup>a</sup> Eluana Borges Leitão de Figueiredo
	Profa. Dr <sup>a</sup> Pauline Balabuch
	Prof. Dr. Daniel da Silva Granadeiro
	Prof. Dr. Rômulo Terminelis da Silva

## APRESENTAÇÃO

Caro leitor,

É com grande satisfação que apresentamos este livro, "Trilhas da Inovação e Diálogo Interdisciplinar", uma coletânea de capítulos que reflete a diversidade e a profundidade do conhecimento humano em suas mais variadas expressões. Nestas páginas, convidamos você a embarcar em uma jornada intelectual por caminhos pouco explorados, mas repletos de significado e potencial transformador.

Cada capítulo deste livro é como uma trilha única, delineada por pesquisadores, profissionais e pensadores comprometidos em expandir os horizontes do saber. Ao longo de suas páginas, você encontrará uma variedade de temas que abrangem desde a saúde e a educação até questões sociais, jurídicas e tecnológicas. Essa diversidade reflete a complexidade da experiência humana e a necessidade de uma abordagem interdisciplinar para compreendê-la plenamente.

Destacamos aqui alguns dos destaques e reflexões que você encontrará ao longo deste livro:

No Capítulo 1, mergulhamos na importância da atenção do enfermeiro no cuidado paliativo ao paciente oncológico, destacando a importância do cuidado holístico e compassivo em momentos de vulnerabilidade extrema.

O Capítulo 2 nos convida a uma reflexão sobre as diversas facetas da sexualidade, através da análise do filme "Será Que Ele É?" de Frank Oz, explorando questões de identidade, orientação sexual e diversidade.

No Capítulo 3, discutimos como a inteligência artificial está otimizando práticas médicas, especialmente no campo da anatomia humana, revelando novas possibilidades e desafios éticos.

Os Capítulos 4, 5 e 6 abordam questões cruciais no campo da educação, desde as dificuldades de aprendizagem nos anos finais do ensino fundamental até a necessidade de políticas educacionais voltadas para a cidadania e os direitos humanos.

O Capítulo 7 destaca a importância da integração da arte, especificamente a Zumba, como uma linguagem artística no ensino fundamental, promovendo saúde e bem-estar de forma lúdica e acessível.

No Capítulo 10, adentramos no campo das iniciativas judiciais do contribuinte na defesa de direitos em matéria tributária, refletindo sobre os desafios do sistema judiciário e a busca por uma maior justiça fiscal.

Os Capítulos 13 e 14 destacam a urgência da conscientização e educação de gênero como estratégias fundamentais para combater o feminicídio, ressaltando a importância da igualdade de gênero e do respeito pelos direitos das mulheres.

O Capítulo 15 nos leva a uma comunidade ribeirinha, explorando as estratégias e desafios na implementação de ações de saúde, ressaltando a

importância da atenção primária e da promoção da saúde em contextos específicos.

No Capítulo 16, discutimos os fundamentos da psicopedagogia institucional em parceria com a psicologia escolar e educacional, enfatizando a importância da prevenção e intervenção nos problemas de aprendizagem.

Por fim, no Capítulo 17 e 18, refletimos sobre a importância do aprendizado prático de suporte básico de vida para estudantes de medicina, destacando o impacto positivo na prestação de cuidados de saúde. Além do estudo sobre a Psicologia da Educação no cenário pós-pandemia ser de extrema relevância devido aos impactos causados pelo COVID-19 na educação.

Ao concluir esta apresentação, convidamos você a embarcar nesta jornada por trilhas de inovação e diálogo interdisciplinar. Que este livro não seja apenas uma leitura, mas sim um convite à reflexão, ao questionamento e à ação. Que ele inspire novas ideias, promova novos diálogos e, acima de tudo, contribua para a construção de um mundo mais justo, inclusivo e sustentável.

Agradecemos a sua companhia nesta jornada e esperamos que este livro seja uma fonte de aprendizado e inspiração para você, assim como tem sido para nós.

Boa leitura!

**Profa. MSc. Helena Portes Sava de Farias**

*Mestre em Desenvolvimento Local  
Editora Executiva Epitaya*

## SUMÁRIO

<i>Capítulo 1</i> .....	09
ATENÇÃO DO ENFERMEIRO NO CUIDADO PALIATIVO AO PACIENTE ONCOLÓGICO	
<i>Bruno Ramos Cordeiro; Jéssyca Vasconcelos Medeiros; Juliana Magalhães dos Santos; Marcela Sobral Ribeiro; Roberta Kele Ribeiro Ferreira</i>	
<i>Capítulo 2</i> .....	23
CONTROVÉRSIAS DAS SEXUALIDADES: UMA ANÁLISE SOBRE O FILME “SERÁ QUE ELE É?” DE FRANK OZ.	
<i>José Wellington de Jesus</i>	
<i>Capítulo 3</i> .....	35
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL OTIMIZANDO PRÁTICAS MÉDICAS COM ENFOQUE NA ANATOMIA HUMANA	
<i>Helena Rocha Abadia; Karolaine Sousa da Silva; Matheus Guilherme Duarte Rocha; Marcia Guelma Santos Belfort; Suellen Alves de Azevedo; Marcos Jean Araújo de Sousa</i>	
<i>Capítulo 4</i> .....	49
DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DE LEITURA E ESCRITA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Angeliana Lima Hachimoto</i>	
<i>Capítulo 5</i> .....	65
POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO: UMA DISCUSSÃO SOBRE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	
<i>Alan Lima Gomes</i>	
<i>Capítulo 6</i> .....	75
ENSINO FUNDAMENTAL E A BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM NACIONAL: AS CONTRADIÇÕES DO ENSINO E APRENDIZAGEM DA CIDADANIA	
<i>Mateus Augusto Lima Ribeiro</i>	
<i>Capítulo 7</i> .....	85
QUANDO A ARTE ENCONTRA A SAÚDE: A ZUMBA COMO LINGUAGEM ARTISTÍSTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Andreza da Mota Souza</i>	
<i>Capítulo 8</i> .....	95
PSICODRAMA E SUAS INTERVENÇÕES NO CONTEXTO ESCOLAR	
<i>Andreza da Mota Souza</i>	
<i>Capítulo 9</i> .....	103
CULTURA POPULAR: ESCRITORES REGIONAIS DE RORAIMA	
<i>Walter Machado de Amorim</i>	

<i>Capítulo 10</i> .....	111
INICIATIVAS JUDICIAIS DO CONTRIBUINTE NA DEFESA DE DIREITO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA <i>Alexandre Duarte Quintans</i>	
<i>Capítulo 11</i> .....	127
USO DO SOFTWARE GEOGEBRA PARA O ENSINO DE MATEMÁTICA: ANÁLISE DE ARTIGOS SOBRE A APLICAÇÃO EM SALA DE AULA <i>Thales Allan Santos da Cruz</i>	
<i>Capítulo 12</i> .....	145
A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) E OS AMPAROS LEGAIS NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO <i>Ramom Souza da Silva; Letícia Corrêa Alves; Rian Lopes Caldas; Thaís de Fátima Fernandes da Silva; Joyce Kelle de Oliveira Nogueira; Jhonny Macedo</i>	
<i>Capítulo 13</i> .....	157
A NECESSIDADE DE CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE GÊNERO COMO ESTRATÉGIAS FUNDAMENTAIS PARA COMBATER O FEMINICÍDIO <i>Marco Antonio Diniz Silva</i>	
<i>Capítulo 14</i> .....	171
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A INTERDISCIPLINARIDADE: PODEM CONSTITUIR- SE EM INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PRATICADA NOS ESPAÇOS EDUCACIONAIS <i>Ana Cláudia dos Santos Ferreira; Ana kyssia Ferreira Filatoff</i>	
<i>Capítulo 15</i> .....	203
AÇÃO EM SAÚDE EM UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA <i>Eduarda Lisboa Vanderley; Laiza Souza Costa; Julia Borges Rossy; Julia Maria Lisboa Alves; Gisele Vieira; Flávia da Silva e Silva Matos</i>	
<i>Capítulo 16</i> .....	207
FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS TEÓRICOS DA PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL EM PARCERIA COM A PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL: PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO DOS PROBLEMAS E DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM <i>Fernando Pereira dos Santos Barbosa</i>	
<i>Capítulo 17</i> .....	223
APRENDIZADO PRÁTICO DE SUPORTE BÁSICO DE VIDA EM ESTUDANTES DE MEDICINA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA <i>Artur Gabriel Arruda Pinto; Gabriel Henrique Pires da Costa; Kaillanny Kettly Melo Freitas; Michael Douglas da Silva; Maronilson Soares Leite; Allyssandra Maria Lima Rodrigues Maia</i>	
<i>Capítulo 18</i> .....	225
O PAPEL DA PSICOLOGIA ESCOLAR NA REALIDADE PÓS-PANDEMIA: ARTICULANDO SOBRE O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM E O DESENVOLVIMENTO SOCIOEMOCIONAL <i>Bruna Lessa da Silva</i>	

## CAPÍTULO 1

### ATENÇÃO DO ENFERMEIRO NO CUIDADO PALIATIVO AO PACIENTE ONCOLÓGICO

**Bruno Ramos Cordeiro**

Enfermeiro formado pelo Centro Universitário Augusto Motta, UNISUAM.  
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

**Jéssyca Vasconcelos Medeiros**

Enfermeira formada pelo Centro Universitário Augusto Motta, UNISUAM.  
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

**Juliana Magalhães dos Santos**

Enfermeira formada pelo Centro Universitário Augusto Motta, UNISUAM.  
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

**Marcela Sobral Ribeiro**

Enfermeira formada pelo Centro Universitário Augusto Motta, UNISUAM.  
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

**Roberta Kele Ribeiro Ferreira**

Enfermeira. Mestre em Educação, Gestão e Difusão em Biociências.  
Especialista em Terapia Intensiva.  
Docente do Centro Universitário Augusto Motta,  
UNISUAM, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

---

### RESUMO

O profissional enfermeiro desempenha um papel fundamental nos cuidados paliativos ao paciente oncológico, atuando de forma multidisciplinar e proporcionando uma assistência individualizada. A presença do enfermeiro nesse contexto é essencial para garantir uma assistência de qualidade e humanizada ao paciente em cuidados paliativo. **Objetivo:** Descrever a importância da atuação do profissional enfermeiro nos cuidados paliativos frente ao paciente oncológico. **Metodologia:** O presente estudo trata-se de uma revisão de literatura, classificada como um método de pesquisa qualitativa. A busca foi realizada através da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) nas bases de dados *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde* (LILACS) e *Base de dados de Enfermagem* (BDENF) e *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), através dos descritores: “Cuidados paliativos”, “Enfermagem”, “Assistência de Enfermagem”, “Oncologia” e “Família”. Como critérios de inclusão foram selecionados artigos científicos completos online, disponíveis nos idiomas português, inglês e espanhol publicados entre os anos de 2019 a 2023, com vistas a identificar as

evidências da temática em questão. **Resultados:** Foram selecionados 12 artigos para discussão através das 3 categorias elencadas: “Avaliação e manejo de sintomas em cuidados paliativos”, “As principais intervenções de enfermagem para prevenção e tratamento de complicações em pacientes com câncer” e “A importância da Educação Continuada para os profissionais de Enfermagem”. **Conclusão** Através de uma comunicação efetiva, um cuidado individualizado, a colaboração interprofissional e a busca pela educação continuada, os enfermeiros podem oferecer um suporte abrangente, compassivo e holístico aos pacientes e suas famílias nessa fase delicada da jornada oncológica.

**Palavras-chave:** Cuidados paliativos, Enfermagem, Assistência de Enfermagem, Oncologia e Família.

## **INTRODUÇÃO**

O câncer é uma doença complexa com mais de 100 tipos, caracterizada pelo crescimento desordenado das células e invasão de tecidos (BRASIL, 2021). Carcinomas e sarcomas são os principais tipos, diferenciados por sua origem e características (BRASIL, 2020).

De acordo com os dados do Piekny et al. (2020), estima-se que em 2020 - 2022 ocorrerão cerca de 625 mil novos casos de câncer, tendo crescimento para os casos de câncer não melanoma (177 mil), seguido pelos cânceres de mama e próstata (66mil), estômago (21 mil), pulmão (30 mil), cólon e reto (41 mil).

Considerando a complexidade do tratamento, a evolução da doença e o prognóstico, nota-se que muitos pacientes poderão necessitar de tratamento, inclusive, por meio de cuidados paliativos. Assim o enfermeiro busca realizar intervenções visando o bem-estar físico e mental do paciente terminal, seja cuidado básicos, desde o alívio da dor a suas necessidades humanas (PIEKNY et al., 2020).

Com isso o Brasil (2021), define que:

a partir do momento do diagnóstico até a fase terminal é necessário que comece a implantação dos cuidados paliativos, pois este é um cuidado de saúde ativo e integral que são prestados à pessoa com doença grave, progressiva e que ameaça a continuidade de sua vida.

Dessa forma a proposta de cuidados paliativos está ligada a um cuidado diferente, que objetiva aperfeiçoar a qualidade de vida do paciente oncológico junto aos seus familiares, proporcionando a prevenção e alívio da dor e do sofrimento associados ao controle de sinais e sintomas vinculados ao suporte psicossocial e espiritual de cada paciente. Assim o papel do cuidador “é cuidar” de um familiar ou de um paciente que necessite de tal atenção, com isso é fundamental a importância da participação de toda

trajetória do tratamento para enfrentamento de todas as dificuldades (MENEQUINS et al., 2018).

Cenzi e Ogradowski (2022), afirmam que:

o enfermeiro é o profissional que tem um constante contato com o paciente, pensado nisso deve se proporcionar o cuidado holístico englobando práticas integrativas e complementares que atuam na promoção do bem-estar melhorando a qualidade de vida e promovendo a redução dos efeitos colaterais da quimioterapia, assim como outros sintomas angustiantes com exemplo a dor, ansiedade e o estresse.

Marques (2018) ressalta que os princípios como pontos considerados fundamentais no cuidado paliativo são:

Fornecer alívio para dor e outros sintomas, integrar os aspectos psicológicos, sociais, oferecendo um sistema de apoio para ajudar a família a lidar com a doença do paciente, em seu próprio ambiente. Além disso, utilizar uma abordagem interdisciplinar para acessar necessidades clínicas e psicossociais dos pacientes e suas famílias, incluindo aconselhamento e suporte ao luto (MARQUES, 2018).

O dia a dia do paciente oncológico é exaustivo, e a não aceitação da doença, muito comum a todos os pacientes, dificulta a assistência e o cuidado a ser prestado ao paciente, pois envolve o sofrimento de todos envolvidos: o paciente que sofre a cada etapa, os familiares que o acompanham e o profissional que participa cuidando (SOUSA et al., 2021).

Uma forma facilitadora de enfrentar este sofrimento e fortalecer a tríade profissional – paciente - família que é um elo que se desenvolve através da comunicação interpessoal facilitando que a equipe interdisciplinar exerça funções que melhoram a qualidade de vida do paciente e de seus familiares, pois vários aspectos serão atendidos desde os físicos até os espirituais de forma holística contribuindo para que haja um alívio maior nos sintomas e no desconforto ocasionado pela doença (ARAÚJO et al., 2020).

A comunicação e vista como uma das principais ferramentas utilizadas pelo enfermeiro ao cuidar de um paciente oncológico em fase terminal, devido sua importância para a promoção dos cuidados paliativos. O enfermeiro reconhece a dignidade que é chegar ao destino final, isso envolve um processo de muito respeito às condições e às opiniões do paciente. Reconhecem ainda a importância de um cuidado humanizado, que seja trabalhado de forma multidisciplinar, priorizando a qualidade de vida, o conforto, a diminuição da dor e a interação com a família (SOUSA et al., 2021).

Diante do exposto, objeto de pesquisa será a atuação do enfermeiro nos cuidados paliativos ao paciente oncológico. Tratando-se o objetivo geral do presente estudo iremos descrever a importância da atuação do profissional enfermeiro nos cuidados paliativos frente ao paciente oncológico. Deste mesmo modo, nos objetivos específicos iremos analisar sobre os desafios e potencialidades da enfermagem nos cuidados paliativos; discutir a importância da assistência de enfermagem humanizada aos familiares dos pacientes em cuidados paliativos.

A atenção do enfermeiro no cuidado paliativo ao paciente oncológico está diretamente relacionada a melhores resultados clínicos e qualidade de vida, devido à sua capacidade de promover uma abordagem holística, oferecer suporte emocional, gerenciar efetivamente os sintomas e coordenar o cuidado interdisciplinar. Nessas condições, qual a importância do enfermeiro nos cuidados paliativos em pacientes com câncer?

Considerando que o cuidado paliativo é uma abordagem que visa aliviar o sofrimento dos pacientes que enfrentam doenças graves e avançadas, e o câncer é uma das principais causas de mortes em todo o mundo, a atenção do enfermeiro no cuidado paliativo ao paciente oncológico é fundamental para garantir que esses pacientes recebam os cuidados necessários para enfrentar sua condição de forma mais confortável e digna.

No entanto, muitas vezes a atenção do enfermeiro no cuidado paliativo ao paciente oncológico é negligenciada ou subestimada, tanto pelos profissionais de saúde quanto pelos próprios pacientes e familiares. Isso pode ocorrer devido a uma falta de conhecimento sobre o que é cuidado paliativo, uma falta de recursos e capacitação para os profissionais de saúde, ou uma cultura que valoriza a cura acima do cuidado paliativo. (PIEKNY et al., 2020).

Entendemos que essa falta de atenção pode levar a pacientes que sofrem desnecessariamente, sem o suporte e a assistência necessários para aliviar seus sintomas e melhorar sua qualidade de vida. Além disso, a falta de atenção também pode afetar negativamente a saúde mental e emocional dos pacientes e seus familiares, que podem se sentir isolados e abandonados.

Portanto, é importante falar sobre a atenção do enfermeiro no cuidado paliativo ao paciente oncológico para conscientizar a população sobre a importância dessa abordagem, destacar o papel fundamental do enfermeiro nesse cuidado, e promover a capacitação e o acesso a recursos necessários

para oferecer cuidados paliativos de qualidade a todos que precisam.

## **2. METODOLOGIA**

O presente estudo trata-se de uma revisão de literatura, classificada como um método de pesquisa qualitativa. A revisão de literatura é uma ferramenta fundamental para a enfermagem, pois permite a identificação e síntese dos conhecimentos científicos já produzidos sobre determinado tema. (GIL, 2002).

Através da revisão de literatura, é possível identificar lacunas na literatura, consolidar evidências e avançar na prática baseada em evidências. Além disso, a revisão de literatura pode ser utilizada para o desenvolvimento de teorias e conceitos da enfermagem, uma vez que permite a identificação de padrões e tendências na literatura científica (GIL, 2002).

A segunda etapa do estudo pautou-se na busca na literatura baseando-se em informações importantes que respondesse a pergunta, sendo necessário para o desenvolvimento desta a definição das fontes de dados onde a busca seria realizada. Logo, informa-se que foi realizado um levantamento na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) nas bases de dados *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS)* e *Base de dados de Enfermagem (BDENF)* e *Scientific Electronic Library Online (SCIELO)*.

A terceira etapa consistiu na coleta organização dos dados, por intermédio de estratégias de busca, sendo adotado para este estudo a utilização de descritores e palavras-chave associadas aos operadores booleanos “AND”, através dos descritores: “Cuidados paliativos”, “Enfermagem”, “Assistência de Enfermagem”, “Oncologia” e “Família”.

A quarta etapa foi o momento que aplicamos os critérios de inclusão e exclusão, onde os critérios de inclusão foram selecionados: artigos científicos completos online, disponíveis nos idiomas português, inglês e espanhol publicados entre os anos de 2018 a 2023, com vistas a identificar as evidências da temática em questão. E como critérios de exclusão foram considerados: artigos incompletos e que não responderam ao objetivo do estudo e estudos repetidos nas bases de dados. A quinta etapa esta relacionado a análise dos dados selecionados e a sexta etapa por fim foi o momento de construção da síntese dos resultados.

### 3. RESULTADOS

**Quadro 1 – Distribuição e apresentação dos estudos.**

Nº	Título	Autores	Ano de Publicação	Periódico	Base
1	A atuação do enfermeiro na equipe multiprofissional em cuidados paliativos	Góes, J. C. S. et al.	2018	Revista de Enfermagem UFPE On Line	BDENF
2	A importância do enfermeiro na equipe multidisciplinar de cuidados paliativos	Silveira, J. C. S. et al.	2018	Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro	SCIELO
3	O papel do enfermeiro na	Martins, L. et al.	2018	Revista Cogitare	SCIELO

	assistência ao paciente com câncer em cuidados paliativos			Enfermagem	
4	A importância do enfermeiro na assistência ao paciente com câncer em cuidados paliativos: revisão integrativa	Silva, T. C. et al.	2019	Revista de Enfermagem UFPE On Line	BDENF
5	O papel do enfermeiro na equipe de cuidados paliativos: revisão integrativa	Gomes, C. M. et al.	2019	Revista Brasileira de Enfermagem	BDENF
6	Competências do enfermeiro em cuidados paliativos: revisão integrativa da literatura	Campos, D. S. et al.	2019	Revista Brasileira de Enfermagem	BDENF
7	Competências do enfermeiro em cuidados paliativos: revisão sistemática da literatura	Santos, J. C. et al.	2019	Revista de Enfermagem da UFSM	SCIELO
8	A atuação do enfermeiro na equipe de cuidados paliativos: revisão integrativa da literatura	Oliveira, E. M. et al.	2020	Revista Cogitare Enfermagem	SCIELO
9	O papel do enfermeiro na assistência ao paciente com câncer em cuidados paliativos: revisão integrativa da literatura	Moraes, C. R. et al.	2020	Revista Brasileira de Enfermagem	BDENF
10	O papel do enfermeiro na	Castro, C. M. et al.	2020	Revista Brasileira de	LILACS

	equipe multiprofissional de cuidados paliativos: uma revisão integrativa da literatura			Cancerologia	
11	A importância do enfermeiro na assistência ao paciente em cuidados paliativos no domicílio: revisão integrativa	Pereira, L. C. et al.	2021	Revista Cogitare Enfermagem	SCIELO
12	O enfermeiro e sua importância na assistência ao paciente em cuidados paliativos: revisão integrativa	Gomes, C. M. et al.	2021	Revista de Enfermagem Referência	LILACS

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Com base nos 12 artigos selecionados, foi realizada a categorização dos dados, sendo elas: “Avaliação e manejo de sintomas em cuidados paliativos”, “As principais intervenções de enfermagem para prevenção e tratamento de complicações em pacientes com câncer” e “A importância da Educação Continuada para os profissionais de Enfermagem”.

### 3.1 Avaliação e manejo de sintomas em cuidados paliativos

Os cuidados paliativos são uma abordagem essencial no cuidado de pacientes com doenças graves e progressivas, com o objetivo de melhorar sua qualidade de vida, aliviar sintomas e oferecer suporte emocional. Nesse contexto, o enfermeiro desempenha um papel fundamental na equipe multidisciplinar, trazendo competências específicas e conhecimentos técnicos que contribuem para a avaliação e manejo adequado dos sintomas.

A atuação do enfermeiro em cuidados paliativos é abordada em vários estudos. Segundo Góes et al. (2018), o enfermeiro tem um papel de destaque na equipe multiprofissional, atuando na avaliação e controle dos sintomas, planejamento e execução dos cuidados, além de oferecer suporte emocional aos pacientes e suas famílias. A presença do enfermeiro é crucial para garantir uma assistência humanizada e integral.

Silveira et al. (2018) destacam a importância do enfermeiro na equipe multidisciplinar de cuidados paliativos, ressaltando sua capacidade de identificar e avaliar os sintomas dos pacientes, utilizando escalas e instrumentos específicos. O enfermeiro também desempenha um papel

fundamental na implementação de medidas de alívio dos sintomas, como administração de medicamentos e terapias não farmacológicas.

No contexto do câncer em cuidados paliativos, Martins et al. (2018) e Silva et al. (2019) discutem o papel do enfermeiro na assistência a esses pacientes. Eles enfatizam a importância do enfermeiro na avaliação dos sintomas relacionados ao câncer, como dor, fadiga e náuseas, bem como na implementação de intervenções adequadas para o seu controle, visando o bem-estar dos pacientes.

Os estudos de Gomes et al. (2019) e Santos et al. (2019) abordam as competências do enfermeiro em cuidados paliativos. Eles destacam a necessidade de o enfermeiro possuir conhecimentos específicos sobre o manejo de sintomas, comunicação efetiva, cuidados de higiene, ética e suporte emocional. Essas competências são essenciais para proporcionar uma assistência de qualidade aos pacientes e suas famílias.

Além disso, Oliveira et al. (2020), Moraes et al. (2020) e Castro et al. (2020) discutem a atuação do enfermeiro na equipe de cuidados paliativos, reforçando sua contribuição na avaliação e manejo dos sintomas, no planejamento e execução dos cuidados, bem como na promoção do autocuidado e suporte aos familiares.

A importância do enfermeiro na assistência ao paciente em cuidados paliativos no domicílio é abordada por Pereira et al. (2021). Eles ressaltam que o enfermeiro desempenha um papel crucial na avaliação dos sintomas em um ambiente domiciliar, adaptando as intervenções de acordo com as necessidades do paciente e fornecendo suporte contínuo.

Os estudos dos autores mencionados destacam a relevância do enfermeiro na avaliação e manejo de sintomas em cuidados paliativos. Sua atuação é fundamental para garantir uma assistência integral e humanizada aos pacientes, aliviando sintomas, oferecendo suporte emocional e promovendo o bem-estar durante todo o processo de cuidado. O enfermeiro, integrado em uma equipe multidisciplinar, desempenha um papel central na melhoria da qualidade de vida dos pacientes em cuidados paliativos.

### **3.2 As principais intervenções de enfermagem para prevenção e tratamento de complicações em pacientes com câncer**

A assistência de enfermagem em cuidados paliativos é de extrema importância para prevenir e tratar complicações em pacientes com câncer. Com base nas revisões integrativas e sistemáticas dos autores mencionados, podemos identificar as principais intervenções de enfermagem voltadas para esse objetivo.

Inicialmente, o enfermeiro realiza uma avaliação sistemática dos pacientes com câncer em cuidados paliativos, identificando fatores de risco, sinais precoces de complicações e necessidades específicas de cuidado. Além disso, o enfermeiro desempenha um papel fundamental ao fornecer educação e orientação aos pacientes e seus familiares, oferecendo

informações detalhadas sobre o câncer, tratamentos, complicações potenciais e estratégias de prevenção. Essa educação é crucial para promover o autocuidado e ajudar na tomada de decisões informadas (PEREIRA et al., 2021)

O monitoramento regular dos sinais vitais é outra intervenção essencial realizada pelo enfermeiro, permitindo a detecção precoce de alterações que podem indicar complicações. Além disso, o controle de sintomas é uma área de atuação de extrema importância. O enfermeiro desempenha um papel ativo no alívio de sintomas como dor, fadiga, náuseas e vômitos, utilizando uma abordagem integrada que envolve a administração adequada de medicamentos, o uso de terapias não farmacológicas e a implementação de estratégias de alívio dos sintomas (SILVEIRA et al., 2018).

A prevenção de infecções é outra intervenção primordial realizada pelo enfermeiro. Isso inclui a educação dos pacientes sobre a importância da higiene adequada, o monitoramento de sinais de infecção e a implementação de precauções de controle de infecção, visando reduzir o risco de complicações infecciosas (CAMPOS et al., 2019)

No âmbito dos cuidados de feridas, o enfermeiro desempenha um papel crucial na avaliação e tratamento adequados. Isso envolve a utilização de curativos apropriados, técnicas de posicionamento adequadas e orientações sobre os cuidados com a pele, visando prevenir e tratar complicações relacionadas a feridas, como úlceras de pressão ou feridas cirúrgicas (CASTRO et al., 2020).

Além disso, o enfermeiro fornece suporte emocional tanto para os pacientes quanto para seus familiares. A escuta ativa, o apoio psicossocial, a facilitação do compartilhamento de sentimentos e a identificação de recursos de apoio são aspectos essenciais da assistência prestada pelo enfermeiro (CASTRO et al., 2020).

É importante destacar que as intervenções de enfermagem para prevenção e tratamento de complicações em pacientes com câncer em cuidados paliativos são individualizadas e baseadas nas necessidades e preferências de cada paciente. A colaboração com outros profissionais de saúde também é fundamental, garantindo uma assistência abrangente e de qualidade (MORAES et al., 2020).

As intervenções de enfermagem mencionadas contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos pacientes com câncer em cuidados paliativos. Por meio da prevenção e tratamento de complicações, alívio de sintomas, educação, suporte emocional e cuidados integrados, o enfermeiro desempenha um papel fundamental nessa equipe multidisciplinar, proporcionando conforto e bem-estar aos pacientes nessa fase delicada da doença.

### **3.3 A importância da Educação Continuada para os profissionais de Enfermagem**

A atuação do enfermeiro na equipe multiprofissional em cuidados paliativos, conforme abordada por Góes et al. (2018) e Silveira et al. (2018), destaca a necessidade de uma formação contínua e atualizada dos enfermeiros nessa área específica. Essa formação contínua é fundamental para que os profissionais possam oferecer um cuidado de qualidade aos pacientes em cuidados paliativos.

A Educação Continuada desempenha um papel crucial na atualização dos conhecimentos e no aprimoramento das competências dos enfermeiros. Através dela, os profissionais têm acesso a novas evidências científicas, avanços tecnológicos, melhores práticas de cuidado e abordagens terapêuticas atualizadas, o que lhes permite oferecer um cuidado mais efetivo e seguro aos pacientes com câncer em cuidados paliativos.

As revisões integrativas e sistemáticas realizadas por Silva et al. (2019), Gomes et al. (2019), Campos et al. (2019), Santos et al. (2019), Oliveira et al. (2020), Moraes et al. (2020), Castro et al. (2020), Pereira et al. (2021) e Gomes et al. (2021) destacam a importância do enfermeiro adquirir competências específicas em cuidados paliativos. A Educação Continuada permite que os enfermeiros desenvolvam essas competências, como habilidades de comunicação, manejo de sintomas, cuidados de feridas, suporte emocional, entre outros, para fornecer um cuidado holístico e de qualidade aos pacientes e suas famílias.

Além disso, a Educação Continuada auxilia os enfermeiros a se manterem atualizados em relação às diretrizes, políticas e protocolos de cuidados paliativos, bem como a se familiarizarem com as mais recentes evidências científicas e avanços tecnológicos. Isso contribui para a promoção de uma prática baseada em evidências, garantindo que os enfermeiros estejam atualizados em relação às melhores práticas e padrões de cuidado (OLIVEIRA et al., 2020).

Outro aspecto importante da Educação Continuada é o fortalecimento da autonomia e da liderança dos enfermeiros. Através do desenvolvimento de competências adicionais e da ampliação de seus conhecimentos, os enfermeiros se tornam mais confiantes em sua prática e são capazes de desempenhar um papel mais ativo na equipe multidisciplinar de cuidados paliativos. Isso resulta em uma melhor colaboração interprofissional, melhorias nos resultados de saúde dos pacientes e uma maior satisfação profissional (CAMPOS et al., 2019).

Portanto, a Educação Continuada é essencial para os profissionais de Enfermagem que atuam em cuidados paliativos. Ela contribui para a atualização de conhecimentos, o desenvolvimento de competências específicas, a prática baseada em evidências, a liderança e a melhoria contínua da qualidade do cuidado oferecido aos pacientes com câncer em cuidados paliativos. Investir na educação dos enfermeiros é investir na excelência do cuidado e na promoção de uma assistência integral e humanizada.

#### **4. CONCLUSÃO**

A atenção do enfermeiro no cuidado paliativo ao paciente oncológico é crucial para uma assistência de qualidade, centrada no paciente e sua família. O enfermeiro desempenha um papel fundamental na equipe multiprofissional, abrangendo competências desde o alívio de sintomas físicos até o suporte emocional e espiritual. Ele atua como elo importante entre o paciente, a família e outros profissionais de saúde, contribuindo para a coordenação e integração do cuidado.

Um aspecto destacado pelos estudos é a importância da comunicação efetiva no cuidado paliativo. O enfermeiro deve desenvolver habilidades de comunicação empática, buscando estabelecer uma relação de confiança com o paciente e sua família. A escuta ativa, a oferta de informações claras e o respeito às preferências individuais são essenciais para garantir uma abordagem personalizada e satisfatória.

A individualização do cuidado é outra consideração relevante. Cada paciente oncológico em cuidados paliativos é único, com necessidades específicas que devem ser consideradas. O enfermeiro deve ser capaz de adaptar sua prática, levando em conta as necessidades físicas, emocionais e espirituais de cada paciente. A abordagem centrada no paciente é essencial para garantir um cuidado abrangente e de qualidade.

Além disso, a colaboração interprofissional é imprescindível no contexto dos cuidados paliativos. O enfermeiro deve trabalhar em equipe com médicos, psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais, buscando a integração de conhecimentos e experiências. A troca de informações e a colaboração entre os membros da equipe contribuem para uma assistência mais completa e eficaz.

Por fim, destaca-se a importância da educação continuada para os enfermeiros que atuam em cuidados paliativos. O campo da oncologia e cuidados paliativos está em constante evolução, e é essencial que os

profissionais de enfermagem se mantenham atualizados em relação aos avanços científicos e práticas baseadas em evidências. A busca pela educação continuada fortalece o conhecimento e as habilidades dos enfermeiros, proporcionando um cuidado de excelência aos pacientes.

Em síntese, a atenção do enfermeiro no cuidado paliativo ao paciente oncológico desempenha um papel vital na promoção do bem-estar e na melhoria da qualidade de vida. Através de uma comunicação efetiva, um cuidado individualizado, a colaboração interprofissional e a busca pela educação continuada, os enfermeiros podem oferecer um suporte abrangente, compassivo e holístico aos pacientes e suas famílias nessa fase delicada da jornada oncológica.

## **REFERÊNCIAS**

ARAÚJO LG, et al. Cuidados paliativos em pacientes oncológicos: uma abordagem do conhecimento dos enfermeiros. Revista Eletrônica Acervo Saúde, 2020; 12(11):e4663

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER (INCA). O que é câncer?2020. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/o-que-e-cancer>. Acessado em: 10 de Abril de 2023.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER (INCA). O que são os Cuidados Paliativos? 2021. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/tratamento/cuidados-paliativos>. Acessado em: 10 de Abril de 2023.

CAMPOS, D. S. et al. Competências do enfermeiro em cuidados paliativos: revisão integrativa da literatura. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 72, n. 4, p. 1064-1075, 2019. BDENF.

CENZI ALC, OGRADOWSKI KRP. Relevância do conhecimento da enfermagem acerca das práticas integrativas e complementares no cuidado paliativo: revisão integrativa. Esp. Saúde, 2022; 23: e806

GÓES, J. C. S. et al. A atuação do enfermeiro na equipe multiprofissional em cuidados paliativos. Revista de Enfermagem UFPE On Line, v. 12, n. 5, p. 1382-1390, 2018. BDENF.

GOMES, C. M. et al. O enfermeiro e sua importância na assistência ao paciente em cuidados paliativos: revisão integrativa. *Revista de Enfermagem Referência*, v. 5, n. 23, p. 109-118, 2021. LILACS.

GOMES, C. M. et al. O papel do enfermeiro na equipe de cuidados paliativos: revisão integrativa. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 72, n. 6, p. 1672-1681, 2019. BDEF.

MARQUES A. Cuidados Paliativos em Pacientes Oncológicos. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo d Conhecimento*. 2018; 03(06-05):79-94

MARTINS, L. et al. O papel do enfermeiro na assistência ao paciente com câncer em cuidados paliativos. *Revista Cogitare Enfermagem*, v. 23, e50250, 2018. SCIELO.

MORAES, C. R. et al. O papel do enfermeiro na assistência ao paciente com câncer em cuidados paliativos: revisão integrativa da literatura. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 73, n. 3, p. e20170710, 2020. BDEF.

OLIVEIRA, E. M. et al. A atuação do enfermeiro na equipe de cuidados paliativos: revisão integrativa da literatura. *Revista Cogitare Enfermagem*, v. 25, e62168, 2020. SCIELO.

PEREIRA, L. C. et al. A importância do enfermeiro na assistência ao paciente em cuidados paliativos no domicílio: revisão integrativa. *Revista Cogitare Enfermagem*, v. 26, e76815, 2021. SCIELO.

PIEKNY, et al. Percepção do paciente oncológico em cuidados paliativos sobre a família e a equipe de enfermagem. *Cuid. Enferm.*, 2020; 14(2):206-21

SANTOS, J. C. et al. (2019). Competências do enfermeiro em cuidados paliativos: revisão sistemática da literatura. *Revista de Enfermagem da UFSM*, 9, e43. doi: 10.5902/2179769237766.

SILVA JA, MARTINSEAP. Uso de acupuntura nos pacientes em cuidados paliativos: uma revisão integrativa. *BJHR*, 2021; 4 (4)

SILVA, T. C. et al. A importância do enfermeiro na assistência ao paciente com câncer em cuidados paliativos: revisão integrativa. Revista de Enfermagem UFPE On Line, v. 13, n. 3, p. 719-727, 2019. BDENF.

SILVEIRA, J. C. S. et al. A importância do enfermeiro na equipe multidisciplinar de cuidados paliativos. Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro, v. 8, n. 1, p. 3005-3013, 2018. SCIELO.

## CAPÍTULO 2

### CONTROVÉRSIAS DAS SEXUALIDADES: UMA ANÁLISE SOBRE O FILME “SERÁ QUE ELE É?” DE FRANK OZ.

**José Welington de Jesus**

Escritor, Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Sergipe- UFS, Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Sergipe – UFS, Especialista em Gênero Sexualidade pela Faculdade Vale de Imigrante – FAVENI - MG

---

#### RESUMO

As produções cinematográficas podem ser consideradas, atualmente, um importante elemento de ligação, além de ser agente, fonte e representação da história. O desenvolvimento dos filmes é muito mais antigo do que se pode imaginar e a construção do cinema se dá como forma de expressão cultural, fornecendo fontes para possíveis estudos relacionados à história, desde a época em que foram produzidos. O cinema expressa a cultura, além de representar, reproduzindo uma realidade percebida e interpretada, fazendo o espectador refletir e tornar-se crítico. O trabalho a seguir analisa, a partir de uma resenha crítica do filme “Será que ele é?”, a importância do cinema para a sociedade, sobretudo na construção das identidades dos homossexuais, na constante luta pela busca de direitos e segurança social. Trata-se de uma resenha crítica, de caráter qualitativo e narrativo, aliada a uma revisão de obras bibliográficas, em idioma português, dispostas em bases de dados e estudos acadêmicos, datados entre 1978 a 2006. Os indivíduos *gays* lutam diariamente pelo reconhecimento da sua liberdade e respeito pelos demais cidadãos. É justificável, assim, a realização do trabalho, para que se torne um material de relevância para futuros estudos científicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cinema. Homossexuais. Liberdade. Direitos.

#### CONTROVÉRSIAS DAS SEXUALIDADES

O referido trabalho diz respeito à análise do filme “**Será que ele é?**” (Estados Unidos), de 1997, produzido pelo diretor Frank Oz<sup>1</sup>. A película

---

<sup>1</sup> Diretor e produtor de televisão, o anglo-estadunidense Richard Frank Oznowicz é famoso por seus fantoches e personagens de programas como *Sesame Street* e *The Muppet Show*. Foi diretor de filmes muito reconhecidos, entre eles: *Nosso Querido Bob* (1991), *Como Agarrar um Marido* (1992), *A Cartada Final* (2001), *Mulheres Perfeitas* (2004) e *Muppet Guys Talking* (2017). Em “Será que ele é?”, Oz consegue fazer duras críticas à atual sociedade, que reluta em aceitar

narra a história de um professor de literatura de uma modesta cidade norte-americana, que se vê em uma conturbada e conflitante descoberta da sua sexualidade, após seu ex – aluno afirmar em rede nacional que ele foi sua inspiração para uma interpretação de um personagem gay. Logo após o episódio toda a cidade passa a comentar sobre ele, uma série de especulações absurdas, com o objetivo de desvendar o que durante muito tempo não veio à tona, logo, escondido, mas que agora era necessário saber.

Dentro dessas investidas normativas e regravativas, que partiremos para a análise realizada a partir das falas e das performances corporais apresentadas no filme, podemos perceber, descrever e analisar a maneira pela qual os discursos são incorporados e retomados às relações sociais de identificação, nessa perspectiva da análise minuciosa dos sujeitos através de pré-noções que atravessam o senso comum como sendo verdades absolutas. Por conseguinte, o cinema é um espaço de trocas de possibilidades identitárias, ao tempo que produz e reproduz através das relações entre os vários agrupamentos que produzem os filmes, a exemplo dessa relação tem-se a interação com determinados públicos consumidores, que possibilitam a interação e incorporação desses códigos culturais, assim como um retorno que é significado e ressignificado do que é proposto pela película exposta.

Merece destaque, a partir deste ponto, tratar de um assunto de relevância ao que se diz respeito no contexto sociocultural brasileiro. Nos últimos anos, o surgimento de algo que se pode elencar como novos sujeitos sociais, atrelado ao grande avanço dos meios de comunicação sob censura, fez com que estudiosos sociais começassem a pensar no significado dessas novas práticas. Ou seja, o aparecimento desses indivíduos provocou algumas mudanças à sociedade, levando a uma reflexão mais ampla acerca do papel histórico dos “novos movimentos sociais”. Os estudos antropológicos adquirem ainda mais importância dentro do contexto social, porque consegue encontrar mudanças profundamente marcantes ao pensamento latino-americano, levando a uma discussão a respeito da teoria das mediações, proposta por Jesus Martín-Barbero.

Seguindo o que se propõe na teoria das mediações culturais, os estudiosos alinham uma visão mais ampla e mediada para o entendimento do papel dos meios de comunicação. Ou seja, desde o momento em que essas formas de entretenimento e transmissão de informações passaram a fazer parte do cotidiano humano, diversas mudanças foram sendo visualizadas e encaradas e boa parte das pessoas ainda não haviam se preparado para isso. O rádio, a TV, os aparelhos de celular e as redes

---

qualquer tipo de diferença. A obra trata da homossexualidade de uma forma respeitosa e livre de preconceitos, apesar de conseguir levar os espectadores a tirar suas próprias conclusões e interpretações acerca do modo como estão tratando aqueles que possuem orientação sexual diferente. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Frank\\_Oz](https://pt.wikipedia.org/wiki/Frank_Oz)>.

sociais são importantes ferramentas construtoras de identidades e formadoras de culturas e é preciso ter ciência e cuidado sobre como isso afeta a compreensão humana.

Nesses meios de comunicação, o conteúdo é polissêmico. Ou seja, quando uma situação/expressão é capaz de apresentar dois ou mais sentidos e é justamente a interação entre os emissores e receptores que constrói o discurso dos meios de comunicação. Mediações são apropriações, recodificações e ressignificações propostas pelos emissores e esse processo é contínuo, em que há uma grande relação entre cultura, política e fenômeno comunicacional. A comunicação, nos últimos anos, tem mediado as formas de cultura da humanidade e essa situação interfere na forma como se percebe e se entende o mundo. É, portanto, um grande desafio da humanidade, interpretar corretamente certos pontos apresentados pela mídia, a fim de não acabar “contaminando” outras pessoas e forçando a formação de um padrão cultural, que não aceita a existência de diferenças entre seres humanos.

O eixo cômico que o filme retrata promove a abertura de um espaço de reflexão crítica dos territórios produtores e reprodutores de inimagináveis identidades estereotipadas em torno da homossexualidade masculina – a exemplo do filme: discursos que colocam o homossexual masculino como um ser “afeminado”, bem como na imagem de um ser “passivo”, ou do “melhor amigo *gay*” de uma mulher. Um território que aloca identificações de sujeitos disparatados de forma satírica e, são esses elementos que se desdobram em identidades encontradas tanto na percepção e na atuação dos sujeitos *gays* como na percepção de elementos apontados pelos sujeitos não *gays*. Em síntese, o cinema aparece no filme enquanto um dispositivo que dispersa discursos provenientes de certos campos dos saberes, como por exemplo, a medicina e a psiquiatria, através de uma percepção e leitura que advém do senso comum. Dessa maneira, o cinema se torna produtor, assim como produto da realidade em que se encontra submerso.

De fato, o tratamento acerca da homossexualidade passou por algumas transformações ao longo dos anos, sobretudo no que diz respeito aos ideais da medicina e da psiquiatria. O século XIX foi, talvez, o principal “divisor de águas” na vida das pessoas que possuem diferente orientação sexual. Inicialmente, as principais áreas do saber tratavam a homossexualidade como doença, chegando, judicialmente, a oferecer terapias capazes de fazer com que homossexuais tornem-se heterossexuais. Inclusive, pesquisas foram autorizadas a respeito do tema, em que os tratamentos propunham uma “reorientação sexual” ou, mais precisamente, a “cura *gay*”. Esse termo ficou conhecido até pouco tempo e esteve muito presente na sociedade brasileira, levando outros indivíduos a tratar o caso de modo pejorativo.

A própria Organização Mundial de Saúde (OMS), no ano de 1948, tratou e oficializou a homossexualidade como uma doença, seccionando, inclusive, uma versão da Classificação Internacional de Doenças (CID) para

os homossexuais como sendo uma doença mental, ou “desvio sexual”. Muitos protestos, ao longo dos anos, foram realizados por Grupos Gays, a fim de mudar esse pensamento social sobre os indivíduos homossexuais, recebendo apoio de outras entidades. As primeiras vitórias acontecem a partir de 1985, quando a OMS corrige a ideia de apresentar uma CID para a homossexualidade e a retira do quadro de doenças mentais e, em 1999, o Conselho Federal de Psicologia veta a promoção de terapias para a “cura gay”. São mudanças que demoraram a dar resultado e, atualmente, muito há de se comemorar, sobretudo para a sociedade homossexual, diante dessas situações.

Logo, neste caso, o audiovisual dentro do campo do cinema foi pensado e analisado enquanto campo de pesquisa que fornece dados para se pensar a produção das especificidades das relações humanas, de modo que uma obra cinematográfica se torna território para expressão e manifestação de poder<sup>2</sup>, assim como para a produção de contrapoderes – de certo modo, a linguagem cinematográfica chama a atenção para realidades, levantando questões e produzindo hipóteses, fazendo com que as pessoas consigam criticar determinadas situações e isso é, até certo ponto, uma relação de poder. No entanto, o ponto chave está no modo como a linguagem é interpretada e transmitida, pelos espectadores, a outros indivíduos. Os próprios seres humanos são, assim, o contrapoder do cinema.

Enquanto produto do desdobramento da reflexão analítica, faz-se necessário chamar atenção para o referencial teórico-epistemológico do texto, ou seja, alguns conceitos e teorias de sociólogos, antropólogos e filósofos que promoveram uma desnaturalização das práticas sexuais, assim como uma “dessencialização<sup>3</sup>” na perspectiva da produção de gêneros, como, no caso, teóricas Margaret Mead (1951), Judith Butler (2003), e os teóricos Marcel Mauss (1974) e Michel Foucault (1978), entre outros. Por fim, acerca da indústria cinematográfica, aqui entendida como um anunciador onde o discurso atravessa produzindo e reproduzindo formas estereotipadas de ser homossexual, ou seja, proporcionando, em certa medida, verdades obscuras como por exemplo, que todos agem da mesma forma e, em sociedade, se portam de modo desrespeitoso para com outros homens. Nesse sentido, a obra cinematográfica é o lócus da investigação, torna-se nosso objeto a ser descrito e analisado, o campo empírico em que se desenvolvem as relações necessárias para a produção

---

<sup>2</sup> Michel Foucault (1926-1984) foi um dos principais autores na discussão sobre o poder e, segundo o próprio filósofo, “poder” é a capacidade de afetar o comportamento de outras pessoas, impondo a própria vontade numa relação social e em todas as relações humanas há relação de poder. Ou seja, o cinema consegue, de certa forma, influenciar pessoas e transmitir essas ideias de poder e dominação.

<sup>3</sup> É um processo de dessencialização das relações de produção dos gêneros. Sobre isso, ver: BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual, Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

de sujeitos homossexuais.

A obra cinematográfica aqui analisada, de pronto produz uma representação do sujeito *gay* e ao mesmo tempo desconstrói essa ideia, essencializada, advinda dos gêneros, visto que em cada cena há performances ditas “*gays*”, sendo operadas por vários personagens não *gays*. Como em uma passagem em que os amigos do personagem principal estão assistindo aos filmes de Barbara Streisand<sup>4</sup>, os alunos assumindo uma suposta homossexualidade para proteger o seu professor que estava sendo alvo de preconceitos e ao final do filme todos dançando uma música *gay*, essas sem sombra de dúvidas são maneiras de subverter identidades essencializada. Essa é, portanto, mais uma questão a se considerar no campo da criação de “poderes”. Ou seja, músicas são universais e atingem, até certo ponto, públicos iguais. A forma como as pessoas interpretam as letras das músicas fazem com que estereótipos sejam criados, levando a exclusões ou delimitações. O próprio filme já leva a essa ideia, em que o espectador interpreta a música como sendo *gay*, justamente por essa padronização das canções.

A capa e o pôster de divulgação do filme, quando analisados de uma forma minuciosa, trazem a possibilidade de se identificar e analisar dois pontos a serem mencionados: a postura corporal performática para a dança e o buquê que o personagem carrega. A cena que separa o personagem principal da heterossexualidade e o coloca como homossexual é a dança e isso pode levar o espectador a se questionar acerca dos motivos que fazem com que a dança é algo feminino. Ou seja, é mais um estereótipo criado pela sociedade, em que somente as mulheres podem, ou são capazes de dançar e, quando um homem realiza atos de dança, é considerado homossexual. A dança aqui exposta no filme ganha uma característica como se fosse relacionada ao universo *gay*. As flores, ou o próprio buquê, por sua vez, estão padronizadas, pela sociedade, às mulheres. Vinculação aparente da prática homossexual à performance de gênero.

Se nos atentarmos quanto ao nome do filme, quando traduzido para a língua portuguesa temos uma pergunta: “será que ele é?”, o que demonstra que é uma questão evidente de performance de gênero e não sexual. Haja vista que em todo o desenrolar do filme, as dúvidas que são encerradas sobre ele se dão no plano de uma atitude de gênero. Ou seja, são as maneiras de gesticular, falar, andar, gostos musicais e de filmes, vestimentas, dentre outros elementos, que estão sendo avaliados e analisados como um requisito para a homossexualidade ser ou não existente.

O filme em questão anuncia e traz à baila elementos para se refletir

---

<sup>4</sup> Importante defensora, sobretudo nos anos 80, da causa LGBT. Ícone *gay*, nomeada como uma das “25 mulheres mais legais” (*The Advocate*), colocada entre os “12 maiores ícones *gays* femininos of All Time”, pela revista *Out*.

e analisar de que maneira se dão as produções e reproduções identitárias que circunscrevem os sujeitos homossexuais, nesse caso, masculinos. Evidencia-se que a construção aqui analisada se dá através da busca por uma masculinidade que age em prol de uma sexualidade apropriada. Nota-se, então, que a sexualidade está atrelada ao gênero que se carrega socialmente. Este apresenta-se como pré-requisito para a manifestação do outro. Nesse caso, a normatividade sexual está inevitavelmente ligada aos sujeitos que possuem genitálias opostas, e que as utilizam como objeto de desejo de um para o outro. A masculinidade torna-se um ponto de apoio no “ser homem”, logo, o que não é da ordem masculina é da ordem feminina e, portanto, é inferior, passivo. Como destacado por Bourdieu (2005):

Se a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação, é porque ela está construída através do princípio de divisão fundamental entre o masculino, ativo e o feminino, passivo, e porque este princípio cria, organiza, expressa e dirige o desejo – o desejo masculino como desejo de posse, como dominação erotizada, e o desejo feminino como desejo da dominação masculina, como subordinação erotizada, ou mesmo, em última instância, como reconhecimento erotizado da dominação. (BOURDIEU, 2005, p. 31).

Ainda assim, vale ressaltar que a sexualidade humana, embora caia nessa (di)visão que Bourdieu propõe quanto aos modos de ser homem x ser mulher, quando se refere aos modos de viver essa sexualidade, há nuances que vão para além dessa divisão entre um polo e outro.

O filme é ambientado em uma pequena cidade norte-americana denominada de Greenleaf. Logo de início, os planos de filmagens aparecem em paisagens bucólicas, arquiteturas típicas das pequenas cidades norte-americanas, talvez, esta seja uma estratégia fílmica para apresentar um lugar pacífico, que vive dentro de uma pseudo **morale** de **bons costumes**, onde não há lugar para a manifestação do que se encontra fora dos padrões estabelecidos e definidos como verdades. Quanto a isso, não há dúvidas de que, embora com grandes metrópoles e com a capital do mundo (Nova Iorque), o mundo é rural e, por isso, viver a sexualidade num lugar assim ainda é bastante diferente e represado, se comparado a ser *gay* numa cidade maior. Toda a cidade está eufórica, pois um dos seus habitantes, Cameron Drake (Matt Dillon), está concorrendo ao Oscar de melhor ator, com a atuação de um soldado *gay*. Todos estão envoltos de suas televisões esperando o resultado. Em um desses planos está Howie, um professor de literatura e sua noiva Emily. Ele, um distinto cavalheiro, elegante, inteligente, limpo, escuta “MachoMan”<sup>56</sup> em seu despertador, adora dançar,

---

<sup>5</sup> Música de 1978, interpretada pelo *Village People*, celebra a ideia da masculinidade, em que os homens másculos, ou, nesse caso, “machos”, precisam ter corpos fortes e desejados, além

dentre outras características abordadas pelos alunos.

Enquanto características que os sujeitos carregam socialmente e até mesmo o sexo que lhe é expresso como sendo um dado natural onde a cultura age, através do gênero, é na verdade um instrumento do poder exercido sobre os corpos, pois antes de nascer, mesmo quando se é uma promessa, um porvir, tem-se sobre esse pensamento um corpo esteticamente modificado, haja vista que se espera do corpo um medidor de diferenças, neste caso, o sexo, onde haverá as investidas dos discursos normatizadores, conforme visto em Foucault (1978), promovidos pelas instituições que propagam verdades absolutas. Permite-se a produção de um gênero social com base em uma diferença anatômica, para que emergja um sujeito com uma prática sexual “normal” a exemplo da descrição de Bourdieu, a heterossexualidade, onde o homem exerce o papel de domínio (ativo) perante a mulher que se coloca como dominada (passiva). Desse modo, percebe-se que não há um dado natural onde a cultura age, a cultura, através dos discursos e poderes, está anteriormente dada às vontades individuais, o que não implica em uma submissão do sujeito, pois há uma série de agências (relacional, transformativa, crítico- colaborativa e desencapsuladora) girando e emergindo dos agentes sociais e, são essas agências que promovem as rupturas nos *continuums* relacionais. Por este motivo é que não há uma linearidade como se quer: mulher – feminilidade – passividade – maternidade; ou homem – masculinidade – virilidade – paternidade. Uma mulher pode com igual rigor ser feminina e viril, assim como um homem pode ser masculino e frágil.

Seguindo o roteiro da película, já em certa parte do filme, mais especificamente no momento da entrega do Oscar, o resultado é apresentado: “E o Oscar de melhor ator vai para: Cameron Drake!”. Eis o agradecimento que muda a narrativa do filme, Cameron dedica o prêmio ao seu ex-professor, que tanto lhe inspirou. “Agradeço a Howied. “Ele é gay”. “Um grande professor gay!”.

Logo, toda a cidade que assistia ao prêmio fica perplexa com a novidade. Após asuposta revelação, os pais do ator principal chegam à residência dele. Daí emerge a primeira afirmação negativa, como era de se esperar, e que irá durar durante quase todo o filme. “Eu não sou gay!”. O telefone toca, ele atende. “Eu não sou gay”. Já pela manhã, o despertador toca “Macho Man”. A ida à escola é de bicicleta e sua roupa é calça jeans, camisa de botão, gravata borboleta e blazer. Quando ele chega à escola, percebe que há uma série de carros da imprensa que desejam saber se ele é gay. “Eu vou me casar, eu não sou gay”. Seria o casamento uma instituição que separa o ser do não ser, um ideal heteronormativo de gênero, pois produz homens e mulheres para desenvolverem suas práticas sexuais

---

de manter uma boa aparência física, deixando clara a ideia de se buscar uma forma viril e desejável.

um para o outro, somente com fins reprodutivos? Se assim for, o que explica homossexuais quererem casar? O direito de terem os mesmos direitos?

Um dos pontos que chamam a atenção diz respeito à representação que é conferida à sala de aula através das investidas normativas de gênero em torno da sexualidade do professor pelos alunos e, até certo ponto, pelas alunas. Nesse sentido, a escola apresenta-se enquanto instituição formadora e reprodutora dos gêneros e sexualidades e a escola configura e formata essa polarização, por exemplo, nas aulas de Educação Física, com atividades separadas para os sexos. Essa instituição perpassa o filme, deixando evidente o papel dela na formação dos sujeitos homens e mulheres. Ela tem o papel de esquadrihar desejos e vontades dos sujeitos a partir da socialização secundária, a qual se dá por intermédio da relação fora do ambiente familiar. Essa socialização é vista como educação, por isso, na maioria dos casos, não é repensada ou revisada. Fica sempre exposta como um dado em si. Uma substância. Uma verdade naturalizada – [acontece que, nesses espaços de socialização e sociabilidade, há de forma incisiva as produções das identidades dos sujeitos, assim como da manutenção delas com base em modelos de verdade]. Evidencia-se que nas sociedades ocidentais, a instituição escola molda os indivíduos de acordo com a regra geral para os gêneros e sexualidades. Nesse caso, vale mencionar que além da socialização primária – representada pela família – e da secundária (escola), não se pode perder de vista que o filme/audiovisual/cinema também aparece como uma forma de socialização cultural para além do espaço familiar e escolar, enquanto produto cultural, e isso também permite impactar nas subjetividades.

Seguindo a narrativa fílmica, ao chegar na sala de aula, o professor se depara com a turma em silêncio, e uma das alunas pergunta se é verdade que o professor é *gay*: “É claro que não. Vou me casar em três dias!”. Em determinado momento, um dos alunos diz saber o motivo dele ter sido chamado de *gay* em rede nacional, descrevendo-o: vestir-se bem, gostar de poesia, andar de bicicleta, ser limpo, dentre outras características, que são colocadas como se fossem elementos *gays*. A homossexualidade é vista através de características que identificam social e culturalmente o gênero feminino. São elementos performativos<sup>6</sup>, que fornecem visibilidade e inteligibilidade aos gêneros. Nesse sentido, a sexualidade é vista como uma extensão natural do gênero.

Já em relação à questão da performatividade, ela não é um ato singular e deliberado, na verdade é um produto do poder e do discurso agindo através dos sujeitos que a realizam, logo, o discurso é algo anterior que precede as vontades individuais. A performance é um agir, um atuar,

---

<sup>6</sup> Sobre performatividade, ver: BUTLER, J. Acerca del término “queer”. In: BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós, 2002. pp. 313-340.

uma repetição ensaiada, uma citação ressignificada doeu, que promove (re) interpretação e ruptura no *continuum*. Ora, o gênero nada mais é do que uma performance, pois nunca se é o mesmo sempre, há formas diversificadas de um novo e constante atuar, que pode ou não estar dentro da heteronormatividade.

Perante a todas as especulações e inações ele resolve procurar um padre e se confessar. Howied diz que é sobre a vida de um amigo dele, o qual há três anos nunca teve contato físico com a noiva e que o casamento é muito importante para a mãe dele. Apartir dessa afirmação, elenca-se uma série de agências que os discursos promovem através do esquadramento dos sujeitos acerca de sua sexualidade. As narrativas são produtos históricos, sociais, culturais e políticos, logo, suprimem, muitas vezes, as ações práticas dos sujeitos sociais através das repressões que incidem sobre eles desde tenra infância. São os discursos médicos, religiosos e psiquiátricos que produzem certas identidades, inclusive a sexual, é a palavra dita que faz emergir o sujeito homossexual. Daí a afirmação: “você é gay!”. Faz com que incida sobre o indicado uma série de constatações advindas da apropriação de certos discursos, à vista de que a homossexualidade é percebida no senso comum como sendo a procura por uma feminilidade.

O eixo do filme tem uma reviravolta: agora Howied deveria provar para si mesma sua não homossexualidade após um beijo em uma mulher. A mídia, neste caso, apresenta-se como instituição que regula os comportamentos, na medida em que tem o papel de mostrar e desvendar certos aspectos que se escondem. Nesse caso, a homossexualidade é, na maioria das vezes, colocada como algo escondido, recluso, íntimo. A mídia tem criado, de certa forma – apesar de, ultimamente, também estar retratando a questão da sexualidade de maneira mais condizente com a realidade –, uma ideia que coloca um grupo específico de pessoas em uma espécie de “caixa”, desenvolvendo rótulos e formulando padrões que devem ser seguidos socialmente. Essa imagem preconceituosa indicada pelos recursos midiáticos precisa obedecer a comportamentos, fazendo com que, com o passar dos anos, a sociedade crie estereótipos. A exemplo disso: o modo como os sexos masculino e feminino se comportam, vestimentas, modos de se relacionar e esse estereótipo, querendo ou não, apresenta-se no inconsciente coletivo, mas é moldado ao longo dos anos e, da mesma forma, pode haver uma quebra. Os estereótipos limitam escolhas e capacidades de homens e mulheres e, da mesma maneira, escondem “verdades” que já estão alicerçadas no interior dos indivíduos.

Essas passagens ficam bem esclarecidas no filme, em que os personagens mascaram a realidade pela qual estão passando.

O momento de desordem no filme acontece quando Howied é pego por um beijo de Peter, o jornalista. Perante essa cena há uma busca por uma essência, através da procura pela “verdade” de uma sexualidade de acordo com um gênero que se carrega sócio-culturalmente. O personagem Howied,

naquele momento, tentava provar para si mesmo que não seria gay e isso é justamente onde se encontra a marca do contraste. Ou seja, o fato de ter nascido homem, faz com que o filme gere essa busca pela verdade, porque ele está tentando se encontrar como uma pessoa do sexo masculino, escondendo algo que já é intrínseco à personalidade dele, mas que o próprio não aceita.

Em todo o desenvolvimento fílmico percebe-se a coesão de gênero e sexualidade como sendo uma mesma coisa, ou seja, a sexualidade como sendo a extensão do gênero. Aqui o homem é entendido como rude, viril, sem traquejo com a fala e a indumentária, com pouca inteligência, que não dança. Sendo a mulher o oposto e, para tanto, se essas características não fazem parte da performance do sujeito homem, logo, ele é gay. As características de gênero são decisivas nos apontamentos sociais sobre a sexualidade, sejam filme ou, até certo ponto, na vida real.

Estaria a masculinidade ligada ao masculino, assim como a feminilidade está ligada ao feminino? Tenho que essa afirmação é bastante questionável, no sentido de que um homem pode, com igual rigor, ter uma feminilidade, e isso não o indicará como sendo gay, já que o gênero e a sexualidade são duas modalidades distintas, mesmo ambas sejam igualmente construídas socialmente. A construção social dessas questões que se relacionam à sexualidade não são inatas, embora o biótipo seja inato e os usos que se faz com esse corpo são determinados social e culturalmente.

Segundo o enredo no momento fatídico do casamento, quando Howied é interpelado sobre sua vontade de unir-se à Emily, ele responde: “Eu sou gay!”. Acerca de muitas coisas Howied confessa também em rede nacional que é uma “bichona”, um “veado<sup>7</sup>”, e dá um soco na cara de Peter. Essa revelação leva ao pai a perguntar se ele vai fazer alguma cirurgia. Segundo minha percepção, a partir da análise do filme em questão, ser gay leva automaticamente à ideia de que o sujeito queira ser mulher. Mas como já foi anteriormente explicado, uma coisa não está atrelada a outra. Uma diz respeito às práticas sexuais e a outra as identidades de gênero. Embora tenha claramente uma não reivindicação de gênero. O soco, de certa forma, pode tentar demonstrar uma espécie de masculinidade na ação, diferentemente de forçar um discurso que foi cometido, quando diz “não sou gay!”.

Outra passagem bastante interessante diz respeito ao ato da demissão do professor Howied, que é protelada com bases em argumentos biológicos, acredita-se que a homossexualidade é um dado natural que pode contagiar quem estiver por perto. Percebendo a injeção homofóbica,

---

<sup>7</sup> Esses termos veado e bichona foram utilizados por representar dentro dos estudos TransViados uma maneira de subverter a abjeção contidas nas palavras e, desse modo, positivar o termo nos países de língua latina.

através da interferência do ator, Cameron Drake, todos os moradores da cidade assumem-se como *gays*. A obra cinematográfica termina com todos dançando “*macho man*” na festa de renovação de votos dos pais de Howied. A parte final do filme do filme, a meu ver, provoca uma leitura que envolve a questão das fissuras que os questionamentos provocam na ordem estabelecida como “normal”, verdadeira, imutável. O fato de todos estarem dançando a música que outrora foi outorgada como sendo algo *gay* é uma maneira de subverter essa ordem de verdade. Emsíntese, não há nada de verdadeiro, normal e imutável que não possa ser repensado e ressignificado à luz dos questionamentos críticos das performances que os sujeitos desenvolvem cotidianamente. Como bem destacado por Foucault (1978):

[...] a crítica é o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrograr a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade, pois bem, a crítica será a arte da inservidão voluntária, aquela indocilidade refletida. A crítica teria essencialmente por função o desassujeitamento no jogo do que se poderia chamar, em uma palavra, a política da verdade (FOUCAULT, 1978, p. 04).

A esse movimento ou atitude crítica que fala Foucault anuncia um sujeito que age em relação ao que lhe governa, os regramentos sociais, às regularidades. Sendo esse movimento ou atitude que emancipa o indivíduo frente às técnicas e mecanismos de controle que regem a sociedade. Essa atitude crítica está no cerne da construção de resistência, com a produção da arte de não ser governado através do pensamento refletido.

Finalizando o texto, enquanto reflexão em relação a escolha do campo cinematográfico, cabe entendê-lo como um espaço para investigação da produção de identidades homossexuais masculinas de massa, a qual representa a percepção da imagem em movimento de forma diferenciado. O cinema é então, um campo em que não somente reproduz contextos, mas também produz significados, na medida em que representa algo existente e transforma muitas vezes, essas representações que encontramos na cultura e na sociedade como algo “naturalizado”. O espaço pesquisado não pode, pois, ser visto como aniquilador ou incitador do mal, como querem muitos pesquisadores, haja vista, que o cinema representa as sociedades e as culturas, mas também produz identidades sobre sujeitos sociais, na medida em que é um espaço social e cultural das relações de poderes. Nesse sentido, as identidades estereotipadas em torno dos homossexuais masculinos através da produção aqui analisada, não pode ser visto como verdade única. A ideia é que através dessas imagens sejam possibilitadas a construção de inúmeras perspectivas possíveis.

Apesar de não ser percebido como tal, o cinema possui um papel importantíssima na sociedade. O uso dos filmes, a depender do tema a que

estão retratando, contribuem para a educação humana, representando grande impacto social. Para que seja construída uma sociedade melhor e mais pautada na compreensão, respeito ao próximo, solidariedade e dignidade de todas as pessoas, é preciso que haja bom senso entre todos, assim como entendimento dos problemas pelos quais os cidadãos passam. O cinema, de certa forma, consegue chamar a atenção para situações e realidades pelas quais passam os seres humanos, transmitindo valores e garantindo que, em um futuro próximo, possa existir a promoção dos direitos humanos.

Além de gerar emoções e aflorar os sentimentos entre todos, os filmes acabam gerando grande impacto entre as pessoas. Diversas obras cinematográficas podem ser utilizadas, inclusive, nas salas de aula, para que sejam trabalhadas algumas disciplinas pelos alunos, sobretudo aquelas que dizem respeito aos direitos humanos. O espectador consegue, através dos filmes, refletir e, principalmente, desenvolver o senso crítico para problemas sociais e, nesse caso, as questões que envolvem a homossexualidade e o preconceito das pessoas para com os *gays*, gerando medo nos próprios homossexuais em revelar seus sentimentos. É preciso, assim, que haja o bom senso por parte de todos, para que esse e outros problemas que existem na sociedade possam ser resolvidos, permitindo boa convivência e qualidade de vida entre os seres humanos, sobretudo aqueles que são menos valorizados e excluídos da sociedade. Os *gays* sofrem, hoje, muita discriminação e, em muitos casos, violência e assassinato, por serem encarados como problemas para os demais cidadãos. Os filmes podem, dessa forma, abrir a mente das pessoas, para que hajam maiores discussões acerca dos assuntos, levando-os a outros campos e promovendo uma educação mais humana e solidária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**: sobre o processo de uma estrutura de dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

BUTLER, J. Acerca del termino “queer”. In: BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los limitea materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002. pp. 313-340.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1978.

## CAPÍTULO 3

### INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL OTIMIZANDO PRÁTICAS MÉDICAS COM ENFOQUE NA ANATOMIA HUMANA

#### **Helena Rocha Abadia**

Graduanda do Curso de Medicina  
Universidade Estadual do Tocantins  
Augustinópolis-TO

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-8929-656X>

#### **Karolaine Sousa da Silva**

Graduando do Curso de Enfermagem  
Universidade Estadual do Tocantins  
Augustinópolis-TO

ORCID (deverá ser feito ok?): 0009-0000-3045-4300

#### **Matheus Guilherme Duarte Rocha**

Graduando do Curso de Enfermagem.  
Universidade Estadual do Tocantins  
Augustinópolis-TO

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1234-7971>

#### **Marcia Guelma Santos Belfort**

Farmacêutica-Bioquímica e Mestrado em Patologia das Doenças Tropicais  
Universidade Estadual do Tocantins -Unitins  
Augustinópolis-TO

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3131-2237>

#### **Suellen Alves de Azevedo**

Bióloga e Mestrado em Saúde Pública em Produção Animal na Amazônia  
Instituição: Faculdade de Medicina de Açailândia/ Instituto de Educação  
Médica - Fameac/ IDOMED

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0489-0763>

#### **Marcos Jean Araújo de Sousa**

Graduando no Curso de Psicologia  
Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão -Unisulma  
Imperatriz-MA

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3759-2954>

## **INTRODUÇÃO**

A Inteligência artificial (IA) é uma área da computação voltada a desenvolver algoritmos e sistemas capazes de realizar tarefas que demandam habilidades associadas à inteligência humana (GARCIA., 2020). Ainda não temos um conceito exato para Inteligência, porém, a mesma é associada ao entendimento, raciocínio, interpretação e a utilização do conhecimento obtido para resolver certos tipos de impasses propostos.

Já o artificial é aquilo que não é natural, produzido para imitar a natureza feito de forma artística ou industrial. Com isso, ao se conhecer os significados individuais dessas duas palavras, temos como IA a criação de máquinas com capacidade de aprender sendo as mesmas programadas previamente, fazendo uso de algoritmos bem elaborados e complexos que forneçam a tomada de decisões e até interações de acordo com os dados fornecidos.

No entanto, a IA pode ser subdividida em camadas ou em partes que a compõe, e dessa forma é introduzido os conceitos de Machine Learning e Deep Learning, onde Machine Learning, como o próprio nome já sugere, é o processo de aprendizado contínuo de máquina e, consiste basicamente em fornecer dados de entrada. Dessa forma, a máquina pode aprender com esses dados e elaborar saídas que satisfaçam a situação do problema, como por exemplo, a identificação de spams, onde inicialmente é fornecido emails rotulados como spams e a partir disso o software AntiSpam deverá identificar nos próximos e-mails que forem recebidos, padrões para que possa classificá-los como spam ou não spam. Em um aprofundamento nesse assunto, encontra-se o Deep Learning. Que é um tipo de Machine Learning que capacita a máquina a realizar tarefas mais complexas, como reconhecimento de fala, identificação de imagens e realizar previsões. Trata-se de imitar o aprendizado intuitivo humano onde, com a experiência, tem-se a capacitação de executar uma série de atividades (MUSSA., 2020).

De forma geral, IA não precisa necessariamente interagir com pessoas, ou simular ações humanas. O seu real conceito e objetivo é executar tarefas de forma inteligente, ou seja, dada o seu objetivo, o seu comportamento pode ser entendido ou encarado como aleatório, porém o aleatório será seu comportamento inteligente. Uma vez que máquinas inicialmente são programadas a executar seu código de forma disciplinada, seu comportamento tido anteriormente como aleatório, pode ser visto como um pequeno desvio intencional que não permita voltas sem objetivo (DAMASCENO., 2018).

As aulas de anatomia humana vêm se aprimorando cada dia mais, com a tecnologia sendo um aliado fundamental nesse desenvolvimento. A presente abordagem sobre a IA nessa obra tem por objetivo abordar o uso da IA como ferramenta de aprendizagem no ensino e aprendizagem da Anatomia Humana no ensino superior.

## **TERMO INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)**

Além do conceito real, existe também o conhecimento popular sobre a IA, onde a era tecnológica do século XXI está imersa em um mar com um fluxo contínuo de informações, gerenciado pela mídia cinematográfica, jornalística etc. Isso, involuntariamente, pode distanciar o conhecimento comum sobre IA do seu verdadeiro conceito. Para tal suposição, foi abordado um conjunto de pessoas com perguntas sobre o assunto em questão (IA). A busca inicial é de saber a familiarização com o termo “Inteligência Artificial”, a fonte de conhecimento sobre o assunto e se já fez uso de algum software, app ou dispositivo provido de IA (GARCIA., 2022).

Para tais questionamentos, os resultados foram os seguintes: 77,8% acham comum o termo “Inteligência Artificial”, enquanto 22,2% estão indiferente; 66,7% conhecem IA a partir de filmes, séries ou livros de ficção, 22,2% a partir de livros/artigos acadêmicos e afins, 5,6% de pesquisas na internet em sites como google, Wikipedia, Youtube etc. e 5,6% outros meios; 44,4% já usaram ou faz uso de algum APP ou dispositivo provido de IA, 22,2% alegam nunca terem usado e 33,3% não souberam dizer (se sim ou não) (GARCIA., 2022).

Com os dados levantados, percebe-se que ainda há um déficit no conhecimento autêntico, se posto em comparação ao conceito real de IA com o conhecimento popular. É natural o receio, uma vez que os filmes, por exemplo, apresentam futuros em que máquinas se rebelam devido a autonomia nas decisões baseados no ambiente em que estão inseridas. Dessa forma, o conhecimento popular acaba por cegar as pessoas a perceber algo que possivelmente tem contato diariamente por meio de propagandas nas redes sociais (big data), softwares antivírus, anti spam, anti malware, smartphones com reconhecimento facial e/ou reconhecimento de voz, entre outros, pois todos esses exemplos estão presentes no dia a dia de todos, voluntariamente ou não (GARCIA., 2022).

Segundo Lévy (2018) a IA tem sido considerada uma ciência que envolve diversificados conteúdos, desejos, saberes, ofertas de transação de pessoas e grupos humanos, conceitos. Desenvolvida por meio de projetos e empreendimentos de diversas áreas do conhecimento, como psicologia, ciência cognitiva, ciência da computação, robótica, matemática, para que assim o saber não seja intangível ou além das capacidades psíquicas, por ser explicado de diversas maneiras e vias.

Essa tecnologia vem sendo utilizado em variados setores de aplicação, o que demonstra um progresso no interesse e na utilização desta inteligência pela sociedade. É evidente que o uso de sistemas e de agentes derivados do meio cibernético em setores como segurança, infraestrutura, engenharia, e saúde, nesse último pode ser exemplificado pelo auxílio em diagnósticos de pacientes (OVANESSOFF; PLASTINO, 2017; SARLET; MOLINARO., 2017).

O conceito inteligência Artificial (IA) é foi desenvolvido para determinar uma ciência da computação cujo propósito é o de possibilitar a elaboração de conteúdos e tomada de decisões de forma análoga ao pensamento humano, a fim de se desenvolver e aprimorar o processo de obtenção dos conteúdos e entendimento dos mesmos, para assim, solucionar de forma hábil e eficiente determinada problemática (LU et al., 2018).

O aprendizado de máquina, aprendizado profundo, Big Data e aspectos físicos, como a robótica e mecanismos de visão computacional também são aplicados nas diversas práticas da área da medicina, dando suporte na visualização e estudo de imagens, diagnósticos e prescrições médicas, além de executar operações e cirurgias com o uso de robôs automatizados (BRAGA et al., 2018).

Os avanços informacionais e tecnológicos no meio da saúde são estabelecidos com o uso de substâncias para a cura de enfermidades, aparelhos, procedimentos e aparatos educacionais, por exemplo, assim como com programas e protocolos assistencialistas, por meio dos quais cuidados com a saúde são concedidos à sociedade. Em resumo, é todo e qualquer método/aparelho utilizado para proporcionar a saúde, como no tratamento de doenças e na melhora da reabilitação ou cuidado dos pacientes (SANTONS et al., 2016).

## **TECNOLOGIA MÉDICA E A IA**

Com o estudo sobre as diretrizes para uma combinação por meio da Mineração de Dados na inteligência cibernética aplicada a saúde mostraram que, por exemplo, uma população que apresente 85% de fumantes, por associação do algoritmo utilizado, é possível concluir que provavelmente esses 85% não sejam fisicamente ativos. Além disso, se destaca várias associações possíveis de serem alcançadas por meio de equipamentos médicos digitais como raio-x, tomografia, ressonância, monitores de pressão, medidores digitais de glicose, nebulizadores, dentre outros que possibilitam uma aplicação em grande escala para tomada de decisões e otimização dos procedimentos clínicos, o que torna a inteligência Cibernética uma facilitadora dos procedimentos, por favorecer a obtenção de resultados e auxiliar nas metodologias aplicadas nas ciências da saúde (ALTAF et al., 2017).

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) são aparatos que podem ser utilizados para propagar informação e proporcionar a comunicação em grande e pequena escala, mediante dispositivos eletrônicos individuais, celulares e redes de comunicação e televisão, por exemplo. Além disso, estes aparatos tecnológicos são suporte outras tecnologias, como softwares, wikis e podcasts, que em pleno século XXI são comumente utilizadas no dia a dia dos cidadãos (DE NORÕES MOTA., 2018).

É grande o desafio para que o Sistema de Saúde consiga se aprimorar, sobretudo, para efetivar a incorporação e expansão dos equipamentos que possuam os aparatos tecnológicos necessários para a

utilização na área da saúde, principalmente devido à limitação dos recursos financeiros precisos para a realização do projeto, implementação e implantação destes componentes (MERHY; FEUERWERKER., 2016).

Já a Mineração de Dados, também aplicada na Inteligência artificial, é uma técnica interdisciplinar que junta procedimentos e métodos de máquinas de conhecimentos, de reconhecimento de padrões, de banco de dados para obter conteúdo de coleções eletrônicas que armazenam grandes quantidades de informação, para o desenvolvimento de pesquisas, por exemplo, fator que no meio da área da médica é essencial para a realização de análises e a identificação de padrões nos diagnósticos (GANDHI; TANDON., 2019).

A IA é uma tecnologia com grandes potenciais e funcionalidades que podem impactar nas aplicabilidades na área da saúde. Vários sistemas estão sendo desenvolvidos e implementados nessa área, como, por exemplo, os softwares, os aplicativos de saúde para aparelhos que sensibilizam o deslocamento e a conexão online concomitantemente que assumem uma importância significativa como aparato para os servidores desse âmbito e investigadores acadêmicos, na administração e controle das doenças caracterizadas por um progresso lento e longa duração, geralmente com uma duração maior que um ano e necessitam de cuidados médicos constantes, para evitar o avanço do quadro clínico. Logo, esse mecanismo emprega a transmissão sem fio para a manutenção a saúde pública e a atividade clínica dos pacientes e profissionais das ciências da saúde (MCKAY et al., 2018).

É difícil pensar que, outrora, a informação não estava disponível a qualquer momento, o que pode ser obtido, atualmente, graças ao avanço das Tecnologias Informacionais. Outrora, os documentos e dados importantes eram organizados somente em pedaços de papel. Por esse motivo, muito do tempo dos profissionais era utilizado para que tarefas como a marcação de consultas ou a verificação da evolução de um paciente pudessem ser materializadas (ANDRADE; FRANCISCO; MINEGUSSI., 2019).

Para alguns pesquisadores do Projeto de Pesquisa de Verão de Dartmouth sobre o tema de Inteligência Artificial (IA), a IA teve como objetivo primordial o de ser programada para simular os diferentes tipos de inteligência como humana, animal, vegetal e filogenética por meio de dispositivos. Mais precisamente, esta ciência se baseou em todas as funções mentais, principalmente a aprendizagem, raciocínio, computação, recepção, memorização, entre outras, o que torna viabiliza a programação de uma máquina para reproduzi-las (GANASCIA., 2018).

Nesse sentido, um exemplo de seguimento da área da médica que requer visibilidade quanto a aplicação da inteligência cibernética é a odontologia, por exemplo, que com a utilização de aplicativos aumenta a eficiência na organização das informações adicionais ao laudo, quando há uma comparação com imagens impressas, tendo o potencial a capacidade de exibir diversos planos anatômicos de forma simultânea, além de poder, simular cirurgias, localizar e visualizar da área afetada. Em relação a isso,

existem diversos recursos visando manejar imagens com o potencial aumentar a relevância da inovação tecnológica na área da saúde como, por exemplo, PreXion 3D Viewer Software, i-Cat Vision e Dental Slice Bioparts. Apesar de o objetivo final seja o mesmo: visualizar, manipular e armazenar as imagens e seus cortes em diferentes planos, o que torna mais simples a organização do procedimento terapêutico. (REIS et al., 2015).

Sendo assim, a Inteligência Artificial na área da saúde faz com que haja uma evolução nos métodos de diagnósticos e de tratamentos, o que gera diversos benefícios aos profissionais e pacientes, por facilitar o processo de cadastramento e armazenamento de informações. Logo, essa ciência é necessária na saúde pública, uma vez que a complexidade da medicina moderna ultrapassa as limitações próprias da capacidade de entendimento dos seres humanos (SABBATINI., 2018).

Outrossim, para estabelecer uma relação, Nascimento Neto et al., (2019) exibem um desfecho com a inteligência artificial que auxilia no armazenamento de registros médicos, compara e reconhece imagens radiográficas, além disso, oferece informações clínicas autênticas e legíveis. O estudo em questão utilizou uma interface gráfica que operou exclusivamente o meio virtual para realizar o cadastro do documento odontológico do paciente. Este meio demonstrou ser capaz de avaliar o grau de proximidade entre dois exames de imagem radiológica mostrados pelo paciente, bem como de realizar a identificação, por meio de pesquisas, o raio-x que mais se equipara à imagem clínica observada inicialmente.

Assim, a Inteligência Artificial tem a possibilidade administrar os dados e reproduzir soluções para exames e tratamentos de forma cada vez mais exata por aperfeiçoar os seus próprios algoritmos de maneira regular (LOBO; CARLOS., 2017).

Ademais, a grandes finalidades de utilização auxilia nos inúmeros campos de pesquisa e atuação e se tornou uma temática amplamente propagada, como resultado dos ensinamentos e pesquisas do cientista da computação Alan Turing, que projetou, em 1950, um teste com o intuito de buscar quantificar a inteligência de um computador por meio um ser humano. No Teste de Turing, a máquina seria questionada mediante um terminal; a máquina eletrônica seria aprovada na verificação caso não fosse possível averiguar se do quem respondia os questionamentos era um aparelho eletrônico ou uma pessoa. Com isso, foram projetadas diversas atribuições, propósitos e finalidades, estimulando o progresso dos estudos sobre IA. (AHMED et al., 2020).

## **IA: FERRAMENTA DE ENSINO DA ANATOMIA PARA SAÚDE HUMANA**

Historicamente, define-se que o estudo da anatomia é praticado por meio do uso de cadáveres, contudo, este processo apresenta diversas desvantagens como, por exemplo, o alto custo para supervisão e manutenção das peças, a complexidade em realizar o armazenamento de forma

adequada, número mingado de itens anatômicos pela diversos empecilhos para a obtenção dos materiais de estudo e solicitações crescentes pelo aumento do quantitativo de alunos, a degradação ocasionada pela utilização constante das peças cadavéricas e o uso de substâncias químicas tóxicas para a conservação. (COCCE et al., 2017).

No decorrer da leitura descobrimos que a IA é uma forma de inteligência criada pelo ser humano, para reproduzir a capacidade intelectual do homem por meio dos equipamentos tecnológicos. Esses aparelhos digitais não são uteis apenas para testar teorias sobre a inteligência humana, mas também para oferecer conteúdo didáticos de entretenimento aos usuários (SANTOS et al., 2022). Nesse sentido, nas instituições educacionais, é possível empregar essas tecnologias como parte do processo pedagógico na relação de ensino e aprendizagem.

Segundo Bacich e Moran (2018) técnicas ativas de estudo demonstra a viabilidade e eficiência de se alterar as aulas tradicionais em vivências de obtenção de conhecimento de forma mais dinâmica e proveitosa para os alunos da era tecnológica, que apresentam um interesse por experiências inovadoras. Nas metodologias ativas o estudante passa a ser o administrador do seu processo educacional. Esse método, utiliza mecanismos como o ensino híbrido e a sala de aula invertida, na qual o estudante pode aprender um conteúdo em sua casa e a sala de aula é utilizada para realizar exercícios escolares, seminários, debates interpessoais, entre outros. (LEITE., 2017).

Dessa forma, evidencia-se a importância das informações na sociedade informacional, pois é uma sociedade impactada e modificada pelo incremento do emprego das Tecnologias de Informação (TIC), que transformam o curso do marco civilizatório, por gerar uma variação no mercado de trabalho, meio estudantil e meio empresarial (SOPRANA., 2019).

A publicação EDUCAUSE no documento Horizon para a educação universitária (ALEXANDER et al., 2019) relata a análise das possibilidades oferecidas com o auxílio das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) como a memorização do conteúdo de forma mais eficiente e com a aprendizagem colaboradora para diversos conteúdos voltada para coparticipação de diversos temas. A educação permeia o tempo e o meio de aprendizagem e, além disso, o conhecimento, as redes de telecomunicações, ao mesmo tempo, oportunizam o ensino e lançam ao docente a preocupação de que o estudante precisa dispor de habilidades e competências para sustentar-se imerso nessa cultura digital (BOUCHERVILLE., 2019).

Diante disso, as metodologias clássicas e populares de estudo não alcançam

no contexto atual de forma íntegra o aluno no cenário tecnológico, os docentes precisam se dedicar para modificação das aulas desenvolvidas com uma temática demonstrativa, em aulas conversadas, instigantes, de forma que traga novidades, concedendo pausas, discussões coletivas e

exposições precisas do docente, para haver por fim uma maior interação do instrutor com a realidade vivenciada pelo estudante do século XXI (PEREIRA et al., 2018)

Porém, a falta de conhecimento dos docentes é uma das maiores problemáticas para se testar novas didáticas de ensino, principalmente porque qualidades como criatividade e a inovação são importantes, e quando se fala nessa interação multidisciplinar é imprescindível uma pedagogia que se direciona para as funcionalidades dos dispositivos digitais ou tecnologias acessíveis, e materiais no contexto das instituições estudantis (PIRES et al., 2019).

Outrossim, é notório também o avanço da inteligência cibernética na área médica e o conseqüente desenvolvimento de técnicas e didáticas, como a realização de exames de imagem de alta-definição, as quais tornaram o conhecimento anatômico ainda mais significativo. Tais avanços reivindicaram mudanças nos currículos das Instituições médicas e propiciam inserção de novas técnicas de ensino (GADIOLI et al., 2018).

Com o progresso do desenvolvimento de metodologias de aprendizagem em matérias como Anatomia Humana, houve a conclusão de que as didáticas alternativas de ensino e aprendizagem possibilitam uma maior interação e protagonismo dos alunos comparativamente com as metodologias somente tradicionais de aprendizagem, o que possibilitou uma maior assimilação e absorção dos temas abordados, mas sempre aliando os métodos alternativos ao ensino convencional (PINHEIRO et al., 2021).

Progressivamente, são colocadas no ensino da anatomia humana, novas didáticas ativas de aprendizado, que ampliam e proporcionam um ambiente eficiente para as metodologias que visam garantir a eficiência da preparação e do conhecimento por parte do estudante, ao admitirem o acadêmico como o protagonista do seu desenvolvimento, estimular a criticidade individual, a autonomia no estudo, o desenvolvimento da consciência social, ética e técnica, além de proporcionar ao estudante a possibilidade de solucionar problemáticas vistas no cotidiano hospitalar. Essas metodologias de aprendizagem incluem um conhecimento baseado em problemas mediante casos fundamentados, por meio de recursos tecnológicos, o que torna o processo de ensino ativo (CHEN D et al., 2018).

A anatomia humana é um campo de estudo essencial para saber como o corpo humano é construído e funciona. Com o avanço da tecnologia, a IA tem desempenhado um papel significativo nessa área, oferecendo abordagens inovadoras para a análise e exploração da anatomia humana. Neste capítulo, discutiremos algumas das aplicações da IA nesse contexto, abrangendo desde a segmentação de imagens médicas até o diagnóstico e a triagem de doenças (VERAS et al., 2017).

A segmentação de estruturas anatômicas em imagens médicas, como Ressonâncias Magnéticas (RMs) e Tomografias Computadorizadas (TC's), é fundamental para o diagnóstico e planejamento de tratamentos. A IA tem sido utilizada para automatizar esse processo, auxiliando os médicos

na análise e identificação de órgãos, tecidos e estruturas específicas (MATOZINHOS et al., 2023).

Em relação a técnicas de Realidade Aumentada (RA) e realidade virtual (RV), a combinação de IA tem permitido a criação de modelos tridimensionais interativos do corpo humano. Esses modelos possibilitam que estudantes e profissionais da área médica explorem a anatomia humana em detalhes, visualizando órgãos, sistemas e estruturas anatômicas em tempo real (BOLAN, POZZEBON, DE SÁ JÚNIOR., 2023).

A IA desempenha um papel muito importante no progresso de sistemas de auxílio à cirurgia. Algoritmos de IA analisam imagens em tempo real durante procedimentos cirúrgicos, fornecendo informações precisas sobre a localização de estruturas anatômicas. Isso auxilia os cirurgiões a tomar decisões mais precisas e aprimora os resultados dos procedimentos (CHEFFER, et al., 2022).

Uma outra aplicação da IA no estudo da anatomia humana é reconstrução do corpo humano em três dimensões usando imagens médicas bidimensionais. Esses modelos tridimensionais têm sido úteis no planejamento de cirurgias, simulações e ensino, proporcionando uma melhor compreensão da anatomia humana (MAZONI., 2021).

Algoritmos de IA treinados com imagens médicas, como radiografias e exames de ultrassom, têm mostrado eficácia no diagnóstico e triagem de doenças. Essas ferramentas auxiliam na identificação de anomalias e condições médicas específicas, agilizando o processo de diagnóstico e permitindo intervenções mais precoces (ROCHA FILHO FILHO., 2021).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A inteligência artificial tem proporcionado avanços significativos no estudo da anatomia humana. Suas aplicações abrangem desde a segmentação de imagens médicas até o diagnóstico e a triagem de doenças. A combinação de IA com técnicas como a realidade aumentada e a reconstrução tridimensional tem revolucionado o modo como a anatomia é ensinada e compreendida. Essas inovações têm o potencial de aprimorar o cuidado médico e proporcionar melhores resultados para pacientes em todo o mundo através do ensino aprimorado e interligando conhecimentos gerais aliados ao homem através das máquinas inteligentes operacionalizadas.

## **REFERÊNCIAS**

AHMED, Zeeshan et al. Artificial intelligence with multi-functional machine learning platform development for better healthcare and precision medicine. **Database**, v. 2020, p.baaa010, 2020.

ALTAF W, Shahbaz M, Guergachi A. Aplicações da mineração de regras de associação em informática em saúde: um levantamento. *Artif Intell Rev* v.47,n.3, p. 313– 340, 2017. ISSN: 15737462

ALEXANDER, Bryan et al. **Horizon report 2019 higher education edition**. EDU19, 2019.

ANDRADE, José Luccas de. FRANCISCO, Alex Sandro Lima. MENEGUSSI, Rodrigo. **A influência da inteligência artificial na educação**. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 04, Ed. 07, Vol. 08, pp. 50-60. Julho de 2019. ISSN: 2448-0959.

ARTEAGA, Sonia M. et al. Mobile system to motivate teenagers' physical activity. In: **Proceedings of the 9th international conference on interaction design and children**. 2010. p. 1-10.

BOLAN, Giacomo Antônio Althoff; POZZEBON, Eliane; DE SÁ JÚNIOR, Antônio Reis. Novas tecnologias e aplicações da realidade aumentada na medicina. **Seven Editora**, 2023.

BOUCHERVILLE, Gisele Cristina; MARINHO, Simão Pedro Pinto. Didática do Continuum. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, v. 19, n. 1, 2020.

BRAGA, Ana Vitoria et al. Inteligência artificial na medicina. **CIPEEX**, v. 2, p. 937-941, 2018.

CHEFFER, Maycon Hoffmann et al. Atuação do enfermeiro na cirurgia robótica: uma revisão integrativa da literatura. **REVISTA CEREUS**, v. 14, n. 4, p. 2-11, 2022.

CHEN, Dan et al. A shortage of cadavers: The predicament of regional anatomy education in mainland China. **Anatomical Sciences Education**, v. 11, n. 4, p. 397-402, 2018.

COCCE, Ana Luiza Remanose et al. O ensino da anatomia nas escolas de enfermagem: um estudo descritivo. **Arq. Ciênc. Saúde [periódico online]**, p. 08-13, 2017.

DAMACENO, Siuari Santos et al. Inteligência artificial: uma breve abordagem sobre seu conceito real e o conhecimento popular. **Caderno de Graduação-Ciências Exatas e Tecnológicas-UNIT-SERGIPE**, v. 5, n. 1, p. 11-11, 2018.

DE ARAÚJO PINHEIRO, Manuela Lopes et al. A evolução dos métodos de ensino da anatomia humana-uma revisão sistemática integrativa da literatura. **Bionorte**, v. 10, n. 2, p. 168-181, 2021.

DE NORÕES MOTA, Daniele et al. Tecnologias da informação e comunicação: influências no trabalho da estratégia Saúde da Família. **Journal of Health Informatics**, v. 10, n. 2, 2018.

DO NASCIMENTO NETO, Conrado Dias et al. Inteligência artificial como ferramenta para identificação humana em odontologia legal. **Brazilian Journal of Production Engineering-BJPE**, v. 5, n. 4, p. 82-96, 2019.

GADIOLI, Bárbara et al. Construction and validation of a virtual learning object for the teaching of peripheral venous vascular semiology. **Escola Anna Nery**, v. 22, 2018.

GANASCIA, Jean-Gabriel. Inteligencia artificial: entre el mito y la realidad. **Inteligencia Artificial, promesas y amenazas. El correo de la UNESCO. Julio-Septiembre del**, n. 3, p. 07-09, 2018.

GANDHI, Priyanka; TANDON, Neelam. Application of web data mining techniques in CRM for its support to health industry. In: **Proceedings of International Conference on Advancements in Computing & Management (ICACM)**. 2019.

GARCIA, Ana Cristina. Ética e inteligência artificial. **COMPUTAÇÃO BRASIL**, n. 43, p. 1422, 2020.

LEITE, Bruno Silva. Sala de aula invertida: uma análise das contribuições e de perspectivas para o Ensino de Química. **Enseñanza de las ciencias: revista de investigación y experiencias didácticas**, n. Extra, p. 1591-1596, 2017.

LOBO, Luiz Carlos. Inteligência artificial, o Futuro da Medicina e a Educação Médica. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 42, p. 3-8, 2018.

MATOZINHOS, Isabela Penido et al. Impressão 3D: Inovações no campo da medicina. **Revista Interdisciplinar Ciências Médicas**, v. 1, n. 1, p. 143-162, 2017.

MAZONI, Alysson Fernandes. **Utilização das ferramentas da Inteligência Artificial em aplicações mecatrônicas–Estudo de casos**. 2021. Tese de Doutorado.

MCKAY, Fiona H. et al. Evaluating mobile phone applications for health behaviour change: A systematic review. **Journal of telemedicine and telecare**, v. 24, n. 1, p. 22-30, 2018.

MERHY, Emerson Elias; FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz. Novo olhar sobre as tecnologias de saúde: uma necessidade contemporânea.

Merhy EE, Baduy RS, Seixas CT, Almeida DES, Slomp Junior H, organizadores. **Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes.** Rio de Janeiro: Hexis, v. 1, p. 59-72, 2016.

MORAN, José. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática.** Porto Alegre: Penso, p. 02-25, 2018.

MUSSA, Adriano. **Inteligência Artificial-Mitos e Verdades: as reais oportunidades de criação de valor nos negócios e os impactos no futuro do trabalho.** Saint Paul, 2020.

NASCIMENTO, Denis de Souza. Análise da inteligência artificial (IA) aplicada à educação sob a perspectiva ética através de um estudo bibliográfico. 2022.

OVANESSOFF, A.; PLASTINO, E. Como a inteligência artificial pode acelerar o crescimento da América do Sul. **Chicago: Accenture Research**, 2017.

PEREIRA, Welbert Oliveira; LIMA, Fernanda Teresa. Desafio, discussão e respostas: estratégia ativa de ensino para transformar aulas expositivas em colaborativas. **Einstein (São Paulo, Brasil)**, v. 16, n. 2, p. 1–4, 2018.

PIRES, Carla Simone; ARSAND, Daniel Ricardo. Análise da utilização das tecnologias da informação e comunicação na educação a distância (EaD). **Revista Thema**, v. 14, n. 1, p. 182-198, 2017.

REIS, **Fernando dos. Tecnologias endodônticas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Santos, 2015.

ROCHA FILHO FILHO, José. *Formulação de um Sistema de Informação Baseado em Inteligência Artificial e Telemedicina para Suporte a Diagnósticos de Radiologia*. 2021.

RUSSEL, Stuart J.; NORVIG, Peter. **Inteligência Artificial: uma abordagem moderna**. 3ª edição. 2013.

SABBATINI, RME. *Aplicações da inteligência artificial na radiologia*. **Portal Pixon**, 2018.

SANTOS, Z. M. S. A.; FROTA, Mirna A.; MARTINS, Aline BT. *Tecnologias em saúde: da abordagem teórica a construção e aplicação no cenário do cuidado*. **Fortaleza: EdUECE**, 2016.

SARLET, Ingo Wolfgang; MOLINARO, Carlos Alberto. *Sociedade da Informação? Inquietudes e Desafios*. **Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor**, 2017.

SILVERMAN G. B. *The Initial Failure of Artificial Intelligence in Medicine (AIM), the Rise of the Grand Challenge, and a New Role for AIM*. **National Science** SOPRANA, Paula. **Diretor do Fórum Econômico Mundial Defende Remuneração por Dado Pessoal**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/11/diretor-do-forum-economico-mundial-defende-remuneracaopordado-pesoal.shtml>. Acesso em: 21 ago. 2020.

VERAS, Karlla da Conceição Bezerra Brito et al. *Potencialidades pedagógicas dos softwares 3D de anatomia humana: uma análise a partir da teoria cognitiva da aprendizagem multimídia*. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 12, p. e392111234378-e392111234378, 2022.

## **CAPÍTULO 4**

### **DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DE LEITURA E ESCRITA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**Angeliana Lima Hachimoto**

Pedagoga, Técnica de Suporte Pedagógico da Prefeitura de Redenção Pará.

---

#### **RESUMO**

Este estudo apresenta os resultados da pesquisa relacionada às dificuldades de aprendizagem de leitura e escrita nos anos finais do ensino fundamental. O texto parte de reflexões sobre o papel da leitura e escrita no processo de construção do conhecimento humano, reforçando sua importância para formação social dos discentes. Os desafios que permeiam este processo são de fato, a reconstrução do conhecimento e a ressignificação da compreensão que ultrapasse seu sentido conotativo. Por meio de pesquisas bibliográficas de natureza qualitativa, busca-se apresentar aspectos relevantes sobre a construção do sentido e significados dentro do universo da leitura e escrita. A leitura precisa fazer parte do cotidiano do educando, sua prática deve ser estimulada focando especialmente em suas potencialidades além do sentido inicial da palavra leitura, levando os leitores a compreenderem que leitura e escrita são práticas complementares, fortemente relacionadas, que se modificam mutuamente no processo de letramento e ensino-aprendizagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Leitura. Escrita. Dificuldade de Aprendizagem. Séries Finais.

#### **1 INTRODUÇÃO**

O presente trabalho versa por trazer algumas reflexões sobre as dificuldades de leitura e escrita de alunos no ensino fundamental anos finais. O objetivo principal do trabalho é refletir sobre aspectos relacionados à linguagem e a construção do sentido pelo leitor.

Essa abordagem se justifica por trazer contribuições inculáveis para o processo educacional, propondo ao meio acadêmico reflexões e análises sobre o tema, assim como novas abordagens, almejando que haja avanços teóricos e diferentes estudos sobre o processo de leitura e escrita.

As dificuldades relacionadas à questão de leitura e escrita são algo bem presentes no contexto escolar de modo geral, sendo assim, o estudo busca apresentar resultados sobre alguns fatores que podem causar desordem da percepção e a incapacidade para entender e atribuir sentidos ao que se ler e escreve.

Os procedimentos metodológicos para realização da pesquisa contemplam os princípios e técnicas qualitativas da pesquisa, utilizando levantamento documental e bibliográfico, analisando a leitura para além da decodificação de sinais gráficos, como a atribuição de sentido e ainda, como prática social. A escrita não se resume a fazer cópias sem significados, é necessário que se analise, reflita e dê significados aos textos.

Diante desta realidade reforça-se, que os discentes precisam participar de situações que coloquem a necessidade de refletir, transformando informações em conhecimento próprio e enfrentando desafios.

A leitura precisa fazer parte do cotidiano do educando, sua prática deve ser estimulada focando especialmente em suas potencialidades além do sentido inicial da palavra leitura, levando “os leitores a compreenderem que leitura e escrita são práticas complementares, fortemente relacionadas, que se modificam mutuamente no processo de letramento e ensino-aprendizagem”. Conforme dispõe os PCN de Língua Portuguesa.

Ao abordar essa temática foi necessária a consulta de vários materiais já publicados, para identificar alguns fatores que podem interferir nos processos de leitura e escrita na língua materna, dentre os quais se encontram os antecedentes sociais e dialetais; a experiência individual com a linguagem; a transição entre gênero de textos; o múltiplo controle das atividades; a relativa autonomia do texto escrito; as experiências e metas do professor.

Cabe então, a escola colocar a disposição dos alunos diversos tipos de gêneros textuais, estimulando o desenvolvimento e gosto pela leitura e escrita, possibilitando assim, que o discente tanto compreenda como atribua significado ao que ler, tornando-se, um leitor/ autor, crítico e competente.

Diante da relevância do tema, o trabalho segue uma estruturação, apresenta o resumo, a introdução, o desenvolvimento que vem composto por fundamentação teórica e metodológica, finalizando com as considerações finais, trazendo algumas inferências sobre o tema pesquisado. Na primeira parte serão apresentadas as perspectivas teóricas sobre leitura e produção escrita, na segunda parte o trabalho enfatizará sobre leitura e escrita como direito fundamental na educação básica; na terceira parte abordará sobre competências e habilidades de leitura e produção escrita.

## **2 PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE LEITURA E PRODUÇÃO ESCRITA**

No cenário atual a formação de leitores tem sido um grande desafio proposto para escolas e professores representando uma possibilidade real

na formação social dos discentes. A prática da leitura para além da decodificação dos signos linguísticos, propõe-se, como forma de ampliação e envolvimento do aluno com o meio em que está inserido.

Diferentemente do que alguns pensam o processo de aquisição da escrita é algo para além da decodificação e da transmissão mecânica de conhecimento, é preciso levar o aluno descobrir, aprender e a usar a escrita, se apropriando dos conhecimentos construídos e elaborados ao longo da história da humanidade . Para Demo (2007, p. 23) “Ler significa tanto compreender significados quanto atribuir significados alternativos ao mundo, emergindo o leitor/autor”.

Nesta perspectiva, saber compreender e interpretar o que ler é condição principal para participação social do sujeito, nesse sentido, a escola precisa está atenta quanto ao que vai oferecer ao aluno, adotando estratégias que estimulem e desafiem os discentes a uma participação mais ativa em seu processo de construção do conhecimento.

Ainda de acordo com Demo (2007, p.32)

Conhecimento pressupõe o desafio da qualidade formal e política: é preciso saber construir e principalmente saber usar. Preparar para vida significa, acima de tudo, embora não exclusivamente, saber pensar, pois essa habilidade não só inova, mas, também sabe observar o desafio ético de saber inovar.

Diante dessa realidade é necessário incorporar novas atitudes no contexto escolar que provoquem no aluno o interesse por práticas de leitura e escrita, de forma criativa e inovadora, com o intuito de prepará-lo para à vida em sociedade.

Nesse sentido, as perspectivas teóricas sobre leitura e a produção escrita pressupõem que o aprendiz necessita, tanto aprender a construir, quanto, saber, usar, ou seja, o aluno precisa fazer uso consciente de práticas de leituras e escrita, (res) significando a prática educativa, para isso, é imprescindível o desenvolvimento do pensamento crítico.

Não basta conduzir o discente a codificar e decodificar os signos linguísticos é fundamental ir além, incorporando práticas de letramento. “Nessa perspectiva, ser letrado é ser capaz de ir além da literalidade dos textos e interpretá-los em relação com outros textos e discursos” Rojo, (2004) apud Godoy; Dias (2014, p. 113-114).

Diante desta realidade cabe a escola promover ações que propiciem o aprendiz a se apropriar da leitura e da escrita em que as situações concretas de alfabetização venha envolver, não só as habilidades de

aprender ler e escrever, mas, também as habilidades de interpretar, expressar, criticar, explicar, justificar, opinar e argumentar para poder assim defender seus pontos de vista.

De acordo com Nicolau e Mauro (1986,p.10) “[...] a criança um ser ativo que constrói o seu próprio conhecimento na interação com o ambiente, é necessário que esteja interessada e em condições de responder aos desafios da aprendizagem da leitura e escrita”.

Dentro desta perspectiva, as ações relacionadas a leitura e a escrita no âmbito escolar deve provocar o interesse do aluno e inseri-lo em práticas sociais levando-o, a se apropriar da escrita como algo pessoal e própria. Conforme ressalta Soares (1998) citada por Kishimoto (2010).

Ter-se apropriado da escrita é diferente de ter aprendido a ler e escrever: aprender a ler e escrever significa adquirir uma tecnologia, a de codificar em língua escrita e de decodificar a língua escrita; apropriar-se da escrita é tornar a escrita “própria”, ou seja, é assumi-la como sua “propriedade” (SOARES, 1998, apud KISHIMOTO 2010, P.19).

Diante disto, devem-se agregar novos conceitos e concepções as práticas de leitura e escrita, como possibilidade de conduzir o aprendiz a significações textuais e o desenvolvimento de habilidades socioculturais constituídas. Desta forma, ao detectar as dificuldades de aprendizagem da leitura e escrita no processo de escolarização do aluno, torna-se, necessário, que o professor busque promover aulas dinâmicas e criativas, dando a oportunidade para desenvolvimento das potencialidades do discente, conduzindo-o, a produzir, criar, construir e pensar de forma livre. Cagliari (2002) citado por Gomes (2012, p. 59) afirma que “se o aluno não se sair bem nas outras atividades, mas, se for um bom leitor, [...] a escola cumpriu em grande parte sua tarefa”.

Em virtude disso, é importante que a escola ofereça experiências significativas ao aluno, estimulando o desenvolvimento de sua aptidão leitora, com ações que impliquem na formação do leitor proativo e proficiente, capaz de imprimir sua participação social no contexto a qual está inserido. Deve-se, possibilitar aos alunos a competência de alcançar este direito, tendo em vista que é mediante este processo que o mesmo se insere de fato como cidadão detentor e conhecedor de seus direitos, bem como de seus deveres frente ao meio social em que se encontra.

A escola, por meio da leitura e escrita, pode transformar a construção cognitiva de este ser, possibilitando a este uma maior visão de todos os aspectos que ficam ao seu redor.

### **3 LEITURA E ESCRITA COMO DIREITOS FUNDAMENTAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Atualmente vivemos em uma sociedade denominada de “sociedade do conhecimento”, nessa sociedade as transformações sociais acontecem de forma aceleradas e bem visíveis, nesse sentido, os conhecimentos são renovados numa velocidade impressionante surgindo novas descobertas em vários campos.

Dentro desta conjectura não é mais suficiente apenas desenvolver as técnicas de leitura e escrita num viés mecanicista, é necessário que se perceba a leitura e escrita como práticas interdependentes que tem como objetivo levar o sujeito a uma assunção social.

Nesse contexto, a leitura e a escrita são colocadas como direitos fundamentais na educação básica. Segundo a LDBEN 9394/96 em seu artigo 32, inciso I. “o Ensino Fundamental tem por objetivo a formação básica do cidadão mediante: “O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo”.

Dentro desta ótica, a escola vem sendo desafiada a promover um processo de ensino aprendizagem que seja significativo para o aluno, com conteúdos que façam sentidos para eles. “Se a escola deve preparar os alunos [...] para vida, ela deve tratar de levar em conta a vida que faz sentido para eles”. Demo (2007,p.14).

Considerando o ponto de vista do autor, ressalta a importância de oferecer aos alunos condições que os possibilitem novos usos para aquilo que recebem pronto. conforme destaca Certeau (2007) apud Terra (2008,p.57). Nesse mesmo sentido, Perrenoud (1999). afirma:

Se esse aprendizado não for associado a uma ou mais práticas sociais, suscetível de ter um sentido para os alunos, será rapidamente esquecido, considerado como um dos obstáculos a serem vencidos para conseguir um diploma, e não como uma competência a ser assimilada para dominar situações da vida. (PERRENOUD, 1999,p.45)

Diante desta realidade, torna-se, necessário que as práticas educativas aconteçam de forma que possibilite ao discente relacionar os

conteúdos com suas vivências cotidianas e as ações do grupo social a qual fazem parte.

Desta forma, ao considerar o processo de leitura e escrita como direito fundamental na educação básica, o Projeto de Lei 5.270 de 2016, institui a Política Nacional de Leitura e escrita, tendo como diretrizes. art. 2º.

**I** - a universalização do direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas; **II** - o reconhecimento da leitura e da escrita como um direito, possibilitando a todos as condições de exercer plenamente a cidadania, de ter uma vida digna e de contribuir na construção de uma sociedade mais justa; **III** - o fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura; **IV** - a articulação com as demais políticas de estímulo à leitura, ao conhecimento, às tecnologias e ao desenvolvimento educacional, cultural e social do país, em especial com a Política Nacional do Livro, instituída pela Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003; e **V** - o reconhecimento da cadeia criativa, produtiva, distributiva e mediadora do livro, da escrita, da leitura e das bibliotecas como integrantes fundamentais e dinamizadoras da economia criativa. (PL 5.270/2016).

Dentro desta perspectiva, ressalta a grande relevância de promover o acesso do estudante a leitura e a escrita por meio de diversos gêneros textuais, inclusive, considerando os hipertextos e a linguagem midiática. É preciso considerar o contexto letrado em que o aluno está inserido e buscar sim alternativas que coadunam com a realidade vivenciada por ele.

De acordo com o Projeto de Lei 5.270 de 2016.

A ausência da competência plena de leitura prejudica o desempenho dos estudantes brasileiros em todas as áreas do conhecimento, indicando a necessidade clara da intensificação de medidas que priorizem o acesso à leitura plena em todos os níveis como uma das formas mais consistentes de apoiar a melhoria da qualidade da educação em nosso país. (PL 5.270/2016)

Essa colocação de fato é algo constatado na maioria das escolas brasileiras, podendo ser claramente observado nesses espaços. As dificuldades relacionadas à aprendizagem da leitura e da escrita envolvem vários fatores que podem obstaculizar ou facilitar essa aprendizagem, porém, o mais importante aqui é enfatizar sobre criar oportunidades dentro e fora da escola com vista a possibilitar o aprendiz desenvolver suas habilidades leitoras por meio da criação do hábito da leitura e prática da escrita.

Tendo em vista, o papel importante que a leitura e escrita tem para a vida do sujeito, o MEC com o objetivo de promover e democratizar o acesso

ao livro e a leitura vem formulando e implementando vários programas dentre os quais podemos destacar:

Programas orientados a todos os níveis e modalidades educacionais, entre os quais se encontram o Brasil Alfabetizado, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que a partir de 2015 incorporará a disponibilização de acervo digital; o Programa Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE); o Programa de Formação do Aluno e do Professor Leitor, o Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos e o Programa Domínio Público. (PROJETO DE LEI, PL 5270/2016).

Mediante a informação, vale salientar, sobre as dimensões que o processo de leitura e escrita assume dentro da sociedade contemporânea e a preocupação do MEC em incorporar ações de incentivo a formação do leitor/ autor, ativo e consciente.

De acordo com Menegolo

O domínio da língua oral e escrita é fundamental para participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. (MENEGOLO, 2008, p. 200).

Nessa vertente, pode-se, afirmar que o modo peculiar de ser de cada pessoa, a forma como se expressa, imprime sua participação no contexto social a qual está inserido, ampliando suas capacidades e potencialidades no envolvimento com o grupo social ou comunidade que faz parte. Esse envolvimento, pode ser favorecido por meio da língua e dos signos linguísticos, que permite a interação do indivíduo com a sociedade.

#### **4 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DE LEITURA E PRODUÇÃO ESCRITA**

Com o enfoque dado as competências e habilidades de leitura e escrita, é necessário analisar sobre o que é leitura e sua contribuição para o processo de alfabetização. Martins (2005, p.7) afirma que “Sem dúvida o ato de ler é usualmente relacionado com a escrita e o leitor visto como decodificador da letra”. No entanto, Martins (2005) nos traz um questionamento, “Bastará, porém decifrar a letra para que aconteça a leitura?”.

Diante deste questionamento, vale enfatizar que a decifração dos códigos linguísticos, nessa sociedade marcada pela cultura letrada, não é mais suficiente, é preciso promover a ampliação de conhecimento de mundo do educando, promovendo situações que estimulem o desenvolvimento das suas potencialidades cognitivas.

Para Reinaldo (2001) apud Silva (2008, p.42).

A leitura e a escrita são movimentos complementares no desenvolvimento da competência textual do redator aprendiz: a sensibilização, através da leitura, para os traços específicos de cada tipo de texto contribui para que o aprendiz venha a construir seus textos de forma adequada com eficiência e espírito crítico.

Considerando o ponto de vista da autora percebe-se, que os processos que envolvem leitura e escrita, precisam ser significativos para os discentes, levando-os, a “compreensão crítica do ato de ler” e num movimento complementar possibilitá-lo a construir seus textos de forma adequada com eficiência e espírito crítico.

De acordo com Freire (1999, p.20).

A palavra dita flui do mundo mesmo através da leitura que dele fazemos. De alguma maneira, porém, podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo mas por uma certa forma de “escrevê-lo” ou de “reescrevê-lo”, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente.

Diante disso, compreende-se, que a aquisição da leitura e escrita pelo aluno tem como função possibilitá-lo a atuar no meio em que está inserido de forma consciente e crítica, todavia, esse processo não é algo aleatório e sim um processo sistematizado fundamentado em uma abordagem teórica.

Para Godoy; Dias.

O entendimento do que é leitura dependerá da abordagem teórica adotada. Assim, se numa perspectiva social a leitura é entendida como uma prática de inclusão social, em que se considerem conceitos de capacidade crítica e de exercício da cidadania, numa perspectiva cognitiva a leitura é concebida como processo cognitivo, o que implica o estudo de aspectos como interferências, predição e memória. (GODOY; DIAS, 2014, p.115).

Nesse sentido, considerando tanto a perspectiva social, quanto à cognitiva, compreende-se, que a leitura e a produção escrita, corroboram para ampliação da visão de mundo dos discentes, possibilitando a construção de novos saberes. Cabe então, a escola e os professores criarem um ambiente favorável ao desenvolvimento de práticas relacionadas à leitura e escrita.

De acordo com a Revista Nova Escola nº 154 citada por Cereja e Magalhães (2013).

Ler o mundo significa mais do que ser capaz de ler um texto. É necessário aprender outras linguagens além da escrita. Gráficos, estatísticas, desenhos geométricos, pinturas, desenhos, e outras manifestações artísticas, as ciências, as formas de expressão formais e coloquiais – tudo deve ser lido e tem códigos e símbolos específicos de decifração. Quando um aluno está diante de um problema matemático, precisa ser capaz de interpretar uma pergunta para entender que tipo de resposta é esperado. idem para quem busca extrair conclusões de uma tabela de censo demográfico. Se o professor pede para escrever cartas a destinatários diferentes, o estudante tem que escolher o estilo e o vocabulário adequado a cada situação. (CEREJA E MAGALHÃES, 2013,p.114).

Vale frisar, que ao adquirir competências leitoras o aluno passa a incorporar novas atitudes, isso se deve ao fato de o aluno ser capaz de mobilizar recursos eficientes para o desenvolvimento da percepção e a autonomia.

Cereja e Magalhães (2013) descrevem que:

A competência pode ser traduzida como uma espécie de “saber fazer”, isto é, saber lidar com as diferentes situações e problemas que se colocam diante de nós no dia a dia. As habilidades estão relacionadas com o “como fazer”, isto é, como um indivíduo mobiliza recursos, toma decisões, adota estratégias ou procedimentos e realiza ações concretas para resolver problemas. (CEREJA E MAGALHÃES 2013, p.114).

Diante disso, ressalta que é de fundamental importância o aluno desenvolver tanto a competência leitora, quanto a habilidade de ler, nesse sentido um “conjunto de ações ou operações, como observar, analisar, relacionar, concluir e comparar, entre outras, traduz as habilidades necessárias para lidar com leitura e interpretação de textos”. Cereja e Magalhães (2013,p.116).

Tendo em vista a relevância de se formar leitores críticos, buscam-se, trabalhar essa temática no ensino fundamental anos finais, por perceber as dificuldades dos alunos em compreender e atribuir significados ao que se ler.

De acordo com Aguiar (1997) apud Kirchof, Souza, Pereira (2013, p.128)

A escola preocupa-se em transmitir ensinamentos sobre literatura e não em ensinar a ler, resultando daí um contínuo fracasso no ensino de literatura, que tem por consequência um afastamento, cada vez maior entre o receptor e a mensagem. Soma-se o descaso pelo incentivo à leitura, associado, em muitas ocasiões, à falta de acervo adequado e na quantidade necessária na biblioteca escolar e a ausência de permissão para os alunos frequentarem livremente esse espaço em sua busca de prazer e de interação com o universo do imaginário.

Diante dos aspectos apontados pelas autoras percebem-se, alguns fatos que podem dificultar o processo de ensino aprendizagem da leitura culminando com o fracasso do ensino, nesse sentido, tomando por base essas observações, ressalta-se, que promover a aproximação do aluno com o universo da leitura, por meio dos diversos gêneros textuais é uma forma, não só de alfabetizar mais de torná-lo letrado.

Nesse sentido, a escola precisa desvelar caminhos para promover aprendizagens significativas, com o intuito de educar para cidadania conduzindo os alunos a perceberem, os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, assim como, possibilitar o envolvimento do discente de forma mais ativa e comprometida com esses fatores.

A leitura tem a função de inserir o aluno na sociedade, e ao mesmo tempo possibilitar que ele usufrua dos bens que ela pode proporcionar, desta forma, provocar no aluno o interesse e o gosto pela leitura é um grande passo para formação de leitores críticos, conscientes e responsáveis.

De acordo com Fontana e Porsche (2011).

Ler é fazer parte da sociedade, é integrar-se e tornar-se cidadão. Por isso, trabalhar com a leitura não é apenas tarefa das aulas de língua portuguesa, mas de todos os componentes curriculares, pois é com textos informativos, explicativos; com gráficos, que entraremos em contato com os textos literários, que permitem a leitura por prazer, a fruição a apreciação do que é belo. Fontana e Porsche (2011, P.17).

Desenvolver atividades que favorecem o processo de aquisição da leitura, não é responsabilidade somente dos professores de língua

portuguesa, nem tão pouco deve ser atribuída apenas a esta disciplina, porém, a atividade da leitura e escrita se relaciona com vários modos de expressões existentes no contexto escolar. Sendo uma “realidade interdisciplinar que, em muitas de suas manifestações [...] formam a bagagem comunicativa da criança desde seus primeiros anos”. Marafigo (2012, p.4).

Nessa perspectiva, é necessário que as atividades sejam trabalhadas de forma interdisciplinar e contextualizadas, dando aos educandos as possibilidades de atribuírem sentido e significado ao que ler e escreve e assim, desenvolver a autonomia o senso crítico e reflexivo.

De acordo com Armstrong e Barbosa (2012),

A contextualização pode motivar o aluno a apreender o conhecimento, tornando as aulas mais interessantes. A contextualização dos conteúdos [...] com base na história permite que o aluno compreenda a evolução da construção do conhecimento. Para contextualizar, o professor deve abordar também aspectos econômicos, sociais, tecnológicos, políticos, ambientais e geográficos, visando levar o aluno a compreender a relação entre as diversas ciências. (AMSTRONG; BARBOSA, 2012, p.142).

Essa visão de ensino no atual contexto educacional busca desenvolver práticas que sejam significativas para os alunos levando-os a compreender e relacionar as diversas ciências, à medida que o hábito de leitura vai sendo instaurado no contexto escolar, é dado ao aluno à oportunidade de se tornar um ser pensante e crítico acerca de temas atuais.

Segundo Silva (2012, p.206).

A proposta interdisciplinar aparece então, como uma oportunidade de se perceber o sujeito aprendente em sua totalidade histórica cultural, por meio de uma visão aprofundada e crítica da educação, a fim de possibilitar a germinação de consciências e diferentes posturas baseadas na pesquisa, na comunicação, na inovação e na cooperação mútua.

Partindo desta ótica, ressalta que ao desenvolver um trabalho interdisciplinar na sala de aula o professor estará oportunizando ao aprendiz a ampliação das competências linguísticas e discursivas, possibilitando o processo de interlocução texto – leitor - autor e contexto.

Segundo Bakhtin (1992, p. 16) “os textos são instâncias carregadas de significados em determinados lugares, recobertos de história”. Nesse sentido, tomando por base a fala do autor, busca refletir sobre as práticas de leitura e escrita e o ensino da língua portuguesa.

A rigidez com relação ao ensino da língua portuguesa e os erros ortográficos, propõe um padrão de escrita ideal e leitura correta, que acabam contribuindo para o fracasso no processo de escolarização da criança, causando dificuldades na aprendizagem.

Diante destas dificuldades percebidas e refletidas no processo de escolarização torna-se, necessário, que o professor busque promover diversas situações de uso da língua, sensibilizando os alunos para as várias possibilidades de expressões, tanto na língua falada, quanto na língua escrita.

É importante salientar que o processo de construção do significado depende muito dos incentivos e estímulos que o aluno recebe, desta forma, deve-se apresentar ao aluno textos que provoquem a sua curiosidade estimulando a sua necessidade de compreensão textual, não somente ler de forma mecânica, porém, ler relacionando o texto a sua experiência e a sua vivência cotidiana.

Conforme aponta Bakhtin (1996).

O essencial na tarefa de decodificação não consiste em reconhecer a forma utilizada, mas compreendê-la num contexto concreto preciso, compreender sua significação numa enunciação particular (Bakhtin, 1996, p.85).

Tomando por base o ponto de vista do autor, entende-se, a grande relevância de promover um ensino contextualizado levando o aluno a compreensão do seu papel dentro da sociedade, de forma autônoma e consciente.

Considerando o papel importante que a leitura e a escrita têm para o desenvolvimento do sujeito ativo e participativo no meio em que está inserido, Weiss (1997) aponta que grande parte das dificuldades de aprendizagem na escola está relacionada ao processo da leitura e escrita, segundo a autora:

A maioria das queixas escolares está focada na leitura, escrita [...], em diferentes graus e séries. Para se planejar uma avaliação é necessário distinguir a problemática existente em torno do período em que se dá basicamente o processo de alfabetização da que ocorre no desenvolvimento de leitura e escrita nas demais séries. (WEISS, 1997, p. 94).

Diante disso, torna-se, imprescindível desencadear um processo de reflexão na escola sobre quais fatores podem provocar essas dificuldades, isso envolve, aspectos teóricos, metodologia utilizada, tipo de clientela, capacitação profissional, participação da família na aprendizagem dos

discentes entre outros aspectos observáveis. A esse respeito, busca-se apresentar quais aspectos causam as dificuldades de aprendizagem da leitura e escrita no ensino fundamental.

Kato (2003) apud Godoy; Dias (2014, p.120-121) identifica alguns fatores que podem dificultar a aprendizagem da leitura e escrita são eles: “antecedentes sociais e dialetais, experiência individual com a linguagem, a transição entre gênero de texto, múltiplo controle das atividades, a relativa autonomia do texto escrito, as expectativas e metas do professor”.

Para superação destas dificuldades pressupõe-se, que seja necessária a incorporação de novas atitudes com intervenções relativas, sequenciais e adaptáveis ao contexto dos interlocutores. Além disso, o professor pode trabalhar aspectos relacionados ao cotidiano do educando, levando-o a problematizar e levantar hipóteses.

#### 4.1 METODOLOGIA

A realização deste trabalho de conclusão de curso propõe a investigação das dificuldades de leitura e escrita no ensino fundamental anos finais, utilizando-se, pesquisa bibliográfica de natureza exploratória com abordagem qualitativa, na qual envolve a leitura e análise de materiais já publicados, com o intuito de obter melhor compreensão sobre o tema pesquisado.

A pesquisa exploratória para Prodanov e Freitas (2013, p.52)

Quando a pesquisa se encontra na fase preliminar, tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que entre variáveis. [...] possui planejamento flexível, o que permite o estudo do tema sob diversos ângulos e aspectos.

Sobre a pesquisa de natureza qualitativa Prodanov e Freitas (2013)

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.70).

Desta forma, por meio da pesquisa bibliográfica, busca-se, informação sobre a importância da leitura e escrita para formação do leitor competente e crítico, investigando os possíveis fatores que causam dificuldades de aprendizagem nos anos finais. Para Demo (2000, p. 22) “Todas as pesquisas carecem de fundamento teórico e metodológico e só têm a ganhar se puderem, além da estringência categorial, apontar possibilidades de intervenção ou localização concreta”.

De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p.54) a Pesquisa bibliográfica:

Quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. (PRODANOV E FREITAS, 2013, P.54).

O caminho percorrido para realização deste trabalho teve início no período de realização do estágio supervisionado no ensino fundamental anos finais onde se percebeu, na turma estagiada que a maioria dos alunos apresentava dificuldades no processo de aquisição da leitura e escrita, surgindo assim, o interesse pela temática.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As pesquisas e análise realizadas neste trabalho trouxeram algumas reflexões sobre as dificuldades de leitura e escrita de alunos no ensino fundamental anos finais, a temática foi escolhida após a realização do estágio supervisionado no ensino fundamental, no entanto, o tipo de pesquisa adotada foi de caráter bibliográfico.

É importante salientar, que o trabalho envolvendo a leitura e escrita no ensino fundamental é muito importante para o desenvolvimento da consciência crítica do aprendiz, pois, acontece numa proporção capaz de imprimir a participação desse sujeito de forma ativa no contexto em que está inserido.

## **REFERÊNCIAS**

ANDRADE, I. B. de; LIMA, M. C. M. **Manual para elaboração e**

**apresentação de trabalhos científicos:** artigo científico. Campos dos Goytacazes: Fundação Benedito Pereira Nunes, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 6022:** informação e documentação: apresentação de artigo em publicação periódica científica impressa. Rio de Janeiro, 2002.

FRANÇA, J. L.; VASCONCELLOS, A. C. de. **Manual para normalização de publicações Técnico–Científicas.** 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

FREITAS, L. A. de. **A importância da revisão de texto nos trabalhos acadêmicos.** Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-da-revisao-de-texto-nos-trabalhos-academicos/58385/>>. Acesso em 31 jan. 2012.

INSTITUTO Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **ISSN.** Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.ibict.br/secao.php?cat=ISSN>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

MUELLER, S. P. M. O impacto das tecnologias de informação na geração do artigo científico. **Ciência da informação**, Brasília, DF, v. 23, n. 3, p. 309-317, 1994.

SANTOS, G. do R. C. M.; MOLINA, N. L.; DIAS, V. F. D. **Orientações e dicas práticas para trabalhos acadêmicos.** Curitiba: Ibpex, 2008.

PPGTU – PUCPR. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**. Instruções para autores. Disponível em: <[http://www.pucpr.br/curso\\_s/programas/ppgtu/urbe\\_instrucoes\\_autores.pdf](http://www.pucpr.br/curso_s/programas/ppgtu/urbe_instrucoes_autores.pdf)>. Acesso em: 31 jan. 2012.

RODRIGUES, S. B. **Artigos em eventos científicos sobre o ensino religioso no período de 1995 a 2010**. 125 f. Curitiba, 2011. Dissertação (Mestrado em Teologia). Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS – UEA. **Artigo científico**. Disponível em: <[www2.uea.edu.br/data/noticias/download/14487-1.doc](http://www2.uea.edu.br/data/noticias/download/14487-1.doc)>. Acesso em: 31 jan. 2012.

*Obs. Esses são apenas alguns exemplos de como referenciar corretamente cada tipo de material citado no seu texto. No botão orientações TCC você encontrará outros.*

## **CAPÍTULO 5**

### **POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO: UMA DISCUSSÃO SOBRE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**

**Alan Lima Gomes**

Pedagogo, Bacharel em Direito e Licenciado em Letra,  
Orientador educacional na Prefeitura Municipal de Redenção Pará.

---

#### **INTRODUÇÃO**

No cenário contemporâneo da educação brasileiras, as políticas educacionais direcionadas ao Ensino Médio ocupam posição central na constituição da mão de obra para o capitalismo neoliberal. A partir dessa premissa, este artigo propõe uma análise aprofundada das Políticas Educacionais para o Ensino Médio, com um olhar crítico sobre a influência do apelo ao empreendedorismo individualista e competitivo. Particularmente, examinaremos como essa orientação, permeada pela racionalidade técnica, pode comprometer o desenvolvimento de uma consciência cidadã robusta e a compreensão dos direitos, direcionando o foco para a competição em detrimento da formação para a vida em sociedade e para a transformação social. Postulamos que, ao invés de cidadãos ativos, a proposta de formação é de adestramento para o mercado de trabalho.

Portanto, o objetivo central deste trabalho é investigar como a ênfase no empreendedorismo individualista e na racionalidade técnica, presentes na BNCC e nas reformas do Ensino Médio, impacta a capacidade do sistema educacional em promover efetivamente a cidadania. Buscaremos compreender de que maneira a orientação para a competição capitalista e o adestramento dos corpos para o mercado de pode minar a formação cidadã dos estudantes, analisando criticamente as implicações dessas abordagens no contexto educacional atual.

A justificativa para este estudo reside na preocupação fundamental sobre como a abordagem educacional centrada no empreendedorismo e na racionalidade técnica neutraliza a possibilidade de uma educação emancipatória, efetivadoras de direitos humanos e que potencializa a transformação social. Ao explorar as políticas educacionais vigentes, pretendemos evidenciar as lacunas que surgem quando a competição é privilegiada em detrimento da formação cidadã. Esta análise crítica busca contribuir para o debate sobre alternativas que promovam uma educação mais alinhada aos valores democráticos e ao exercício pleno da cidadania, propondo que Direitos Humanos devem ser uma disciplina para o Ensino Médio.

A metodologia adotada para este estudo consistirá principalmente na análise documental das políticas educacionais referentes ao Ensino Médio. Será realizada uma revisão detalhada da BNCC e dos documentos relacionados às reformas do Ensino Médio, identificando elementos que tangenciem o empreendedorismo, a competitividade e a racionalidade técnica. Essa abordagem documental proporcionará uma base sólida para a compreensão das nuances presentes nas políticas educacionais, possibilitando uma análise crítica e embasada nos objetivos propostos neste trabalho.

## **1. A Reforma do Ensino Médio e a racionalidade instrumental**

As políticas educacionais apenas podem ser compreendidas considerando os interesses das elites políticas que as elaboram. A escola não é um espaço autônomo, mas reflete e reproduz as desigualdades sociais, sendo um instrumento de reprodução da lógica da acumulação do capital (Bourdieu e Passeron, 1990). Dessa forma, a Reforma do Ensino Médio reflete o poder que instituições financeiras internacionais tem sobre as instituições políticas brasileiras, a ponto de definir diretrizes para a educação nacional, que reflete a hegemonia do pensamento neoliberal no Brasil, conforme aponta Ferreti (2018).

A Reforma do Ensino Médio no Brasil foi implementada por meio da Lei nº 13.415/2017, sancionada em fevereiro de 2017. Essa reforma trouxe mudanças significativas na estrutura curricular e na organização do Ensino Médio, com o objetivo de tornar o currículo mais flexível, alinhado às demandas contemporâneas e possibilitando maior autonomia aos estudantes na escolha de seus itinerários formativos, que tem como foco o desenvolvimento da mão de obra para o mercado de trabalho.

A principal alteração promovida pela reforma foi a flexibilização do currículo, que passou a ser composto por uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e por Itinerários Formativos. A BNCC estabelece as competências e habilidades os estudantes devem desenvolver ao longo do Ensino Médio, enquanto os Itinerários Formativos consistem em áreas específicas de conhecimento, permitindo aos alunos escolherem disciplinas eletivas que estão alinhadas ao treinamento da mão de obra. Sobre isso, determina a Lei nº 13.415/2017:

Art. 36 . O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;

IV - ciências humanas e sociais aplicadas;

V - formação técnica e profissional.

§ 1º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino (Brasil, 2017).

Pinto e Melo (2021) discutem que o discurso das competências e da flexibilização do currículo desempenha a função de orientar a formação escolar para dimensões técnica e instrumental, típica do estágio atual da acumulação do capitalista, que é de natureza neoliberal. Com isso, a Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio (BNCC/EM) contribui para uma abordagem educacional imediatista, focada exclusivamente em desempenho e resultados – léxicos típicos do mercado de trabalho - o que proporciona um maior controle sobre as experiências individuais dos estudantes e sobre as instituições escolares. Trata-se de adestrar e treinar corpos, não de constituir cidadãos cientes de seus direitos.

As mudanças também visaram ampliar a carga horária, passando gradualmente de 800 para 1.000 horas anuais. Além disso, a reforma prevê maior integração entre teoria e prática, estimulando a realização de atividades práticas e estágios supervisionados, tirando da escola a possibilidade de transformar pela educação e tornando-a mero espaço de adestramento da mão de obra. Isso pode ser observado no artigo a seguir:

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

§ 6º A critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação com ênfase técnica e profissional considerará:  
I - a *inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo* ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional (Brasil, 2017, grifos nossos).

O trecho supramencionado, que foi incorporado à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), destaca a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes simulados, em parceria com instrumentos da legislação sobre aprendizagem profissional, busca integrar a educação formal com experiências práticas no mercado de trabalho. No entanto, é essencial examinar criticamente essa abordagem, considerando potenciais impactos negativos, em uma perspectiva de cidadania e Direitos Humanos. Em estudo sobre o tema, Moraes *et al* (2022, p.04) concluem:

A oferta dos arranjos curriculares para os itinerários formativos pode variar entre os entes federativos, mas, de modo geral, tem como consequências produzir, de um lado, lacunas na formação básica dos alunos pela impossibilidade de se apropriarem dos conhecimentos ofertados no conjunto das áreas e, de outro, sugerir “especializações” precoces e restritas, segundo as demandas imediatas do mercado de trabalho, a serem completadas, talvez, no Ensino Superior, por uma minoria.

A introdução de vivências práticas no contexto educacional reforça isso que Moraes *et al* (2022) de apartheid social produzido pela Reforma do Ensino Médio. A inserção precoce no mercado de trabalho, especialmente de estudantes menores de idade, levanta preocupações sobre a possível exploração de mão de obra juvenil. Nos questionamos se tais vivências práticas não seria meramente estratégias de adestramento desses jovens para o mercado de trabalho, indo na contramão das práticas de cidadania e de Direitos Humanos (Moraes *et al*, 2022).

Além disso, é necessário considerar o potencial impacto na ampliação das desigualdades educacionais. Nem todas as escolas e estudantes terão igualdade de acesso a oportunidades de vivências práticas de trabalho, podendo criar disparidades entre instituições localizadas em áreas mais ou menos favorecidas. Isso poderia resultar em uma formação desigual e favorecer aqueles que já possuem vantagens socioeconômicas.

A precarização das relações de trabalho também é uma preocupação. A inserção no mercado de trabalho sem uma base educacional sólida pode limitar as opções futuras dos estudantes, contribuindo para a perpetuação de ciclos de trabalho informal e baixa qualificação. Educação não é ter vivências no mercado de trabalho, mas aprender a olhar criticamente a realidade e a transformá-la por meio da ação coletiva. A educação tem que ser um mecanismo de transgressão e resistência, não de adaptação e adestramento (Freire, 2003).

## **2. Competências e Empreendedorismo na BNCC**

Pinto e Melo (2021) explicam que orientações e padrões curriculares neoliberais introduziram a ideia de competências associadas ao processo de ensino e aprendizagem, dando continuidade a um processo mais evidente de conexão entre educação e economia, voltado para atender às demandas das atividades produtivas. Essa é justamente a estratégia neoliberal, ou seja, alinhar o Estado e suas políticas públicas aos anseios do mercado. A abordagem das competências, segundo os autores, confere à educação uma abordagem reducionista, desprovida de pensamento crítico, trazendo alienação, ao invés de se constituir um compromisso da escola com a cidadania e com os direitos humanos.

De fato, a pedagogia das competências está claramente presente na Base Nacional Curricular Comum, nos seguintes termos:

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (Brasil, 2018, p. 06)

Zajac e Cássio (2023) avaliam que a pedagogia das competências, que se focam nas competências socioemocionais para o mercado de trabalho, retira do estudo o direito à aprendizagem e transforma a vida em projeto. Os autores explicam que a apropriação da pedagogia de competência pelas políticas educacionais faz parte de um processo maior e de caráter político, que é a consolidação de uma cultura de mensurar desempenho educacional e de criação de indicadores de resultados sobre a suposta aprendizagem dos estudantes.

No ensino médio, a ênfase na construção de projetos de vida, promove, segundo os autores, a formulação da ideia de que os sujeitos educacionais – jovens com identidades em construção – devem criar um projeto de vida, centrado no trabalho. A submissão da subjetividade humana ao trabalho é sem dúvidas uma estratégia de dominação e de subalternização dos jovens, aos quais são negadas uma educação focada na cidadania e nos Direitos Humanos.

Ainda, a BNCC tem um forte apelo ao empreendedorismo, considerada uma das competências a serem desenvolvidas pela escola. Vejamos, por exemplo, o texto a seguir, tirada da Base:

Há hoje mais espaço para o empreendedorismo individual, em todas as classes sociais, e cresce a importância da educação financeira e da compreensão do sistema monetário contemporâneo nacional e mundial, imprescindíveis para uma inserção crítica e consciente no mundo atual. Diante desse cenário, impõem-se novos desafios às Ciências Humanas, incluindo a compreensão dos impactos das inovações tecnológicas nas relações de produção, trabalho e consumo. (BRASIL, 2018, p.568)

Conforme podemos verificar, o texto traz uma informação sem nenhuma fonte ou comprovação científica, de que há espaço para o empreendedorismo individual em todas as classes sociais. Ao direcionar o olhar para o empreendedorismo individual como uma solução para a ascensão social, corre-se o risco de mascarar a realidade da informalidade no mercado de trabalho. Muitos empreendedores individuais, especialmente em setores informais, enfrentam condições precárias, ausência de benefícios trabalhistas e instabilidade financeira. A ênfase exclusiva no empreendedorismo individual pode, portanto, não abordar adequadamente os desafios associados à informalidade e à falta de proteção social (Franco e Ferraz, 2019).

Crochick (2021) entende a ênfase no empreendedorismo na BNCC como estratégia de dominação, que visa manter o status quo e as desigualdades sociais. Para entender tais relações, ele usa o conceito de sociedade administrada, que é produto da sociedade neoliberal e que defende uma educação cujo valor é dado pela capacidade das escolas treinarem os sujeitos e mantê-los alienados.

Assim, a BNCC empenha-se em romantizar o mercado de trabalho, dissimulando a subalternização e as estratégias de subordinação das classes populares presentes nas organizações, retratando-o como um ambiente propício para a construção de carreiras bem-sucedidas e realização de sonhos mediante esforço pessoal e dedicação laboral, conforme argumentam Faria, Dagnino e Novaes (2008). Essa perspectiva é reforçada pelo seguinte trecho da BNCC:

(...) proporcionar uma cultura favorável ao desenvolvimento de atitudes, capacidades e valores que promovam o empreendedorismo (criatividade, inovação, organização, planejamento, responsabilidade, liderança, colaboração, visão de futuro, assunção de riscos, *resiliência* e curiosidade científica, entre outros), entendido como competência essencial ao desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à empregabilidade (BRASIL, 2018, p.466, grifos nossos)

Na perspectiva de Freire (2003), a educação como prática de liberdade é aquela que se alinha à cidadania e aos direitos humanos. Para autor, a educação não pode ser um instrumento de dominação. Pelo contrário, ela deve ser um instrumento libertador, capacitando os indivíduos a compreenderem criticamente o mundo ao seu redor e a se tornarem agentes ativos na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Essa abordagem preconiza o diálogo e a participação como elementos fundamentais no processo educacional. Freire (2003) enfatiza que a aprendizagem deve ser construída por meio do diálogo entre educadores e educandos, promovendo uma troca de saberes e experiências. A participação ativa dos alunos é essencial, proporcionando o desenvolvimento da

autonomia e do pensamento crítico, que potencialize a formação de cidadãos prontos a transformarem a história.

Outro pilar dessa concepção é a conscientização. Freire (2003) defende que os educadores têm a responsabilidade de potencializar nos alunos a desenvolverem uma consciência crítica sobre a realidade social, política e econômica em que estão inseridos. Esse processo de conscientização é fundamental para que os indivíduos possam agir de maneira informada e engajada na transformação da sociedade.

Além disso, a "educação como prática de liberdade" visa à construção de espaços de resistência e transgressão às relações de dominação. O objetivo é capacitar as pessoas a se tornarem sujeitos ativos na construção do seu próprio conhecimento e na transformação de suas realidades. Nesse sentido, a educação não é apenas um meio de transmitir informações, mas uma ferramenta que proporciona aos indivíduos a liberdade de pensar, questionar e agir de forma crítica e consciente.

Contudo, conforme podemos verificar no texto supramencionado da BNCC, essa política educacional de currículo defende a resiliência, ou seja, a aceitação passiva da exploração do capital e da hegemonia de classe.

### **3. Educação para os Direitos Humanos**

Na perspectiva de Crochick (2021), políticas como a BNCC e a reforma do Ensino Médio são estratégias de administrar a sociedade, por meio do treinamento das massas para o trabalho. Ela deslegitima a educação como instrumento político e torna ela é instrumento de adestramento de mão de obra. Defendo um ponto de vista diverso, Crochick (2021, p.14 e 15) defende uma educação política:

Se, como defendido no início deste texto, a educação deve ser política, dirigida à formação da consciência, a consciência alienada dos conflitos sociais e a consciência reificada, que converte todos em objetos de administração (manipulação), devem ser criticadas, e, como desenvolvido na parte anterior, a ideologia, quer ao ocupar a consciência por uma visão reduzida do mundo ao existente ou por ser mentira manifesta, deve ser combatida, na direção de retirar a base subjetiva do apoio ao extermínio objetivo. Deve-se enfatizar que a violência e a tendência à não violência, presentes e fomentadas na escola, são mediadas socialmente.

Uma educação política é aquela destinada aos Direitos Humanos. Falamos em Educação para os Direitos Humanos, porque estamos indo além de apresentar aos educandos tais direitos, mas sim para preparar os estudantes para reivindicá-los. Para isso, a escola não pode ser reprodutora da desigualdade social e não pode ser um espaço autoritário de formação de

corpos para o capitalismo (Fernandes e Paduleto, 2010).

Na perspectiva de Freire (2013), o sujeito é conquistado e oprimido pela escola, ficando sobre seu poder discursivo. O autor afirma que isso é feito pela fragilização da classe trabalhadora e isso é claramente feito por meio de uma educação que defende a competição típica do empreendedorismo. Cria-se o mito do sucesso, do consumo e da liberdade no trabalho e a classe trabalhadora adere a esse discurso proclamado pela escola como libertador. Nesse regime de verdade, a liberdade liberal mascara que nada mais é que a escravidão do trabalho assalariado. É por isso que a escola deve ser, para Freire (2013), espaço de uma práxis libertadora.

Para a concretização da práxis libertadora defendemos a inclusão de uma disciplina de direitos humanos no ensino médio, que consideramos é fundamental para promover uma formação mais abrangente e consciente dos estudantes. Em um cenário global complexo, onde desafios relacionados à desigualdade, discriminação e violações dos direitos humanos persistem, é crucial que os jovens compreendam os princípios fundamentais que regem a dignidade humana, a igualdade e a justiça. Ao oferecer uma disciplina específica dedicada aos direitos humanos, os estudantes podem ter a oportunidade de explorar temas como cidadania, diversidade, inclusão social e responsabilidade coletiva. Essa abordagem contribuiria para a formação de cidadãos mais informados e engajados, capazes de promover a justiça social e atuar como agentes de mudança em suas comunidades.

Em contraposição à ideia do empreendedorismo como foco exclusivo no ensino médio, a inclusão da disciplina de direitos humanos também oferece uma perspectiva crítica sobre os desafios associados ao excesso de ênfase na competição individual e no sucesso material. Ao compreenderem os direitos humanos, os estudantes podem questionar e analisar de maneira mais profunda as estruturas sociais que perpetuam desigualdades, incluindo aquelas relacionadas ao mundo do trabalho. Dessa forma, a disciplina contribuiria para uma educação que não apenas prepara os jovens para desafios práticos, mas também os capacita a pensar de maneira ética e contextualizada, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa.

## **Considerações Finais**

As políticas educacionais brasileira voltadas para o ensino médio refletem uma abordagem que tende a subalternizar os alunos, inserindo-os na lógica exploradora do mercado de trabalho. Esse processo é conduzido por meio da fetichização do próprio mercado e da disseminação do mito da meritocracia. Ao enfatizar a competição individual como critério principal de sucesso, essas políticas perpetuam desigualdades, obscurecendo as barreiras sociais e econômicas que muitos estudantes enfrentam e naturalizando os processos que levam à miséria e à fome.

No entanto, ao explorar a educação voltada para os direitos humanos, é possível desmistificar a ideia da meritocracia como uma falácia

presente na BNCC. A meritocracia apresentada como um caminho justo e equitativo para o sucesso, revela-se como um sistema que favorece aqueles que já possuem privilégios. A educação para os direitos humanos desafia essa visão, propondo que a escola seja um espaço de práxis libertadora. Nesse contexto, a escola não apenas transmite conhecimentos, mas também se torna um ambiente de resistência e transgressão das injustiças, promovendo uma educação que capacita os alunos a questionarem as estruturas opressivas e a se engajarem na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Ela não perpetua a alienação, mas resiste a ela.

## **Referências**

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Brasília: Ministério da Educação: 2017. Disponível em:**  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm).  
Acesso em: 9 fev.2024.

BRASIL. **BNCC. Disponível em:**  
[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versa\\_ofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versa_ofinal_site.pdf). Acesso em: 10 fev.2024.

CROCHICK, J. L. Educação, neoliberalismo e/ou sociedade administrada. **Educar em Revista**, v. 37, p. e80472, 2021. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/er/a/Jbh9vxXVdWdSrG9cSLy6fcg#ModalHowcite>.  
Acesso em: 10 fev.2024.

FARIA, M. S. DE; DAGNINO, R.; NOVAES, H. T. Do fetichismo da organização e da tecnologia ao mimetismo tecnológico: os labirintos das fábricas recuperadas. *Revista Katálysis*, v11(1), p. 123–131, jan. 2008. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/rk/a/7pxss6t6L8RYmVtVkkdryYy/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 11 fev.2024.

FERNANDES, A. V. M.; PALUDETO, M. C. Educação e direitos humanos: desafios para a escola contemporânea. **Cadernos CEDES**, v. 30, n. 81, p. 233–249, maio 2010. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/KYK3qM4zNL6zvZdHb54pzft/#ModalHowcite>. Acesso em: 09 fev.2024.

FRANCO, D. S.; FERRAZ, D. L. D. S. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 17, n. spe, p. 844–856, nov. 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cebape/a/9NJd8xMhZD3qJVwqsG4WV3c/#ModalHowcite>. Acesso em:09 fev.2024.

FREIRE, P. **Educação como Prática de Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, P. **A Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

MORAES, C. S. V. et al. Reforma do Ensino Médio: a Institucionalização do Apartheid Social na Educação. **Educação & Sociedade**, v. 43, p. e261875, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/CQL85LFng8qhDk9dnF93vvs/#ModalHowcite>. Acesso em:10 fev.2024.

PINTO, S. N. D. S.; MELO, S. D. G. Mudanças nas políticas curriculares do ensino médio no Brasil: repercussões da BNCCEM no currículo mineiro. *Educação em Revista*, v. 37, p. e34196, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/gHjF9n8vLqPrwzCHb8zzKYB/#>. Acesso em:10 fev.2024.

ZAJAC, D. R.; CÁSSIO, F. A aprendizagem da pedagogia das competências na BNCC. *Educação & Sociedade*, v. 44, p. e270962, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/MJFV5YdC3q8xdNWxnkdLd9d/#ModalHowcite>. Acesso em:11 fev.2024.

## CAPÍTULO 6

### **ENSINO FUNDAMENTAL E A BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM NACIONAL: AS CONTRADIÇÕES DO ENSINO E APRENDIZAGEM DA CIDADANIA**

**Mateus Augusto Lima Ribeiro**

Bacharel em Direito e Licenciando em Artes Visuais, atuando como Técnico do PROCON em Redenção Pará.

---

#### **INTRODUÇÃO**

No cenário educacional contemporâneo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) emergiu em 2018 como um marco regulatório que orienta e padronizar os conteúdos a serem desenvolvidos ao longo da trajetória escolar no Ensino Fundamental. Ela define os conhecimentos escolares que possuem legitimidade para adentrar no sistema de ensino e serem alvos de processos de ensino e aprendizagem.

A cidadania certamente foi um desses temas que adentraram a lógica das competências e habilidades da Base e ela o léxico aparece 28 no texto oficial. No entanto, a efetivação das propostas da BNCC, particularmente no que tange à formação cidadã, levanta questões pertinentes sobre as contradições presentes no ensino e aprendizagem da cidadania. Este artigo se propõe a investigar, de maneira crítica, as habilidades relacionadas à cidadania no contexto do Ensino Fundamental, à luz da BNCC, explorando as incongruências entre os discursos propostos pela base e a influência da perspectiva neoliberal na concepção educacional.

Partindo da premissa de que a BNCC, enquanto instrumento normativo, almeja a formação integral do estudante, incluindo aspectos éticos e cidadãos, a hipótese subjacente a este estudo é a de que existem contradições entre os objetivos cidadãos propostos pela base e a influência da visão neoliberal sobre a educação. Supõe-se que essa tensão pode impactar diretamente na eficácia do ensino e aprendizagem da cidadania no Ensino Fundamental. Ademais, sugere-se que, ao compreender e desvelar tais contradições, é possível vislumbrar práticas alternativas de ensino de cidadania que transcendam a lógica neoliberal e o modelo tradicional de educação bancária, contribuindo para uma formação cidadã mais crítica e emancipatória.

A importância de analisar a formação cidadã no Ensino Fundamental ganha relevância na medida em que a construção de uma sociedade justa e participativa está intrinsecamente ligada à qualidade da educação. Ao adotar a BNCC como referencial, é essencial compreender como os objetivos e diretrizes propostos por esse documento se refletem na prática pedagógica,

especialmente no que diz respeito à promoção da cidadania. Além disso, a justificativa para este estudo reside na necessidade de compreender as contradições entre o discurso cidadão presente na BNCC e a influência neoliberal, que frequentemente permeia as políticas educacionais, impactando a concretização dos ideais propostos.

## **1. Conhecimento escolar, currículo e cidadania**

A discussão aqui proposta inicia-se com uma reflexão sobre o conceito de currículo e de conhecimento escolar. Para tal, nos debruçaremos sobre o arcabouço teórico de Moreira (2006). Em primeiro lugar é preciso reconhecer que o currículo não é neutro. O currículo, enquanto documento de caráter político, reflete as escolhas da elite política que o concebe, configurando-se como um instrumento de poder que molda os processos educacionais de uma sociedade. A formulação do currículo não ocorre em um vácuo ideológico, pelo contrário, é um produto das decisões e ideologias da elite política, que detém o poder de determinar quais conhecimentos são considerados legítimos e, por extensão, merecedores de serem incorporados ao cenário educacional.

Nesse contexto, Moreira (2006) aponta que o currículo não apenas define o que será ensinado, mas também delimita fronteiras do que é considerado legítimo em termos de conhecimento. Este processo de legitimação implica, muitas vezes, na exclusão de saberes que não se alinham com a visão hegemônica estabelecida pelos formuladores das políticas públicas de currículo. O currículo, portanto, atua como um filtro, privilegiando determinados conhecimentos em detrimento de outros, em uma dinâmica que pode perpetuar e reforçar desigualdades sociais.

Conforme Moreira (2006), a seleção de conteúdos e a definição do que é considerado "saber legítimo" não ocorrem de forma neutra. Ao contrário, refletem valores, interesses e ideologias presentes na elite política, podendo perpetuar visões de mundo particulares e reforçar estruturas de poder preexistentes. A exclusão de saberes marginalizados, muitas vezes calcados em práticas e tradições populares, contribui para a reprodução de uma hierarquia de conhecimentos, no qual o saber dominante é arbitrariamente definido, marginalizando formas alternativas de compreender e interpretar a realidade.

Nesse sentido, a compreensão do currículo como um documento político é essencial para analisar as implicações das escolhas educacionais nas dinâmicas sociais, promovendo uma reflexão crítica sobre os processos de legitimação e exclusão presentes na construção do conhecimento escolar. Essa abordagem permite explorar a diversidade de saberes e questionar as hierarquias impostas, abrindo espaço para uma educação mais inclusiva, plural e comprometida com a equidade.

Um olhar sobre a BNCC, no que se refere ao Ensino Fundamental, nos mostra que a cidadania foi considerada pelos seus elaboradores como

um conhecimento escolar legítimo. De fato, a Base constrói uma narrativa que relaciona de maneira intrínseca educação, escola e cidadania. De fato, uma das competências a serem exploradas no Ensino Fundamental é:

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do *mundo do trabalho* e fazer escolhas alinhadas ao *exercício da cidadania* e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (Brasil, 2018, p.07, *grifos nossos*).

Na Base, o léxico cidadania aparece continuamente junto com o conceito de mundo do trabalho e sempre como algo que se “exerce” como projeto de vida. A perspectiva discursiva da Base é a de que, dentro do projeto de vida estabelecido pelo aluno, ele adquira competências para atender ao mundo do trabalho e para “exercer” a sua cidadania.

O que nos parece perigoso aqui é a perspectiva da cidadania como algo “dado”, ou seja, como algo que já está a dispor do aluno, desde que ele a conheça como conteúdo escolar e que esteja disposto a exercê-la. Contudo, nos questionamos se, em um país neoliberal, a cidadania é de algo disponível para todos e não algo a ser conquistado na luta diária, nas resistências contras as relações de poder e em cada transgressão das subalternizações da sociedade capitalista.

A crítica que levantamos é do perigo desse discurso de considerar a cidadania como algo pronto para ser adquirido, desde que o aluno esteja ciente do conceito e disposto a praticá-lo. A argumentação precisa ir além, questionando se, em uma sociedade neoliberal, a cidadania pode ser verdadeiramente acessível a todos, ou se é algo que deve ser conquistado diariamente, confrontando as relações de poder e resistindo às subalternizações inerentes à sociedade capitalista.

Sugerimos que a BNCC negligencia as complexidades e desafios enfrentados por indivíduos em um contexto neoliberal, onde a cidadania pode não ser um dado, mas sim uma conquista que demanda engajamento, luta e resistência. A ideia de que a cidadania é algo a ser exercido no âmbito do projeto de vida do aluno pode minimizar as barreiras sistêmicas e estruturais que muitos enfrentam, tornando essencial uma abordagem mais ampla e crítica sobre o tema. Ao ignorar a cidadania como conquista diária, a BNCC desmobiliza a luta social.

## 2. BNCC e Neoliberalismo

A interpretação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) à luz do neoliberalismo pode ser feita considerando alguns elementos presentes intrinsecamente no documento. Uma abordagem argumentativa indica que a ênfase nas avaliações externas, a pedagogia das competências e o apelo ao

empreendedorismo refletem uma orientação para atender aos propósitos do neoliberalismo.

A pedagogia das competências, marco principal da BNCC, é uma estratégia para formar indivíduos mais alinhados com os valores neoliberais, que tenham como projeto de vida atender às demandas do mercado de trabalho. A ênfase na empregabilidade, autonomia e adaptabilidade reflete características valorizadas no mercado de trabalho neoliberal e a escola ganha como meta ensinar as competências socioemocionais exigidas pelo mercado. Sobre isso, Silva (2023, p.17 e 18):

O tratamento dado a tais competências contempla a menção a certos textos motivadores e a contínua presença exercícios e questionamentos nos quais os discentes são impelidos a refletirem sobre os sentimentos e o modo como lidam com eles, de modo a exercerem um autoconhecimento e um processo de subjetivação. Quando associamos essas competências nas/das coleções ao funcionamento da racionalidade neoliberal, podemos ponderar que há uma relação direta, porque os jovens são orientados a regular suas emoções, com vistas a aperfeiçoar o seu capital humano e, como corolário, construir o seu projeto com base naquilo que é desejável no cerne de uma racionalidade matizada pela concorrência, individualidade, resiliência e autonomia. A busca pelo bem-estar, advinda de um domínio sobre o terreno das emoções, não está isenta de marcadores que arrefecem um cálculo do tipo custo-benefício, esforço-recompensa.

Trata-se, portanto, de subordinar a subjetividade dos alunos ao mercado, para que ele seja passivo e resiliente diante da dominação. Silva (2023) aponta que incorporação das competências socioemocionais reflete os interesses de entidades ligadas ao setor privado e ao mercado financeiro internacional. Na perspectiva do neoliberalismo, o sistema de ensino torna-se espaço de desenvolvimento dos princípios da administração competitiva de mercado, com o intuito de desenvolver uma política curricular alinhada ao neoliberalismo, estimulando o individualismo e a competitividade. Essa percepção está presente no seguinte trecho da BNCC:

Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do

pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC (Brasil, 2018, p.07, grifos nossos).

Fica claro aqui o deslocamento da cidadania enquanto prática de resistência para cidadania enquanto habilidade. Cidadania se torna um “saber fazer”, que reflete um determinado modelo de comportamento aparentemente “civilizado”, que possibilitaria resolver problemas do mercado de trabalho, não resistir às relações de poder.

Ao transformar a cidadania em um "saber fazer", a ênfase recai sobre a capacidade dos indivíduos de se adaptarem e resolverem demandas práticas da vida cotidiana, da cidadania plena e do ambiente profissional. No entanto, essa perspectiva pode ser interpretada como uma redução da cidadania a um conjunto de comportamentos conformes, voltados para a eficácia no mercado de trabalho, em detrimento de uma compreensão mais profunda que envolva a participação ativa na sociedade e a capacidade de questionar e resistir às injustiças e desigualdades. Ainda, a transformação da cidadania em uma habilidade pragmática pode gerar preocupações quanto à possibilidade de formar cidadãos passivos, mais preocupados em se encaixar em estruturas existentes do que em questionar e transformar tais estruturas. Essa abordagem também levanta questões sobre o papel da educação na formação de indivíduos críticos e conscientes de seus direitos.

Em última análise, a percepção apresentada suscita reflexões sobre os valores subjacentes à educação proposta pela BNCC e como ela pode moldar a visão dos estudantes em relação à cidadania, influenciando não apenas sua adaptação ao mercado de trabalho, mas também seu papel na construção de uma sociedade mais justa e participativa.

### **3. Cidadania como habilidade empresarial**

Nos debruçaremos agora na definição que a BNCC traz de cidadania:

[...] o exercício da cidadania, que envolve, por exemplo, a condição de se inteirar dos fatos do mundo e opinar sobre eles, de poder propor pautas de discussão e soluções de problemas, como forma de vislumbrar formas de atuação na vida pública; uma formação estética, vinculada à experiência de leitura e escrita do texto literário e à compreensão e produção de textos artísticos multissemióticos (Brasil, 2018, p. 80).

A análise aponta que a BNCC, ao destacar a cidadania como a capacidade de opinar e propor soluções, reduz esse conceito à esfera discursiva e participativa. Ou seja, a ênfase recai sobre a capacidade de

compreender o mundo e expressar ideias, mas não necessariamente sobre a ação transformadora na realidade. Ao mencionar apenas a "visão" e a "opinião", a BNCC negligencia o aspecto de resistente da cidadania, que envolve não apenas a capacidade de entender e expressar, mas também de agir de maneira efetiva na transformação da realidade. A cidadania plena vai além da expressão de ideias; envolve ações concretas para promover mudanças e contribuir para uma sociedade mais justa e equitativa.

A formação estética mencionada também é abordada mais como uma experiência individual do que como uma ferramenta para a compreensão crítica e transformadora da cultura. Dessa forma, a BNCC, ao colocar ênfase na expressão individual e na participação, falha em proporcionar uma compreensão mais profunda da cidadania como um agir transformador sobre a realidade, indo além das palavras e das opiniões para efetivamente contribuir para a construção de uma sociedade mais justa. A cidadania, na BNCC, é meramente comportamental e adaptativa, não emancipatória. Pinhão e Martins (2016) apontam que se faz urgente reexaminar a relação entre o conhecimento escolar e a cidadania, de forma a contextualizá-la na realidade concreta e superar alguns discursos pedagógicos que se fundamentam na formação para uma convivência social idealizada, uma vez que a questão da cidadania é conflituosa e está longe de ser harmoniosa. A cidadania não é uma questão moral, como a reduz a BNCC. Pelo contrário, é instrumento de luta.

Muzzatto e Silva (2021) apontam que a abordagem da cidadania na BNCC é aquela típica do liberalismo político, que é intrinsecamente ligada aos direitos individuais. Isso inclui direitos como liberdade de expressão, liberdade religiosa, propriedade privada e outros princípios que protegem a autonomia e a individualidade. Cidadania liberal valoriza a participação ativa na vida política. Isso inclui o direito de votar, ser eleito, expressar opiniões e se envolver em processos democráticos. Os cidadãos são considerados agentes ativos na formação e no funcionamento do governo. Essa percepção de cidadania é sistêmica, mas a educação deve ser emancipatória. Não se trata meramente de ensinar os sujeitos a se posicionarem sobre o sistema, mas se ensinar a transgredir relações de dominação injustas.

Entendemos que a noção de cidadania, conforme discursivamente apresentada na BNCC, é desdobramento da abordagem da cidadania empresarial da década de 90, que é um conceito moral e comportamental, típico das ciências administração. Alves (2001), em uma perspectiva apologética do conceito, afirma que as empresas engajadas na cidadania empresarial buscam comprometer-se socialmente, investindo em iniciativas que beneficiem as comunidades locais. Isso pode incluir projetos voltados para a educação, saúde, cultura e esportes, demonstrando um compromisso com o desenvolvimento das áreas em que atuam. Além disso, a cidadania empresarial abrange a ética nos negócios, promovendo práticas transparentes, éticas e responsáveis em todas as operações. Empresas comprometidas evitam condutas prejudiciais à reputação e adotam uma

postura ética em suas relações com clientes, fornecedores e outros parceiros. No âmbito das relações laborais, a cidadania empresarial preconiza condições de trabalho seguras, salários justos, oportunidades de desenvolvimento profissional e a promoção da diversidade no ambiente de trabalho. A gestão transparente e a prestação de contas são essenciais nesse processo, permitindo que os stakeholders avaliem o desempenho e a responsabilidade social das empresas.

Trata-se de uma perspectiva de cidadania que se constitui para a reprodução do capitalismo, mantendo a massa assalariada pronta para o trabalho, treinada e adestrada. Essa lógica reduz a escola a uma perspectiva de treinamento, não de emancipação (Soler, 2022). No trecho a seguir temos justamente essa percepção de cidadania como competências que se aprende a fazer, não como conhecimento transformador:

Construção de valores: vincula-se aos conhecimentos originados em discussões e vivências no contexto da tematização das práticas corporais, que possibilitam a aprendizagem de *valores e normas* voltadas ao exercício da cidadania em prol de uma sociedade democrática. A produção e partilha de atitudes, normas e valores (positivos e negativos) são inerentes a qualquer processo de socialização. No entanto, essa dimensão está diretamente associada ao ato intencional de ensino e de aprendizagem e, portanto, demanda intervenção pedagógica orientada para tal fim (Brasil, 2018, p. 217, *grifos nossos*).

Vemos aqui que, no contexto do componente curricular Educação Física, que a cidadania é trabalhada como valores e normas e que a intervenção pedagógica tem como objetivo impor esse conjunto de comportamento esperados pelo mercado. Trata-se, portanto, de subalternização às normas, não de possibilitar a transgressão da mesma.

Aguiar (2019) aponta que a BNCC é fruto de reformas conservadoras na educação brasileira. Aguiar (2019) destaca que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é resultante de reformas conservadoras no cenário educacional brasileiro. O argumenta adicionalmente que a BNCC reflete um movimento de subordinação das políticas educacionais à lógica de mercado. Essa perspectiva pode ser interpretada como uma mudança que retira o foco da educação como prática de liberdade, uma possibilidade de emancipação do indivíduo da alienação, para direcioná-lo a uma postura mais passiva diante do processo educativo.

Aguiar (2019) aponta que, ao adotar uma abordagem que alinha as políticas educacionais à lógica de mercado, a BNCC pode ser percebida como favorecendo uma educação mais instrumental, voltada para a preparação dos estudantes para o mercado de trabalho, em detrimento de uma visão mais ampla que destaque a educação como um meio para a

promoção da liberdade, autonomia e pensamento crítico. Essa perspectiva argumenta que a BNCC, ao enfatizar competências alinhadas com as demandas do mercado, reduz a educação a uma mera transmissão de habilidades técnicas, negligenciando a importância da educação como um instrumento de transformação social e libertação individual. Ao abordar a BNCC como resultado de reformas conservadoras e um movimento de subordinação às lógicas de mercado, o argumenta que há uma tendência em desviar a educação de seu potencial emancipatório e da concepção da educação como uma prática que liberta e estimula a participação ativa, transformando-a em um instrumento mais alinhado à demanda do mercado, potencialmente gerando uma postura mais passiva por parte dos estudantes.

### **Consideração finais: proposta curricular**

Aqui fazemos a proposta de um componente curricular intitulado Cidadania e Direito para o ensino fundamental, abordando a cidadania fora da perspectiva do capitalismo neoliberal e enfatizando-a como estratégia de resistência e transgressão das regras de dominação, é uma iniciativa enriquecedora que pode promover uma compreensão mais crítica e engajada dos estudantes em relação à sociedade. O componente curricular possibilita que os alunos do ensino fundamental narrem aquilo que, dentro da sua trajetória de vida, mostrou-se injusto, para que a prática da cidadania parta da realidade concreta, não da conceitos abstratos.

Objetivos do Componente Curricular:

1. Desconstrução de Paradigmas Neoliberais: O componente visa desconstruir os paradigmas neoliberais, desafiando a ideia de cidadania centrada no mercado e explorando as implicações sociais, econômicas e políticas desse modelo.
2. Compreensão Crítica da Cidadania: Busca-se desenvolver uma compreensão crítica da cidadania, destacando-a como uma prática de resistência e transgressão das normas de dominação presentes no contexto social, político e econômico.
3. Exploração de Movimentos Sociais: O componente curricular explora os movimentos sociais como expressões concretas de cidadania ativa, destacando o papel desses movimentos na busca por equidade, justiça social e na resistência contra estruturas de poder injustas.
4. Análise de Casos Históricos e Contemporâneos: Incorpora o estudo de casos históricos e contemporâneos que exemplificam a cidadania como resistência, como os movimentos pelos direitos civis, feminismo, LGBTQ+ e outros que desafiam sistemas de opressão.
5. Ética e Direitos Humanos: Explora questões éticas e direitos humanos como fundamentos para uma cidadania transformadora, incentivando os alunos a refletirem sobre seu papel na promoção de uma sociedade mais justa.

6. Exercícios Práticos de Participação: Inclui exercícios práticos que incentivam a participação ativa dos alunos em projetos comunitários, discussões de temas sociais relevantes e ações que promovam mudanças positivas em seu entorno.

Metodologia Pedagógica:

1. Abordagem Interdisciplinar: Utiliza uma abordagem interdisciplinar, integrando temas de ciências sociais, história, ética e direito para proporcionar uma compreensão mais abrangente da cidadania como resistência.

2. Diálogo Aberto: Fomenta um ambiente de diálogo aberto e respeitoso, incentivando a expressão de diferentes perspectivas e experiências dos alunos.

3. Utilização de Recursos Multimídia: Incorpora recursos multimídia, como documentários, filmes, entrevistas e literatura crítica, para enriquecer o aprendizado e conectar os alunos com diversas formas de resistência e transgressão.

4. Avaliação Formativa: Adota uma avaliação formativa, que valoriza não apenas o conhecimento teórico, mas também a capacidade dos alunos de aplicar conceitos na prática, refletir criticamente e se engajar em discussões significativas.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. da S. reformas conservadoras e a “nova educação”: orientações hegemônicas no MEC e no CNE. **Educação & Sociedade**, v. 40, p. e0225329, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/fdCK8QDyRGNwBFWKsMYtvFv#ModalHowcite>. Acesso em: 13 fev. 2024.

ALVES, L. E. S. Governança e cidadania empresarial. **Revista de Administração de Empresas**, v. 41, n. 4, p. 78–86, out. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/d4bV9dchpKfsBbGk3Yv4YbK/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 10 fev.2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versa\\_ofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versa_ofinal_site.pdf). Acesso em: 10 fev.2024.

MOREIRA, A.F. Articulando desenvolvimento, conhecimento escolar e cultura: um desafio para o currículo. **Cadernos de Educação**. FaE/UFPel Pelotas [22]: 55-74, janeiro/junho 2004.

MUZZATTO, Egidiane Michelotto; SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa da. Educação para a cidadania democrática: desafios, impasses e

perspectivas. **Educação**. Porto Alegre, v. 44, n. 1, e32656, jan. 2021. Disponível em: <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-25822021000100004&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-25822021000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 13 fev. 2024.

SILVA, F. V. D. Conquistando corações e mentes: as competências socioemocionais como reflexo da racionalidade neoliberal em coleções didáticas de projeto de vida. **Educação em Revista**, v. 39, p. e39619, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/GFN35hcsHNvtvrG9YkqgkVw/#ModalHowcite>. Acesso em: 13 fev.2024

SOLER, R. D. D. V. Y. et al. Foucault, a educação e o neoliberalismo. **Educação em Revista**, v. 38, p. e37576, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/NcK8J3NLWDQMM9Bk5zMLhnP/#ModalHowcite>. Acesso em: 13 fev.2024

## **CAPÍTULO 7**

### **QUANDO A ARTE ENCONTRA A SAÚDE: A ZUMBA COMO LINGUAGEM ARTISTÍSTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL**

**Andreza da Mota Souza**

Bacharel em Serviço Social e licencianda em Artes visuais.

---

#### **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo analisar como a prática da dança, principalmente da Zumba, é importante para a promoção da melhoria da qualidade de vida. Para isto, trará uma pesquisa bibliográfica, ou seja, será feito um levantamento de trabalhos que abordem os temas de interesse para esta pesquisa, que serão analisados e sintetizados de forma a ter como produto uma reflexão capaz de responder as questões colocadas por este trabalho. Ao fim, chegou-se a conclusão de que a zumba, assim como outras danças, possui um grande potencial de promoção e manutenção da qualidade de vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saúde. Dança. Arte.

#### **INTRODUÇÃO**

Este trabalho tem como objetivo analisar como a prática da dança, principalmente da Zumba, é importante para a promoção da melhoria da qualidade de vida. A dança é uma forma de expressão artística que possui um status significativo na cultura humana. Através do movimento do corpo, a dança transmite emoções, histórias e ideias de maneira única e cativante. Ao longo dos séculos, a dança tem desempenhado um papel fundamental nas sociedades, tanto como forma de entretenimento quanto como meio de comunicação e celebração.

A dança como expressão artística possui uma rica história que remonta aos tempos mais antigos. Nas civilizações antigas, a dança era frequentemente associada a rituais religiosos e cerimônias, onde os movimentos coreografados eram realizados para homenagear divindades, invocar forças naturais ou celebrar eventos importantes. Essas danças sagradas desempenhavam um papel vital na coesão social e espiritual das comunidades.

Ao longo do tempo, a dança evoluiu e se diversificou em diferentes estilos e gêneros. Hoje, existem uma infinidade de formas de dança, desde o balé clássico até o hip-hop, dança contemporânea, danças folclóricas e muito mais. Cada estilo de dança possui sua própria técnica, vocabulário de movimentos e características distintas.

A dança não se limita apenas a apresentações em palcos. Ela também está presente em filmes, vídeos musicais, performances de rua, eventos esportivos e até mesmo nas redes sociais. Através da dança, os artistas são capazes de transmitir mensagens poderosas, expressar sua individualidade e compartilhar sua visão de mundo com o público.

Além disso, a dança tem o poder de unir pessoas de diferentes origens e culturas. Festivais de dança internacionais reúnem dançarinos de todo o mundo, promovendo a troca de ideias, o entendimento mútuo e o respeito pela diversidade cultural. A dança transcende barreiras linguísticas e culturais, criando um diálogo universal que pode ser apreciado e compreendido por pessoas de todas as idades e origens.

No contexto contemporâneo, a dança também desempenha um papel importante na indústria do entretenimento. Coreógrafos e bailarinos trabalham em colaboração com músicos, cineastas e designers para criar espetáculos e produções visuais memoráveis. A dança é uma forma de arte multidisciplinar, combinando elementos de música, teatro, figurino e cenografia para criar uma experiência estética completa.

A dança ocupa um status relevante como expressão artística. Ela proporciona uma maneira única de transmitir emoções, histórias e ideias através do movimento do corpo. A dança tem o poder de conectar pessoas, preservar a cultura, inspirar e entreter. Como uma forma de arte dinâmica e em constante evolução, a dança continua a cativar audiências ao redor do mundo e a desempenhar um papel vital na sociedade contemporânea.

Pesquisas neste sentido tem mostrado o quanto os movimentos executados nas aulas de dança contribuem para o condicionamento físico, trazendo uma série de benefícios para o corpo que podem ir desde a melhora da condição cardíaca até a tonificação de músculos. E não é apenas neste quesito que a atividade apresenta potencialidades positivas, trazendo também uma série de benefícios psicológicos, como aumento da autoestima e desenvolvimento da sensação de bem-estar, além dos benefícios trazidos pela socialização com outras pessoas, intrínseca a prática da dança.

Nesta linha a Zumba tem se destacado ultimamente. Este programa trouxe uma inovação por meio da combinação entre ritmos de dança latinos e movimentos de ginástica, sem uma noção de certo e errado, o que acabou fazendo dele um sucesso junto aos seus alunos. Assim, é possível perceber o aumento da procura por esta atividade no mercado, o que acaba trazendo novas demandas por parte da sociedade que as academias de musculação e ginástica devem procurar atender.

Considerando estes pontos, este trabalho se desenvolverá por meio de uma pesquisa bibliográfica, ou seja, será feito um levantamento de trabalhos que abordem os temas de interesse para esta pesquisa, que serão analisados e sintetizados de forma a ter como produto uma reflexão capaz de responder as questões colocadas por este trabalho.

Dito isto, o texto trará inicialmente discussões relativas a algumas reflexões sobre a dança e os benefícios que traz para a saúde mental e física,

e, por último, alguns apontamentos referentes a zumba e os benefícios que traz para os alunos enquanto atividade física.

## **SOBRE A DANÇA E SUA RELAÇÃO COM A SAÚDE**

Pode-se dizer que o homem já dançava antes mesmo de falar, se considerarmos a expressão gestual, geralmente utilizada como primeira maneira de comunicação, e a dança enquanto uma forma de expressão, já que como tal esta última se constitui numa maneira do homem se comunicar e relacionar com o ambiente no qual vive. Para os povos antigos a dança era uma forma de manifestação, fosse para pedidos de cura, chuva, momentos de luto ou vitórias, sendo uma das atividades mais significantes para estes indivíduos (HASS; GARCIA, 2006). A dança é a arte do movimento humano, se apresentando como plástico-rítmica, abstrata e expressiva, acompanhando o homem desde o início da civilização enquanto manifestação ou ritual, auxiliando inclusive no desenvolvimento integral da pessoa (GARCIA; GLITZ, 2009).

No Egito, por exemplo, a dança esteve presente em rituais religiosos e festas, principalmente com a dança do ventre. Na Grécia foi importante na vida religiosa, servindo para expressar corpo e espírito, e deixou diversas heranças para a humanidade. Já em Roma, racionalista e intelectual, a dança não tinha muito valor inicialmente, com as lutas tendo muito mais espaço. No entanto, por meio da cultura grega ela foi introduzida em Roma, passando a ser vista como forma de educação e socialização (HASS; GARCIA, 2006).

Durante o medievo a dança foi vista enquanto forma de divertimento, florescendo ainda mais no Renascimento, graças ao surgimento do balé, que valorizava o corpo e as coreografias criadas pelos dançarinos de acordo com o tema desejado. As danças populares continuaram tendo seu espaço, inclusive sendo influenciadas pelo balé, com isto a dança foi ganhando espaço e alcançando terrenos sociais menos privilegiados, carregando consigo emoções e diversão por meio de movimentos. A partir disto, é possível afirmar como esta arividade evoluiu e se modificou no decorrer do tempo (MARBÁ et al, 2016).

A dança se mostra assim como um produto histórico, já que cada pessoa se expressa de uma forma diferente, mostrando seu íntimo (CAMARGO, 2011). Uma manifestação histórica, construída a partir de contextos sociais e culturais que terminam por caracterizá-la enquanto fenômeno de linguagem corporal e artística (RODRIGUES; CORREIA, 2013). Ela expressava uma linguagem e servia como meio de comunicação, sendo

muito importante e estando presente em quase todos os momentos da vida dos antigos, independentemente da sua cultura.

Enquanto atividade física, a dança pode trazer sensação de bem-estar e estímulo para quem a pratica, aumentando a motivação, autoestima e determinação. Além disto, como qualquer exercício, ela pode retardar o desenvolvimento de alguns problemas de saúde, melhorando a elasticidade muscular, movimentos articulares, diminuindo o risco de doenças cardiovasculares, prevenindo problemas no aparelho locomotor e o sedentarismo, bem como reduzindo o índice de pressão arterial (SZUSTER, 2011).

A dança é uma atividade que beneficia o físico, a saúde e o bem-estar daqueles que a praticam, favorecendo sua estética e saúde psicológica. Nas academias sua busca é muito grande, com as pessoas buscando uma atividade para voltar ao peso normal e aumentar a autoestima por meio da adequação da imagem corporal aos padrões sociais (MARBÁ et al, 2016). A prática da dança pode ainda ser considerada como um meio de expansão de relações sociais, como apontado por Szuster (2011) em sua pesquisa.

Considerando a saúde como um fator ligado ao bem-estar mental, físico e social, a dança ganha força enquanto promotora de melhoria de saúde. Ainda mais se considerarmos que o desenvolvimento de uma vida saudável pode ser adquirido por meio de uma mudança de estilo de vida, processo no qual uma atividade que promova o prazer e a autoestima se torna de vital importância (MARBÁ et al, 2016). Por isto a dança é uma atividade física tida como das mais significativas para pessoas de idades mais avançadas (SILVA; MARTINS; MENDES, 2012).

Para a terceira idade a atividade pode ter uma importância ainda maior, ajudando o idoso a experimentar suas articulações e testar o limite de suas forças, ao mesmo tempo em que extravasa suas emoções e sentimentos, superando a repressão e a limitação que as pessoas sofrem nesta idade. Além disto, por ser uma atividade geralmente executada em grupo, facilita a integração e fortalece amizades, diminuindo as angústias e incertezas cotidianas geralmente presentes na vida deste grupo.

Na terceira idade a dança se mostra como uma ótima ferramenta de estímulo aos sentidos (CASSILHAS, 2011). Isto contribui para a autonomia e independência do idoso, por meio da manutenção da sua força muscular, permitindo que eles se mantenham ativos e participativos do ponto de vista social. A dança de salão, estilo mais frequentado por idosos, abrange três domínios da natureza humana: fisiológico, afetivo e cognitivo, motivando o

indivíduo e recuperando sua alegria pessoal, o que facilita sua adesão a atividade. (CALDAS, 1999).

Faz parte da dança promover melhorias no organismo do indivíduo de maneira harmônica, respeitando sua fisiologia e emocional e desenvolvendo funções motoras e autoconhecimento, atuando como fator anti-stress (SZUSTER, 2006). Logo, considerando a quantidade de pessoas portadoras de problemas de saúde ocasionados por falta de exercícios físicos na atualidade, reafirma-se a utilidade da dança enquanto atividade física.

Por meio da promoção de movimentos corporais ela favorece os resultados necessários para a melhora da qualidade de vida dos seus praticantes. Isto, somado a alegria e diversão que proporciona, tem feito com que a procura por ela nas academias aumente. Logo, considerando que a noção de qualidade de vida pode ter significados diferentes de acordo com a pessoa, a dança enquanto atividade aeróbica favorece a sua promoção, aumentando resistência, força e outras capacidades funcionais. Com isto, além de contribuir para um melhor condicionamento físico, age sobre o psicológico, combatendo, por exemplo, um dos maiores problemas da sociedade atual, a depressão (VILARTA; GONÇALVES, 2004).

Dançar significa esquecer problemas, inibições e limitações, não exige idade, cor ou raça, e possui diversos tipos capazes de agradar a gostos variados, possuindo também um caráter socializador. Além disto, melhora a qualidade de vida, proporciona maior expectativa de vida, traz momentos de prazer e felicidade e ajuda a aumentar a autoestima. Considerando todos estes pontos abordados acima, é inegável dizer que a dança é uma importante ferramenta para a promoção de uma melhor condição de saúde, devendo estar no radar dos profissionais da educação física.

## **AS AULAS DE ZUMBA ENQUANTO FATOR DE MELHORA DA SAÚDE**

Este é um dos programas mais praticados atualmente, que cativa os participantes graças a inspiração em ritmos latinos, com movimentos e coreografias simples para acompanhar. Nele não há noção de movimento certo ou errado, apenas a motivação para seguir o som da música e se divertir, com isto, parece um treino fácil, possível de ser acompanhado por qualquer um. As sessões de zumba integram princípios do treino aeróbico, de força e resistência muscular e treino intervalado, o que aumenta o gasto calórico, a tonificação muscular e a aptidão cardiorrespiratória (FERREIRA, 2014).

O programa surgiu na Colômbia, numa ocasião na qual o professor de aeróbica teve que improvisar uma aula com cds de música latina, já que havia esquecido a música específica para a aula. A aula acabou sendo um sucesso, com total adesão e aumento da motivação, o que resultou na criação de uma empresa, que inicialmente vendia vídeos instrutivos e posteriormente deu início ao curso de instrutores de zumba, graças ao grande interesse dos praticantes dos vídeos em desenvolver suas capacidades e se tornarem instrutores. Com isto o programa se expandiu, inclusive para outros países (FERREIRA, 2014).

Como afirmado acima, a zumba mistura danças latinas com movimentos do fitness. Há muitos passos básicos que trazem variações típicas do fitness, adicionando trabalho muscular, ou os que mobilizam diversos grupos musculares simultaneamente. Aqui é necessário observar que quando membros superiores e inferiores são trabalhados ao mesmo tempo os músculos centrais acabam sendo exercitados também, o que configura a zumba como um exercício completo para o corpo (FERREIRA, 2014). Sua forma livre é um diferenciador, ou seja, apesar de haver uma aula organizada e coreografada o praticante não precisa executá-la com perfeição. Isto diferencia este programa da aeróbica clássica, na qual predominam coreografias rígidas com passos inflexíveis e imprescindíveis (ZUMBA, 2010).

Os treinos de zumba são constituídos por uma diversidade de treinos diferentes, o que lhe dá uma base sólida na promoção da saúde dos praticantes. O treino cardiovascular engloba exercícios ritmados e atividade muscular contínua, usando energia oriunda das vias aeróbicas, devendo ter sua duração e dificuldade aumentados gradativamente (PLOWMAN, SMITH, 2011).

Já o treino muscular na zumba inclui principalmente o exercício de resistência muscular, envolvendo resistências para o aumento da capacidade de exercer ou resistir a uma força (FERREIRA, 2014). Este exercício usa contrações musculares que possuem força suficiente para superar a resistência, resultando no movimento desejado. Aqui geralmente é o próprio corpo que é utilizado para criar as resistências, por meio de energia gerada por vias aeróbicas e anaeróbicas (PLOWMAN, SMITH, 2011).

O treino intervalado se compõe por séries de exercícios alternados com períodos de descanso. Na zumba este tipo de treino é aplicado nas faixas com ritmos e coreografias mais intensas, seguidas de músicas mais lentas e de menos intensidade, o que promove recuperação ativa. Isto permite o alcance de intensidades mais elevadas durante os momentos das faixas mais intensas, possibilitadas pela existência dos períodos de

recuperação que prepara o indivíduo para outra série de exercícios. Os benefícios deste método se mostram por meio de modificação da composição corporal, reduzindo a porcentagem de gordura (SANTOS et al, 2003). Com a combinação destes três tipos de treino o programa Zumba proporciona um maior gasto energético por sessão, que pode ser calculado entre 600 kcal e 1000 kcal por hora, a depender da intensidade aplicada nos movimentos (FERREIRA, 2014).

Mas como apontado anteriormente, a zumba enquanto dança não traz benefícios apenas do ponto de vista físico, mas também psicológico, promovendo o bem-estar, aumentando a autoestima e ajudando a desenvolver laços sociais. Neste sentido a pesquisa desenvolvida por Alves e Nascimento (2016) pode nos dar algumas noções interessantes.

Essa foi aplicada por meio de pesquisa exploratória de conteúdos relacionados à prática do exercício físico para buscar um bem-estar e coleta de dados feita por meio de um questionário aplicado em praças, nas quais existia a prática da Zumba. Os resultados da entrevista foram organizados, calculados por meio do percentual de respostas de cada questão e analisados considerando os objetivos do trabalho (ALVES; NASCIMENTO, 2016).

Dentre os objetivos estavam montar o perfil das participantes das atividades segundo estado civil, idade, escolaridade, dentre outros. Aqui nos chamou a atenção principalmente o quesito relacionado ao que as alunas entendiam como vantagens encontradas na prática da zumba, sendo apontados em ordem decrescente de citação: a sensação de bem-estar após a aula; a atuação contagiante do instrutor; os laços de amizade construídos entre os integrantes da turma; o trabalho corporal proporcionado pela atividade; e por último a queima calórica obtida com os movimentos (ALVES; NASCIMENTO, 2016).

Tais resultados mostrariam como, apesar do benefício estético ser importante, a sensação de bem-estar proporcionada pela zumba acaba sendo um fator importante na visão dos alunos. Chama atenção também como este resultado aponta para o papel do professor na percepção da atividade por parte dos alunos, sendo este fator o segundo mais citado como vantagem da aula. Logo em seguida vem outro fator importante apontado como vantagem das atividades físicas ligadas a dança, as relações construídas com os parceiros de exercício. No caso desta pesquisa, na visão das alunas, parece que os benefícios psicológicos da prática da zumba chegam a suplantar os estéticos.

Outro ponto analisado pela mesma pesquisa trouxe números relativos ao fator que mais atraía as alunas nas aulas. Aqui, foram apontados em ordem decrescente: a atuação do professor; a música utilizada na aula; a coreografia trabalhada; e por último o ambiente no qual se davam as aulas (ALVES; NASCIMENTO, 2016). Aqui, mais uma vez se mostra a importância da atuação do professor, o que aumenta a necessidade da valorização de tais profissionais, por meio da melhora da sua situação em quesitos trabalhistas, e da sua boa formação, desde a base nas instituições de ensino superior até o estímulo a formação continuada.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho buscou analisar como a prática da dança, principalmente da Zumba, é importante para a promoção da melhoria da qualidade de vida. Para alcançar este objetivo foi utilizado um modelo de pesquisa bibliográfico, utilizando trabalhos produzidos na área para produzir reflexões capazes de oferecer respostas as questões trazidas aqui.

Foram trazidas reflexões sobre a importância da dança para o ser humano, mostrando sua presença na sociedade desde os primórdios da civilização, e também os benefícios que esta traz enquanto atividade física. Assim, foi apontado como os movimentos executados durante atividades de dança servem para combater uma série de males da saúde física, bem como os benefícios trazidos para o psicológico, para todas as faixas de idade, se forem consideradas a promoção de bem-estar, da autoestima e das relações sociais, muito importantes principalmente em casos na terceira idade.

No último tópico foram trazidas algumas reflexões voltadas especificamente para a Zumba, mostrando como a partir de um acidente, nasceu um novo método de promoção de exercícios físicos utilizando ritmos de dança latinos e exercícios aeróbicos. Aqui foi mostrado como as técnicas utilizadas nesta dança podem trazer benefícios físicos, dada as taxas de perda calórica apresentadas, bem como pela capacidade de promover o bem-estar psicológico e fazer com que os alunos permaneçam ativos.

Assim, ao fim do trabalho ficaram claras as potencialidades da dança para a promoção de atividades ligadas a saúde física e mental. Neste contexto, a zumba, que vem crescendo muito ultimamente enquanto objeto de procura de indivíduos buscando manter atividade físicas e fazer a manutenção da sua saúde, apresenta os mesmos benefícios, com a adição de alguns fatores que facilitam a adesão dos alunos, como a ausência da noção de passos certos ou errados.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, Jailson do Nascimento; NASCIMENTO, Deise Cristiane do. Dança de zumba como instrumento em prol da saúde e do bem-estar para comunidades periféricas do município. **Id on line Ver. Psic**, v. 10, n. 30, jul., 2016.

CALDAS C. P. **Educação para a saúde: a importância do autocuidado**. Rio de Janeiro, Ática, 1999.

CAMARGO. A dança tem história e permanece construindo sua historicidade. **Rev. Cient/ FAP**, Curitiba.v.7, p 153 a 160, jan/ junh. 2011.

CASSILHAS, R. C. **Envelhecimento e exercício físico**. Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, 2011.

FERREIRA, Joana. **Caracterização da intensidade de esforço de uma aula Zumba Fitness**. Dissertação (Mestrado em Atividade Física e Saúde) Universidade do Porto, 2014.

GARCIA, Janaina Leandra e GLITZ, Natalia Biavaschi. **A influência da dança na qualidade de vida dos idosos**. Buenos Aires, nº139, dezembro. 2009.

HASS, Aline Nogueira e GARCIA, Ângela. **Ritmo e dança**. Canoas. Ed. ULBRA, 2006.

MARBÁ, Romolo Falcão; SILVA, Geusiane Soares da; GUIMARÃES, Thamara Barbosa. Dança na promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida. **Revista Científica do ITPAC**, Araguaína, v. 9, n. 1, pub 3, 2016.

PLOWMAN, S. A; SMITH D. L. **Exercise Physiology for health, fitness and performance**. Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins, 2011.

RODRIGUES e CORREIA. Produção acadêmica sobre dança nos periódicos nacionais de Educação Física. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. Vol.27.n.1, p. 91 a 99, jun\ mar.2013.

SANTOS, M; NOVAES, P; FRANÇA, E; CUNHA, R. M; MAIA, M. Os efeitos do treinamento intervalado e do treinamento contínuo na redução da composição corporal em mulheres adultas. **Revista Digital Vida e Saúde**, 2003.

SILVA, Fabio Junio Santos; MARTINS, Lenisse; MENDES, Catia Rodrigues dos Santos. Benefícios da dança na terceira idade. **Anais do IV Seminário de pesquisas e TCC da FUG**, 2012.

SZUSTER. **Estudo qualitativo sobre a dança como atividade física em mulheres acima 50 anos**. 69 f. (Monografia de Bacharel em Educação Física) Porto Alegre - RS. 2011.

ZUMBA. **Instructor Training Manual: basic steps Level 1**. Hollywood: Zumba Fitness, LLC. 2010.

## CAPÍTULO 8

### PSICODRAMA E SUAS INTERVENÇÕES NO CONTEXTO ESCOLAR

**Andreza da Mota Souza**

Bacharel em Serviço Social e licencianda em Artes visuais.

---

#### RESUMO

Este trabalho pretende trazer algumas reflexões sobre o método do psicodrama, focando de maneira mais específica na sua aplicação no contexto escolar. O método utilizado para alcançar este objetivo será o bibliográfico, ou seja, será feita uma leitura crítica de materiais já produzidos sobre o tema, a partir das quais será produzida a reflexão apresentada aqui. Assim, o texto se inicia com uma discussão sobre o nascimento do psicodrama enquanto teoria e método, seguindo para o desenvolvimento do seu ramo voltado para a educação. Por fim, serão discutidas mais à fundo os passos a serem considerados no desenvolvimento de intervenções em contextos escolares que utilizem o método psicodramático.

**Palavras-chave:** Psicodrama. Educação. Arte.

#### INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é trazer algumas reflexões sobre o psicodrama, focando de maneira mais específica na sua aplicação no contexto escolar. Apesar de pouco conhecido o psicodrama é um método que há muito tem se mostrado como um canal com muito potencial para resolução de problemas em grupo, o que justifica o desenvolvimento do presente trabalho. Sua criação é geralmente remetida a Jacob Moreno, que teria começado a caminhar para a criação deste método já na década de 1920, desenvolvendo-o melhor posteriormente.

Assim, o psicodrama pode trazer benefícios para diversas áreas, desde a psicologia até a educação, foco neste trabalho. Neste campo, a aplicação deste método traz uma gama de possibilidades para os alunos, principalmente no que se refere a espontaneidade e autoconhecimento. Logo, considerando a necessidade atual do desenvolvimento e aplicação de métodos que coloquem os alunos no centro do processo de ensino-aprendizagem, o psicodrama se apresenta como uma opção de alto potencial para o ensino. Com isto, a problemática que guiará este trabalho é: quais as possibilidades de aplicação do psicodrama em ambientes escolares?

Considerando isto, será utilizada a metodologia bibliográfica para o desenvolvimento do trabalho. Assim, o texto se iniciará com uma discussão sobre as origens do psicodrama enquanto teoria e método, seguindo para a maneira como se desenvolveu o seu ramo voltado para a educação. Por fim, serão discutidas mais à fundo discussões sobre a maneira como devem ser desenvolvidas intervenções em contextos escolares que utilizem o método psicodramático.

## **O PSICODRAMA E SUA APLICAÇÃO NA PEDAGOGIA**

Psicodrama é a maneira como ficou conhecida a proposta apresentada por Jacob Moreno, cujo ideário completo ficou conhecido como Socionomia. Esta teria como objeto de estudo as leis que regem o comportamento social e grupal, com o método de investigação baseado no Teatro do Improvisado, também conhecido como Teatro Espontâneo. Dentro disto, o psicodrama é um dos métodos de ação dramática criados por Moreno.

Esta ferramenta surge como um meio de intervenção social em meio aos conflitos europeus, com seu autor sendo um intelectual humanista com, olhar solidário para uma sociedade marginalizada (MARINEUAV, 1992). Foi em 1921, em Viena, que a técnica começou a ser posta em prática, com Moreno formalizando sua ideologia referente a intervenção terapêutica do método psicodramático. A partir de 1925, ao se mudar para os Estados Unidos, passa a dar base teórica para o psicodrama e apontar múltiplas possibilidades de aplicação do método, dentre elas no contexto organizacional (GONÇALVES; WOLF; ALMEIDA, 1988).

Como afirmou Moreno (2011), o psicodrama foi inspirado no teatro espontâneo, com foco no estudo das interações entre o indivíduo e o coletivo, buscando tornar passíveis de observação questões relacionadas ao comportamento permitindo que os envolvidos no processo se reintegrem do ponto de vista psicodinâmico e sociocultural, permitindo o convívio social saudável do ponto de vista social e humano.

Logo, o objetivo desta metodologia é desenvolver a espontaneidade e a cocriação dramatúrgica e representativa. Aqui a espontaneidade se encontra no centro da obra, remetendo ao potencial humano de criação por meio de contingências afetivas e socioculturais. Por este método o protagonista é desafiado a responder adequadamente a uma nova situação ou com novidade a uma situação antiga (MORENO, 2011).

Seguindo estas ideias Moreno defendia ser possível trabalhar com grupos na resolução de conflitos e que o potencial terapêutico desse método seria reconhecido em áreas como a psicologia e educação. Com isto o psicodrama representaria a passagem dos tratamentos individuais para os do indivíduo em grupo, do tratamento via métodos verbais para os desenvolvidos por meio da ação. Seu significado seria o da cena representada pelo outro, na qual o conflito supostamente verdadeiro é uma ilusão escolhida muitas vezes de forma inconsciente, e que a partir da representação, do ver-se em

cena teria a capacidade de libertação do sofrimento, ao ver o que afeta a si representado no outro, que não registra tal sentimento de forma igual, mas que ao nos representar mostra a clareza de como agimos (MORENO, 2011).

Para Moreno (2011) espontaneidade e criatividade seriam características inatas do ser humano desde o início da sua vida, mas esquecidas ou reprimidas por meio de situações alienantes impostas pela sociedade. Em relação ao campo educacional é possível encontrar menções de autores como Rousseau, Montessori e Vygotsky nos escritos de Moreno, teóricos que contribuíram com a educação através principalmente da prioridade dada ao pensamento.

Na socionomia não é possível encontrar menção a criação de uma escola, porém, afirma que o psicodrama propõe trabalhar o desenvolvimento da espontaneidade, das relações grupais e a compreensão sobre a necessidade do conhecimento com autonomia, ou seja, aprendizado para uma vida saudável do ponto de vista social (MORENO, 2011). É apontado que grande parte das influências do criador da socionomia tem origem em pedagogos e educadores humanistas, já que boa parte das práticas educativas defendidas por Moreno se assemelham as deles (BAREICHA; ROMANA, 1999).

O psicodrama pedagógico passou a ser estudado na década de 1960, a partir da iniciativa de Alicia Romaña, pedagoga e psicodramista. Ela fundamentou sua pesquisa em experiências psicodramáticas enfrentadas ao longo da sua trajetória enquanto educadora, na qual relacionava as abordagens de Moreno com o contexto educacional, voltando-as também para os professores (ROMANA, 1985).

A partir de suas experiências sobre o método psicodramático buscou ampliar as condições de ensino e aprendizagem e facilitar questões voltadas a problemas de aprendizagem, percebendo o modo como o método facilitava o trabalho com os alunos. Sua formação em psicodrama auxiliou nesta empreitada, ajudando-a a perceber caminhos possíveis para as questões educacionais, com isto ampliou e divulgou suas experiências trabalhando com crianças e professores do ensino infantil, em Buenos Aires (ROMANA, 1985).

Para a autora o trabalho ofereceu uma grande experiência, que ela divide em quatro momentos: utilizar dramatizações para fazer com que elas se organizem em equipe; dramatizar para testar, sistematizar e reconhecer na ação a espontaneidade; dramatizações com alunos maiores que frequentavam aulas de artes plásticas no turno oposto ao das aulas; e dramatizações desenvolvidas junto a adolescentes, que por vezes se sentiam curiosos ao observar as atividades. Estas experiências serviram inclusive para subsidiar o desenvolvimento de dramatizações com alunos do ensino superior.

Foi quando Romaña passou a pensar as possibilidades de utilização deste método em grupos de crianças com problemas de aprendizagem, e a partir deste trabalho acabou vindo para São Paulo orientar a formação

psicodramática de educadores. Aqui o curso ganhou o nome de Psicodrama Pedagógico. Para Romaña (1985), a pedagogia é uma prática do campo da educação que engloba uma reflexão sobre várias áreas pertencentes as Ciências Humanas, logo, associar psicodrama e pedagogia é uma tarefa complexa, já que a intenção não é apontar o psicodrama pedagógico como um novo método, mas evidenciar o potencial do psicodrama enquanto método de aprendizagem.

A exposição sobre a metodologia psicodramática proporciona ao docente meios de validação do conhecimento dos alunos, já que através das situações vivenciadas sob orientação do educador é possível provocar o contexto psicodramático que faz emergir os erros observados, bem como é uma forma de comprometimento constante com o processo de ensino e aprendizagem, que com frequência foge aos olhos do professor. Este, a partir desta prática, passa também a aprender junto ao aluno (ROMAÑA, 1985).

A partir destas observações afirma-se que foi possível observar aspectos dinâmicos e interativos aos quais o psicodrama pedagógico se propõe, já que busca validar os conhecimentos que o aluno já possui, possibilitando que ele crie ou faça emergir, de maneira espontânea, respostas sobre assuntos já estudados que contenham pensamentos subjetivos dos próprios discentes. Fica evidente assim como o psicodrama pedagógico é uma estratégia diferente, que aplicada de modo criativo e espontâneo, considerando os conhecimentos já presentes nos alunos, proporciona novos conhecimentos a partir da representação dos anteriormente conhecidos (ROMAÑA, 1985).

As dramatizações não constituem teatralizações, não expressam perfeitamente as representações dos conflitos, não são julgadas pelo desempenho da apresentação ou são recursos infalíveis em sua prática. No entanto, a aplicabilidade do método dá sentido ao conhecimento. Segundo Romaña (1985) as psicodramatizações situam o aluno num ato verdadeiramente dramático, no qual, partindo de uma ruptura de estrutura livresca alcança outra estrutura lógica, com valor no presente mas que não contradiz necessariamente a verdade encerrada pelo conhecimento.

Assim, este método se estrutura de uma maneira que promove o resgate do conhecimento do contexto no qual se situa, lhe devolvendo a funcionalidade. Assim, o aluno se torna apto a utilizar este conhecimento no momento em que for necessário, já que ele se tornou seu. Sem a espontaneidade o aluno não seria capaz de avançar neste processo.

É enfatizado também como este método se fundamenta na teoria da ação, sendo a espontaneidade seu centro. Além disto, afirma que é nas relações intraindividuais e interpessoais na resolução de situações que são desenvolvidos contextos de grupos, que geram aprendizagem e complementaridade, com o indivíduo passando a ser contemplado por ações solidárias (ROMAÑA, 1992).

Assim, o psicodrama pedagógico seria uma abordagem metodológica, didática e ativa capaz de proporcionar simultaneamente a

aquisição de conhecimentos e a educação voltada para a espontaneidade. O aprendizado dos conteúdos curriculares poderia assim ser efetivado, através da improvisação espontânea, podendo ser usado por docentes e gestores em situações como: fixação e exemplificação de conhecimentos; soluções alternativas para problemas de disciplina; desenvolvimento de novos papéis em estágios no magistério; prevenção de situações ansiógenas; como meio de sensibilização de grupos; para elaborar mudanças; e para avaliar o trabalho em equipe.

Logo, psicodrama e educação se tornam caminhos possíveis, já que além de integrar as pessoas ao trabalho em equipe favorece também as possibilidades de ação no processo educacional e facilita as relações entre os envolvidos no ambiente escolar. Proporciona com isso o avanço no aprendizado, já que além de validar o que o aluno pode entender sozinho sobre algum assunto também a beneficia com o conhecimento trazido por outros colegas, possibilitando um caminho para a avaliação de conceitos ou para auxiliar no processo de compreensão daqueles incapazes de fazê-lo sozinho. Além disto, ajuda o indivíduo a desenvolver novas visões e entendimentos sobre questões cotidianas e curriculares abordadas no ambiente educacional.

## APLICAÇÃO EM INTERVENÇÕES EDUCACIONAIS

A denominação “Método Educacional Psicodramático” é necessária pois difere o conceito, apontando o seu foco em fins pedagógicos e educacionais. Com o avanço das pesquisas de Romaña a caracterização enquanto método se tornou mais visível, delineando princípio, meio e fim e se movendo em uma experiência única por momentos diferentes.

A escola deve manter seu compromisso em todos os níveis de escolaridade, promovendo autonomia e compreendendo conteúdos úteis para a vida pessoal para além da progressão de séries e entrega de certificados. Em conjunto tais movimentos permitem a ocorrência de operações de análise, síntese e generalização, sendo capazes de cumprir uma parte da função sob a responsabilidade da escola (ROMAÑA, 1992). Esta operação é demonstrada através do gráfico abaixo:

Níveis de aproximação ao conteúdo	Níveis de Realização psicodramática	Operações
Aproximação intuitivo emotiva	→ Dramatização real	análise
Aproximação racional ou conceitual	→ Dramatização simbólica	síntese
Aproximação funcional fantasia	→ Dramatização no plano	generalização

Fonte: Romaña (1992)

Este quadro busca esclarecer sobre o nível de flexibilidade que deve ser considerado neste método, mesmo assim chama a atenção para como a análise do mediador à frente do projeto deve se voltar para observações e acompanhamento das fases. O método retratado por Romaña no quadro foi desenvolvido considerando a necessidade de articulação entre os níveis surgidos nas situações de sua aplicabilidade, logo, nas dramatizações. Estes seriam constituídos por: realidade do conhecimento, simbolismo, onde se cria outro contexto ou solução e a fantasia, que seria o próprio dramatizar.

As dramatizações devem em um primeiro momento reproduzir a realidade, trazendo o que se sabe, o simbólico sai da realidade para abstrair e ocupar o lugar do outro, gerando um novo contexto. Fantasia seria assim a dramatização responsável por gerar uma nova resposta, assim, o quadro mostrado acima teve como ponto de partida o questionamento feito por Romanã durante o percurso da sua formação enquanto psicodramatista, quando também se questionava sobre qual maneira diretores e coordenadores deveriam saber qual estrutura deveria ser dada a cada cena exposta pelo grupo ou indivíduo em sua atuação psicodramática.

Este método pode ser utilizado como um recurso de aprendizagem que proporciona uma aprendizagem espontânea, significativa e imediata, já que associa a relação funcional do conhecimento com o próprio aluno, que amplia sua capacidade de construir sínteses analíticas sobre as situações nas quais é solicitado a fazer representações com categorias diferenciadas sobre quais são os fatos trazidos para a representação, o que o indivíduo pensa sobre os fatos e como gostaria que fosse.

Neste quadro a construção do conhecimento ocorre apenas através da observação das regras da própria fantasia, seria neste momentos em que é atingida a generalização, e é a partir disto que um conhecimento desenvolve uma relação funcional com o sujeito (ROMAÑA, 1992). Fernandez (2010) concorda com esta linha de pensamento, afirmando que o psicodrama seria o pensar em cenas, reconstrução que libera sentidos diversos, reconstruindo o passado para nele reconhecer-se, possibilitando que o aluno torne o obstáculo em aprendizado.

O psicodrama teria assim uma potência recordativa, evocadora e reconstrutiva, construtora de autoria de pensamento em sua organização interna, ou seja, através da representação o aluno se apropria de um novo tempo, que constitui a realidade que permite que a criança se perceba no contexto interno e externo (FERNÁNDEZ, 2010).

Coloca-se que nem todas as técnicas são utilizadas na aplicação do método no ambiente educacional, recorrendo-se a ele para colocar o sujeito em ação, demonstrando que sabe e o que não sabe, usando a cena dramática como um aporte de esquemas de significação para o conhecimento. Frente a este processo de aprendizagem enfatiza-se como estes conceitos fazem uma relação afetivo-intuitiva e conceitual. O processo de compreensão ocorre por meio da generalização, desencadeando o

questionamento sobre quais situações pedem a aplicação deste método, apontando que pode-se citar duas distinções: a aprendizagem que ocorre simultaneamente a experiência de vida e quando o conhecimento é adquirido na instituição escolar (ROMAÑA, 1992).

Segundo Fernández (2010) o psicodramatizar, por meio do qual tramas e sequências são apresentadas, elabora-se através do que já é pensado ou faça sentido visível para quem cria a cena. Ou seja, além da elaboração desse esquema o aluno também adquire o pensamento, se reconhecendo como autor deste para desenvolver a atividade e mostrar inquietação. É por isto que o jogo dramático ganha importância quando este método é aplicado a crianças com dificuldade de aprendizagem, já que o brincar traz a significação do conhecimento e a produção de sentido.

Marcar o jogo dentro do contexto do psicodrama é importante, já que o fato do indivíduo se encontrar “apenas jogando” desfaz a pressão que alguém sofre ao se inserir numa situação conflituosa. Na aprendizagem o jogo cria uma atmosfera satisfatória, permitindo que o aluno descubra maneiras alternativas de lidar com situações semelhantes a que poderá encontrar no decorrer da sua vida (MONTEIRO, 1994).

A metodologia psicodramática frequentemente é apontada como perda de tempo. Para evitar isto é necessário considerar o contexto geral da aprendizagem do aluno e quais dificuldades está enfrentando, isto é imprescindível para que ocorra integração com o grupo, possibilitando o estabelecimento de um campo relaxado, no qual o conhecimento do aluno é retomado e o novo conhecimento é oferecido (ROMAÑA, 1985).

Assim, é evidente as formas como a metodologia do psicodrama pode ser aplicada no contexto educacional, possibilitando que o indivíduo aprenda jogando, sinalizando o que ela sabe. Aliada a outras formas de ensino o psicodrama cria uma situação de aprendizagem, já que o dramatizar permite que os alunos se vejam fora do contexto do problema e representados por outros. Além disto, permite o desenvolvimento de uma visão diferenciada sobre algum conhecimento prévio sobre determinado assunto (ROMAÑA, 1992). Baseado em ação, espontaneidade e relação de grupo, deve-se salientar que o psicodrama se baseia na teoria do momento, devendo ser aplicado com as técnicas que dão a base desta teoria. A qualidade dramática, originalidade e criatividade se aliam a estes aspectos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho buscou trazer algumas reflexões sobre o método do psicodrama, focando especificamente na sua aplicação no contexto escolar. Assim, foi trazida uma discussão sobre as origens do psicodrama enquanto teoria e método, seguindo para a maneira como se desenvolveu o seu ramo voltado para a pedagogia. Por fim, foram debatidas mais à fundo os procedimentos que devem ser levados em conta ao se desenvolver intervenções em contextos escolares que utilizem o método psicodramático.

Ao fim, ficou evidente a potencialidade deste método para o campo educacional. Sua capacidade de proporcionar autonomia e colocar o aluno no centro do processo de ensino, possibilitando também uma melhora das relações entre os atores do ambiente escolar. Logo, pode-se considerar que este método se configura como uma escolha de qualidade para aplicação em salas de aula, necessitando de maior divulgação e investimentos para o seu efetivo desenvolvimento nas salas de aula brasileiras.

## REFERÊNCIAS

BAREICHA, Paulo; ROMAÑA, Maria Alicia. A influência dos pedagogos humanistas no pensamento de Moreno. **Anais do II Congresso Ibero Americano de Psicodrama**. Águas de São Pedro, 1999.

FERNÁNDEZ, Alicia. **Extensão ou Comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

GONÇALVES, Camila Sales; WOLF, José Roberto; ALMEIDA, Wilson Castelo. **Lições de Psicodrama: introdução ao pensamento de J. L. Moreno**. São Paulo: Ágora, 1988.

GONDIM, Silvana Monteiro. **Psicodrama Pedagógico: pesquisa-intervenção com crianças com queixa escolar**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais) Universidade Nove de Julho. São Paulo, 2016.

MARINEAU, René F. **Jacob Levy Moreno (1889-1974): pai do psicodrama, da sociometria e da psicoterapia de grupo**. São Paulo: Ágora, 1992.

MONTEIRO, Regina Forneaut. **Jogos Dramáticos**. São Paulo: Ágora, 1994.

MORENO J. L. **Psicodrama**. Pensamento – Cultrix Ltda. São Paulo, 2011.

ROMAÑA, Maria Alicia. **Construção coletiva do conhecimento através do psicodrama**. Campinas: Papyrus, 1992.

\_\_\_\_\_. **Psicodrama pedagógico: método educacional psicodramático**. Campinas: Papyrus, 1985.

## CAPÍTULO 9

### CULTURA POPULAR: ESCRITORES REGIONAIS DE RORAIMA

**Walter Machado de Amorim**

walte20@hotmail.com

---

#### RESUMO

A ordem e este artigo abordam a significativa contribuição dos escritores regionais de Roraima na preservação da cultura popular e identidade local. Suas obras literárias realçam a memória dos heróis e eventos históricos, reforçando a nobreza cívica e promovendo um futuro promissor para os roraimenses. As narrativas apresentam um forte elemento de identidade, conectando o público à rica atmosfera regional. Destaca-se, ainda, a utilização do vocabulário típico de Roraima nas obras, o que aumenta o sentimento de pertencimento à comunidade local e preserva as tradições. A valorização da natureza e biodiversidade é notável nas narrativas, contribuindo para a conscientização sobre a importância da preservação ambiental. Ademais, os escritores regionais resgatam episódios marcantes da história do estado, tais como a ocupação territorial e a resistência dos povos indígenas, fortalecendo a identidade cultural e o orgulho cívico dos roraimenses. Por conseguinte, a literatura regional desempenha um papel relevante na valorização da cultura popular de Roraima, incentivando a conexão entre a comunidade e suas raízes. Esses escritores são peças fundamentais na preservação da diversidade cultural e no enriquecimento da identidade regional, oferecendo perspectivas enriquecedoras para as futuras gerações e promovendo um futuro brilhante para a região.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escritores Regionais. Cultura Popular. Identidade Local.

#### INTRODUÇÃO

A cultura popular é um patrimônio imaterial que reflete a identidade e as tradições de uma comunidade. Ela está intrinsecamente ligada à história de um local e ao modo de vida de seu povo. No estado de Roraima, localizado na região Norte do Brasil, a cultura popular é repleta de peculiaridades e traduz-se em diversas manifestações artísticas, como a música, a dança, a culinária e a literatura. Neste ensaio, exploraremos especificamente a riqueza dos escritores regionais de Roraima, destacando sua contribuição para a

preservação da memória e das histórias dessa região. Em Roraima, os escritores regionais assumem um papel fundamental nesse contexto, trazendo à tona narrativas e personagens muitas vezes negligenciados pela mídia e pelos livros de âmbito nacional. Suas obras carregam um forte elemento de identidade, permitindo que as pessoas da região se reconheçam nas histórias contadas. Dessa forma, a literatura regional de Roraima desempenha um papel crucial na valorização e divulgação das tradições e vivências locais.

No coração dessa cultura vibrante, os escritores regionais desempenham um papel fundamental na promoção e preservação da identidade local. Suas obras literárias capturam a essência da região, transmitindo conhecimentos, histórias e vivências que refletem a singularidade da cultura popular roraimense.

A literatura regional em Roraima é um reflexo da complexa tapeçaria cultural que caracteriza o estado. Habitado por diversas etnias indígenas, como os Macuxi, Wapichana e Taurepang, Roraima também recebeu influências culturais dos imigrantes, principalmente da Venezuela e do Caribe. Essa mistura de culturas se reflete na produção literária local, que abraça elementos da cultura indígena, afrodescendente e brasileira, resultando em uma expressão literária única e diversificada.

Os escritores regionais de Roraima, com sua sensibilidade artística e compromisso com a valorização da cultura local, têm sido agentes ativos na preservação da identidade roraimense.

## **DESENVOLVIMENTO**

Os escritores regionais representam uma faceta importante da cultura popular de Roraima, pois são responsáveis por trazer à tona narrativas e personagens que muitas vezes são esquecidos ou ignorados pela mídia e pelos livros de âmbito nacional. Suas obras têm um forte elemento de identidade, fazendo com que as pessoas da região se reconheçam nas histórias contadas.

De acordo com Souza (2012), é preciso:

Realçar a memória dos heróis, dos grandes acontecimentos do passado, bem como da unidade nacional e da participação de Roraima na formação e na construção para com o resto do Brasil, tanto como região como povo. Sempre o discurso versava sobre a nobreza

cívica e o futuro esplendoroso que aguardava a todos os roraimenses (SOUZA, 2012, p. 30).

O autor citado acima, destaca que a valorização da memória histórica e dos feitos heroicos é uma maneira de enaltecer a identidade e a história da região, reforçando o orgulho e o sentimento de pertencimento do povo roraimense à nação brasileira. Essa lembrança do passado e a exaltação de líderes e eventos marcantes servem para fortalecer a unidade e a coesão nacional, contribuindo para uma maior integração de Roraima com o restante do país.

Nesse discurso, a ideia de futuro esplendoroso busca incentivar a esperança e a motivação da população local, mostrando que os desafios do presente são superáveis e que Roraima tem um papel significativo a desempenhar na construção e desenvolvimento do Brasil. A nobreza cívica, mencionada na citação, ressalta a importância de uma postura cidadã, de engajamento e responsabilidade com a comunidade e com o país como um todo.

Em suma, a citação destaca a valorização da memória, da unidade nacional e da participação de Roraima no contexto brasileiro, visando reforçar a identidade cultural, o orgulho cívico e a esperança em um futuro promissor para todos os roraimenses. Essa ênfase na história e no papel de Roraima contribui para a construção de uma identidade forte e coesa, enriquecendo a cultura e a participação da região na formação do Brasil como um todo.

Uma das características marcantes dos escritores regionais de Roraima é a utilização da língua e do vocabulário típicos do estado. O uso de expressões e termos regionais faz com que o leitor, seja ele de Roraima ou de outra região do país, se conecte com as histórias narradas, sentindo-se imerso na atmosfera local. Esse aspecto linguístico contribui para a preservação da cultura popular, uma vez que ajuda na manutenção e valorização do vocabulário e das tradições do estado.

Além disso, os escritores regionais também são responsáveis por retratar a riqueza da natureza e da biodiversidade de Roraima em suas obras. O estado é conhecido por sua vasta flora e fauna, e isso se reflete nas histórias contadas por esses autores. A descrição detalhada das paisagens, dos rios e dos animais presentes no imaginário coletivo dos moradores de Roraima reforça a ligação do povo com sua terra e a importância de preservá-la.

Outro ponto a ser mencionado é a importância da literatura regional para a valorização da história e das tradições de Roraima. Muitas vezes, as

histórias contadas pelos escritores regionais têm como pano de fundo a ocupação do estado, os conflitos e as tensões vivenciadas pelos povos indígenas e a formação da identidade local. Por meio da literatura, é possível resgatar e recontar episódios marcantes da história de Roraima, garantindo que eles não sejam esquecidos e passados de geração em geração.

O objetivo deste estudo é analisar a contribuição dos escritores regionais de Roraima para a preservação da cultura popular e identidade local, destacando a importância de suas obras literárias na valorização e divulgação das tradições e vivências da região.

A escolha desse tema se baseia na relevância da cultura popular como um patrimônio valioso a ser preservado e valorizado. Roraima, por sua diversidade cultural e rica história, possui uma identidade única que merece ser celebrada e difundida. Os escritores regionais desempenham um papel crucial nesse processo, ao retratar por meio de suas obras as particularidades, tradições e desafios enfrentados pela comunidade local.

Além disso, a literatura regional tem o poder de transmitir conhecimentos, histórias e vivências que enriquecem a compreensão e a preservação da cultura popular. Ao explorar temas como a relação com a natureza, a identidade indígena e as histórias de resistência, os escritores roraimenses contribuem para a construção da identidade cultural e para a valorização das tradições locais.

Ao analisar a contribuição dos escritores regionais de Roraima, este estudo visa destacar o papel desses artistas na promoção da cultura popular e no fortalecimento da identidade local. Compreender o impacto de suas obras literárias é fundamental para reconhecer a importância da literatura regional como um veículo de preservação e difusão das tradições culturais, bem como para incentivar a leitura e o reconhecimento desses escritores, promovendo a valorização da cultura popular de Roraima.

A literatura regional desempenha um papel fundamental na preservação da cultura popular de Roraima. Conforme destacado por Savary (2006), "por meio das obras literárias, os escritores roraimenses têm a capacidade de registrar e transmitir os saberes tradicionais, as histórias e as experiências da comunidade local". Essas narrativas literárias funcionam como uma ponte entre o passado e o presente, permitindo que as tradições e costumes sejam perpetuados e valorizados.

Os escritores regionais de Roraima têm o talento de retratar as vivências e os desafios enfrentados pela comunidade local em suas obras. Conforme ressalta Pinto (1998), "as narrativas literárias nos transportam para as comunidades indígenas, revelando suas lutas pela preservação da cultura,

seus desafios na relação com a natureza e suas histórias de resistência". Essa representação fiel da realidade local contribui para uma compreensão mais profunda da cultura popular e de suas particularidades. A relação do povo roraimense com a natureza e a importância da preservação ambiental são temas frequentes nas obras dos escritores regionais.

Segundo Montenegro (2008),

"as narrativas literárias exploram a interação entre o ser humano e a natureza, ressaltando a conexão espiritual e a necessidade de preservar os recursos naturais para as futuras gerações". Essa abordagem fortalece a consciência ambiental e a valorização dos recursos naturais como elementos fundamentais da cultura popular de Roraima.

Os escritores regionais também desempenham um papel crucial na valorização da identidade indígena presente em Roraima. Bezerra de Castro (2002) afirma que "as obras literárias são um meio de combater estereótipos e preconceitos, promovendo o reconhecimento da riqueza cultural dos povos indígenas e sua contribuição para a identidade roraimense". Ao dar voz às histórias e vivências indígenas, esses escritores enriquecem a diversidade cultural e estimulam o respeito e a valorização das comunidades indígenas.

A literatura regional é um veículo importante para a transmissão do conhecimento ancestral presente em Roraima. Segundo Braga (2019), "os escritores regionais têm o poder de preservar e transmitir os mitos, lendas e saberes tradicionais, possibilitando que essas narrativas ancestrais sejam perpetuadas e apreciadas pelas futuras gerações". Essa transmissão de conhecimento enriquece a compreensão da cultura popular e valoriza a sabedoria acumulada ao longo dos tempos.

As obras dos escritores regionais têm um impacto significativo na construção da identidade cultural roraimense. Segundo Leitão (2015), "as narrativas literárias funcionam como espelhos, refletindo a diversidade, os desafios e as belezas da cultura local". Ao reconhecer e valorizar essas obras, promovemos o fortalecimento da identidade cultural, estimulando o orgulho e o sentimento de pertencimento da comunidade roraimense.

Os escritores regionais de Roraima também exploram a diversidade cultural presente no estado, destacando a rica herança ancestral dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Suas obras trazem à tona aspectos culturais únicos, como rituais, mitos e crenças, valorizando a contribuição

dessas comunidades para a formação da identidade roraimense. Essa abordagem enriquece ainda mais a compreensão da cultura popular e reforça o respeito à diversidade cultural da região.

Ao realçar a memória histórica de Roraima e a participação do estado na formação e construção do Brasil, os escritores regionais contribuem para uma maior compreensão do papel desempenhado pela região no contexto nacional. Suas obras permitem ao leitor compreender a importância de Roraima na história do país, bem como a influência dos acontecimentos históricos nacionais na região, estabelecendo uma conexão mais profunda entre Roraima e o restante do Brasil.

Além de retratar o passado e as tradições, os escritores regionais também abordam os desafios e perspectivas contemporâneas enfrentados por Roraima. Temas como migração, desenvolvimento econômico, questões ambientais e sociais são explorados em suas obras, fornecendo uma visão ampla dos dilemas enfrentados pela região no presente. Essa análise contextualizada contribui para uma reflexão crítica sobre a realidade local e para o debate de soluções para questões contemporâneas.

As obras dos escritores regionais de Roraima têm alcançado reconhecimento e projeção além das fronteiras do estado. Seus escritos têm enriquecido o cenário literário nacional, trazendo visibilidade para a cultura e identidade de Roraima. Esse impacto da literatura regional contribui para uma maior diversidade no panorama literário brasileiro e para a ampliação do diálogo sobre as diversas realidades e vozes presentes no país.

## **CONCLUSÃO**

A contribuição dos escritores regionais de Roraima na preservação da cultura popular e identidade local é inestimável. Por meio de suas obras literárias, eles realçam a memória dos heróis e dos grandes acontecimentos do passado, destacando a nobreza cívica e o futuro esplendoroso que aguarda todos os roraimenses. Ao trazer à tona narrativas e personagens que refletem a realidade e a diversidade cultural de Roraima, esses escritores fortalecem a identidade da região e promovem a valorização das tradições e vivências locais.

Além disso, a linguagem e o vocabulário típicos do estado presentes nas obras literárias dos escritores regionais fortalecem o sentimento de pertencimento e a conexão dos leitores com a atmosfera local. A descrição detalhada das paisagens e da biodiversidade de Roraima contribui para a preservação da cultura e destaca a importância de preservar os recursos

naturais da região. Essas obras também resgatam episódios marcantes da história de Roraima, garantindo que eles não sejam esquecidos e que a história da região seja passada adiante para as futuras gerações.

Portanto, a literatura regional de Roraima desempenha um papel relevante na construção de uma identidade forte e coesa, enriquecendo a cultura e a participação da região na formação do Brasil como um todo. A valorização dos escritores regionais e de suas obras é fundamental para preservar a diversidade cultural e a identidade única de Roraima, garantindo que a rica história e as tradições da região continuem a ser contadas e apreciadas ao longo do tempo.

## **REFERÊNCIAS**

Bezerra de Castro, M. **Identidade e resistência: a contribuição da literatura regional de Roraima**. Estudos Literários, 7(2), 155-168; 2002.

Braga, L. F. **Os mitos e lendas de Roraima na literatura regional**. Cadernos de Folclore, 21(3), 89-101; 2019.

IPHAN. (2018). **Inventário Nacional da Diversidade Linguística - Roraima**. Brasília: IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina>. Acesso em 20 de jun. de 2023.

Montenegro, J. C. **A natureza na literatura roraimense contemporânea**. Revista Amazônida; 2008; Disponível em: <http://www.revistaamazonida.com.br/ojs/index.php/ra/article/view/21>. Acesso em 20 de jun. de 2023.

Savary, O. **Literatura e identidade em Roraima**. Revista de Cultura Teológica; 2006; Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/RCT/article/view/3045>. Acesso em 27 de jul. de 2023.

Souza, G. **Roraima na literatura: entre memórias e identidades.** Boletim Cultural Roraima; 2012; Disponível em: <http://www.boletimcultural.rr.gov.br/arquivos/anexos/a25-b6fe3c75092bc8d6557175a59c597a0.pdf>. Acesso em 20 de jun. de 2023.

## **CAPÍTULO 10**

### **INICIATIVAS JUDICIAIS DO CONTRIBUINTE NA DEFESA DE DIREITO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA**

**Alexandre Duarte Quintans**

Especialista em Gestão Pública – UEPB  
Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais - UFPB  
Técnico Administrativo - MPPE

---

#### **RESUMO**

O presente texto tem como objetivo abordar sucintamente sobre as principais iniciativas judiciais do contribuinte em face da Administração Pública Fazendária, excluindo-se os procedimentos administrativos e executórios. Recorrente o entendimento que a legislação tributária avoluma-se anualmente em suas esferas administrativas. Respectiva proliferação exige assessoramento técnico-jurídico especializado, bem como o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, reserva ao contribuinte uma posição de flagrante desvantagem e hipossuficiência. Neste sentido, o ordenamento jurídico disponibiliza instrumentos eficazes que tutelam direitos eventualmente preteridos. Destaca-se a ação declaratória em matéria fiscal; ação anulatória de lançamento tributário; ação de repetição do indébito; ação de consignação em pagamento; e mandado de segurança. Cada instituto possui disciplina própria e objetiva a tutela de direitos específicos. A desproporcionalidade de mecanismos do erário em face do cidadão não impede que o mesmo se utilize dos instrumentos judiciais apropriados objetivando o adequado reequilíbrio de forças, e a restituição daquilo que foi indevidamente tributado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direto tributário. Defesa judicial. Contribuinte.

#### **1. INTRODUÇÃO**

A legislação tributária brasileira é conhecida pela complexidade e vultuosidade de normas, seja em suas esferas federal, estadual e municipal, ensejando apoio técnico especializado aos respectivos operadores, em âmbito fiscal, advocatício, judicial e, também, por parte do contribuinte, lado

mais fraco nessa relação, cujas consequências econômicas são as mais variadas.<sup>1</sup>

A máquina estatal sobrevive, sobretudo, mediante a arrecadação de tributos, e possui uma administração tributária<sup>2</sup> própria regida sob o princípio da legalidade, o que confere segurança jurídica aos atores do processo, notadamente com arrimo no escalonamento da ordem jurídica<sup>3</sup> inerente ao regime constitucional vigente, no qual se vinculam todos os atos emanados à Constituição. O professor José Afonso da Silva bem delinea essa subordinação e vinculação do poder público à Lei Maior:

Toda a sua atividade (do Estado Democrático de Direito) fica sujeita à *lei*, entendida como expressão da vontade geral, que só se materializa num regime de divisão de poderes em que ela seja o ato formalmente criado pelos órgãos de representação popular, de acordo com o processo legislativo estabelecido na Constituição.<sup>4</sup>

Portanto, todo dispositivo legal deve obediência aos princípios e normas estabelecidos na Constituição Federal de 1988. Assim, a norma infra deve ser recepcionada e ampliado seus efeitos quando não respectivamente contrastá-la.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, todo ato emanado pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário deve respeitar os

---

<sup>1</sup> A legislação fiscal do Brasil é imensa. Diariamente, os Diários Oficiais da União, dos Estados e dos Municípios despejam leis, normas, regulamentos, decretos, atos normativos, instruções e outros textos sobre os contribuintes, alcançando os mais de 80 tributos existentes no Brasil. Para acompanhar tais legislações, as empresas precisam investir em atualizações das equipes responsáveis pelos cálculos dos tributos. Não basta um curso rápido, pois a intensividade das mudanças exige o acompanhamento periódico, diário, dos impactos legislativos sobre os produtos e serviços. Também a pessoa física, independentemente de ter um estabelecimento comercial, precisa estar atenta à legislação fiscal, já que o imposto de renda alcança os rendimentos do trabalho, do capital e de qualquer fonte. Segundo Júlio César Zanluca, Contabilista e Coordenador do site Portal Tributário, "o governo pressiona tremendamente os contribuintes e, no afã de arrecadar, despeja sobre ele leis, normas, instruções e outros atos regulamentadores, que tornam extremamente complexa a gestão tributária de uma empresa no Brasil." A solução, segundo Zanluca, é um alto profissionalismo dos envolvidos com as questões fiscais, além de um acompanhamento regular das modificações legislativas. "O que valia ontem, não necessariamente vale hoje, é que nem inflação - só aumenta, sem resultados econômicos positivos", conclui. Fonte: <http://www.portaltributario.com.br/guia/complexidade.html>.

<sup>2</sup> A administração tributária é a atividade do poder público voltada para a fiscalização e arrecadação tributária. É um procedimento que objetiva verificar o cumprimento das obrigações tributárias, praticando, quando for o caso, os atos tendentes a deflagrar a cobrança coativa e expedir as certidões comprobatórias da situação fiscal do sujeito passivo. HARADA, Kiyoshi. Direito financeiro e tributário 14 ed. São Paulo : Atlas, 2005, p. 525.

<sup>3</sup> NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito. 13 ed. Rio de Janeiro. Forense, 1996 p. 453-457.

<sup>4</sup> SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 27. ed. rev. e amp. Malheiros Editores, 2006, p. 420.

preceitos estabelecidos pela nossa Carta Magna. O professor José Afonso da Silva<sup>5</sup> se refere à superioridade da Constituição Federal sobre as demais normas, e dela irradiam-se os subsequentes dispositivos legais:

Nossa Constituição é rígida. Em consequência, é a lei fundamental e suprema do Estado brasileiro. Toda autoridade só nela encontra fundamento e só ela confere poderes e competências governamentais. Nem o governo federal, nem os governos dos Estados, nem os dos Municípios ou do Distrito Federal são soberanos, porque todos são limitados, expressa ou implicitamente, pelas normas positivas daquela lei fundamental. Exercem suas atribuições nos termos nela estabelecidos. Por outro lado, todas as normas que integram a ordenação jurídica nacional só nela serão válidas se se conformarem com as normas da Constituição Federal.

Nesse mesmo sentido, Paulo Nader explica que:

A importância das constituições decorre também de sua superioridade hierárquica em relação às leis ordinárias. As constituições fixam os princípios e as grandes coordenadas da vida jurídica do Estado e o legislador ordinário desenvolve essas regras gerais, através dos códigos e legislação extravagante. Enquanto o termo constituição é aplicado ao documento votado pelos representantes do povo, o vocábulo *carta* designa a Lei Maior que é outorgada pelo governo.<sup>6</sup>

A Constituição Federal de 1988 assegura ao contribuinte que se sentir lesado pela administração tributária competente, em razão de sua diversidade, complexidade ou abuso, recorrer ao judiciário objetivando proteção de direito.

Como não temos leis processuais específicas para a solução dos conflitos entre o fisco e o contribuinte, o processo judicial tributário regula-se pelo Código

---

<sup>5</sup> SILVA, José Afonso da. *Op. cit. loc cit.*

<sup>6</sup> NADER, Paulo. *Introdução ao estudo do direito*. 13 ed. Rio de Janeiro. Forense, 1996. p. 409.

de Processo Civil, salvo no que diz respeito à execução fiscal e à cautelar fiscal.

O processo de conhecimento, em matéria tributária, é sempre de iniciativa do contribuinte, porque a decisão, no processo administrativo, é sempre do fisco, inexistindo assim, razão par que este provoque o controle judicial da legalidade de tais decisões.<sup>7</sup>

Sob o âmbito das garantias constitucionais, observa-se notadamente o devido processo legal, inafastabilidade do controle judicial<sup>8</sup>, o direito ao contraditório e ampla defesa.<sup>9</sup>

O cidadão não está, pois, vinculado à exaustão de instâncias administrativas para, somente, depois de invocar a proteção jurisdicional. O aparelhamento judiciário pode ser utilizado mesmo que o conflito ainda não tenha esgotado instâncias administrativas que lhes são pertinentes.<sup>10</sup>

[...] Por contraditório entende-se o procedimento no qual tudo o que de relevante é praticado no processo por uma das partes deve ser de conhecimento da parte contrária. Sobre o que diz o autor deve ser ouvido o réu, e vice-versa. Sobre as provas produzidas por uma das partes deve a outra ser ouvida, e na própria produção de certas provas, como a oitiva de testemunha e a realização de perícias, as partes devem ter oportunidade de atuar, contraditando uma as afirmações das outras. Ampla defesa, quer dizer que as partes tudo podem alegar que seja útil na defesa da pretensão posta

---

<sup>7</sup> MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 19. ed. São Paulo : Malheiros, 2001, p. 391.

<sup>8</sup> Estabelece a Constituição que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito" (art. 5º, inc. XXXV). Tem-se, pois, no Direito brasileiro, a inafastabilidade do controle judicial. Qualquer lei que, direta ou indiretamente, exclua a apreciação do Poder Judiciário relativamente a qualquer lesão ou ameaça a direito, será inconstitucional. MACHADO, Hugo de Brito. Op. cit. p. 392.

<sup>9</sup> Mas o principal consecutário do tratamento igualitário das partes se realiza através do contraditório, que consiste na necessidade de ouvir a pessoa perante a qual será proferida a decisão, garantindo-lhe o pleno direito de defesa e de pronunciamento durante todo o curso do processo. Não há privilégios de qualquer sorte. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Teoria geral do direito processual e processo de conhecimento. Rio de Janeiro : Forense, Vol. 1, 2007. p. 30/31.

<sup>10</sup> OLIVEIRA, Frederico. Premissas fundamentais do processo de conhecimento. Recife : Bagaço, 2005. p. 117.

em Juízo. Todos os meios lícitos de prova podem ser utilizados.<sup>11</sup>

Neste sentido, as demais garantias processuais estão asseguradas ao contribuinte que tem, no Poder Judiciário, oportuno amparo jurídico.

Desta feita, o presente trabalho tem por objetivo discorrer sucintamente sobre as principais iniciativas jurídicas do contribuinte em face à administração tributária, excluindo-se, pois, análise sobre procedimentos executórios e administrativos fiscais.

## 2. PRINCIPAIS INICIATIVAS DO CONTRIBUINTE

### 2.1. AÇÃO DECLARATÓRIA EM MATÉRIA FISCAL

A *ação declaratória* em matéria fiscal é uma espécie do gênero *ação de cognição*<sup>12</sup> consistente em o contribuinte pedir ao Judiciário a inexistência de relação jurídica tributária, isto é, ausência da lei ou sua inconstitucionalidade mediante controle difuso.

O contribuinte, ao promover a ação declaratória, geralmente pede a declaração de inexistência da relação jurídica tributária que ensejaria a cobrança do tributo. Seja pela inoccorrência do fato que seria gerador do tributo, seja pela invalidez da norma em que se funda a pretensão do fisco.<sup>13</sup>

Ademais, é possível concessão de liminar quando a exigibilidade do imposto causa dano direto e de difícil reparação ao contribuinte.<sup>14</sup>

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA. TUTELA ANTECIPADA. ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA. APOSENTADORIA. NEOPLASIA MALIGNA. Os atestados médicos e exames laboratoriais revelam que a autora é portadora de carcinoma maligno. Presente a prova inequívoca e a verossimilhança

---

<sup>11</sup> MACHADO, Hugo de Brito. *Op. cit.* p. 392.

<sup>12</sup> “A ação de cognição, que provoca a instauração de um processo de conhecimento, busca o pronunciamento de uma sentença que declare entre os contendores quem tem uma razão e quem não a tem, o que se realiza mediante determinação da regra jurídica concreta que disciplina o caso que formou o objeto do processo.” THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Op. cit.* p. 70.

<sup>13</sup> MACHADO, Hugo de Brito. *Op. cit.* p. 396.

<sup>14</sup> SANTOS, Rennata Pinto dos; COSTA JÚNIOR, Reginaldo Ribeiro da *et al.* Ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 21, n. 4879.

do direito para lastrear a antecipação de tutela a fim de suspender o desconto do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria. Agravo desprovido.” (Agravo de Instrumento Nº 70050097120, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marco Aurélio Heinz, Julgado em 07/11/2012) (TJ-RS - AI: 70050097120 RS, Relator: Marco Aurélio Heinz, Data de Julgamento: 07/11/2012, Vigésima Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 13/11/2012)

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA. TUTELA ANTECIPADA. CONCESSÃO. POSSIBILIDADE. ART. 273 DO CPC. REQUISITOS PREENCHIDOS. PRECEDENTES. Esta Corte vem reiterando o entendimento no sentido da possibilidade de se conceder a tutela antecipada em qualquer ação de conhecimento, seja declaratória, constitutiva ou mandamental, desde que presentes os requisitos e pressupostos legais. Verificados estes, na instância ordinária no momento da concessão, o aresto recorrido culminou por afrontar o art. 273 do CPC ao reformá-la. Recurso provido. (STJ - REsp: 473072 MG 2002/0129876-6, Relator: Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, Data de Julgamento: 17/06/2003, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: --> DJ 25/08/2003 p. 358)

Via de regra, a ação declaratória tem seus efeitos descritos nas hipóteses previstas de suspensão de exigibilidade do crédito tributário, disciplinada atualmente pelo Código Tributário Nacional, no art. 151, sendo: a) bloqueio do ajuizamento da ação fiscal; b) suspensão da contagem do prazo prescricional para o ajuizamento da ação fiscal se ela já tiver tido início (efeito suspensivo), ou impede a iniciação da contagem (efeito impeditivo); c) não importa em dispensa do cumprimento de obrigação acessória ou principal, como preceitua o parágrafo único do único do mesmo artigo.<sup>15</sup>

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. VALORES INDEVIDAMENTE PAGOS A TÍTULO DE FINSOCIAL. SENTENÇA DECLARATÓRIA DO DIREITO DE CRÉDITO CONTRA A FAZENDA

---

<sup>15</sup> SANTOS, Rennata Pinto dos; COSTA JUNIOR, Reginaldo Ribeiro da *et al.* *Op. cit.*

PARA FINS DE COMPENSAÇÃO. EFICÁCIA EXECUTIVA DA SENTENÇA DECLARATÓRIA, PARA HAVER A REPETIÇÃO DO INDÉBITO POR MEIO DE PRECATÓRIO. 1. No atual estágio do sistema do processo civil brasileiro não há como insistir no dogma de que as sentenças declaratórias jamais têm eficácia executiva. O art. 4º, parágrafo único, do CPC considera "admissível a ação declaratória ainda que tenha ocorrido a violação do direito", modificando, assim, o padrão clássico da tutela puramente declaratória, que a tinha como tipicamente preventiva. (REsp 609266 / RS, Rel. Teori Albini Zavascki, DJ 11.09.2006)

AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICO TRIBUTÁRIA – IPTU - Imóvel adquirido em hasta pública – Créditos anteriores – Subrogação no preço da arrematação – CTN, art. 130, parágrafo único – Extinção dos tributos anteriores à arrematação - Recurso provido.(TJ-SP - APL: 10470748320148260053 SP 1047074-83.2014.8.26.0053, Relator: Octávio Machado de Barros, Data de Julgamento: 06/08/2015, 14ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 07/08/2015)

A ação declaratória pode tramitar em rito ordinário ou sumário, conforme o valor da causa, bem como pode ser cumulada com pedido de repetição de indébito tributário.

Neste sentido, a ação declaratória pede provimento judicial que declare a inoccorrência do fato gerador ou a invalidade de norma em que se funda a pretensão do fisco.

## 2.2. AÇÃO ANULATÓRIA DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

A ação anulatória de lançamento tributário objetiva o controle da legalidade do auto de infração, atacando o procedimento administrativo de lançamento.

O art. 38 da Lei n. 6.830/80 – Lei das Execuções Fiscais, discrimina que a discussão judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública só é admissível em execução, na forma desta Lei, salvo as hipóteses de mandado de segurança, ação de repetição do indébito ou **ação anulatória do ato declarativo da dívida**, está precedida do depósito preparatório do valor do débito, monetariamente corrigido e acrescido dos juros e multa de mora e demais encargos.

A instrumentalização desta ação, pelo contribuinte, importa em renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa e desistência do recurso acaso interposto (art. 38, parágrafo único)

Apenas para fins didáticos, o rito normal de eventual execução tributária segue a partir do evento do fato gerador, que redundando em uma obrigação tributária.

Essa, por sua vez, gera o lançamento, envidando em um crédito tributário. Caso o crédito não seja adimplido, o contribuinte é inscrito na dívida ativa, sendo gerada a respectiva certidão, título hábil para iniciar a execução.

A ação concerne ao processo de conhecimento e segue o rito ordinário, daí ser também usualmente chamada de ação ordinária. Em seu âmbito o contribuinte exerce, de forma mais ampla possível, o seu direito de defender-se contra exigências indevida de tributo, posto que são cabíveis todos os meios de provas admitidos em Direito, podem ser deslindadas todas as questões de fato e de direito, sem qualquer restrição.<sup>16</sup>

O Professor Kiyoshy Harada discrimina que a ação anulatória é uma ação do sujeito passivo contra a Fazenda Pública para invalidar o lançamento ou decisão administrativa, que hospeda crédito tributário objeto do pleito, por entender que está causando lesão ao seu direito.<sup>17</sup>

**AÇÃO ANULATÓRIA DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO - PLANTA GENÉRICA DE VALORES - IPTU. Áreas dos imóveis que não constam da Planta Genérica de Valores. Laudo de avaliação que não supre as lacunas da lei. Nulidade dos lançamentos. Sentença de procedência mantida. Recurso dos autores não conhecido e da Municipalidade não provido. (TJ-SP - CR: 7570095500 SP, Relator: Marcondes Machado, Data de Julgamento: 21/08/2008, 14ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 08/10/2008)**

**DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. EMENTA: Ação anulatória de lançamento**

---

<sup>16</sup> MACHADO, Hugo de Brito. *Op. cit.* p. 396.

<sup>17</sup> In: Direito financeiro e tributário 14 ed. São Paulo : Atlas, 2005, p. 569

tributário cumulada com repetição de indébito. 1. Contribuição de melhoria - Base de cálculo - Valorização do imóvel beneficiado - Impossibilidade de simples rateio dos custos da obra pública - Ônus, outrossim, que recai sobre o ente tributante - Precedentes - Não demonstração da alegada valorização imobiliária - Lançamento tributário que padece de nulidade - Restituição dos valores pagos a tal título, por conseguinte, que é devida. 2. Honorários advocatícios - Fixação em valor elevado - Redução - Causa em que é vencida a Fazenda Pública - Emprego de equidade - CPC, art. 20, § 4.º - Princípio da justa remuneração do trabalho profissional. 3. Recurso parcialmente provido. (TJPR - 3ª C.Cível - AC - 1410831-7 - Loanda - Rel.: Rabello Filho - Unânime - - J. 06.10.2015) (TJ-PR - APL: 14108317 PR 1410831-7 (Acórdão), Relator: Rabello Filho, Data de Julgamento: 06/10/2015, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 1667 13/10/2015)

### 2.3. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO

A *ação de repetição de indébito tributário* consiste em exigir da Fazenda Pública que restitua ao contribuinte valor pago a mais ao erário. Também de rito ordinário, objetiva atacar lei inconstitucional e ver devolvido tributo que pagou a mais atualizado pela Selic. Está regulamentado nos arts. 165 a 169 do Código Tributário Nacional.

Obrigação tributária é *obligatio ex legis* consoante doutrina indiscrepante, pelo que deve ser cumprida nos estritos termos da lei, inclusive no que tange ao *quantum debeatur*. Se pago a mais do que devido por lei, o contribuinte tem o direito de repetir o pagamento, acrescido de juros e correção mentária (...) Daí porque a legitimidade para propor a ação só poderia ter quem foi parte na relação jurídica tributária, e não o consumidor final, também conhecido como contribuinte de fato, ou seja, aquele que suportou o encargo do tributo, o qual nenhuma obrigação tem perante o fisco, e, conseqüentemente, nenhum direito tem diante da fazenda Pública, que sequer o conhece.<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> HARADA, Kiyoshi. Direito financeiro e tributário 14 ed. São Paulo : Atlas, 2005 , p. 570.

O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados: I - nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 165, da data da extinção do crédito tributário; (Vide art 3 da LCp nº 118, de 2005) e II - na hipótese do inciso III do artigo 165, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória, ex vi do art. 168 do Código Tributário Nacional.<sup>19</sup>

AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO - ITBI - MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – Instrumento particular de cessão de direitos de compromisso de compra e venda - Fato gerador do ITBI que se dá com a transmissão da propriedade, que, por sua vez, somente ocorre quando do Registro no Cartório Imobiliário - Impossibilidade da cobrança ITBI sobre contrato de cessão de direitos - Sentença que julgou o pedido improcedente reformada - Recurso provido. (TJ-SP 10466314720168260576 SP 1046631-47.2016.8.26.0576, Relator: Rezende Silveira, Data de Julgamento: 10/08/2017, 15ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 15/08/2017).

## 2.4. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

A *ação de consignação em pagamento* é instrumentalizada quando há uma negativa por parte do fisco em receber tributos. Está discriminada no art. 164 do Código Tributário Nacional e sua operacionalidade se dá nos termos do Novo Código de Processo Civil, notadamente nos arts. 539 a 549 (Lei n. 13.105/15).<sup>20</sup>

TRIBUTÁRIO - PROCESSUAL - ICMS - AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - REPETIÇÃO DO INDÉBITO Não tem o devedor direito à restituição da quantia consignada em juízo, indevidamente levantada pelo credor, se foi ela inteiramente aplicada na liquidação da dívida

---

<sup>19</sup> “O contribuinte pode optar por receber, por meio de precatório ou por compensação, o indébito tributário certificado por sentença declaratória transitada em julgado” (Súmula 461 do STJ).

<sup>20</sup> De todo modo, qualquer recusa, qualquer obstáculo ao pagamento de tributo enseja a propositura da ação de consignação. Pagar não é apenas um dever. É também um direito, e seu exercício há de estar garantido por uma ação, sem o quê n~]ao estaria garantido o direito à jurisdição. MACHADO, Hugo de Brito. *Op. cit.* p. 397.

tributária confessada, pois o objetivo visado na ação consignatória - exoneração da obrigação (CPC, art. 890)- foi alcançado. (TJ-SC - AC: 177335 SC 1999.017733-5, Relator: Newton Trisotto, Data de Julgamento: 21/10/2002, Segunda Câmara de Direito Público, Data de Publicação: Apelação Cível n. , de Ibirama.)

## 2.5. MANDADO DE SEGURANÇA

A via mandamental erigida pelo *mandado de segurança*, segundo o disposto na Lei nº. 12.016/2009 e no inciso LXIX do art. 5º da Constituição Federal de 1988, é o meio processual adequado sempre que houver lesão ou ameaça de lesão ao direito líquido e certo. O alargamento da utilização do mandado de segurança resulta da presteza do veículo processual, constituindo-se, hoje, num dos meios mais eficazes e efetivos à pronta reparação e à proteção de direitos prejudicados ou ameaçados.

Segundo a norma constitucional inscrita no inciso LXIX do art. 5º: “Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público”.<sup>21</sup>

Alexandre de Moraes alinhava a natureza jurídica do instituto a partir do entendimento de que o mandado de segurança é uma ação constitucional, de natureza civil, cujo objeto é a proteção de direito líquido e certo, lesado ou ameaçado de lesão, **por ato ou omissão** de autoridade pública ou gente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.<sup>22</sup>

Sérgio Pinto Martins reforça o entendimento suso mencionado ao delinear que a natureza do mandado de segurança é de ação. Trata-se de ação de conhecimento. O objeto do mandado de segurança é mandamental, em que o juiz determinará à autoridade coatora o cumprimento imediato da ordem, sem as formalidades do Códex Processual Civil, ou seja, o juiz, ao conceder a ordem, manda que autoridade a cumpra de imediato, concluindo que o “*writ of mandamus*” não tem caráter administrativo, mas, sua feição é nitidamente jurisdicional, de tutela de direito líquido e certo.<sup>23</sup> Para Maria Sylvania Zanella di Pietro:

---

<sup>21</sup> O meio constitucional posto à disposição de toda pessoa física ou jurídica, órgão com capacidade processual, ou universal reconhecida por lei, para proteção de direito individual ou coletivo, líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, lesado ou ameaçado de lesão, por ato de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça. MEIRELLES, Hely Lopes. Mandado de segurança, ação popular, ação civil pública, mandado de injunção, habeas data. 18. ed. (atualizada por Arnaldo Wald). São Paulo : Revista dos Tribunais, 1997. pg. 03.

<sup>22</sup> MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 13. ed. São Paulo : Atlas, 2003. pg. 164.

<sup>23</sup> MARTINS, Sérgio Pinto. Direito processual do trabalho: doutrina e prática forense; modelos de petições, recursos, sentenças e outros. 15. ed. São Paulo : Atlas, 2001. pg. 450.

“[,,] o mandado de segurança é a ação civil de rito sumaríssimo pela qual **qualquer pessoa pode provocar o controle jurisdicional quando sofrer lesão ou ameaça de lesão a direito líquido e certo**, não amparado por habeas corpus nem habeas data, **em decorrência de ato de autoridade, praticado com ilegalidade ou abuso de poder**”.<sup>24</sup> (negrito nosso)

Ary Florêncio Guimarães asseverando que o “mandado de segurança é o remédio constitucional conferido aos indivíduos para que eles se defendam de atos ilegais ou praticados com abuso de poder, constituindo-se verdadeiro instrumento de liberdade civil e liberdade política”.<sup>25</sup>

Neste contexto, resta evidente que os pressupostos específicos do mandado de segurança se constituem em: i) ato de autoridade; ii) ilegalidade ou abuso de poder; iii) lesão ou ameaça de lesão; e, iv) direito líquido e certo não amparado por habeas corpus ou habeas data.

Ato de autoridade é todo aquele que for praticado por pessoa investida de uma parcela de poder público.<sup>26 27</sup>

Quanto ao direito líquido e certo, Celso Antônio Bandeira de Mello assim se expressa:

Considera-se “líquido e certo” o direito, “independentemente de sua complexidade”, quando os fatos a que se deva aplicá-lo sejam demonstráveis “de plano”; é dizer, quando independam de instrução probatória, sendo comprováveis por documentação acostada quando da impetração da segurança ou, então, **requisitada pelo juiz a instâncias do impetrante, se o documento necessário estiver em poder de**

---

<sup>24</sup> DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. Direito administrativo. 15ª ed. São Paulo : Atlas, 2003. pg. 636.

<sup>25</sup> GUIMARÃES, Ary Florêncio. O mandado de segurança como instrumento de liberdade civil e de liberdade política. Estudos de direito processual em homenagem a José Frederico Marques. São Paulo : Saraiva, 1982. vários autores, p. 139. In: MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. Op. cit. pg. 163.

<sup>26</sup> DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. Op. cit. pg. 637.

<sup>27</sup> José Afonso da Silva discrimina autoridades públicas como sendo todas as pessoas físicas que exercem alguma função estatal, como os agentes políticos, os agentes administrativos e os agentes delegados. In: Curso de direito constitucional positivo. 27. ed. rev. e atual. São Paulo : Malheiros, 2006. pg. 446.

**autoridade que recuse a fornecê-lo** (art. 6º, parágrafo único da Lei 1.533).<sup>28</sup> (negrito nosso)

Maria Sylvia Zanella di Pietro informa que “está pacífico o entendimento de que a liquidez e certeza referem-se aos fatos; estando estes devidamente provados, as dificuldades com relação à interpretação do direito serão resolvidas pelo juiz.”<sup>29</sup>

Em matéria tributária, o mandado de segurança é utilizado em pedido de compensação de crédito, observado o disposto na Súmula 213 do Superior Tribunal de Justiça que estabelece que o mandado de segurança constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária.<sup>30</sup>

No mais, qualquer ação ou omissão que caracterize abuso de direito por parte do fisco enseja o remédio constitucional. Kiyoshi Harada exemplifica em eventual negativa de expedição de certidão negativa de tributo, o contribuinte interessado poderá obter a prestação *in specie*, via mandado de segurança.<sup>31</sup>

Reexame Necessário. Mandado de Segurança em matéria tributária. ISS. Expedição de Certidão Negativa de Débito e confecção de talonários de notas fiscais. Segurança deferida. Decisão mantida. I - Não subsistência das penalidades aplicadas em auto de infração lavrado com fulcro em não recolhimento do ISS no Município do estabelecimento do prestador quando envolvido serviços de vigilância. Inteligência da Lei Complementar nº 116/2003, art. 3º, inciso XVI. Precedentes do STJ. II - Aplicação retroativa da Lei geral do ISS por força do art. 106, inciso II, alínea a do CTN. Segurança mantida. (TJ-SE - REEX: 2005209170 SE, Relator: DESA. CLARA LEITE DE REZENDE, Data de Julgamento: 30/10/2006, 1ª.CÂMARA CÍVEL)

PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL -  
MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO -  
MATÉRIA TRIBUTÁRIA - FINSOCIAL -  
CABIMENTO - PRECEDENTES STJ. -

---

<sup>28</sup> MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 22. ed. rev. e atual. São Paulo : Malheiros, 2006. pg. 918.

<sup>29</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Op. cit.* pg. 639.

<sup>30</sup> STJ - Súmula 213: Direito Tributário – Compensação de Créditos Tributários. O mandado de segurança constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária. Primeira Seção, julgado em 23.09.1998. DJ 02.10.1998. p. 250.

<sup>31</sup> HARADA, Kiyoshi. *Op. cit.* p. 575.

Demonstrada a disposição da autoridade administrativa em arrecadar o tributo, ainda que inconstitucional a lei que o instituiu, e caracterizada a existência de ameaça real nas informações prestadas, cabe a impetração de mandado de segurança preventivo. - Recurso não conhecido. (STJ - REsp: 80299 SP 1995/0061404-9, Relator: MIN. PEÇANHA MARTINS, Data de Julgamento: 25/08/1998, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJ 26.10.1998 p. 101)

### **3. CONCLUSÃO**

A Administração Tributária Nacional é excessivamente complexa e são expedidas centenas de normas, exigindo de seus operadores um alto nível de especialização.

O contribuinte é o lado mais fraco dessa relação arcando o alto custo dos tributos e sua operacionalização. Assim, quando o mesmo se sentir lesado pelo Fisco, seja federal, estadual ou municipal poderá se socorrer do Poder Judiciário por meio de ações específicas como visto sucintamente.

As ações de controle concentrado de constitucionalidade também se prestam a esse papel, contudo são matérias alheio a este trabalho, bem como os meios de defesa inerentes ao processo administrativo tributário.

A prestação da tutela jurisdicional foi elevada à categoria de direito fundamental. Neste sentido, postular em juízo ultrapassa os interesses individuais contrapostos. Assim, as ações descritas no presente texto estão alicerçadas por diversos princípios de ordem ética que incidem na relação jurídica posta em juízo.

Contudo, os interesses econômicos envolvidos na relação jurídica administrativa fazem com que o fisco se distancie de alguns princípios, cabendo ao contribuinte se socorrer do Judiciário, mediante ações judiciais próprias.

### **REFERÊNCIAS**

COELHO, Isaías. *O que podemos fazer para acabar com a complexidade tributária*. Fonte: <https://endeavor.org.br/complexidade-tributaria-empendedor>.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 15ª ed. São Paulo : Atlas, 2003.

GUIMARÃES, Ary Florêncio. *O mandado de segurança como instrumento de liberdade civil e de liberdade política. Estudos de direito processual em homenagem a José Frederico Marques*. São Paulo : Saraiva, 1982

HARADA, Kiyoshi. *Direito financeiro e tributário*. 14 ed. São Paulo : Atlas, 2005

MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de direito tributário*. 19. ed. São paulo : Malheiros, 2001

MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito processual do trabalho: doutrina e prática forense; modelos de petições, recursos, sentenças e outros*. 15. ed. São Paulo : Atlas, 2001.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Mandado de segurança, ação popular, ação civil pública, mandado de injunção, habeas data*. 18. ed. (atualizada por Arnaldo Wald). São Paulo : Revista dos Tribunais, 1997.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 22. ed. rev. e atual. São Paulo : Malheiros, 2006.

MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 13. ed. São Paulo : Atlas, 2003

NADER, Paulo. *Introdução ao estudo do direito*. 13 ed. Rio de Janeiro. Forense, 1996.

OLIVEIRA, Frederico. *Premissas fundamentais do processo de conhecimento*. Recife : Bagaço, 2005.

PACHECO, José da Silva. *Comentários à lei de execução fiscal*. 11 ed. São Paulo Saraiva, 2008.

QUINTANS, Alexandre Duarte. *Evolução da receita do IPVA nos estados brasileiros*. Jus Vigilantibus, 1º de jan. de 2008. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/30724>>.

SANTOS, Rennata Pinto dos; COSTA JÚNIOR, Reginaldo Ribeiro da et al. Ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 21, n. 4879.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 27. ed. rev. e amp. Malheiros Editores, 2006.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Teoria geral do direito processual e processo de conhecimento. Rio de Janeiro : Forense, Vol. 1, 2007.

## CAPÍTULO 11

### USO DO SOFTWARE GEOGEBRA PARA O ENSINO DE MATEMÁTICA: ANÁLISE DE ARTIGOS SOBRE A APLICAÇÃO EM SALA DE AULA

**Thales Allan Santos da Cruz**

Mestre em Ensino de Física pela Universidade Federal de Alagoas,  
Especialista em Educação e Novas Tecnologias pelo Centro Universitário  
Internacional – UNINTER,  
Licenciado em Física pela Universidade Federal de Alagoas,  
Licenciado em Matemática pelo Centro Universitário Internacional –  
UNINTER,  
Professor na Escola Estadual Professor Silvério Lins,  
Mar Vermelho – AL

---

#### RESUMO

Este trabalho tem por objetivo mapear e investigar artigos que envolvam o emprego do *software* Geogebra para o Ensino de Matemática, seja na educação Básica ou Ensino Superior, seus frutos serão analisados com base nos resultados obtidos pelos escritos aqui mostrados. Essa questão se faz necessária devido à crescente expansão tecnológica e a ressignificação do papel do aluno e do professor em meio a tecnologias digitais voltadas ao ensino. O objetivo central deste trabalho é investigar a empregabilidade do Geogebra como recurso educacional digital e as possibilidades que sua interface propicia para o ensino de Matemática, sua aceitação e êxito quando voltado para aprendizagem com significados. Para isso analisamos de modo detalhado artigos disponíveis na *web* com datas entre 2011 e 2020, o que podemos chamar de “estado da arte”. Para seleção dos artigos aqui apresentados foi utilizado o termo “Geogebra” no Google Acadêmico como palavra-chave, refinando as buscas por área de estudos em Ensino de Matemática. O presente trabalho trata-se de uma análise interpretativa que buscou, pautada nos títulos e resumos, averiguar o nível de aprendizagem e ensino além de sua replicabilidade e seu sucesso. Essa tarefa será fundamentada a partir da revisão bibliográfica/ estado da arte. A partir dos textos selecionados pudemos perceber que o *software* Geogebra se mostra como excelente recurso educacional digital, à medida que sua interface é de fácil manuseio, interativa e graficamente atrativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino de Matemática. Tecnologias da Informação e Comunicação. Metodologia de Ensino Inovadora.

## 1. INTRODUÇÃO

O mundo ao nosso redor está em constante evolução, as tecnologias da informação e comunicação proporcionam uma revolução social jamais vista, o desenvolvimento de novas ideias, novas funções e novos jeitos de interagir com pessoas, notícias e com aplicativos, nos deixando impressionados. O mercado como um todo vive um processo de mudanças constantes, velozes e que alteram e ressignificam os papéis sociais. A forma de comunicar e a forma de consumir conteúdos midiáticos é diferente daquela vivida há 20 anos atrás, por exemplo. O advento da *web 2.0* trouxe inúmeras inovações na forma de enxergar o mundo e de interagir com as pessoas ao nosso redor, já que distâncias foram encurtadas e laços sociais podem ser construídos com pessoas que residem até do outro lado do planeta.

Agora pensemos, se a forma de consumir conteúdos em nosso cotidiano mudou, antes éramos agente passivos que apenas consumíamos conteúdo, por exemplo na TV, em que tínhamos de esperar determinada atração ou filme, hoje podemos entrar no YouTube e procurar o que queremos, e ainda, podemos produzir material para determinadas plataformas, ou seja, nos tornamos agentes ativos, na medida que agora temos poder de escolha, buscamos e criamos conteúdo (CRUZ, 2022). O questionamento que resta é: a educação está acompanhando a evolução tecnológica? Estamos tratando nossos alunos como agentes ativos ou meros agentes passivos? Estamos inovando e usando metodologias diversificadas para o ensino?

Neste trabalho temos como objetivo Geral analisar, através de pesquisa bibliográfica/ estado da arte como o *software* Geogebra tem contribuído para ensino de matemática e como os alunos têm aceitado esse recurso educacional em sala de aula.

O presente trabalho apresenta caráter qualitativo, tratando de questões subjetivas, no que se refere a empregabilidade do Geogebra no ensino de matemática. Quanto aos procedimentos técnicos realizamos uma pesquisa bibliográfica, visando juntar material já publicado entre 2011 e 2020 acerca da utilização do *software* Geogebra voltado para o ensino de funções.

## **2. METODOLOGIA**

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfico/ estado da arte, de caráter exploratório, já que tem como cerne avaliar o êxito e compreender a utilização e aplicabilidade do *software* Geogebra como ferramenta de modelagem matemática em sala de aula. Quanto à forma de abordagem ao problema ressaltamos o caráter qualitativo desta pesquisa, já que nos preocupamos em nos aprofundar em questões subjetivas, ou seja, as percepções de alunos e professores quanto ao êxito da empregabilidade do Geogebra no ensino de matemática. Quanto aos procedimentos técnicos realizamos uma pesquisa bibliográfica, visando juntar material já publicado sobre o tema proposto. Para isto utilizamos artigos que compreendem o período de 2011 até 2020, tendo em vista a aplicação dessa metodologia para o ensino de funções do primeiro grau/ função afim, funções quadráticas e funções trigonométricas, tanto na Educação básica, quanto no ensino superior. cronologicamente temos os seguintes artigos analisados:

“Aplicação do Software GeoGebra no ensino de Funções”, de Ricardo Antonio Faustino da Silva Braz, Jean Michel Moura Bezerra e João Emanuell Araújo Marciano, datado do ano de 2011, traz o relato dos pesquisadores envolto nos desafios de ensinar a disciplina de Cálculo Diferencial para alunos do curso de Bacharelado em Ciências e Tecnologias.

A pesquisa de Aleksandre Saraiva Dantas, datada de 2015, “O uso do GeoGebra no ensino de trigonometria: uma experiência com alunos do ensino médio”, analisou como Geogebra otimiza a aprendizagem de conceitos de trigonometria, para isto o autor fez uso de avaliações e entrevistas com alunos do IFRN, com o intuito de conhecer suas percepções.

Na pesquisa de Dan Nunes de Siqueira e Joyce Jaqueline Caetano, datada de 2016, de nome “O uso do Geogebra no Ensino de Funções no Ensino Médio”, teve o objetivo de utilizar o referido software para o ensino de funções em turmas do 1º ano do Ensino Médio e conseqüentemente analisando sua efetivação. O projeto de intervenção pedagógica foi desenvolvido e aplicado em Escola Estadual localizada no estado do Paraná em duas turmas do Ensino Médio, com cerca de 30 alunos por turma.

“O uso do software Geogebra no ensino das funções afim e quadrática: uma experiência com alunos do 2º ano do ensino médio”, dos

autores Lúcia Helena Costa Braz e Gustavo Teixeira de Castro, artigo datado de 2018, tem por objetivo, partindo de literaturas voltadas aos estudos sobre a aplicabilidade do uso de Tecnologias da Informação e Comunicação, fazer relato de uma experiência utilizando o Software Geogebra e os resultados alcançados na pesquisa. O trabalho foi aplicado em uma turma de 2º ano do ensino médio em escola pública do estado de Minas Gerais. Sua proposta principal foi a de investigar variações gráficas ocasionadas quando se alterava coeficientes em funções quadráticas, usando o software Geogebra, consequentemente requisitando uma investigação matemática apurada. Os pesquisadores utilizaram o programa citado, pois os discentes apresentavam dificuldade para compreenderem conteúdos com temas relacionados aos abordados na pesquisa. Além de que o Geogebra já é um recurso educacional digital consagrado na literatura e facilitador no estudo das funções.

A pesquisa “Investigando o ensino de funções quadráticas com a utilização do software Geogebra”, de José Robyson Aggio Molinari, Franciéle Maria de Souza Retslaff e Lidiane Aparecida dos Santos, datada de 2018, discute sobre a utilização do *software* Geogebra no ensino de funções quadráticas em turma do 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública e sobre como recursos digitais podem vir a colaborar positivamente no ensino de matemática.

Na pesquisa de título “Geogebra: recurso visual e cinestésico no ensino de funções”, o autor (FEITOZA; ET AL, 2020), apresenta o *software* Geogebra como uma ferramenta que dinamiza a aprendizagem, especialmente no que diz respeito a funções quadráticas. Favorecendo especialmente alunos que apresentam facilidade de aprendizagem por recursos visuais cinestésicos. Segundo os autores o público-alvo desta pesquisa foram alunos de uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental, que estão iniciando os estudos de funções.

### **3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA/ ESTADO DA ARTE**

Programas Computacionais tem se tornado tendência quando o assunto é modelagem matemática, já que permitem a visualização de pontos, vetores, segmentos e a construção de gráficos no plano cartesiano ortogonal. Neste artigo analisaremos através de pesquisa bibliográfica as funcionalidades e as vantagens de se utilizar o Geogebra para o ensino de matemática.

O trabalho de (SILVA; BEZERRA; MARCIANO, 2011) intitulado de Aplicação do software Geogebra no ensino de Funções, traz o relato dos pesquisadores envolto nos desafios de ensinar a disciplina de Cálculo Diferencial para alunos do curso de Bacharelado em Ciências e Tecnologias. Segundo os autores:

Um dos desafios em lecionar a disciplina de Cálculo Diferencial e Integral, independente do curso, tem sido tanto a reprovação quanto a evasão dos alunos matriculados. Há um grande desafio para nós professores que ministramos esta disciplina que é tentar diminuir estes índices, de reprovação e de evasão dos alunos no início do curso. As diversas ferramentas didáticas apontam para viabilizar o ensino, tanto os livros didáticos quanto passando pelos softwares aplicados em laboratórios de ensino são utilizados na intenção de aproximar o conceito ou de minimizar as dificuldades, percebidas em sala de aula. (SILVA; BEZERRA; MARCIANO, 2018)

De início, com o intuito de averiguar as dificuldades dos discentes do curso de ensino superior quando era a eles requisitado a modelagem, ou seja, representar graficamente determinadas funções, foi elaborado um questionário com 4 questões para nortear as atividades e encaminhamentos posteriores. Dos 200 alunos, divididos em 4 turmas, matriculados no curso de Cálculo Integral e Diferencial 1, aleatoriamente, foi escolhida uma amostra de 50 destes. A escolha do *software* Geogebra se deu pelo fato do fato programa aliar a parte gráfica à função algébrica em janelas distintas. O que permite ao aluno escrever a função e a qualquer momento visualizar de forma prática a função na janela algébrica.

Segundo (SILVA; BEZERRA; MARCIANO, 2011) a pesquisa foi dividida em três momentos:

Quanto à pesquisa dividimos em três momentos distintos; sendo eles; o momento da elaboração e aplicação do questionário como primeiro; a execução de atividades no laboratório, com o uso do *software* GeoGebra, como segundo momento e por fim o que denominamos de terceiro momento, a aplicação das atividade para os alunos executarem, no laboratório, aplicando o GeoGebra. (SILVA; BEZERRA; MARCIANO, 2011)

De acordo com (SILVA; BEZERRA; MARCIANO, 2011), no primeiro momento, aplicação do questionário, foi identificada a primeira dificuldade apresentada pelos alunos no momento da construção dos gráficos. A interface gráfica do programa permitiu a visualização da função a partir da construção na tela, permitindo que o aluno reflita e faça análise sobre os pontos críticos e valores extremos da função. No segundo momento, atividades de pesquisa em laboratório, foram desenvolvidas pelos alunos (com auxílio do Geogebra) e pelos pesquisadores. Aos alunos foi pedido que no Geogebra modelassem determinada função do terceiro grau e que posteriormente verificassem se a função possuía pontos críticos e se sim, que os identificassem, quais eram os pontos de máximo e de mínimo e que classificassem o tipo da função. No terceiro momento os alunos responderam algumas atividades com o auxílio do Geogebra.

Segundo os autores foi perceptível uma melhora na interpretação dos questionamentos, devido a visualização gráfica, quando sua representação no caderno dificultava a interpretação dos questionamentos. Os autores concluíram afirmando que através desta metodologia de ensino, utilizando o *software* Geogebra, puderam motivar os alunos no estudo de gráficos.

A pesquisa de (DANTAS, 2015), analisou como o Geogebra otimiza a aprendizagem de conceitos de trigonometria, para isto o autor fez uso de avaliações e entrevistas com alunos do IFRN, com o intuito de conhecer suas percepções. A pesquisa teve dentre os objetivos:

Sem a pretensão de esgotar essa discussão, foi desenvolvida uma pesquisa sobre o uso do GeoGebra no ensino de trigonometria junto aos alunos do segundo ano do ensino médio integrado ao ensino técnico do campus de Mossoró do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), onde buscou-se atingir os seguintes objetivos: a) Analisar se o trabalho com o GeoGebra facilita a aprendizagem de conceitos da trigonometria, tais como: crescimento e decréscimo das funções seno e cosseno no ciclo; determinação dos quadrantes onde os valores das imagens dessas funções são positivos ou negativos; comportamento dos seus gráficos e a influência dos parâmetros  $a$ ,  $b$  e  $c$  no comportamento do período e da imagem das funções  $e$ ; b) Analisar como os alunos avaliam a importância da utilização de softwares como o GeoGebra no ensino de Matemática. (DANTAS, 2015)

O autor diz que inicialmente foram lecionadas aulas expositivas de modo tradicional sobre as funções seno e cosseno, utilizando o livro didático e o quadro. Em seguida foi realizada uma atividade avaliativa com 17 itens, devendo ser respondidas pelos alunos que compunham as três turmas pesquisadas. Neste momento o autor buscou analisar os níveis de compreensão de alguns temas como, por exemplo, o crescimento e decréscimo dessas funções, o comportamento de seus gráficos, determinação do período e imagem dessas funções. De posse dos resultados das avaliações, o docente estabeleceu que os discentes que acertaram 12 dos 17 itens, aproximadamente 70% de aproveitamento, prosseguiriam para a próxima fase da pesquisa, que foi realizada no laboratório de informática, utilizando agora o *software* Geogebra. No segundo momento os alunos puderam manusear o Geogebra e construir o ciclo trigonométrico, identificando assim arcos, ângulos e os vetores que representam os valores de seno e cosseno. Em seguida os alunos manusearam o programa computacional e puderam utilizar os comandos para visualizar modificações feitas na animação da tela de seu computador, relativas as funções seno e cosseno.

Imediatamente após a realização da atividade com o GeoGebra, os alunos realizaram uma nova avaliação (sem o uso do GeoGebra), com a garantia de que a nota da primeira avaliação seria substituída pela nota desta nova avaliação, caso o aluno apresentasse alguma evolução no seu desempenho. (DANTAS, 2015)

O autor finaliza sua pesquisa, expondo o resultado da análise das avaliações dos discentes antes e após a utilização do Geogebra e concluiu que a utilização do *software* trouxe uma melhora significativa no desempenho destes alunos e que sua evolução foi significativa.

Na pesquisa de (SIQUEIRA; CAETANO, 2016), de nome “O uso do Geogebra no Ensino de Funções no Ensino Médio”, teve o objetivo de utilizar o referido *software* para o ensino de funções em turmas do 1º ano do Ensino Médio e consequentemente analisando sua efetivação. O projeto de intervenção pedagógica foi desenvolvido e aplicado em Escola Estadual localizada no estado do Paraná em duas turmas do Ensino Médio, com cerca de 30 alunos por turma. Foram realizadas 10 ações. Na primeira ação, realizada nas duas primeiras aulas da intervenção na turma de 1º ano B, com o uso do projetor, foi exposto aos discentes na sala de informática como o projeto seria desenvolvida.

Na segunda ação, utilizando o espaço da segunda aula, foi apresentada a interface do *software* Geogebra, através de exposição oral, seus recursos e funcionalidades. Os alunos apresentaram ansiedade no

memento de utilizar os computadores e realizaram todas as atividades previstas. A maior dificuldade encontrada pelo pesquisador foi a obsolescência dos *hardwares* da Escola. Na turma de 1º Ano A, houveram mais dificuldades no momento de usar os computadores, pois apresentaram diversos problemas técnicos, porém os estudantes conseguiram concluir as atividades com o uso do Geogebra com êxito. Em seguida a docente pesquisadora propôs uma alternativa ao uso dos computadores, que foi utilizar os celulares dos próprios alunos. Aqueles alunos que detinham smartphones, foram orientados a trazê-los, aqueles que não possuíam esse recurso tecnológico foram divididos em duplas para o uso do computador escolar e assim as atividades foram retomadas.

Na terceira ação, em que foram utilizadas duas aulas, foi lembrado conceitos do Plano Cartesiano no que tange a localização de pontos, sendo o trabalho desenvolvido com êxito nas duas turmas com a utilização de vídeos, quadro e slides. Em seguida foi utilizado o Geogebra para fazer o mesmo trabalho, localizar pontos no plano Cartesiano, sendo desenvolvida de forma fluida.

No quarto momento os alunos utilizaram o *software* Geogebra de maneira satisfatória, resolvendo as atividades propostas, em que foi realizada a representação gráfica do Produto Cartesiano, o que despertou o interesse do alunado. Posteriormente foi utilizado o recurso educacional digital para representar a relação de dois conjuntos usando o eixo x. No quinto momento, com previsão do uso de três aulas para sua realização, os alunos usaram exemplos de seu cotidiano e até situações que envolviam a Física:

Na quinta ação prevista para 03 aulas, os alunos das duas turmas participaram bastante das aulas dando exemplos de função no seu dia a dia, no início eles somente associavam as funções com a sua forma algébrica reforçando o uso do y e x ou f(x) depois resolveram algumas situações reais e concluíram que podemos usar outras variáveis o que foi muito interessante, pois a percepção de que para representar uma função de muitas variáveis (letras como eles dizem) citaram como exemplo as relações que usam na disciplina de Física e situações de matemática financeira e outras situações relacionadas a realidade. Os conceitos de Domínio, Contradomínio e Imagem foram lembrados com os alunos com muita facilidade e em geral não tiveram dificuldades com a determinação dos conjuntos acima citados, usando a relação entre dois conjuntos. Observar a dependência ou não de uma

grandeza com relação à outra e obter a lei de formação de uma função foi um pouco mais trabalhoso, pois os alunos tem dificuldade em representar as situações diferenciando, qual é a grandeza independente (Domínio) e qual a grandeza dependente (Imagem), depois de fazer várias atividades como exemplos de aplicação, os alunos conseguiram distinguir variável dependente e independente, associando-as com a Imagem e Domínio respectivamente. (SIQUEIRA; CAETANO, 2016)

Segundo (SIQUEIRA; CAETANO, 2016), tanto na quinta quanto na sexta ação os alunos conseguiram compreender bem funções associadas as retas, já que tinham o conhecimento sobre a representação gráfica desde o 9º ano do Ensino fundamental e o Geogebra foi utilizado para conferência dos gráficos produzidos pelos discentes. No sétimo momento foi trabalhada a determinação da intersecção entre duas retas concorrentes, neste momento os alunos apresentaram um pouco de dificuldade e a ideia que partiu dos aprendizes foi a de utilizar o Geogebra para traçar esse gráfico no plano cartesiano, ocasionando a compreensão do problema apresentado. No oitavo momento, previsto para acontecer em três aulas, foi apresentado o conceito de função quadrática, demonstrando esse tipo de função, posteriormente, no *software* Geogebra, identificando no gráfico as raízes de uma equação do segundo grau e Vértice da parábola. Neste momento os alunos se mostraram bastante motivados com os recursos do programa computacional. No nono momento, foi proposta a solução de atividades com funções quadráticas, primeiro sendo representadas graficamente no caderno, para só então depois utilizar o recurso educacional digital para traçá-la. Os discentes apresentaram facilidade em usar o Geogebra. Já no décimo momento foi dividida cada turma em dois grupos, em que foi trabalhado um quiz matemático referente a funções e sem seguida apresentados outros recursos educacionais voltados ao ensino de funções. Posteriormente foi realizado um diálogo para ouvir os relatos de alunos sobre a aplicação do projeto. Maior parte destes citou que a experiência foi bastante proveitosa e que passaram a ver o conteúdo de funções de maneira mais fácil, demonstrando grande aceitação ao uso do Geogebra.

Os autores concluíram que o uso do *software* tornou a aprendizagem do conteúdo de funções, significativa, proporcionou a aquisição de habilidades por parte dos estudantes sobre o conteúdo exposto e proporcionou o entendimento da definição de uma função e sua representação gráfica.

O trabalho de (BRAZ; CASTRO, 2018) tem por objetivo, partindo de literaturas voltadas aos estudos sobre a aplicabilidade do uso de Tecnologias da Informação e Comunicação, fazer relato de uma experiência utilizando o *Software* Geogebra e os resultados alcançados na pesquisa. O trabalho foi aplicado em uma turma de 2º ano do ensino médio

em escola pública do estado de Minas Gerais. Sua proposta principal foi a de investigar variações gráficas ocasionadas quando se alterava coeficientes em funções quadráticas, usando o *software* Geogebra, conseqüentemente requisitando uma investigação matemática apurada. Os pesquisadores utilizaram o programa citado, pois os discentes apresentavam dificuldade para compreenderem conteúdos com temas relacionados aos abordados na pesquisa. Além de que o Geogebra já é um recurso educacional digital consagrado na literatura e facilitador no estudo das funções.

A referida atividade de pesquisa de (BRAZ; CASTRO, 2018) foi realizada em 2017, com duas horas aula por semana. Envolvidos na pesquisa estavam 9 alunos da turma de 2º ano do ensino médio. Foram desenvolvidas atividades durante o horário regular das aulas em que se visava investigar as variações gráficas ocasionadas pelas alterações de coeficientes das funções afim e quadrática, com abordagem focada na investigação matemática. Foi aplicado um questionário objetivando medir o grau de afinidade e familiaridade dos estudantes com o *software* Geogebra e o uso de tecnologias em sala de aula. Segundo (BRAZ; CASTRO, 2018):

Inicialmente, foi feito um levantamento, através da aplicação de um questionário, para saber se os alunos tinham familiaridade com o *software* GeoGebra e com o uso de tecnologias em sala de aula, e o resultado foi surpreendente. Nenhum dos alunos havia participado de uma aula de Matemática em um Laboratório de Informática (ou com uso de computador/notebook) e nenhum deles conhecia o GeoGebra.

Estes resultados foram importantes para o planejamento da atividade, pois, antes de trabalhar o conteúdo de funções no GeoGebra, foram planejadas algumas aulas com o objetivo de apresentar o *software* aos alunos para que os mesmos pudessem se familiarizar com o programa. (BRAZ; CASTRO, 2018)

Ou seja, os discentes não tinham familiaridade com o uso de softwares ou quaisquer programas computacionais destinados ao ensino de matemática. Em seguida foram formadas duplas para um trabalho colaborativo, foi apresentado o Geogebra aos discentes, sua interface e funções, já sendo possível notar nos alunos entusiasmo no manuseio do programa.

Segundo (BRAZ; CASTRO, 2018), no dia seguinte a apresentação das funções e da interface do Geogebra, os discentes iniciaram o estudo de funções afim e quadrática. Aos docentes pesquisadores fizeram alguns questionamentos:

Inicialmente, a professora lembrou a definição de função afim e os nomes de seus respectivos coeficientes.

Em seguida, solicitou aos alunos que inserissem, em uma mesma janela do GeoGebra, diversas funções (afim e constante) - dando a cada uma delas nomes distintos - e, então, fizessem anotações acerca das mudanças ocorridas nos gráficos de acordo com as variações nos coeficientes das funções. E logo surgiram diversos questionamentos: Por que cada reta está de uma cor? Como vou saber qual reta é de qual função? Entendemos que essas dúvidas iniciais eram normais, uma vez que não tinham familiaridade com o software. Mas o interessante é que os próprios alunos já iam respondendo as dúvidas dos colegas, havendo pouca necessidade de interferência da professora. (BRAZ; CASTRO, 2018)

Foi pedido que os alunos inserissem funções no Geogebra e anotassem em uma folha e fizessem considerações a respeito das mudanças ocorridas nos gráficos de acordo com as variações nos coeficientes das funções. Ao passo que eram questionados sobre o que era possível concluir. Em uma terceira atividade foi trabalhada função quadrática. Neste momento os discentes já tinham maior familiaridade com o *software* devido ao dinamismo da ferramenta. Os alunos fizeram várias descobertas sobre o significado das raízes de funções como também eram questionados a investigarem a função quadrática em si, ocasionando assim descobertas e afirmações. Em momento posterior os discentes socializaram suas conclusões:

- 1) O gráfico de uma função afim é uma reta;
- 2) Quando a função afim tem o coeficiente linear igual a zero, seu gráfico sempre passa na origem;
- 3) Quando uma função afim possui coeficiente angular negativo e movemos pontos sobre a reta que representa esta função, quanto mais aumenta o valor de  $x$ , menor fica o valor de  $y$ . E quando o coeficiente angular é positivo, quanto mais aumenta o valor de  $x$  na reta, mais aumenta o valor de  $y$ ;
- 4) Quando a função afim possui coeficiente angular negativo, a função é decrescente e quando este coeficiente é positivo, a função é crescente;
- 5) Quando o coeficiente angular vale zero, a reta fica constante;
- 6) O coeficiente linear representa, graficamente, a ordenada da interseção do gráfico da função com o eixo  $y$ .
- 7) A abscissa da interseção do gráfico com o eixo  $x$  é dada pela raiz da função. (BRAZ; CASTRO, 2018)

Após a realização das atividades, foi pedido para que os discentes avaliassem a intervenção, segundo eles, se sentiram motivados,

interessados e engajados durante as atividades efetivadas. Já os autores, no momento em que socializaram as conjecturas de sua pesquisa, notaram que conseguiram investigar as variações gráficas ocasionadas pelas mudanças de coeficientes em funções quadráticas e que o objetivo principal foi alcançado, gerando resultados satisfatórios na aprendizagem dos discentes, através de suas próprias descobertas. Que a atividade usando o *software* Geogebra foi motivadora e os alunos manifestaram querer que outros conteúdos fossem abordados utilizando o programa computacional.

A pesquisa de (MOLINARI; RETSLAFF; SANTOS, 2018), “Investigando o ensino de funções quadráticas com a utilização do *software* Geogebra”, versa sobre a utilização do *software* Geogebra no ensino de funções quadráticas em turma do 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública e sobre como recursos digitais podem vir a colaborar positivamente no ensino de matemática.

No momento inicial da pesquisa o docente abordou em sala de aula conteúdos necessários para a compreensão e posterior aprendizagem de funções quadráticas:

Foi abordado em sala de aula os conteúdos anteriores necessários a aprendizagem de funções quadráticas, tais como equações de primeiro e segundo grau e o plano cartesiano. Com relação a revisão de equações do primeiro e segundo grau, foi dado maior ênfase, sobre a principal diferença entre equação e função.

Foi realizado uma atividade em grupo, sendo anotado no quadro alguns pontos do plano cartesiano, em que utilizou-se de uma fita crepe para projetar o plano cartesiano no chão e assim solicitado a cada aluno que encontrassem um ponto distinto em seu respectivo quadrante, ou no eixo da abcissa ou no eixo da ordenada. Foi percebido que a maioria ficou motivada ao revisar o conteúdo de uma maneira alternativa e também notou-se que a maior dificuldade encontrada, foi na localização dos pontos situados nos eixos ortogonais. (MOLINARI; RETSLAFF; SANTOS, 2018)

Em momento posterior foi abordada função quadrática e sua representação gráfica, sendo necessárias cinco aulas de cinquenta minutos, e em seu desenvolvimento foi utilizado o *software* Geogebra para auxílio das atividades. Os momentos foram distribuídos em: Aula introdutória de funções quadráticas, Aplicação de pontos de domínio, gráfico de uma função quadrática, zeros de uma função quadrática,

Resolução: estudo do ponto de máximo e de mínimo, construção gráfica e utilização do *software* Geogebra para construção dos gráficos e análises. (MOLINARI; RETSLAFF; SANTOS, 2018)

Segundo (MOLINARI; RETSLAFF; SANTOS, 2018), no momento da aula introdutória de funções quadráticas foi apresentado algumas informações sobre determinadas modalidades olímpicas, exemplos: arremesso de peso e lançamento de dardo. Posteriormente comentado sobre a utilização de função quadrática na tentativa de explicar a trajetória de projéteis lançados nestas modalidades. Foi requisitada a representação gráfica destas trajetórias desde seu lançamento. Em seguida foi exposto que a trajetória formada nestas situações, são modeladas a partir de funções quadráticas. Na parte da Aplicação de pontos no domínio foi proposto exercícios em que a partir de determinados pontos se obtinha valor de determinada função. No momento da pesquisa denominado de: Gráfico de uma quadrática, novamente foi comentado sobre a trajetória de projéteis e foi pedido que encontrassem valores de determinadas funções em um certo intervalo, formando pares ordenados. Em seguida foi utilizado o *software* Geogebra, como também o caderno quadriculado para determinar pares ordenados e com sua ligação, conseqüentemente o gráfico da função estudada. Em seguida foi estudado os pontos de máximo e mínimo com o auxílio do Geogebra, plotando em sua interface, imagens de gráficos de funções quadráticas. No momento da pesquisa de construção gráfica, os discentes foram instruídos a observar o que já tinham produzido e/ou descoberto, como zeros da função e pontos de máximo e mínimo:

Nesta parte os alunos foram instruídos a observar o que já haviam feito ou descoberto, como os zeros da função e o ponto de máximo ou de mínimo. Na sequência foi entregue uma atividade contendo diferentes funções, para que eles desenhassem os gráficos delas em seus cadernos. A maioria começou substituindo os valores no domínio, encontrando assim os pares ordenados e desenhando o gráfico da função. Em seguida foi desenvolvido junto com eles um exemplo de como poderiam desenhar o gráfico da maneira mais simples, sem precisarem encontrar muitos pontos, analisando apenas a função, na concavidade da parábola ( $a > 0$ ) ou ( $a < 0$ ), encontrando o ponto de máximo ou de mínimo, encontrando as raízes ( $f(x) = 0$ ), e também se necessário encontrar  $f(0)$  para determinar onde a função intercepta o eixo das ordenadas e assim bastaria marcarem no plano cartesiano esses pontos e

desenharem o gráfico, ou seja, mostrado a eles que a partir disso, poderiam analisar os gráficos e suas respectivas funções. (MOLINARI; RETSLAFF; SANTOS, 2018)

No momento da pesquisa de Utilização do *software* Geogebra para a construção dos gráficos e análises é mencionado por (MOLINARI; RETSLAFF; SANTOS, 2018), que o programa computacional já estava instalado nos computadores da escola, e foi exibido em aula expositiva através de projetor, utilizando slides os recursos e funcionalidades da ferramenta digital. Posteriormente, organizados em trios, alunos foram levados a sala de informática para exploração do *software*. Neste momento quando os discentes construíram ao menos um gráfico de função quadrática, foi abordado o comportamento de função no gráfico.

Segundo (MOLINARI; RETSLAFF; SANTOS, 2018) foi observado que houve maior abstração dos conhecimentos relativos à função quadrática, pois os elementos gráficos e recursos funcionais do *software* Geogebra facilitou a visualização e interpretação por parte do alunado. Pode-se observar ainda que a utilização do referido programa computacional despertou interesse da maioria dos aprendizes pois possibilitou a análise gráfica de cada função.

Na pesquisa de (FEITOZA; *ET AL*, 2020), “Geogebra: recurso visual e cinestésico no ensino de funções”, o autor apresenta o *software* Geogebra como uma ferramenta que dinamiza a aprendizagem, especialmente no que diz respeito a funções quadráticas. Favorecendo especialmente alunos que apresentam facilidade de aprendizagem através de recursos visuais cinestésicos.

Segundo os autores o público-alvo desta pesquisa foram alunos de uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental, que estão iniciando os estudos de funções, como veremos a seguir:

Considerando que o público alvo do estudo foi uma turma do 9º ano no Ensino Fundamental, que está iniciando o contato com um conceito tão importante na área das ciências exatas – o conteúdo de funções – e, em virtude de relatos do professor de física da mesma turma, a respeito da dificuldade que os alunos estavam apresentando em entender o comportamento das funções afim e quadrática, resolveu-se estudar as consequências da utilização do GeoGebra no ensino dessas funções, associando a uma aplicação direta nos Movimentos Retilíneos Uniformes (MRU) e Movimentos Retilíneos Uniformemente Variados (MRUV), ambos,

conteúdos da disciplina de Física. (FEITOZA; ET AL, 2020)

A utilização do Geogebra se fez necessário no momento em que profissionais em momentos de diálogo observaram a importância da aprendizagem significativa de funções de modo geral, tanto para a disciplina de matemática, quanto para a disciplina de Física, já que a mesma se utiliza de conhecimentos de função do primeiro grau e função quadrática para construção de gráficos e interpretações de situações que envolvam Movimento Retilíneo Uniforme e Movimento Retilíneo Uniformemente Variado. Segundo os autores a objetivo principal da pesquisa foi o de verificar o impacto da utilização do Geogebra no ensino de funções afim e quadrática. (FEITOZA; ET AL, 2020)

A pesquisa em questão foi realizada em colégio da rede pública federal, localizada no estado de Pernambuco. A turma escolhida para aplicação da pesquisa foi de 9º ano do Ensino Fundamental, composta por 30 alunos. Sobre o conteúdo escolhido e a escolha do *software* Geogebra o autor diz:

O conteúdo escolhido para o estudo foi o de funções, particularmente função afim e função quadrática, em razão de relatos do professor de Física da mesma turma, que estava iniciando o estudo de movimentos de objetos, e enfrentando enormes dificuldades de alguns alunos na compreensão e representação do comportamento e alterações dessas funções, especialmente durante a análise de Movimento Retilíneo Uniforme e Uniformemente Variado.

O GeoGebra surgiu como uma opção de ferramenta auxiliar na representação gráfica do comportamento das funções afim e quadrática durante a alteração de seus parâmetros, contudo, para estudar o impacto da utilização do software, a etapa inicial foi utilizada como modelo de comparação, com a introdução do assunto de maneira direta e tradicional, e mensuração imediata da aprendizagem (Avaliação Imediata). Em seguida, o conteúdo foi reapresentado, porém, desta vez, com o auxílio do GeoGebra. A mesma avaliação foi novamente aplicada e os resultados foram comparados. Também foi conduzido um Teste Neurolinguístico, com o objetivo de analisar o Sistema Representacional Preferencial de cada aluno. (FEITOZA; ET AL, 2020)

Assim o Geogebra foi utilizado como ferramenta para consubstanciar a construção dos gráficos, no momento em que os alunos

compararam o que construíram de modo tradicional no caderno com aquilo obtido na interface gráfica do programa e logo após escolhendo por conta própria qual melhor método de interpretação.

Segundo os autores, no decorrer de duas aulas tradicionais foram apresentados conceitos e representações gerais de função. Em seguida com o auxílio do Geogebra foram abordados os mesmos conceitos, só que dessa vez com o auxílio do recurso digital. Ao passo que o professor apresentava os conceitos, os alunos imediatamente visualizam o gráfico, seguindo todas as peculiaridades concernentes ao gráfico de uma função. Neste momento a aula ocorreu no laboratório da escola. Após a exposição da parte teórica dos conteúdos os alunos puderam colocar em prática seus conhecimentos utilizando o *software*.

Com o intuito de avaliar o índice de aprendizagem por parte dos estudantes, o docente aplicou um questionário relativo aos conhecimentos relacionados a função afim e função quadrática, sendo aplicado em três aulas distintas.

O mesmo questionário avaliativo foi aplicado em três aulas distintas. Inicialmente, na sequência da aula tradicional e, num segundo momento, após a nova abordagem do assunto com auxílio do GeoGebra. Foram realizados dois tipos de mensuração, a quantificação de acertos e erros, item por item, levando em consideração a utilização ou não do *software*, e, dentre as questões respondidas com correção, os itens foram comparados entre si, e foi possível verificar se houve maior lucidez, ou não, entre os acertos com e sem o GeoGebra. Numa terceira aula, foi solicitado aos alunos que refizessem os itens que eles haviam errado na primeira tentativa, porém, com o auxílio dos aplicativos produzidos no GeoGebra. (FEITOZA; ET AL, 2020)

Ao final deste trabalho, que todos os pesquisadores citados observaram uma melhora no desempenho dos aprendizes e que o objetivo principal do estudo em questão foi alcançado. O Geogebra se mostrou como ferramenta digital eficaz, capaz de tornar a aula mais atrativa e dinâmica. Percebemos o êxito da aplicabilidade do *software* Geogebra voltado ao ensino de Matemática e o quanto os alunos se tornam agentes ativos (CRUZ, 2022) e se beneficiaram com a aprendizagem através desta metodologia de ensino inovadora.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O que mobilizou a produção desse artigo, foi identificar quais discussões têm sido feitas nas investigações envolvendo o *software*

Geogebra voltado para o ensino de Matemática no que tange a construção de gráficos, procurando no Google Acadêmico artigos que pudessem consubstanciar nossa produção no momento em que buscávamos o termo “Geogebra” e que estivesse pautada em produções inéditas de aplicação em sala de aula.

Realizando análise investigativa e interpretativa, por meio da pesquisa e leitura de títulos e dos resumos, fomos em direção aos trabalhos mais relevantes durante a nossa filtragem, em direção aqueles mais relevantes e que foram de aplicação no cotidiano escolar, descobrindo e enfatizando o êxito dos trabalhos no cotidiano escolar.

Na maioria dos trabalhos verificamos a preocupação dos pesquisadores em apontar as potencialidades da interface do Geogebra em aulas de matemática em que os discentes apresentavam dificuldades, seja para interpretar o gráfico e no que implicava determinadas situações na prática, como também apenas desenhar o gráfico no Plano Cartesiano Ortogonal seja de uma função afim, quadrática ou trigonométrica.

Através do artigo investigativo percebemos a relevância do uso do *software* Geogebra no ensino de matemática como recurso educacional digital e como os professores pesquisadores tem dado importância ao uso de metodologias inovadoras de ensino e acima de tudo, importância a melhoria dos índices de aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

BRAZ, Lúcia Helena Costa; DE CASTRO, Gustavo Teixeira. O uso do software geogebra no ensino das funções afim e quadrática: uma experiência com alunos do 2º ano do ensino médio. **ForScience**, v. 6, n. 1, 2018.

CRUZ, Thales Allan Santos da. O ensino do problema da radiação de corpo negro por meio de ambientes virtuais de aprendizagem: análise e inserção através do Google meet aliado ao Phet simulations. 2022. 201f. Dissertação (Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física) – Instituto de Física, Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Ensino de Física em Rede Nacional, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

DA SILVA BRAZ, Ricardo Antonio Faustino; BEZERRA, Jean Michel Moura; MARCIANO, João Emanuel Araújo. Aplicação do Software GeoGebra no ensino de Funções (PO). In: **XIII CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA**. 2011.

DANTAS, A. S. O USO DA GEOGEBRA NO ENSINO DA TRIGONOMETRIA: UMA EXPERIÊNCIA COM ALUNOS DA ESCOLA. **Ciência e Natura**, [S. l.], v. 37, p. 143-155, 2015. DOI: 10.5902/2179460X14503. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/cienciaenatura/article/view/14503>. Acesso em: 5 fev. 2024.

DE SIQUEIRA, Dan Nunes; CAETANO, Joyce Jaqueline. O uso do geogebra no ensino de funções no ensino médio. 2016.

FEITOZA, Weddington Galindo; MEDEIROS, Elthon John Rodrigues de; MEDEIROS, Stella Regina Rodrigues de; MEDEIROS JR, Raimundo Nonato de; LOURENCO, Emanuel Gomes. GEOGEBRA: RECURSO VISUAL E CINESTÉSICO NO ENSINO DE FUNÇÕES. **HOLOS**, [S. l.], v. 5, p. 1–23, 2020. DOI: 10.15628/holos.2020.9911. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/9911>. Acesso em: 5 fev. 2024.

MOLINARI, J. R. A. Investigando o ensino de funções quadráticas com a utilização do software Geogebra. **Revista do Instituto GeoGebra Internacional de São Paulo**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 3–18, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/IGISP/article/view/39548>. Acesso em: 5 fev. 2024.

## **CAPÍTULO 12**

### **A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) E OS AMPAROS LEGAIS NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO.**

**Ramom Souza da Silva**

Graduando do curso de Ciências naturais, pela Universidade Federal do Pará, campus Marajó-Breves. Pesquisa sobre Políticas Públicas.

**Letícia Corrêa Alves**

Formanda em ciências naturais (UFPA)

**Rian Lopes Caldas**

Formando em Ciências Naturais (UFPA), graduando em Biomedicina (UNOPAR)

**Thaís de Fátima Fernandes da Silva**

Formanda em Ciências Naturais (UFPA)

**Joyce Kelle de Oliveira Nogueira**

Formanda em Ciências Naturais (UFPA), Formanda em Serviço Social (UNOPAR).

**Jhonny Macedo**

Formando em ciências naturais (UFPA)

---

### **RESUMO**

O presente trabalho enfoca a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como a língua de comunicação utilizada entre as pessoas surdas, sendo reconhecida como a língua materna da comunidade surda no Brasil, ressaltando seu reconhecimento e amparos legais no âmbito educacional. nesse contexto, o Decreto nº 5.626 de 2005 estabeleceu o ensino de Libras como requisito obrigatório na formação de profissionais, evidenciando o reconhecimento e desenvolvimento desta língua, que apresenta um papel crucial na inclusão e comunicação de pessoas com deficiência auditiva. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar o panorama atual da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no contexto educacional brasileiro, investigando os amparos legais existentes e seu impacto na inclusão e acessibilidade das pessoas surdas. O estudo adotou uma abordagem metodológica enfocada na revisão bibliográfica, com caráter descritivo e de natureza qualitativa. Para coleta de dados foi necessário a busca de trabalhos já publicados em banco de dados como Google acadêmico e Scielo. Para obtenção de dados e resultados foi realizada a leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, Leis e

monografias. O enfoque principal consistiu em responder os questionamentos: como a Libras é reconhecida e regulamentada no sistema educacional Brasileiro? e quais as principais leis e decretos que amparam a Língua Brasileira de Sinais no Brasil? Por intermédio dessas perguntas buscou-se compreender como a Libras é regulamentada dentro do contexto educacional e quais as Leis existentes. Em síntese, o presente estudo ressalta a importância das legislações e decretos para impulsionar a inclusão e a acessibilidade à comunidade surda.

**PALAVRAS-CHAVE:** Libras; Educação; Normas; Inclusão.

## **INTRODUÇÃO**

A língua Brasileira de Sinais (Libras) é reconhecida como língua oficial da comunidade surda no Brasil, sendo de suma importância para inclusão e a comunicação de pessoas com deficiência auditiva na sociedade. Nesse sentido, dentro do contexto educacional brasileiro, o Decreto nº 5,626/2005 tornou o ensino de Libras obrigatória na formação de profissionais, refletindo desta forma a valorização e a disseminação dessa língua.

Durante muitas décadas, as pessoas nascidas surdas ou até mesmo com outros tipos de deficiências eram excluídas da sociedade e do convívio social. Na idade antiga, eram consideradas incapazes, sem pensamento e incompetentes. O filósofo Grego Aristóteles, por exemplo, as considerava sem linguagem e por isso considerava os surdos como não humanos. Para ele, “de todas as sensações, é a audição que contribui mais para a inteligência e o conhecimento, [...] portanto, os nascidos surdo-mudo se tornam insensatos e naturalmente incapazes de razão”. Os estudos de Merselian e Vitaliano (2009) indicam que até meados do século XVI, os surdos eram vistos como ineducáveis e em consequência disto, considerados como inúteis à coletividade.

Segundo Strobel (2009), havia a crença de que uma família que tivesse um indivíduo surdo estava sendo punida por um pecado grave cometido por um membro no passado. Por esse motivo, essas famílias mantinham o surdo dentro de casa, sem mostrá-lo a ninguém por motivo de vergonha. Caso alguém descobrisse, a porta da casa da família era pintada de vermelho para indicar que ali vivia um pecador. Nessa perspectiva, desde a Idade Antiga já se tinha uma visão acerca de pessoas surdas.

Historicamente, a luta pela oficialização da Libras como língua materna da comunidade surda foi um processo árduo. Entretanto, essa conquista foi concretizada por intermédio da Lei nº 10.436 de 24 de abril de

2002. O artigo 1º e seu parágrafo único da referida Lei, salienta que a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS -, é reconhecida como a forma de comunicação e expressão utilizada pelo sujeito surdo. Ela é constituída de um sistema linguístico de natureza visual-motora e possui uma estrutura gramatical própria (BRASIL, 2002). Nesse viés, esse marco histórico foi essencial para que houvesse avanços na garantias de direitos inerentes ao direitos linguísticos e educacionais da comunidade surda.

Visando abordar a problemática sobre Libras e seus amparos legais, este trabalho possui as seguintes perguntas norteadoras: como a Libras é reconhecida e regulamentada no sistema educacional Brasileiro? e quais as principais leis e decretos que amparam a Língua Brasileira de Sinais no Brasil. Nessa perspectiva, esse estudo justifica-se pela necessidade desse debater mais sobre o assunto. Ademais, a carência e ausência de entendimento a respeito dos direitos legais das pessoas usuárias de Libras é alarmante. Além disso, se não falarmos a respeito do tema continuará a se perpetuar um ciclo de desinformação. Nessa perspectiva, este trabalho tem como foco preencher essa lacuna.

Concomitantemente, o estudo e discussão sobre Libras e seus amparos legais no Brasil apresenta inúmeros benefícios, principalmente o entendimento das Leis que regem a Língua Brasileira de Sinais e amparam os seus usuários.

Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é analisar o panorama atual da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no contexto educacional brasileiro, investigando os amparos legais existentes e seu impacto na inclusão e acessibilidade das pessoas surdas.

A abordagem metodológica utilizada adotada envolve uma pesquisa básica, de abordagem qualitativa e de caráter descritivo, que se baseou em uma revisão bibliográfica. Essa abordagem proporcionou um panorama geral sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e da legislação pertinente ao contexto educacional Brasileiro.

Este trabalho está dividido em quatro três capítulos, em que o primeiro descreve de forma detalhada a metodologia adotada na pesquisa, incluindo a abordagem utilizada, natureza da pesquisa e coleta de dados.

A seção seguinte, aborda a discussão dos resultados obtidos, promovendo uma análise minuciosa e crítica em relação a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e os amparos legais no contexto educacional brasileiro. Por fim, na conclusão, será apresentado um resumo das descobertas da pesquisa, ressaltando as contribuições do tema para o entendimento do papel desempenhado pela Libras no contexto educacional.

## **METODOLOGIA**

O Presente trabalho trata-se de uma pesquisa de revisão de literatura, com caráter descritivo e de natureza qualitativa. Nesse contexto, o delineamento do trabalho se deu por intermédio de pesquisa bibliográfica. Esta, por sua vez, vincula-se à leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, manuscritos, teses, monografias etc., (ou seja, na maioria das vezes, dos produtos que condensam a confecção do trabalho científico (ZAMBELLO, 2018).

Para Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Na visão de Severino (2013), a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Nessa perspectiva os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. Nesse sentido, o autor trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Nessa perspectiva, a pesquisa bibliográfica é crucial no processo de escrita de qualquer trabalho acadêmico, pois “essa revisão é revestida de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema” (MARKONI; LAKATOS, 2003, p. 158).

A pesquisa é de caráter descritiva, que segundo Prodanov e Freitas (2013, p.52) “acontece quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles, visando descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Para o processo de busca de materiais para leitura e fontes de pesquisa, foram utilizados os seguintes descritores de busca: “Libras”, “Leis” e “educação”. A consulta desses materiais foi realizada na base de dados Google acadêmico e Scielo.

## **RESULTADO E DISCUSSÃO**

### **Marco Legal da Educação Inclusiva no contexto brasileiro**

O Brasil tem em sua história casos em que os direitos inerentes as pessoas com deficiência auditiva ou surdez foram negligenciadas, entretanto,

um fato marcante na mudança desse quadro foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, nesse sentido, ela trouxe consigo uma nova perspectiva em relação à cidadania (CANTUÁRIA, 2022).

Nesse contexto, o Art. 205 da Constituição Federal de 1988, consagra o direito a educação, como um direito de todos e dever do Estado e da família, e que deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988 é considerada como uma das principais políticas de inclusão da pessoa surda no país, já que assegura o atendimento a pessoas com deficiência no ensino regular (GOMIDES et al., 2022). Nesse contexto, podemos considerar que a Política inclusiva no contexto brasileiro tem como base a Constituição Federal de 1988, a qual é a chave para que ocorra de forma obrigatória a inclusão de pessoas deficientes na educação. Nessa perspectiva, no Art. 206 do mesmo documento, é apontado que o ensino será lecionado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, os princípios estabelecidos pela Constituição de 1988 foram detalhadamente normatizadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com intuito de aprimorar tanto a integração quanto a permanência de estudantes com deficiência na escola.

Nessa ótica, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu capítulo V apresenta de maneira geral a educação especial, definindo-a

no Artigo 58º como uma "modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos que apresentam necessidades especiais" (BRASIL, 1996)

## **Reconhecimento da Língua brasileira de Sinais (Libras) como forma de comunicação e expressão**

O reconhecimento da Língua brasileira de sinais (Libras) como forma de comunicação e expressão é de extrema importância para que a memória surda seja preservada e para a promoção da acessibilidade. Nesse sentido, mediante o reconhecimento de libras como língua oficial da comunidade surda brasileira, desenvolveu-se uma cultura própria para o desenvolvimento na formação das pessoas surdas, sendo que o ideal seria quando a criança for diagnosticada com surdez os pais já tenham um contato com essa criança, para que o mesmo se integre no meio familiar e social, principalmente com outros surdos (FENEIS, 2005).

Partindo dessa conjuntura, pode-se dizer que a Libras se configura como a língua materna dos surdos brasileiros e embora seja reconhecida oficialmente juntamente com a língua portuguesa, ainda enfrenta obstáculos no que diz respeito ao reconhecimento social e educacional (ALBUQUERQUE, 2018; MONTES e LACERDA, 2019).

Nesse contexto, a Lei de nº 10.436/2002 reconhece a Língua brasileira de sinais (Libras) como a língua natural da comunidade surda brasileira. Esta Lei, em seu Art. 1º, afirma que a Libras é "reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua brasileira de Sinais - Libras e outras recursos de expressão a ela associados". Em seus parágrafo único, entende-se como Língua brasileira de Sinais (Libras):

A forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas no Brasil (BRASIL, 2002).

Além disso, esta Lei determina que o poder público deve garantir que a libras seja incluída no sistema educacional e social. Desde a promulgação dessa lei, a Libras tem se tornado alvo de estudos e discussões com o objetivo de aprimorar a sua inclusão e ensino (LIMA, 2018; HOLLOSI e VIEIRA, 2022).

Nesse contexto, Hollosi e Vieira (2022) enfatizam que a Lei de Libras tras em seu bojo que os surdos são legalmente bilíngues, ou seja, ao mesmo tempo que reconhecem a Libras como linguagem natural da comunidade Surda, também afirma que, vivendo no Brasil, precisam ter acesso à Língua majoritária, que nesse caso, seria a Língua Portuguesa e esta deve ser aprendida apenas na modalidade escrita, visto que a modalidade oral é inacessível para os surdos. Nesse viés, é válido ressaltar que isso se confirma

no Parágrafo único do Art. 4º que diz que “[...] A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa” (BRASIL, 2002).

Porém, para que a Lei nº 10.436/ 2002 pudesse ser viabilizada, foi realizado a promulgação do Decreto nº 5.626/2005. Este por sua vez, dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras (BRASIL, 2005). Nesse contexto, o Decreto supracitado tem um papel de extrema importância no reconhecimento e inclusão da comunidade surda dentro da sociedade brasileira. No capítulo I e Art. 2º, temos a definição de pessoa surda, que de acordo com o Decreto, considera-se pessoa surda:

“aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras (BRASIL, 2005)”.

Além disso, a Lei nº 10.436/2002 estipulou as fundações jurídicas para o devido reconhecimento e valorização da Libras, como um meio de comunicação indispensável para o processo de comunicação e expressão da comunidade surda. Nessa ótica, para que essas diretrizes se efetivassem de maneira prática, foi necessário ocorrer a promulgação do Decreto nº 5.626/2005.

Ademais, este Decreto faz jus a importância de Língua Brasileira de Sinais (Libras) como um fator determinante na expressão da cultura surda. Além disso, é válido ressaltar que o presente Decreto estabelece critérios importantes para a inclusão de pessoas surdas, reconhecendo não apenas a língua, mas também a identidade e cultura surda.

Nessa perspectiva, tanto a Lei de nº 10.436/2002, quanto o Decreto nº 5.626/2005 representam avanços importantes que direciona para uma sociedade mais acessível, justa e inclusiva para o surdo. Nesse contexto, o progresso alcançado em relação ao indivíduo surdo, à Língua Brasileira de Sinais (Libras) e às políticas no Brasil, após a promulgação do Decreto nº 5.626/2005 (FELIPE, 2006; QUADROS e PATERNO, 2006; ALBUQUERQUE, 2018).

### **A contribuição da Lei nº 14.191/2021 para a valorização da Língua Brasileira de Sinais (Libras)**

Nessa perspectiva, na concepção de Gomides (2022), é de extrema importância que as discussões sobre inclusão busquem, cada vez mais abordar os direitos linguísticos constituídos pela comunidade surda. Cabe-nos afirmar que desde o reconhecimento da língua, as comunidades surdas vêm se organizando em busca de maior sistematização e inserção da Libras

em diferentes práticas sociais, com vistas à diminuição do estigma sobre a pessoa surda.

Nesse contexto, no capítulo V-A e Art. 60-A da Lei nº 14.191/2021, para os efeitos desta Lei, é posto a definição de educação bilíngue de surdos como sendo:

a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizante, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos (BRASIL, 2021).

É perceptível a importância da Lei nº 14.191/2021 na promoção da valorização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no contexto nacional. Nesse sentido, essa Lei reconhece os direitos das pessoas surdas e representa progressos, destacando a importância da Libras como meio de comunicação. Pois através da oficialização da Língua de sinais (Libras), as pessoas surdas passaram a desenvolver uma boa interação no meio social desde sua educação infantil, até sua vida acadêmica. Por mais que a libras seja a língua materna dos surdos, se torna necessário que as crianças tenham acesso a língua portuguesa, pois estamos em um país onde a maioria é ouvinte.

### **Lei 14.768/2023: Avanços na Inclusão da Deficiência Auditiva Unilateral**

A Lei 14.768/2023 marca um avanço importante na promoção da inclusão e asseguramento de direitos para pessoas com deficiência unilateral. Nesse sentido, o texto legislativo em seu Art. 1º define deficiência auditiva como sendo:

A limitação de longo prazo da audição, unilateral total ou bilateral parcial ou total, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, obstrui a participação plena e efetiva da pessoa na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2023).

Nessa instância, pode-se dizer que, essa condição quando combinada com outros fatores, pode obstruir a participação plena da pessoa na sociedade, e dessa forma prejudicando o indivíduo com relação a igualdade de oportunidades em comparação a outras pessoas. Nesse sentido o primeiro parágrafo da referida Lei menciona critérios destinados a avaliação da limitação auditiva. Esses critérios possuem intuito de identificar um padrão

para a deficiência auditiva unilateral. Com relação ao valor referencial da limitação auditiva, o parágrafo 1º disserta que:

§ 1º Para o cumprimento do disposto no caput deste artigo, adotar-se-á, como valor referencial da limitação auditiva, a média aritmética de 41 dB (quarenta e um decibéis) ou mais aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz (quinhentos hertz), 1.000 Hz (mil hertz), 2.000 Hz (dois mil hertz) e 3.000 Hz (três mil hertz) (BRASIL, 2023).

Dentro desse contexto, além dos critérios contidos no parágrafo 1º da Lei, existem outros instrumentos e ferramentas que constatarão a deficiência auditiva. Esses instrumentos são regulamentados em conformidade com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2023)).

Vale ressaltar que esses critérios oferecem uma visão geral a respeito da avaliação da capacidade auditiva. Nesse sentido, conforme decretado na Lei, a média aritmética de 41 dB, o qual serve como um limiar, dessa forma, indicando o ponto a partir do qual pode-se determinar o reconhecimento da deficiência auditiva, corroborando para uma abordagem técnica do tipo de limitação auditiva do indivíduo.

## **CONCLUSÃO**

O presente trabalho abordou a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para a comunicação e inclusão de pessoas surdas. Pode-se dizer que, no contexto da educação a Libras apresentou avanços significativos na forma tratamento, percepção e inclusão da comunidade surda.

Nesse sentido, o objetivo do trabalho foi alcançado e foi possível identificar e compreender a legislação que rege a Libras dentro do contexto educacional brasileiro. Nessa perspectiva, esse trabalho destacou os direitos legais das pessoas que utilizam a Libras, preenchendo possíveis lacunas de informações referentes ao conteúdo.

Nesse contexto, a análise de Leis recentes, como a Lei nº 14.191/2021 e a Lei nº 14.768/2023, nos demonstra que houve avanços significativos na valorização e reconhecimento da Libras e na promoção da inclusão, bem como da educação bilíngue e estabelecendo critérios para deficiência auditiva unilateral.

Portanto, depreende-se que é perceptível a contribuição das Leis discutidas para a acessibilidade e inclusão da comunidade surda,

demonstrando não só a importância da Libras como língua oficial, como também seu reconhecimento e valorização. Desse modo, o trabalho trouxe uma abordagem do progresso na construção de uma sociedade mais inclusiva para pessoas com deficiência inclusiva. Logo, foi possível responder os questionamentos da pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, R. S. V. A. As vozes e a memória do silêncio: a importância da atuação dos museus na reconstituição e na preservação da memória surda. Rio de Janeiro, 2018.

BRASIL. **Decreto Nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 26 de Dezembro de 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. Planalto. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm) > acesso em: 27 de dezembro de 2023.

BRASIL. Lei nº 14.191/2021. Dispõe sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/l14191.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14191.htm). Acesso em: 03 de Janeiro de 2024.

BRASIL. Lei nº 14.768, de 22 de Dezembro de 2023. Dispõe sobre a deficiência auditiva unilateral. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/L14768.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14768.htm). Acesso em: 04 de Janeiro de 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Planalto. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) > acesso em: 29 de Dezembro de 2023.

**BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em: 27 de dezembro de 2023.

**CANTUÁRIA, G. R. G. Direitos das pessoas surdas ou com deficiência auditiva: O ensino da língua brasileira de sinais–LIBRAS como garantia a uma educação inclusiva.** Educação, v. 4, p. 07, 2022.

FELIPE, T. A. Políticas públicas para a inserção da Libras na educação de surdos. Espaço: informativo técnico-científico do INES, Rio de Janeiro, n.25, 2006.

**FENEIS. Documento de acessibilidade e direitos humanos dos surdos,** Porto Alegre, 2005. Acesso em: 03 de Janeiro de 2024.

**GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa.** -4. ed.- São Paulo: Atlas, 2002.

GOMIDES et al. Surdez, educação de surdos e bilinguismo: avanços e contradições na implantação da Lei nº 14.191/2021. Revista Sinalizar, v.7, e72116, 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LIMA, R. I. H. Narrativas surdas: acesso à Libras após a Lei 10.436/2002. UFES-Vitória/ES, 2018.

MONTES, A. L. B.; LACERDA, C. B. F. de. Reconhecimento de Língua de Sinais: estudo comparado Brasil-Suécia. Revista Educação Especial. [S. l], v. 32, p. 101/1-22, 2019.

MERSELIAN, K. T; VITALIANO, C. R. Análise sobre a trajetória histórica da educação dos surdos. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 9. ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3. 2009, Paraná. Paraná: PUCPR, 2009.

ZAMBELLO, A. V. et al. Metodologia da pesquisa e do trabalho científico. Thiago Mazucato (Org.). Penápolis: FUNEPE, 2018.

PRODANOV, C. C., FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. – 2. Ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUADROS, R. M.; PATERNO, U. Políticas linguísticas: o impacto do decreto 5626 para os surdos brasileiros. Espaço: informativo técnico-científico do INES, Rio de Janeiro, n. 25, 2006.

HOLLOSI. M.; VIEIRA, C. R. O ensino da Língua brasileira de Sinais (Libras) sob a ótica de um professor surdo e de uma professora ouvinte: o lugar na Libras no currículo. Psic. da Ed., p. 90-95. São Paulo, 2022.

## CAPÍTULO 13

### **A NECESSIDADE DE CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE GÊNERO COMO ESTRATÉGIAS FUNDAMENTAIS PARA COMBATER O FEMINICÍDIO**

**Marco Antonio Diniz Silva**  
MarcoAntonio1213@gmail.com

---

#### **RESUMO**

O feminicídio, homicídio de mulheres por questões de gênero, é um problema preocupante que afeta milhares de mulheres todos os anos. Isso revela desigualdade e discriminação arraigadas na sociedade. Para combater esse problema, é essencial promover a conscientização e a educação de gênero. A divulgação e formação de gênero são ferramentas poderosas para desconstruir os estereótipos e preconceitos que sustentam a violência contra as mulheres. É necessário promover reflexão crítica e ampliar o conhecimento sobre a igualdade de gênero, trabalhando para dismantelar essas crenças. O combate ao feminicídio deve ser abordado em todos os níveis de ensino e também nas áreas de segurança pública, justiça e saúde. É fundamental conscientizar e formar profissionais nessas áreas para identificar casos de violência de gênero e apoiar as vítimas. Ações de divulgação e formação de gênero devem ser ampliadas em espaços públicos e privados, por meio de campanhas e informações educativas. A conscientização e educação de gênero têm impacto positivo em várias áreas da vida das mulheres, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Feminicídio, Gênero, Desigualdade, Conscientização, Educação.

#### **INTRODUÇÃO**

O homicídio de mulheres devido ao seu gênero, conhecido como feminicídio, é um dos problemas mais preocupantes da atualidade. Infelizmente, esta realidade afeta milhares de mulheres em todo o mundo todos os anos, revelando uma profunda desigualdade e discriminação arraigada na sociedade. Diante disso, torna-se essencial promover a conscientização e a educação de gênero como estratégias fundamentais para combater este grave problema.

A divulgação e formação de gênero são ferramentas poderosas na desconstrução dos estereótipos e preconceitos que sustentam a violência contra as mulheres. Desde cedo, meninas e meninos são influenciados por uma sociedade que impõe padrões rígidos de gênero, reforçando a ideia de inferioridade e submissão feminina. É necessário promover uma reflexão crítica e ampliar o conhecimento sobre a igualdade de gênero, trabalhando para dismantelar estas crenças arraigadas.

A construção social do gênero influencia diretamente os papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade. A partir de uma educação de gênero baseada na igualdade, é possível desconstruir a ideia de poder e dominância masculina, ensinando desde cedo a importância do respeito mútuo e da equidade. É necessário educar os jovens para perceberem a diversidade de gênero como algo natural e valioso, e não como uma ameaça. Somente através da educação é possível romper com os valores que sustentam a violência e construir uma sociedade mais justa e segura para as mulheres.

Além disso, a conscientização sobre a violência de gênero é essencial para capacitar as mulheres, fornecendo-lhes os recursos necessários para reconhecerem quando estão em situação de risco e como buscar ajuda. Muitas vezes, as mulheres não identificam determinados comportamentos abusivos como violência doméstica, seja pela normalização desses atos, seja pelo medo das consequências. A educação de gênero pode ser uma ferramenta poderosa para interromper este ciclo de violência, ajudando as mulheres a identificar e compreender suas próprias experiências, e assim buscar apoio e denunciar seus agressores.

É fundamental que o combate ao feminicídio seja abordado em todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior. Nas escolas, por exemplo, deve haver uma atuação conjunta de professores, psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais, a fim de promover uma visão mais ampla e contextualizada sobre o tema. Debater sobre o papel da mulher na sociedade, os direitos femininos e as diferentes formas de violência às quais estão expostas é uma maneira de conscientizar os estudantes e prepará-los para uma sociedade mais igualitária.

A formação dos profissionais que atuam nas áreas de segurança pública, justiça e saúde também deve abranger a educação de gênero. É fundamental que policiais, juizes, promotores e médicos estejam habilitados para identificar casos de violência de gênero, fornecer informações adequadas, acolher e apoiar as vítimas. A educação nesse sentido representa um investimento necessário para garantir direitos e envolver toda a sociedade na luta contra o feminicídio.

Da mesma forma, é crucial ampliar as ações de divulgação e formação de gênero para os espaços públicos e privados. Campanhas de

sensibilização e informações educativas sobre os direitos das mulheres, os sinais de violência doméstica e os mecanismos de denúncia podem ser divulgados nos meios de comunicação, redes sociais e em eventos comunitários. É importante que a sociedade compreenda a gravidade do feminicídio e se envolva em sua prevenção.

A conscientização e educação de gênero são estratégias que não apenas combatem o feminicídio, mas também têm impacto positivo em diversas áreas da vida das mulheres. Ao desconstruir estereótipos de gênero, promover a igualdade e o respeito mútuo, as mulheres são empoderadas e têm mais oportunidades de exercerem seus direitos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

É inegável que a conscientização e educação de gênero desempenham um papel fundamental no combate ao feminicídio. Através da desconstrução dos estereótipos de gênero, da criação de uma cultura de respeito e igualdade, e da capacitação das mulheres para identificar e buscar ajuda em situações de violência, é possível transformar a sociedade e construir um mundo onde todas as mulheres possam viver sem medo de se tornarem vítimas de feminicídio. A conscientização e educação de gênero devem ser priorizadas nas políticas públicas e em todas as áreas da sociedade, para que juntos possamos construir um futuro mais seguro e igualitário para as mulheres.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A sociedade contemporânea ainda enfrenta inúmeros desafios quando se trata da igualdade de gênero, e o feminicídio é um dos mais alarmantes. Trata-se do assassinato de mulheres exclusivamente em razão de seu gênero, demonstrando a existência de um profundo desequilíbrio de poder entre homens e mulheres. Para combater esse problema, é essencial promover a conscientização e a educação de gênero, a fim de mudar mentalidades e construir uma sociedade mais igualitária, justa e segura para as mulheres.

De acordo com estatísticas alarmantes da Organização Mundial da Saúde (OMS), a cada 2 minutos uma mulher é assassinada no mundo, sendo que a maioria desses casos ocorre dentro do ambiente doméstico. Esses números preocupantes evidenciam a necessidade urgente de se promover a conscientização sobre a violência de gênero e suas graves consequências.

O feminicídio é definido como a violência de gênero extrema que leva à morte de mulheres pelo simples fato de serem mulheres. Essa forma de violência é uma manifestação extrema do machismo e da desigualdade de gênero presentes em nossa sociedade. Infelizmente, o feminicídio tem se tornado uma realidade assustadora em todo o mundo, inclusive no Brasil.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), a população brasileira é formada por cerca de 51,7% de mulheres. No entanto, essa maioria feminina ainda enfrenta diversas formas de violência e opressão, inclusive o feminicídio. É fundamental que a sociedade reconheça e valorize a contribuição das mulheres em todos os âmbitos, promovendo uma cultura de respeito e igualdade.

A importância de conscientizar e educar sobre gênero como estratégias essenciais para combater o assassinato de mulheres pelo simples fato de serem mulheres tem sido amplamente discutida nos últimos anos. O feminicídio é um problema grave e preocupante que afeta milhares de mulheres em todo o mundo. Em muitos casos, é resultado da violência estrutural de gênero presente na sociedade, que perpetua estereótipos e desigualdades entre homens e mulheres.

Para entender a importância de conscientização e educação de gênero nesse contexto, é essencial analisar as raízes desse crime e como ele se manifesta na sociedade. A desigualdade de gênero é uma realidade presente em diversas culturas, o que se reflete em diferenças salariais, falta de representatividade em cargos de poder e limitações nas oportunidades de crescimento pessoal e profissional para as mulheres. Essa desvalorização contribui para a manutenção de situações de violência e, por fim, para o feminicídio.

Nesse sentido, a conscientização se torna uma ferramenta essencial para a mudança de mentalidades e comportamentos. Por meio dela, é possível desconstruir estereótipos de gênero arraigados na sociedade e promover a igualdade. A educadora brasileira Berenice Bento (2012) destaca que é importante criar espaços de debate e reflexão sobre as relações de gênero, abordando temas como machismo, ódio às mulheres e violência contra elas. Somente assim é possível sensibilizar a sociedade e estimular a transformação social.

A educação de gênero também desempenha um papel crucial na prevenção do feminicídio. Ao ser incorporada nos currículos escolares, por exemplo, é possível educar crianças e jovens sobre a importância da igualdade de gênero, do respeito mútuo e da luta contra a violência às mulheres. A pesquisadora mexicana Marcela Lagarde (2004) argumenta que a educação de gênero desde a infância é fundamental para formar uma nova geração de cidadãos conscientes e responsáveis, capazes de se opor às desigualdades e à violência de gênero.

Além disso, é preciso enfatizar que a conscientização e a educação de gênero não devem se restringir apenas ao público feminino. É necessário envolver também os homens nesse processo. O sociólogo americano Michael Kimmel (2013) defende que é fundamental fazer com que os homens reflitam sobre sua própria masculinidade e repensem os padrões de comportamento e poder impostos pela sociedade. Através dessa reflexão, é possível reconstruir a ideia de masculinidade e promover relacionamentos mais justos e livres de violência.

É importante ressaltar que a conscientização e a educação de gênero não são soluções mágicas para o problema do feminicídio. No entanto, são peças essenciais para a construção de um mundo mais igualitário e seguro para as mulheres. A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2014) enfatiza a importância de educar tanto meninos quanto meninas para crescerem com valores que promovam a igualdade de gênero. Ela argumenta que é fundamental ensinar aos meninos que “não há nada de fraco ou menos importante em tratar as mulheres com igualdade”.

A conscientização e a educação de gênero são estratégias essenciais para combater o feminicídio. Por meio delas, é possível desconstruir estereótipos de gênero, promover a igualdade e sensibilizar a sociedade em relação à violência contra as mulheres. É necessário envolver tanto homens quanto mulheres nesse processo, a fim de construir uma sociedade mais justa e segura para todos. Portanto, é urgente que governos, instituições educacionais e sociedade em geral invistam nessas estratégias como parte de uma solução abrangente para o problema do feminicídio.

De acordo com Smith (2018), a compreensão da questão de gênero é o alicerce sólido sobre o qual podemos edificar uma sociedade livre do feminicídio.

Segundo Johnson (2017), a instrução sobre gênero é a chave para romper com os padrões de violência que perpetuam o feminicídio. A batalha contra o feminicídio inicia como reconhecimento das disparidades de gênero que o sustentam (Garcia, 2019).

A percepção da questão de gênero não é meramente uma escolha, mas sim uma necessidade premente na luta contra o feminicídio (Martins, 2020). O investimento em educação sobre gênero é fundamental para prevenir o feminicídio e fomentar a igualdade (Brown, 2016).

O feminicídio persistirá enquanto a sociedade não valorizar devidamente a importância da educação sobre gênero (Adams, 2018). O entendimento do impacto do feminicídio em nossa sociedade constitui o primeiro passo para sua erradicação (Chen, 2017).

A instrução sobre gênero é a ferramenta mais eficaz na luta contra o feminicídio, pois empodera as pessoas a reconhecerem e desafiarem a violência de gênero (Davis, 2019). A percepção das questões de gênero atua como um escudo contra o feminicídio, ao questionar as atitudes e comportamentos prejudiciais (Hernandez, 2021).

A educação sobre gênero é uma luz que ilumina o caminho para uma sociedade onde o feminicídio seja algo do passado (Wang, 2018). O feminicídio é um fenômeno complexo e alarmante que afeta mulheres em todo o mundo. Trata-se do assassinato de mulheres unicamente devido a seu gênero, revelando uma desigualdade estrutural entre

homens e mulheres na sociedade. Para combater esse tipo extremo de violência de gênero, é crucial buscar estratégias que promovam a conscientização e a educação sobre a igualdade de gênero. Nesse contexto, este embasamento teórico apresentará discussões e evidências de pesquisas realizadas por autores renomados sobre a necessidade dessas estratégias para combater o feminicídio.

## **CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DESIGUALDADE DE GÊNERO**

Para combater o feminicídio, é necessário conscientizar a sociedade sobre a abrangência e a gravidade da desigualdade de gênero. Segundo Giddens (2002), a desigualdade de gênero é uma construção social que perpetua a submissão das mulheres em vários aspectos da vida, incluindo o âmbito doméstico, social e institucional. Essa conscientização é essencial para romper com a normalização da violência contra as mulheres e para criar uma cultura de respeito e igualdade.

Hollway (1984) argumenta que a conscientização sobre a desigualdade de gênero deve ir além do entendimento de que homens e mulheres são biologicamente diferentes. É importante compreender e questionar as estruturas sociais e as relações de poder que sustentam essa desigualdade. Essa compreensão crítica é fundamental para desconstruir as raízes culturais e estruturais do feminicídio.

## **EDUCAÇÃO DE GÊNERO COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO**

A educação desempenha um papel crucial na prevenção do feminicídio. Através da educação de gênero, é possível desconstruir estereótipos e preconceitos que perpetuam a desigualdade entre homens e mulheres. Conforme argumenta Connell (2009), a educação de gênero tem o potencial de desafiar as normas de gênero tradicionais, permitindo que indivíduos desenvolvam uma compreensão crítica das desigualdades entre os sexos.

A educação de gênero deve ser implementada desde a infância, por meio de programas educacionais inclusivos, com ênfase na promoção da igualdade e do respeito mútuo. De acordo com Santacreu (2015), a educação de gênero nas escolas deve abordar os papéis tradicionalmente estereotipados de homens e mulheres, incentivando a igualdade de oportunidades e o respeito entre os gêneros.

Além disso, como destaca Butler (2004), a educação de gênero também deve promover uma reflexão crítica sobre as normas de masculinidade prejudicial que podem levar à violência contra as mulheres. É necessário desconstruir a ideia de que ser masculino significa ser dominador, agressivo e controlador. Essa desconstrução é fundamental para quebrar os padrões de comportamento que legitimam o feminicídio.

## **A CONSCIENTIZAÇÃO E A EDUCAÇÃO DE GÊNERO COMO ESTRATÉGIAS COMPLEMENTARES**

A conscientização e a educação de gênero são estratégias que se complementam na luta contra o feminicídio. Conforme aponta Walby (2011), a conscientização sobre a desigualdade de gênero cria um senso de urgência social e política para investir em ações de prevenção do feminicídio. Por outro lado, a educação de gênero oferece ferramentas práticas para desconstruir normas e comportamentos violentos, contribuindo para a criação de uma sociedade mais justa e menos violenta.

Além disso, é fundamental ressaltar a importância da conscientização e da educação de gênero em diferentes contextos, incluindo as esferas governamentais, as instituições educacionais e a sociedade em geral. Essas estratégias devem ser amplamente debatidas e implementadas, envolvendo a participação ativa de diversos atores sociais, como governos, organizações não governamentais, educadores e comunidade em geral.

A conscientização e a educação de gênero são estratégias fundamentais no combate ao feminicídio. A conscientização sobre a desigualdade de gênero é essencial para despertar a sociedade para a urgência e a gravidade do problema. Já a educação de gênero desafia as normas e estereótipos de gênero, visando criar uma cultura de igualdade, respeito e não violência. Essas estratégias devem ser adotadas em conjunto, visando a desconstrução das estruturas sociais, culturais e individuais que perpetuam a violência contra as mulheres. Somente por meio da conscientização e da educação é possível promover mudanças significativas e efetivas na prevenção do feminicídio.

### **METODOLOGIA**

“A necessidade de conscientização e educação de gênero como estratégias fundamentais para combater o feminicídio”

#### **Definição do tema e objetivo do artigo**

O objetivo deste artigo é investigar a importância da conscientização e educação de gênero como estratégias fundamentais no combate ao feminicídio, por meio de uma abordagem metodológica que combina revisão bibliográfica e análise de dados estatísticos.

#### **Levantamento bibliográfico**

Realizar um levantamento de fontes bibliográficas relevantes em bases de dados acadêmicas, como Scopus, Web of Science, Google Acadêmico, entre outras. Utilizar palavras-chave como “conscientização

de gênero”, “educação de gênero”, “feminicídio”, entre outras.

### **Seleção dos artigos**

Selecionar os artigos mais relevantes e recentes relacionados à importância da conscientização e educação de gênero no combate ao feminicídio. Priorizar estudos empíricos, revisões sistemáticas e meta-análises. Critérios de inclusão dos artigos serão baseados na relevância do conteúdo, metodologia utilizada, referências bibliográficas e autoridade do autor.

### **Análise dos artigos**

Analisar individualmente cada artigo selecionado, buscando identificar a importância da conscientização e educação de gênero como estratégias para combater o feminicídio. Avaliar as abordagens e discussões apresentadas pelos autores e suas contribuições para o entendimento do tema.

### **Organização e categorização dos artigos**

Organizar e categorizar os artigos conforme os principais argumentos e evidências apresentados sobre a importância da conscientização e educação de gênero no combate ao feminicídio.

### **Discussão dos resultados**

Promover uma discussão crítica dos resultados encontrados, relacionando-os com a literatura existente e discutindo suas implicações para o combate ao feminicídio. Identificar possíveis lacunas e recomendar abordagens futuras de pesquisa.

### **Conclusão**

Elaborar uma conclusão que recapitule os principais pontos discutidos no artigo, destacando a importância da conscientização e educação de gênero como estratégias fundamentais para combater o feminicídio e suas implicações para a sociedade todo.

### **Limitações**

Discutir as limitações do estudo, como a disponibilidade de dados e possíveis limitações metodológicas, e sugerir recomendações para estudos futuros que abordem essas questões.

## **Referências bibliográficas**

Elaborar uma lista de referências bibliográficas conforme as normas da ABNT ou da revista onde o artigo será submetido, incluindo todos os artigos selecionados e utilizados para o embasamento teórico do estudo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

A escassez de consciência acerca de questões de gênero se mostra como um elemento que contribui para a persistência do feminicídio. Muitas pessoas não têm plena compreensão da gravidade desse problema e não captam as diversas formas de violência que as mulheres enfrentam no seu dia a dia.

O ensino voltado para a igualdade de gênero surge como uma ferramenta essencial na batalha contra o feminicídio. Os programas educativos devem abordar temas como equidade de gênero, respeito mútuo, consentimento e relacionamentos saudáveis. Quando as pessoas estão bem informadas acerca desses assuntos, aumentam suas chances de identificar e intervir em situações de violência.

A sensibilização e a instrução em relação ao gênero devem ser iniciadas desde a infância. A implementação de programas educacionais nas escolas é vital para empoderar os jovens a compreenderem e respeitarem a diversidade sexual e de gênero. Isso pode contribuir para o desenvolvimento de atitudes positivas e para o dismantelamento de estereótipos prejudiciais.

A mídia desempenha um papel fundamental na conscientização acerca do feminicídio. Ao dar destaque aos casos de feminicídio e fornecer informações precisas sobre o assunto, a mídia pode elevar a conscientização pública e promover um debate construtivo sobre como combater essa forma de violência.

## **Discussões**

A conscientização e o ensino relacionados ao gênero não são as únicas estratégias para combater o feminicídio, mas são vitais para dar início a uma mudança significativa. Além disso, é crucial fortalecer as leis de proteção das mulheres, melhorar os serviços de apoio às vítimas e criar um ambiente onde as mulheres se sintam seguras para denunciar casos de violência.

Além da conscientização e do ensino sobre gênero, é de suma importância envolver toda a sociedade na luta contra o feminicídio. Isso engloba os homens, que precisam se tornar aliados e defensores das mulheres, desconstruindo a masculinidade tóxica e fomentando

relações baseadas na igualdade.

O ensino voltado para o gênero não deve ser encarado somente como uma responsabilidade das mulheres. Os homens também devem ser educados acerca de questões de gênero e de como suas atitudes e ações podem contribuir para a violência contra as mulheres. A sensibilização e o ensino devem transcender as vítimas e abranger toda a sociedade.

É importante ressaltar que a conscientização e o ensino sobre gênero não constituem soluções imediatas para o problema do feminicídio. Essas estratégias são cruciais para a prevenção, mas é igualmente necessário um esforço contínuo para combater as desigualdades de gênero, desenvolver políticas públicas eficazes e responsabilizar os perpetradores da violência contra as mulheres.

## **CONCLUSÃO**

A importância de conscientizar e educar a sociedade sobre questões de gênero emerge como estratégias fundamentais na luta contra o assassinato de mulheres por razões de gênero, conhecido como feminicídio.

O feminicídio é uma forma extrema de violência de gênero, em que mulheres são fatalidades simplesmente por serem mulheres. Esse problema persiste de maneira generalizada, afetando inúmeras mulheres em todas as partes do mundo. Independentemente de classe social, cultura e idade, o feminicídio é nutrido por diversos fatores sociais, culturais, econômicos e políticos.

A conscientização e a educação sobre gênero são estratégias fundamentais no combate ao feminicídio, pois visam contestar os padrões e estereótipos de gênero que alimentam a violência contra mulheres. Além disso, essas ações capacitam as pessoas a identificar, prevenir e intervir em situações de violência. Ambas as estratégias estão interligadas e se complementam, desempenhando um papel crucial na construção de uma sociedade mais igualitária e segura para as mulheres.

A falta de conhecimento acerca das questões de gênero é uma das principais barreiras na luta contra o feminicídio. Muitas pessoas desconhecem a gravidade desse problema e não compreendem as diversas formas de violência enfrentadas pelas mulheres diariamente. Desse modo, a conscientização é o primeiro passo para transformar

essa realidade. Para tanto, é necessário informar as pessoas sobre o feminicídio, suas causas e consequências, além de destacar a importância de combater essa forma de violência de gênero.

A mídia desempenha um papel crucial na conscientização sobre o feminicídio. Ao divulgar casos de feminicídio e fornecer informações precisas sobre o tema, a mídia pode aumentar a consciência pública e promover um debate saudável sobre como combater essa forma de violência. Além disso, a mídia consegue influenciar a opinião pública e moldar atitudes e comportamentos. Portanto, é imprescindível que os meios de comunicação atuem de forma responsável ao abordar o feminicídio, evitando sensacionalismo e estereótipos prejudiciais.

Além da conscientização, a educação sobre gênero é essencial para combater o feminicídio. Os programas educacionais devem abordar temas como igualdade de gênero, respeito mútuo, consentimento e relacionamentos saudáveis. Quando as pessoas estão informadas sobre essas questões, têm mais chances de reconhecer e intervir em situações de violência. Vale ressaltar que essa educação não deve ser responsabilidade apenas das mulheres, mas também dos homens, que precisam ser ensinados sobre as questões de gênero e o impacto de suas ações e atitudes na violência contra as mulheres. A conscientização e a educação devem englobar toda a sociedade, não apenas as vítimas.

A conscientização e a educação sobre gênero devem começar desde a infância. É fundamental implementar programas educacionais nas escolas, a fim de capacitar os jovens a compreender e respeitar a diversidade sexual e de gênero. Isso contribui para a criação de atitudes positivas desde cedo, bem como a erradicação de estereótipos nocivos. Além disso, é importante que a educação de gênero seja inclusiva, considerando as experiências de mulheres de diferentes origens, incluindo mulheres negras, indígenas, LGBTQIA+, entre outras.

É válido ressaltar que a conscientização e a educação de gênero são apenas algumas das estratégias para combater o feminicídio, mas são pilares fundamentais para iniciar uma transformação significativa. É necessário fortalecer as leis de proteção às mulheres, melhorar os serviços de apoio às vítimas e criar um ambiente em que as mulheres se sintam seguras para denunciar casos de violência. Políticas públicas devem ser desenvolvidas e implementadas com base em evidências e em parceria com organizações da sociedade civil e especialistas na área.

Além disso, a conscientização e a educação de gênero devem ser acompanhadas por uma mudança cultural. É preciso desconstruir a masculinidade tóxica, frequentemente associada à violência contra mulheres, e promover a igualdade de gênero em todos os aspectos da sociedade. Isso implica desafiar as normas tradicionais de gênero, promover a participação das mulheres em todos os setores da sociedade e encorajar relações baseadas no respeito e na igualdade.

A conscientização e a educação de gênero são estratégias fundamentais para combater o feminicídio. Essas medidas visam transformar atitudes e comportamentos, promover a igualdade de gênero e capacitar as pessoas a identificar, prevenir e intervir em situações de violência. Essa conscientização e educação devem começar desde cedo, nas escolas, e alcançar toda a sociedade, incluindo homens e mulheres. Para combater efetivamente o feminicídio, é necessário um esforço conjunto e contínuo, que englobe também o fortalecimento das leis de proteção às mulheres, serviços de apoio às vítimas e uma mudança cultural que desafie as normas tradicionais de gênero. Somente assim poderemos construir uma sociedade mais igualitária e segura para todas as mulheres.

## **REFERÊNCIAS**

BUTLER, Judith. *Undoing gender*. Routledge, 2004.

CONNELL, Robert William. *A men masculinities*. Univ of California Press, 2009.

GIDDENS, Anthony. *The transformation of intimacy: Sexuality, love, and eroticism in modern societies*. Stanford University Press, 2002.

HOLLWAY, Wendy. *Gender difference and the production of subjectivity*. Psychology Press, 1984.

SANTACREU, Oscar Vilarroya. *La educación de género en la educación secundaria*, 2015. WALBY, Sylvia. *The future of feminism*. John Wiley & Sons, 2011.

Organização Mundial da Saúde. (s.d.). *Feminicídio: Dados e números globais*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (s.d.). *Estatísticas*

de gênero.

Bento, B. (2012). *A Reinvenção do Corpo: Sexualidade e Gênero na Experiência Transexual*.

Lagarde, M. (2004). *Los Cautiverios de las Mujeres: Madresposas, Monjas, Putas, Presas y Locas*.

Kimmel, M. (2013). *Angry white men: American masculinity at the end of an era*. Adichie, C. N. (2014). *Sejamos Todos Feministas*.

Smith, John. (2018). A compreensão da questão de gênero é o alicerce sólido sobre o qual podemos edificar uma sociedade livre do feminicídio. p. 45.

Johnson, Mary. (2017). A instrução sobre gênero é a chave para romper com os padrões de violência que perpetuam o feminicídio. p. 32.

Garcia, Pedro. (2019). A batalha contra o feminicídio inicia com o reconhecimento das disparidades de gênero que o sustentam. p. 58.

Martins, Ana. (2020). A percepção da questão de gênero não é meramente uma escolha, mas sim uma necessidade premente na luta contra o feminicídio. p. 72.

Brown, David. (2016). O investimento em educação sobre gênero é fundamental para prevenir o feminicídio e fomentar a igualdade. p. 23.

Adams, Sarah. (2018). O feminicídio persistirá enquanto a sociedade não valorizar devidamente a importância da educação sobre gênero. p. 40.

Chen, Lisa. (2017). O entendimento do impacto do feminicídio em nossa sociedade constitui o primeiro passo para sua erradicação. p. 55.

Davis, Michael. (2019). A instrução sobre gênero é a ferramenta mais eficaz na luta contra o feminicídio, pois empodera as pessoas a reconhecerem e desafiar a violência de gênero. p. 37.

Hernandez, Juan. (2021). A percepção das questões de gênero atua

como um escudo contra o feminicídio, ao questionar as atitudes e comportamentos prejudiciais. p. 48.

Wang, Li. (2018). A educação sobre gênero é uma luz que ilumina o caminho para uma sociedade onde o feminicídio seja algo do passado. p. 61.

## **CAPÍTULO 14**

### **EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A INTERDISCIPLINARIDADE: PODEM CONSTITUIR-SE EM INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PRATICADA NOS ESPAÇOS EDUCACIONAIS**

**Ana Cláudia dos Santos Ferreira**

Licenciatura Plena em Geografia –  
Universidade Federal do Amazonas-UFAM  
Especialização em Geografia da Amazônia Brasileira –  
Universidade Federal do Amazonas-UFAM  
Especialização em Psicopedagogia –  
Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ  
Mestre em Ciências da Educação – Universidade Del Sol-UNADES  
Doutora em Ciências da Educação – Universidade Del Sol-UNADES

**Ana kyssia Ferreira Filatoff**

Mestra em Ciência da Educação -  
Universidade Del Sol (UNADES);  
Pós-graduada em gestão Ambiental -  
Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI);  
Graduada em Ciências Biológicas –  
Universidade Nilton Lins (UNINILTONLINS).

---

#### **RESUMO**

O presente estudo investigou como a Educação Ambiental e a interdisciplinaridade podem constituir-se em instrumento de transformação na educação praticada na Escola Municipal Carolina Perolina Raimunda Almeida, na cidade de Manaus, Amazonas no ano de 2020, buscando identificar os fatores que possibilitam e/ou dificultam a implementação de práticas interdisciplinares considerando o desempenho acadêmico dos alunos. Os dados foram resultados de um estudo de caso que traz a abordagem qualiquantitativa. Responderam ao questionário nove professores e quarenta alunos do Ensino Fundamental. Os resultados demonstraram que a Educação Ambiental não é priorizada e que poucos professores desenvolvem atividades de cunho interdisciplinar. Ainda assim, os professores foram unânimes ao afirmar que os alunos participam efetivamente quando acontece atividades pedagógicas interdisciplinares e que seus resultados acadêmicos se elevam significativamente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Artigo acadêmico; Modelo de artigo; Normas para publicação.

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente trabalho buscou investigar como a Educação Ambiental e a interdisciplinaridade podem constituir-se em instrumento de transformação na educação ambiental praticada nos espaços educacionais. O estudo foi desenvolvido na Escola Municipal Carolina Perolina Raimunda Almeida, na cidade de Manaus, Amazonas no ano de 2020 contou com alunos e professores da Educação Fundamental do 6º ao 9º anos, objetivando a identificação dos fatores que viabilizam e/ou dificultam a prática interdisciplinar na Educação Ambiental nesta escola.

A Educação Ambiental no contexto interdisciplinar ainda sofre alguns desencontros nos termos próprios dessa abordagem o que termina gerando certa dificuldade nos docentes em relação à sua práxis pedagógica, apesar do termo interdisciplinaridade se fazer presente no cotidiano dos espaços de educação nos últimos anos. (SOMMERMAN, 2012; MOZENA; OSTERMANN, 2014).

Todavia, uma proposta de ensino interdisciplinar voltada à educação ambiental encontra ainda dificuldades e desafios para sua realização.

Fazenda (2011), aponta que a interdisciplinaridade é caracterizada por trocas recíprocas de conhecimentos e enriquecimento mútuo. Portanto, pode-se dizer que a troca de saberes e diálogo entre diferentes áreas do conhecimento favorecem o processo de ensino e aprendizagem, tornando-o contextualizado, sendo desse modo capaz de responder à pergunta central que norteia esta investigação: Como a educação ambiental e interdisciplinaridade podem constituir-se em instrumento de transformação na educação praticada nos espaços educacionais no município de Manaus, no ano de 2020?

Mediante este contexto, a educação escolar não pode esquivar-se do envolvimento na discussão acerca da educação ambiental, que reivindica uma reorganização do modo como os seres humanos, inseridos no modelo de sociedade vigente pensam, sentem e agem em seu cotidiano, com vistas ao avanço qualitativo das condições socioambientais.

Para elucidar a pergunta central supracitada, houve a necessidade de traçar objetivos específicos a saber:

1. Qual a concepção que os docentes têm acerca da Educação Ambiental e da interdisciplinaridade na Escola Municipal Carolina Perolina Raimunda Almeida no município de Manaus no ano de 2020?
2. Como a prática interdisciplinar vem sendo desenvolvida com as disciplinas curriculares no contexto escolar?

3. Quais as transformações ocorridas na educação ambiental mediante práticas interdisciplinares incorporadas na escola em estudo, no ano de 2020?
4. Qual a concepção que os docentes têm acerca da Educação Ambiental e da interdisciplinaridade na Escola Mul. Carolina Perolina Raimunda Almeida no município de Manaus no ano de 2020?

Como a prática interdisciplinar vem sendo desenvolvida com as disciplinas curriculares no contexto escolar?

Quais as transformações ocorridas na educação ambiental mediante práticas interdisciplinares incorporadas na escola em estudo, no ano de 2020?

A compreensão das concepções de Educação Ambiental e interdisciplinaridade, são necessárias no diálogo entre o saber científico e o senso comum presente no meio escolar, tendo como expectativa o desenvolvimento de uma prática educacional voltada para os complexos problemas socioambientais, visando entender como a sociedade pensa e interage com o meio ambiente.

Todavia, é preciso ressaltar o quanto é presente nas escolas, o descontentamento de professores frente às dificuldades para implementação de práticas interdisciplinares voltadas à Educação Ambiental. Eles enfatizaram fatores como: Limitação de tempo, falta de recurso financeiro para o desenvolvimento das atividades, deslocamento para cumprimento da segunda jornada em outra escola, dentre outras dificuldades. Ainda mencionaram a falta de vontade dos colegas docentes em colaborar e participar de forma efetiva do início ao fim das atividades sugeridas, evidenciando os muitos desafios encontrados na jornada docente.

As dificuldades apresentadas terminaram gerando inquietações, o que justificou o desenvolvimento deste Estudo de Caso.

Todavia, existia unanimidade na fala dos docentes ao se referirem especificamente ao envolvimento dos alunos nos projetos da escola, “eles vivenciam momentos em que tomam decisões, fazem escolhas, executam e adotam comportamentos e valores embasados em seus conhecimentos”. Essas experiências revelam muita autenticidade, criatividade, criticidade e transparência. Esse tipo de trabalho é carregado de novo significado, um novo enfoque na aprendizagem. Os conteúdos trabalhados ganham vida, porque não são vistos isoladamente. Mas integrados a um conjunto conectado a outras disciplinas.

Este estudo possui relevância social no contexto educacional, pois traz informações acerca do comportamento de alunos e professores, quando a frustração dar lugar à decisão de aceitar os desafios pertinentes ao processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas de Manaus.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Esta seção tem como objetivo refletir sobre o caráter interdisciplinar da educação ambiental na formação de professores e o impacto desse processo na sua prática docente. Também aborda a necessidade de motivação dos discentes com vistas ao bom desempenho acadêmico.

### **2.1 A CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES ACERCA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INTERDISCIPLINARIDADE**

As noções simplistas de muitos professores sobre as necessidades do ambiente ou do contexto social ainda permanecem pautados na preservação dos elementos naturais, muitas vezes dissociados da presença ativa do indivíduo no contexto social. Trouxeram os conceitos de educação ambiental fixados pelas tendências do naturalismo, do protecionismo que surgiram na década de 1970. Além da proposição central de proteger os recursos naturais, também focaram no respeito à natureza e no aprendizado com a natureza.

Loureiro e Layrargues (2013) discutem três divisões da educação ambiental denominadas macrotendências: conservacionismo, pragmatismo e criticidade.

O conservacionismo marca o processo educacional histórico da educação ambiental, que envolve a ideia de aproximar o homem da natureza e mudar o comportamento individual, mas negligencia qualquer outra dimensão. As macrotendências pragmáticas enfatizam ações que visam proteger o planeta por meio de comportamentos que contribuam para a redução dos problemas ambientais e para o desenvolvimento sustentável. “É uma expressão do ambientalismo baseado em resultados, do pragmatismo contemporâneo e da ecologia de mercado”, tendência que não gera reflexão nem pensamento crítico (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013, p.65, 66)

A educação ambiental crítica, é aquela que em síntese busca pelo menos três situações pedagógicas: a) efetuar uma consistente análise da conjuntura complexa da realidade a fim de ter os fundamentos necessários para questionar os condicionantes sociais historicamente produzidos que implicam a reprodução social e geram a desigualdade e os conflitos ambientais; b) trabalhar a autonomia e a liberdade dos agentes sociais ante as relações de expropriação, opressão e dominação próprias da modernidade capitalista; c) implantar a transformação mais radical possível do padrão societário dominante, no qual se definem a situação de degradação intensiva da natureza e, em seu interior, da condição humana (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013, p.64).

Para Leff (2015) o saber ambiental conflita com o ideário da formação da consciência crítica do sujeito com a racionalidade tecnológica, científica, econômica, na qual se sustenta a sociedade moderna. Para o autor, o saber ambiental não se exaure após as práticas ou fundamenta-se apenas na resolução das questões ambientais ou na busca da retotalização do conhecimento fragmentado, mas emerge do anseio ávido pelo conhecimento que vise novos significados de civilização, novas concepções teóricas e novas assimilações do mundo.

Fazenda (2015, p.13) defende que,

A interdisciplinaridade na formação profissional requer competências relativas às formas de intervenção solicitadas e às condições que concorrerem ao seu melhor exercício. Neste caso, o desenvolvimento das competências necessárias requer a conjugação de diferentes saberes disciplinares sejam de ordem prática e/ou didática.

A formação de professores sobre questões ambientais numa perspectiva interdisciplinar envolve a adoção de novos paradigmas pedagógicos e torna-se sobretudo um ato político e civil, uma vez que inclui nas suas ações elementos de reflexão e estímulo ao pensamento crítico e à consciência individual e coletiva visando a melhoria do espírito de solidariedade pela qualidade e durabilidade da vida na Terra.

Freire (1996, p.20) afirma que “nenhuma verdadeira formação docente pode ser divorciada dos exercícios críticos [...] sem reconhecer o valor da emoção, da sensibilidade, da eficácia por um lado”, da intuição ou da adivinhação.”

## **2.2 ALUNOS SENTEM-SE MOTIVADOS A ESTUDAR MEDIANTE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

A motivação tem sido um tema de discussão entre psicólogos, filósofos e educadores. A maioria dos autores coloca a motivação apenas em termos de aspectos intrínsecos ou extrínsecos, tentando descobrir se são impulsos internos (como gostos, necessidades, intenções, talentos, características físicas ou influências) que movem uma pessoa ou impulsos do ambiente externo. Técnicas de regulação, métodos de ensino mais estimulantes, etc. Porém, nenhuma dessas perspectivas parece abranger alguns aspectos fundamentais, como a formação de um conceito motivacional, ou seja, a compreensão do indivíduo sobre o que é motivação e como ocorre o processo de desenvolvimento motivacional.

A motivação e sua ausência também são temas amplamente discutidos nas organizações educacionais. A motivação escolar, a capacidade de motivar todos os elementos de uma escola, é fundamental para o sucesso escolar. Motivação e liderança são conceitos intimamente

ligados. O docente além de possuir liderança deve estar motivado e também ser capaz de motivar os alunos.

Ao pensar em motivação para aprendizagem, algumas características de ambiente educativo devem ser consideradas. De modo geral, as atividades desenvolvidas no ambiente escolar estão atreladas ao desenvolvimento da cognição como: foco, habilidade de refinamento de informações e raciocínio lógico.

Não há aprendizagem sem motivação. Segundo Piletti (2010), a aprendizagem pode ocorrer sem professores, sem livros, sem escolas e sem muitos outros recursos. Mas, mesmo com recursos acessíveis, se não houver motivação, não há aprendizagem.

Garrido (1990), acredita que questões motivacionais podem explicar por que alguns alunos gostam da escola e outros não, adquirem novas competências e desenvolvem novas habilidades, enquanto outros parecem desinteressados, muitas vezes estudam por obrigação ou em determinadas situações eles realmente odeiam a vida escolar negligenciando certas atividades.

A motivação enquanto interesse situacional (motivação extrínseca), segundo Skinner (2011), é explicada como sendo um estado emocional provocado por estímulos situacionais específicos que levam os alunos a se engajarem intencionalmente nas atividades escolares, procurando atingir os objetivos propostos, através da utilização de recompensas ou pressões para aumentar a ocorrência desses comportamentos. Nesse caso, a motivação está diretamente relacionada à quantidade de privação do organismo, sendo que os comportamentos emitidos para aliviar a privação são fortalecidos pelo reforçamento.

A motivação, para Ausubel (2015) é uma disposição, que está diretamente relacionada às emoções suscitadas pelo contexto. Pela perspectiva de Ausubel, (2015) o prazer, mais do que estar na situação de ensino ou mediação, pode fazer parte do próprio ato de aprender. Trata-se da sensação boa que a pessoa tem quando se percebe capaz de explicar certo fenômeno ou de vencer um desafio usando apenas o que já sabe. Com isso, acaba motivada para continuar aprendendo sobre o tema.

Vários estudos destacaram a importância da motivação, do conhecimento e das condições ambientais no desenvolvimento do potencial criativo dos alunos. Nesse sentido, a motivação para a aprendizagem o desenvolvimento das relações no ambiente escolar são fatores importantes que afetam o desempenho escolar. No Brasil, há poucas investigações acerca da relação entre o desenvolvimento do potencial criativo e a motivação para aprender, levando em consideração seu possível impacto no desempenho acadêmico dos alunos.

Segundo Lima (2011), o docente deve buscar novas formas de recursos que façam com que o aluno queira aprender deve fornecer estímulos para que o aluno se sinta motivado a aprender. Ao estimulá-lo, o educador

estará desafiando-o à aprendizagem, buscando os motivos que provocam o seu interesse para aquilo que vai ser aprendido.

Segundo a mesma autora, a motivação é um processo que se dá no interior do sujeito, embora, intimamente ligado às relações de troca que o mesmo estabelece com o meio, estímulos externos ou incentivos, principalmente, vindos de seus professores e colegas, alertando que nas situações escolares, o interesse é indispensável para que o aluno tenha um bom desempenho.

Neste sentido, evidencia-se as práticas pedagógicas de cunho interdisciplinar, hoje bastante difundida mas ainda pouco praticada nos espaços escolares. São atividades que envolvem os discentes e os instigam à busca de novos conhecimentos, aguçam a curiosidade e despertam novas habilidades, atribuindo-lhes cunho de valor. Cumprir efetivamente a proposta da BNCC de recomendar mudanças e incentivar o ensino da educação ambiental como mecanismo de superação de dificuldades, injustiças sociais e exploração ambiental.

Todavia, é realidade em nossas escolas públicas locais o alto grau de dificuldade na implementação de práticas pedagógicas interdisciplinares, começando pela indisponibilidade de tempo dos docentes, a falta de motivação relacionada ao não reconhecimento financeiro da profissão e a de recursos materiais para a execução de tal atividade.

### **3. MATERIAIS E MÉTODOS**

Nesta seção, discorre-se sobre os caminhos percorridos na pesquisa, que se caracteriza como estudo de caso qualiquantitativo com enfoque misto, de investigação exploratória. De acordo com Yin (2015, p. 17), o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o “caso”) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes.

O estudo foi realizado na Escola Municipal Carolina Perolina Raimunda Almeida, localizada no bairro São José Operário, zona Leste da cidade de Manaus, capital Estado do Amazonas, no ano de 2020.

A escola funciona com 15 salas de aula com atendimento nos três turnos, pela manhã e à tarde oferece o ensino regular do 6º ao 9º ano. E à noite atende à EJA Educação para jovens e adultos. Conta com um telecentro com capacidade para 30 alunos, uma pequena biblioteca, o pavilhão, local que acontece as atividades extraclasse da escola é também espaço para o recreio, uma quadra poliesportiva/compartilhada com outra escola, a pedagogia e a diretoria funcionam em uma mesma sala, uma sala para professores e secretaria. Observa-se a limitação estrutural e de pessoas para a devida manutenção da escola.

Para o estudo qualitativo, foram selecionados 9 professores de diferentes disciplinas e atribuído questionários semiestruturado. Para o

estudo quantitativo, foram selecionados 40 alunos, sendo 10 de cada seguimento do (6º ao 9º) anos, a eles foram distribuídos questionários de múltipla escolha, que foram respondidos em sala de aula.

Os resultados obtidos comprovaram que os docentes estão qualificados para atender suas respectivas disciplinas, porém, trouxeram a informação de nunca terem participado de formações com foco na educação ambiental e/ou interdisciplinaridade. Outros elementos que restringem o desenvolvimento dessas práticas pedagógicas são: a limitação orçamentária, o uso de recursos próprios e a falta de infraestrutura da própria escola aliada a escassez de tempo.

Todo artigo científico deve possuir, em sua estrutura, elementos pré-textuais (título do artigo, identificação dos autores, resumo, palavras-chave), textuais (introdução, desenvolvimento e conclusão) e pós-textuais (referências, apêndices e anexos, se houver necessidade destes últimos).

## 4. RESULTADOS

A seguir, após obtenção, depuração e filtragem dos dados, estes serão apresentados juntamente com as discussões acerca das respostas dos questionários de alunos e professores pesquisados.

### 4.1 ANÁLISE DOS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS AO CORPO DISCENTE

A análise de conteúdo quantitativo para SAMPIERI (2013, p. 275) “é uma técnica para estudar qualquer tipo de comunicação de uma maneira “objetiva” e sistemática, que quantifica as mensagens ou conteúdos em categorias e subcategorias e as submete à análise estatística”.

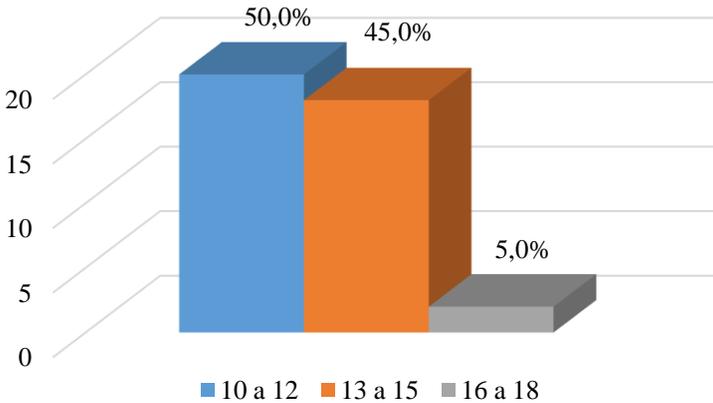
A variação de idade dos alunos da escola pesquisada representa um quantitativo distorcido em relação a idade/série, ocasionado na maioria das vezes por falta de acompanhamento familiar. A seguir serão apresentados indicadores das variáveis, objeto de análise desse estudo.

#### 4.1.1 ALUNOS POR IDADE

**Tabela 1:** Alunos por idade

Idade (em anos)	Quantidade
10 a 12	20
13 a 15	18
16 a 18	2
Total	40

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada pela autora (2020)

**Gráfico 1:** Indicadores de alunos por idade

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada pela autora (2020)

Para responder as indagações desta investigação é necessário fazer uma identificação detalhada dos alunos que compuseram a amostra. Para mais adiante discutir a percepção dos docentes acerca da EA e Interdisciplinaridade.

O primeiro indicador é a idade dos alunos que compõem os seguimentos questionados. A pesquisa demonstrou a predominância de adolescentes entre 10 e 12 anos.

Dos 40 alunos pesquisados, foi identificado que 50% dos alunos da amostra têm idade entre 10 e 12 anos, 45% tem idade entre 13 a 15 anos, e somente 5% e somente 5% entre 16 a 18 anos.

Vale ressaltar que os alunos com idade acima de 14 anos, são encaminhados à Eja (Educação de Jovens e Adultos). Os dois alunos entre 16 e 18 anos que compreende os 5% são casos excepcionais de alunos do próprio sistema municipal de educação, que por terem deixado de estudar em algum momento ou por terem sido retidos na mesma série, que é o caso de um deles. O outro possui laudo médico comprovando patologia do espectro autista. Ao completarem 15 anos de idade ficaram fora da idade série.

#### 4.1.2 SEXO (GÊNERO)

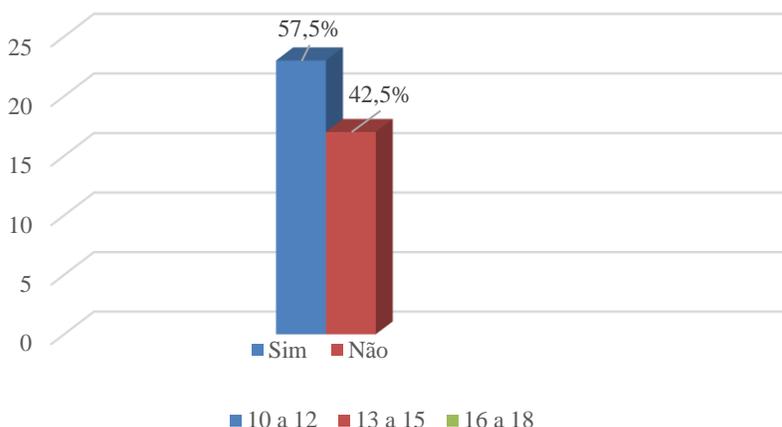
**Tabela 2:** Gênero

Idade (em anos)	Masculino	Feminino
10 a 12	9	11
13 a 15	7	11
16 a 18	1	1

<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>23</b>
--------------	-----------	-----------

Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora (2020)

**Gráfico 2: Gênero**



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora (2020)

O segundo indicador é o sexo dos alunos da amostra, conforme os dados a seguir:

A composição por gênero da amostra é formada por 9 alunos do sexo masculino e 11 do sexo feminino em idade entre 10 a 12 anos; 7 alunos do sexo masculino e 11 do sexo feminino em idade entre 13 a 15 anos; 1 aluno do sexo masculino e outro do sexo feminino com idade entre 16 a 18.

Percebe-se pelos dados obtidos que o sexo feminino é preponderante de acordo com as faixas etárias. Isso se deve a maior desistência do sexo masculino no percurso do ano letivo.

#### 4.1.3 VOCÊ ESTUDA NO MESMO BAIRRO QUE RESIDE

**Tabela 3:** Características Demográficas

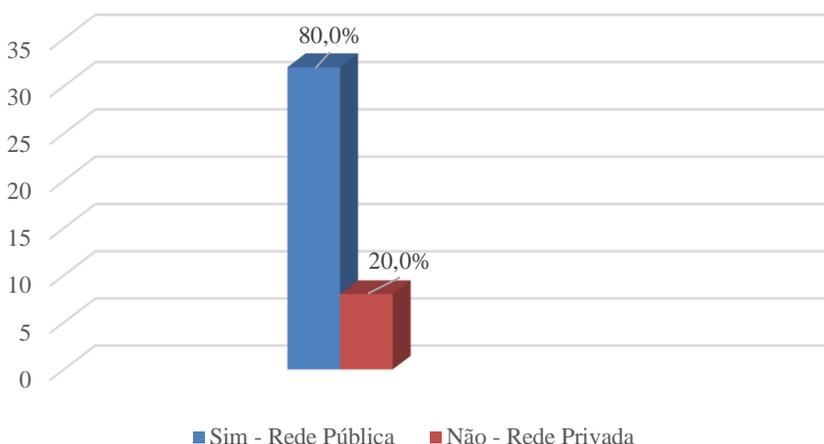
Estuda no mesmo bairro onde mora?	Estuda no mesmo bairro onde mora?
Sim	23
Não	17
<b>Total</b>	<b>40</b>

Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora (2020)

**Gráfico 3:** Alunos que estudam no mesmo bairro onde moram

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada pela autora (2020)

Bairro onde residem, e 57,5% responderam que não estudam no mesmo bairro onde residem. 42% dos alunos pesquisados moram em bairros adjacentes à escola. A distância e a necessidade de recursos financeiros para a movimentação diária via transporte público, pode ser considerada uma das causas que leva o aluno a evadir da escola.

**4.1.4 SEMPRE ESTUDOU EM ESCOLA PÚBLICA****Tabela 4:** Ciclo Escolar

Sempre estudou em escola da Rede Pública?	
Sim - Rede Pública	32
Não - Rede Privada	8
<b>Total</b>	<b>40</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada pela autora (2020)

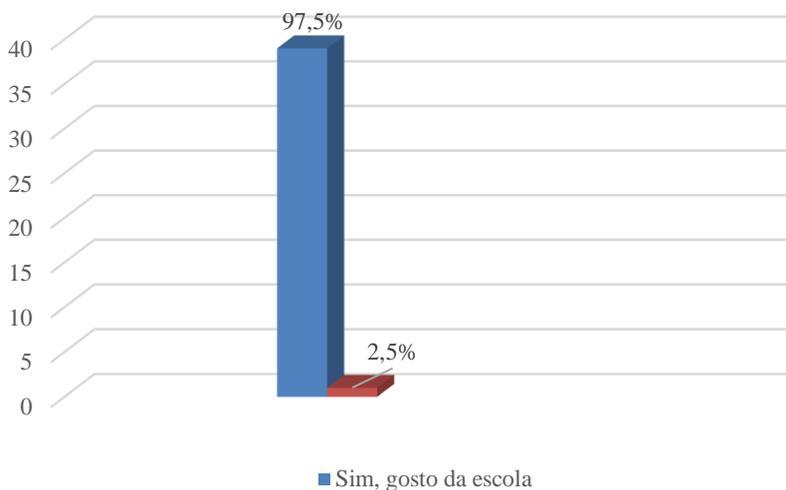
**Gráfico 4:** Alunos que sempre estudaram na Rede Pública ou Privada

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada pela autora (2020)

Do total da amostra 80% dos alunos sempre estudaram em escola pública, apenas 20% estudou em outros sistemas. Esses 80% são provenientes de famílias humildes, cuja situação financeira não lhes permitem manterem os filhos em escolas da rede privada.

Zaia Brandão, em matéria divulgada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais publicou que: “À medida que a ampliação dos sistemas escolares públicos foi possibilitando o ingresso de setores da população antes excluídos das escolas, essa incorporação foi tomando conta, e tornou cada vez mais evidente o quanto o sucesso escolar depende de

suportes sociais, diferenciais oferecidos pelas famílias e o meio social, simultaneamente invisíveis e inacessíveis para a maioria dos novos usuários desse sistema. A análise da progressão dos alunos (análise de fluxos) tem indicado, internacionalmente, a permanência da seletividade social da educação nos sistemas escolares: os ritmos das trajetórias escolares e as características das escolas frequentadas pelos alunos retraçam as divisões sociais mais amplas”.



#### 4.1.5 VOCÊ GOSTA DA SUA ESCOLA

Tabela 5: Afeição pela Escola

Você gosta da sua escola?	
Sim, gosto da escola	39
Não, não gosto da escola	1
<b>Total</b>	<b>40</b>

Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora (2020)

Gráfico 5: Alunos que gostam da Escola onde estudam

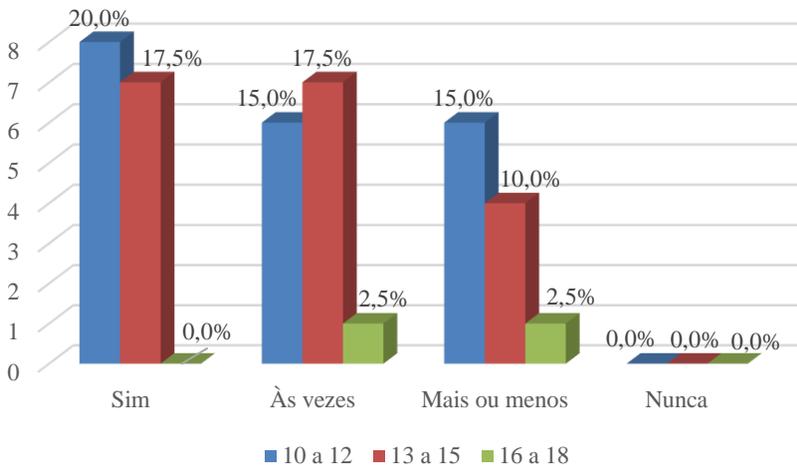
Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora (2020)

Dos 40 alunos da amostra, 39 responderam que gostam da escola, e apenas 1 informou não gostar.

Para considerar como esses jovens aprendem, devemos reconhecê-los como pessoas que muitas vezes apresentam uma história escolar de insucesso, que os designa como excluídos do sistema escolar, mas que são portadores de conhecimentos obtidos no contexto cultural e social a que pertencem. É nesta perspectiva, que a Educação Ambiental deve se concretizar, tendo como ponto de partida o conhecimento de mundo do aluno (LAIBIDA EPRYJIMA, 2013).

#### 4.1.6 CONSEGUE ACOMPANHAR AS EXPLICAÇÕES DOS PROFESSORES DE CADA MATÉRIA

**Tabela 6:** Acompanhamento das explicações



Idade	Sim	Às vezes	Mais ou menos	Nunca
10 a 12	8	6	6	0
13 a 15	7	7	4	0
16 a 18	0	1	1	0
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>14</b>	<b>11</b>	<b>0</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada pela autora (202)

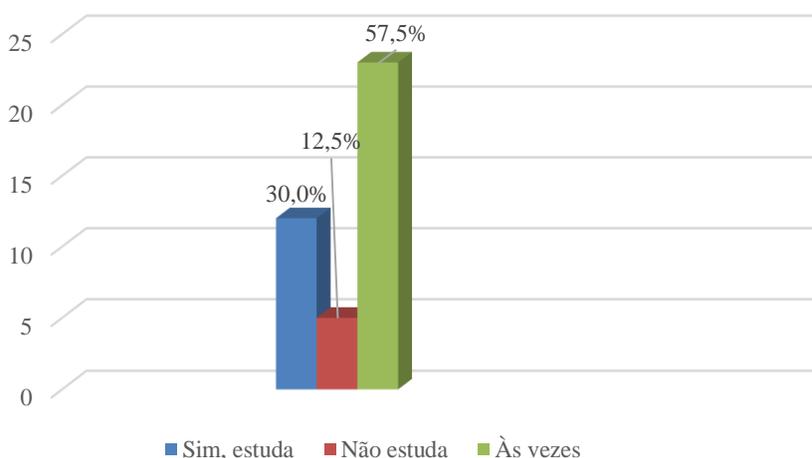
**Gráfico 6:** Alunos que acompanham as explicações de cada matéria, por faixa etária

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada pela autora (2020)

Dos 40 alunos da amostra, 20% informaram que acompanham as explicações dos professores, 17,5% dos alunos informaram que acompanham às vezes, 15% dos alunos informaram que acompanham mais ou menos e 0% para nunca acompanham.

Percebe-se, que mesmo afirmando que acompanham as explicações, a realidade é outra. Talvez por timidez, tenham receio de dizer de dizer que não sabem ou que não entenderam e para não se tornar alvo de gozação dos seus pares, ou mesmo por receio da reação dos professores se calam e passam despercebidos e seguem em frente. Após questionamento informal com os professores de várias matérias, tomou-se conhecimento de que o resultado das atividades após as explicações é sempre inferior ao esperado, portanto, a informação de que 20% dos alunos conseguem acompanhar não é real.

Segundo Anastasiou (2007, p. 78) “quando o professor é desafiado a atuar numa nova visão em relação ao processo de ensino e aprendizagem,



poderá encontra dificuldades, até mesmo pessoais, de se colocar numa diferenciada ação docente”. Geralmente, essa dificuldade se inicia pela própria compreensão da necessidade de ruptura com o repasse tradicional.

#### 4.1.7 COSTUMA ESTUDAR OU FAZER AS ATIVIDADES ESCOLARES EM CASA

**Tabela 7:** Acompanhamento das explicações

Sim, estuda	Não estuda	Às vezes	Total
12	5	23	40

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada pela autora (2020)

**Gráfico 7:** Alunos que acompanham as explicações de cada matéria, por faixa etária

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada pela autora (2020)

Quando perguntado se eles costumam estudar ou fazer atividades escolares em casa, 12 alunos responderam sim, estudam em casa, 23 responderam às vezes e 5 responderam que não.

Esses alunos não tem cultura de fazer atividades longe do ambiente escolar para a maioria o compromisso só é valido dentro da sala de aula, e mesmo dentro da escola, muitos não fazem, não gostam e não consideram importante ter responsabilidades acadêmicas além dos muros da escola. Necessitam ser incentivados para a resolução das atividades. Para algum resultado positivo, é necessário que o professor faça uso de estratégias que desperte seu interesse.

O maior desafio do professor é despertar a atenção dos estudantes. Então, faz-se um questionamento: O que fazer para motivar alunos desinteressados na escola? Este questionamento vem seguido de outro, como alcançar as metas determinadas pela Secretaria Municipal de Educação? Cada vez mais audaciosas.

Mostrar interesse pelo aluno como ser humano, fazê-lo sentir-se pertencente ao meio que o cerca, demonstrar atenção, vivenciar com eles a mistura de atitudes convencionais e não convencionais e muita perseverança é o papel que a Educação Ambiental reclama. Nesse contexto, os professores podem buscar e implementar atividades que motivem os alunos a se tornarem mais interessados pelo estudo. Este é um cenário acolhedor e transformador da Educação Ambiental e que tange o desenvolvimento de práticas interdisciplinares. Não há uma fórmula pronta, mas acolhê-los, fazê-los sentir-se pertencente do ambiente escolar, aproximando-os de assuntos, disciplinas e atividades que tenham relação com o que eles gostam e percebem como algo importante, torna o caminho mais fácil rumo ao engajamento com a aprendizagem.

#### **4.1.8 RESPONSÁVEIS ACOMPANHAM O DESENVOLVIMENTO ESCOLAR**

**Tabela 8:** Acompanhamento do rendimento escolar

<b>Idade</b>	<b>Sim, acompanha</b>	<b>Não acompanha</b>
10 a 12	15	5
13 a 15	9	9
16 a 18	0	2
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>16</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada pela autora (2020)

**Gráfico 8:** Responsáveis acompanham o desenvolvimento escolar

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada pela autora (2020)

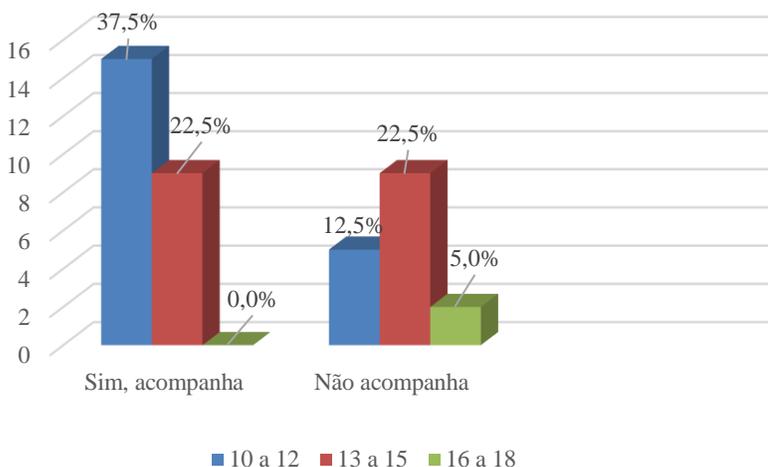
Perguntado se seus responsáveis acompanham seu rendimento escolar, 24 alunos com idade variando entre 10 e 15 anos responderam que sim: 16 alunos entre 10 e 18 anos, responderam que não.

Esse questionamento foi feito pela necessidade de entender o papel da família no contexto escolar. A grande maioria dos educandos da escola em questão vem de famílias de baixa renda, e boa parte deles já viveram situações de exclusão, que pode ter aspectos raciais, de gênero ou falta de condições mínimas de permanecer na escola em algum momento da vida.

Os dados do Censo da Educação Básica de 2013, divulgados pelo INEP, mostram que 6,1 milhões de estudantes do ensino fundamental não estão na série ideal, mais de 8,5 milhões de alunos brasileiros estão atrasados pelo menos dois anos na escola. Apresentando o resultado do Censo da Educação Básica de 2019, aponta uma redução de 8,3% nas matrículas do 9º ano.

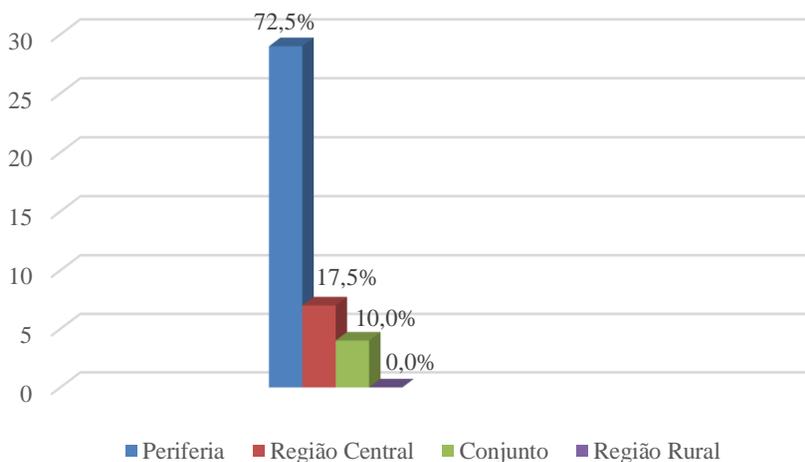
É preciso compreender a família como um fenômeno historicamente situado, sujeito as alterações, de acordo com as mudanças das relações de produção estabelecidas entre os homens [...]. É evidente que as funções da família vão depender do lugar que ela ocupa na organização social e na economia (ARANHA, 1989, p. 75).

A responsabilidade pelo acompanhamento acadêmico dos alunos



pela família é muito precária. Pelo fato de não terem condição mínima de auxiliá-los com as atividades escolares por falta de conhecimento e nem condições financeiras para custear reforço escolar com profissionais capacitados. Esses fatores terminam influenciando de forma negativa no desempenho dos filhos. Isto somado ao fato de que os jovens da atualidade

estão se tornando independentes mais cedo e estão tomando suas próprias decisões em relação ao que diz respeito às suas vidas, inclusive as decisões



escolares. Mas é imprescindível salientar que a influência da família é decisiva na aprendizagem dos alunos. Os filhos de pais extremamente ausentes vivenciam sentimentos de desvalorização e carência afetiva, que os impossibilitam de obter recursos internos para lidar com situações adversas. Isso gera desconfiança, insegurança, improdutividade, desinteresse e sérios obstáculos à aprendizagem escolar.

#### 4.1.9 EM QUE LOCALIDADE DA CIDADE SEU DOMICÍLIO SE ENCONTRA

Tabela 9: Localização do domicílio

Periferia	Região central	Conjunto Habitacional	Região Rural
29	7	4	0

Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora (2020)

Gráfico 9: Localização do domicílio do aluno

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada pela autora (2020)

Dos 40 alunos, 29 responderam que moram na periferia da cidade; 7 na região central da cidade; 4 residem em conjunto habitacional e não foi constatado nenhum aluno na região rural.

Mesmo residindo em bairros distantes, poucos são os alunos que fazem uso do transporte público até à escola, pois alegam falta de recurso financeiro para o transporte, e a grande maioria faz o percurso a pé. Alguns caminham por muito tempo, o que lhes causa cansaço antes mesmo do início das aulas.

## 4.2 ANÁLISE DOS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS AO CORPO DOCENTE

Com o intuito de identificar o desenvolvimento das práticas interdisciplinares voltadas à Educação Ambiental da escola pesquisada, foi aplicada uma entrevista com 9 (nove) professores de disciplinas distintas, a fim de compreender de que forma a participação docente da escola Municipal Carolina Perolina Raimunda Almeida influi na Educação Ambiental com suas práticas pedagógicas.

A escolha dos participantes da amostra, objetivou a obtenção de informações detalhadas acerca de cada disciplinas trabalhada com o intuito de verificar as dificuldades e possibilidades que eles vivenciam na sua vida diária.

Os envolvidos são professores concursados do município de Manaus, todos com carga horária de 20h semanal. Cada um dos entrevistados será identificado por professor seguido de um número sequencial de 1 a 9. Apresentamos a seguir a distribuição das respostas a cada uma das variáveis:

**Tabela 10:** Formação dos docentes

Sujeitos	Respostas
Professor 1	Graduação em Matemática.
Professor 2	Licenciatura em ciências biológicas e Especialização em Educação para o Desenvolvimento Sustentável.
Professor 3	Letras – Língua Portuguesa e Especialização em Redação e Oratória.
Professor 4	Licenciatura em Educação Física e Mestrado em Atividade Física e Saúde.
Professor 5	Licenciatura em História e Especialização (Não especificou em quê).
Professor 6	Licenciatura em pedagogia e Especialização em Psicopedagogia.
Professor 7	Licenciatura em Geografia e Especialização em Cultura Amazônica.
Professor 8	Licenciatura em Ensino das Artes.
Professor 9	Letras – Língua Inglesa.

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada pela autora (2019)

Conforme os dados coletados na pesquisa foi constatado que todos os professores tem graduação e quase todos especialização e estão aptos a atuarem em suas respectivas áreas de ensino, entretanto, todos relataram que em nenhuma formação foi ofertado curso relacionado à Educação Ambiental e práticas interdisciplinares, ou o ensino de técnicas voltadas para atender as peculiaridades dessa modalidade de ensino.

**Tabela 11:** Especialização em alguma área

Sujeitos	Respostas
Professor 1	Não declarou
Professor 2	Especialização em Educação para o Desenvolvimento Sustentável
Professor 3	Especialização em Redação e Oratória
Professor 4	Mestrado em Atividade Física e Saúde
Professor 5	Especialização (Não especificou em quê)
Professor 6	Especialização em Psicopedagogia
Professor 7	Especialização em Cultura Amazônica
Professor 8	Não declarou
Professor 9	Não declarou

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada pela autora (2019)

Dos 9 (nove) professores da amostra, 6 (seis) responderam que tem especialização e 3 (três) não declararam nenhuma resposta, entretanto, percebe-se que, serem graduados e pós-graduados não lhes dá respaldo suficiente para atuar com qualidade frente aos desafios impostos pela Educação Ambiental vinculada às práticas interdisciplinares. O docente precisa estar ciente que a realidade dos jovens alunos necessita de um olhar especial e de um manejo de classe diferenciado para cumprir os objetivos do seu trabalho.

**Tabela 12:** Experiência em práticas interdisciplinares vinculadas à formação

Sujeitos	Respostas
Professor 1	Não. É muito difícil esse tipo de atividade dar certo
Professor 2	Sim. Sempre a disciplina Ciências é solicitada
Professor 3	Mais ou menos. Já participei de alguns trabalhos, foi mais trabalho que resultado
Professor 4	Sim. Já participei algumas vezes e o resultado foi muito positivo
Professor 5	Sim. Mas o resultado não compensa o trabalho que a atividade exige
Professor 6	Sempre nas datas religiosas e final do ano. Mas é muito trabalhoso
Professor 7	Sim. É sempre muito proveitoso, os alunos participam ativamente, eles gostam muito
Professor 8	Não
Professor 9	Não, na escola pública

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada pela autora (2019)

Dos 9 (nove) professores respondentes, somente 2 (dois) disseram não ter experiência na Educação Ambiental vinculada à práticas interdisciplinares; Os demais, 7 (sete) professores responderam ter participado de mais de uma vez de trabalhos de cunho interdisciplinar, 3 (três) dos sete professores alegaram ter mais trabalho que resultado esperado; ainda entre os 7 (sete) professores, somente 2 (dois) responderam positivamente e com entusiasmo acerca dos trabalhos desenvolvidos, e o professor 2 de ciências mencionou ser sempre solicitado para o desempenho dos trabalhos ligados à Educação Ambiental com práticas interdisciplinares.

A formação do educador ambiental não se reduz à capacitação conferida pela graduação, cursos técnicos ou especialização, mas transcende os objetivos programáticos das formações técnicas, demandando a consolidação de uma identidade pessoal e profissional (CARVALHO, 2005).

**Tabela 13:** Concepção de Interdisciplinaridade

Sujeitos	Respostas
Professor 1	É o cruzamento de duas disciplinas, trabalhando o mesmo assunto em disciplinas diferentes
Professor 2	É trabalhar o mesmo conteúdo com outras disciplinas
Professor 3	É a possibilidade de discutir o mesmo conteúdo com outras matérias
Professor 4	É trabalhar juntamente com outras disciplinas, é preciso que haja afinidade com a matéria
Professor 5	É trabalhar em conjunto com outras disciplinas
Professor 6	É trabalhar em conjunto com outras disciplinas
Professor 7	É a prática de discutir um tema com abordagem de várias ciências além da sua
Professor 8	É trabalhar o mesmo assunto com outras disciplinas, é fazer o aluno entender que ao estudar por exemplo, a água, ele terá o entendimento global se a abordagem sobre a água interagir com química, matemática, português, etc. e não somente com ciências e geografia
Professor 9	Acho que é a discussão de um assunto em várias disciplinas

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada pela autora (2019)

Dos 9 (nove) professores respondentes, 3 (três) deram a mesma resposta para essa questão “É trabalhar em conjunto com outras disciplinas”. A análise das respostas desses três professores nos mostra uma certa fragilidade na concepção da interdisciplinaridade, uma vez que se trata da contextualização dos saberes das variadas ciências, e que deve ter o diálogo entre elas seja sistematizado para que a aprendizagem de fato aconteça.

Os professores de número 1, 3, 7 e 9 (um, três, sete e nove) alinharam suas respostas dessa forma “é uma prática de discutir um tema com a abordagem de várias ciências além da sua”. Aqui fica clara a

compreensão do conceito de interdisciplinaridade que como prática busca o conhecimento à luz do saber de várias ciências com diferentes enfoques para um mesmo tema.

O professor número 8 (oito) cita o exemplo da água e atesta que o conhecimento sobre ela será integral quando estudada com a interação de várias disciplinas.

A pesar de somente um professor contemplar de forma precisa o conceito de interdisciplinaridade, é possível identificar coerência nas respostas analisadas. Uma vez, que a interdisciplinaridade como prática pedagógica pode ser entendida de diversas formas, podendo ser interpretada, segundo Fazenda (2009), como a reunião de disciplinas a partir de um mesmo objeto, única forma de tornar possível tal atividade.

Para Fazenda (2011), a principal dificuldade que acaba se tornando empecilho para o trabalho interdisciplinar na atuação de professores talvez seja a visão de que a interdisciplinaridade é, por motivos diversos, simplesmente difícil, para a autora essa visão se dá pela insegurança e falta de preparo, durante a formação do educador em relação a como trabalhar interdisciplinarmente.

**Tabela 14:** Tipo de abordagem costuma fazer com seus alunos em relação à EA

Sujeitos	Respostas
Professor 1	Organização e higiene na sala de aula
Professor 2	Preservação da qualidade da água; lixo em locais adequados; higiene pessoal e escolar; preservação da vida humana e animal; cuidados preventivos (gravidez e drogas)
Professor 3	Coleta seletiva do lixo, higiene pessoal e na sala de aula
Professor 4	Preservação do Patrimônio público, e descarte do lixo
Professor 5	Cuidados com o meio ambiente e preservação à vida
Professor 6	Não desperdiçar água, descartar corretamente o lixo
Professor 7	Cuidados com a flora e a fauna (Dizer não às queimadas e desmatamentos); preservação do meio ambiente escolar e familiar; preservação da saúde e cuidados preventivos (gravidez e drogas); trabalho de pesquisa
Professor 8	Preservação da vida humana e animal, cuidados com a natureza de forma geral; não às drogas lícitas e ilícitas
Professor 9	Preservação do meio ambiente, higiene pessoal; cuidado com o patrimônio público.

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada pela autora (2019)

Nesta questão observou-se que a maioria dos respondentes 5 (cinco) possuía a visão reducionista do meio ambiente, representada nas respostas que o identifica de forma fragmentada a partir de elementos naturais da paisagem, sem apresentar as interações existentes entre os elementos físicos, químicos e sociais. As práticas pedagógicas descritas acima, embora em contextos mais favoráveis, em termos de ações e

propostas relacionadas à problemática ambiental ainda assemelham-se ao tipo de Educação Ambiental classificada por Reigota (2015) como sendo preservacionista. Nesse tipo de atividade são evidentes os discursos e as preocupações dos professores com a preservação dos recursos naturais, visando mudar o comportamento de ser humano para “proteger a natureza”. Porém, com pouco compromisso acerca das relações históricas, econômicas e sociais.

Os professores 2, 7 e 8 (dois, sete e oito), contemplam a Educação Ambiental de forma global, completamente integradora. Afiançam a necessidade de o aluno “enxergar” sua interdependência com o meio ambiente onde quer que vá, deixando de associá-lo somente as plantas, florestas ou animais. É preciso que o veja em casa, na sala de aula, nas ruas. Além disso, não deve apenas percebê-lo, mas sim atuar como um multiplicador das informações da sua percepção e das suas descobertas do meio que o circunda.

**Tabela 15:** Participação de trabalhos interdisciplinares

Sujeitos	Respostas
Professor 1	Não. Participei de trabalhos mais simples como as Olimpíadas da Matemática
Professor 2	Sim, já participei de muitas mostras culturais, e envolvimento com o aluno é sempre muito positivo. Eles vibram quando são solicitados a realizar esse tipo de atividade, ainda mais quando envolvem artes, como música e dança
Professor 3	Sim, fizemos o festival de literatura, foi uma experiência gratificante que eu tive. Pois o empenho dos alunos superou a expectativa. Mas isso é muito raro de acontecer, a minha turma daquele ano era muito boa
Professor 4	Sim, já participei de Feira Cultural. Eles realmente ficam muito empolgado, mas o tempo para esse tipo de trabalho é muito apertado
Professor 5	Sim, já participei de algumas atividades como Mostras Culturais, os meninos vão à loucura ... eles respondem de forma muito positiva, até difícil de controlar
Professor 6	Sim, Todos os anos tem trabalho que envolvem boa parte da escola, eles gostam tanto que não querem mais fazer nada
Professor 7	Sim, muitas vezes. Nesta escola e em outras diferentes. Esses trabalhos de cunho interdisciplinar demanda bastante tempo para elaboração, execução e avaliação. Mas é o trabalho que eles gostam e que verdadeiramente aprendem, porque é do interesse deles
Professor 8	Sim, muitas vezes. Quase todos os anos aqui na escola. Tem que ter muita dedicação, tem que estar engajado em um bem comum, se não desiste por conta do excesso de trabalho. Mas no final é compensador ver os meninos aprendendo

Professor 9	Sim, participei do Festival de Literatura Estrangeira aqui na escola, não me lembro de ter trabalhado tanto, mas também nunca os vi tão empenhado. Se fosse possível realizar um por bimestre através da literatura eles aprenderiam a parte gramatical que eles tanto rejeitam
-------------	---

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada pela autora (2019)

Na questão VI, os professores foram unânimes nas suas respostas, todos já participaram em atividades com temas transversais, já organizaram projetos, gincanas e mostras culturais. E também unânimes em falar do entusiasmo e dedicação dos alunos. Apesar de 2 (dois) professores enfatizarem as dificuldades na realização desse tipo de trabalho, também ficou evidente o entusiasmo e a satisfação de todos os docentes ao falar dos resultados.

As experiências pedagógicas que respondem à esta questão, resultam diretamente do envolvimento do aluno no projeto, em que eles tomam decisões, fazem escolhas, executam e vão adotando comportamentos e valores embasados em seus conhecimentos. Essas experiências revelam muita autenticidade, criatividade, criticidade e transparência. Esse tipo de trabalho é carregado de novo significado, um novo olhar, um novo enfoque na aprendizagem. Os conteúdos trabalhados ganham vida, significado, porque não são vistos isoladamente. Mas integrados a um conjunto conectado a outras disciplinas.

**Tabela 16:** Material pedagógico utilizado contempla temas transversais

Sujeitos	Respostas
Professor 1	Não
Professor 2	Pouquíssimas informações
Professor 3	Não
Professor 4	Não
Professor 5	Não
Professor 6	Não
Professor 7	Não
Professor 8	São apresentados pouquíssimos textos
Professor 9	Não

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada pela autora (2019)

Dos 9 (nove) respondentes, somente 2 (dois) responderam que seus livros didáticos contemplam os temas transversais. Os demais 7 (sete) respondentes, responderam não.

Os livros didáticos (LD), tão reconhecidos e valorizados no ambiente escolar, sofreram algumas modificações no decorrer dos anos. Mas nem sempre trazem contemplados os temas transversais. Nas várias disciplinas do currículo escolar existem ensinamentos a respeito dos temas

transversais mesmo antes dos PCNs, pois todas as disciplinas educam em relação às questões sociais, por meio de suas concepções e valores que veiculam nos conteúdos, no que elegem como critério de avaliação, na metodologia de trabalho que adotam e nas situações didáticas que propõe aos alunos.

Por outro lado, a complexidade das questões faz com que nenhuma das áreas isoladamente, seja suficiente para explicá-los. Ao contrário a problemática dos temas transversais atravessa os diferentes campos do conhecimento, trazendo à baila à ação da interdisciplinaridade.

## **5.0 RESULTADOS INTEGRAIS DA INVESTIGAÇÃO**

Nesta sessão serão apresentados os resultados integrais deste estudo. A pesquisa ocorreu na Escola Municipal Carolina Perolina Raimunda Almeida e teve objetivo geral explicar como a educação ambiental e interdisciplinaridade podem constituir-se em instrumento de transformação na educação ambiental praticada nos espaços educacionais, no estado do Amazonas, município de Manaus no ano de 2020.

Para alcançar esse objetivo direcionamos o trabalho a partir de objetivos específicos:

1. Descrever a concepção que os docentes têm acerca da Educação Ambiental e da interdisciplinaridade no estado do Amazonas, município de Manaus, no ano de 2020.
2. Explicitar o desenvolvimento da prática interdisciplinar com as disciplinas curriculares no contexto escolar no estado do Amazonas, município Manaus no ano de 2020.
3. Descrever as transformações ocorridas na Educação ambiental desenvolvidas nos espaços educacionais, mediante a prática de interdisciplinaridade incorporadas na escola Municipal Carolina Perolina Raimunda Almeida localizada no Estado do Amazonas, Município de Manaus no ano de 2020.

Com relação ao objetivo 1, buscou-se fazer uma contextualização da fundamentação legal constantes nos documentos oficiais PCNs, DCNs e BNCC da Lei de Diretrizes e Bases.

A análise das respostas dos entrevistados levou-nos a concluir que a maioria dos professores compreendia alguns aspectos da interdisciplinaridade, mas ainda não tinha construído um conceito sólido sobre o tema. Afirmarções como o “cruzamento de duas ou mais disciplinas” resposta dada pela maioria demonstra a carência de formações pedagógicas continuadas com vistas à solução do problema.

Apesar de somente um professor contemplar de forma precisa o conceito de interdisciplinaridade, é possível identificar coerência nas demais respostas analisadas. Uma vez, que a interdisciplinaridade como prática pedagógica pode ser entendida de diversas formas, podendo ser

interpretada, segundo Fazenda (2009), como a reunião de disciplinas a partir de um mesmo objeto, única forma de tornar possível tal atividade.

Embora as distinções terminológicas sejam inúmeras, o princípio dela é sempre o mesmo. Conforme (FAZENDA, 2011, p. 25) a interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa.

Esta fragilidade na concepção dos docentes sobre interdisciplinaridade, acentua-se sobremaneira, quando está se relaciona à Educação Ambiental. A importância que a Educação Ambiental e a Interdisciplinaridade têm em formar uma prática educacional sincronizada e sintonizada com a vida na sociedade.

Com uma percepção mais totalizadora a Educação Ambiental/Interdisciplinaridade, busca através de apostas metodológicas, informar e estimular a percepção dos educadores ambientais, profissionais e pessoas, de modo a sensibilizá-los para participar de ações das quais, num exercício pleno de cidadania, promova melhorias significativas na dimensão humana, social e na dimensão da natureza.

A dimensão ambiental é na sua essência interdisciplinar (Mininni, 2010), atualmente é difícil, senão impossível, imaginar a Educação Ambiental sem associá-la ao conceito de interdisciplinaridade. Os PCNs, já reforçavam esta necessidade e hoje a BNCC. Entretanto, os professores entrevistados deixam claro a dificuldade em compreender a proposta, ou ao menos em executá-la. Como consequência, os professores continuam trabalhando a Educação Ambiental através da concepção preservacionista, priorizando sempre os mesmos temas, como coleta seletiva do lixo, preservação da fauna e flora e no máximo o projeto de uma horta na escola. Não, que não sejam temas importantes, todavia, a Educação Ambiental abrange a dimensão da natureza e a dimensão humana, uma coexiste a outra.

Para atingir o objetivo 2. Dos 9 (nove) professores respondentes, somente 2 (dois) disseram não ter experiência nas suas disciplinas vinculada à práticas interdisciplinares; Os demais, 7 (sete) professores responderam ter participado mais de uma vez de trabalhos de cunho interdisciplinar, 3 (três) dos sete professores alegaram ter mais trabalho que resultado esperado; ainda entre os 7 (sete) professores, somente 2 (dois) responderam positivamente e com entusiasmo acerca dos trabalhos desenvolvidos, e o professor 2 de ciências mencionou ser sempre solicitado para o desempenho dos trabalhos ligados à Educação Ambiental com práticas interdisciplinares.

A partir dessas falas, concluímos que o desenvolvimento do trabalho docente vinculado às disciplinas curriculares com práticas interdisciplinares é ainda muito tímido, os resultados obtidos refletem a nítida divisão de trabalho intelectual. Parte significativa dos entrevistados, justificam a falta de tempo para se reunir com os colegas haja vista, o cumprimento de horário em outra escola, e somada a esta dificuldade, esclarecem que adquiriram o conhecimento sobre a prática interdisciplinar na internet ou com

colegas de trabalho no decorrer do processo de trabalho. Neste sentido, é importante que os alunos do curso de graduação aprendam a estabelecer interações e conexões para mais tarde, ao se tornarem educadores possam ser capazes de transmitir o conhecimento específico de sua área de conhecimento interagindo com as outras disciplinas. Todavia, a falta de conhecimento originada na formação inicial pode ser superada na formação continuada dos professores, para tanto, necessitam ser mais autônomos em sua aprendizagem e na busca da recuperação de sua competência por meio de pesquisas e formações.

Para alcançar o objetivo 3, se fez necessário avaliar as variáveis do aspecto socioafetivo dos estudantes através da aplicação de questionários ao universo de 40 (quarenta alunos).

Apesar dos desafios para implementar práticas interdisciplinares na escola Carolina Perolina Raimunda Almeida, algumas atividades foram realizadas com sucesso. Ao responder o seguinte questionamento. Você já trabalhou em EA/ temas transversais que envolvessem pesquisa e culminasse com projetos e mostras culturais, o que você percebeu no seu aluno? Houve unanimidade nas respostas, sim, todos de alguma forma já se envolveram em algum tipo de atividade pedagógica que demandasse muita pesquisa, culminasse com mostras culturais ou apresentação extra classe. Mas o que chamou a atenção para as respostas, foi a forma como os professores se reportaram aos alunos envolvidos. As palavras usadas para descrevê-los foi carregada de emoção e entusiasmo, ao esclarecer o total comprometimento desses alunos, altamente motivados e com alta dose de euforia.

Isto demonstra, que o modo de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber sistematizado que cabe à escola dizem respeito também aos métodos, às práticas pedagógicas, ao fazer do professor e da escola como um todo. A escola deve possibilitar a divulgação destes diferentes saberes através das mais diversas interações e manifestações culturais. No entanto, muitas vezes a escola deixa de propiciar práticas educativas que valorizem tais interações, durante o processo construtivo da aprendizagem.

Neste sentido, é preciso considerar as características socioafetiva dos alunos que serão brevemente apresentadas aqui. Dos 40 (quarenta) alunos participantes da pesquisa foram selecionados 17 (dezessete) meninos e 23 (vinte e três) meninas. Onde, 57,5% deles residem no mesmo bairro onde estudam, 42,5% moram em bairros adjacentes à escola, este dado justifica os atrasos rotineiros e o cansaço do aluno logo no início da aula, uma vez que a maioria não dispõe de recursos para a passagem no transporte público. Apesar das dificuldades de acesso para alguns, todos foram unânimes em declarar que gostam da escola. 80% deles sempre estudaram em escola pública e os 20% estudaram na rede privada nas séries iniciais, logo foram manejados para a escola pública também por falta de recurso financeiro para a permanência na escola particular. Quando perguntados, se acompanham a explicação do professor? 15 alunos responderam sim; 14

responderam às vezes; 11 mais ou menos. Alguns afirmaram não se sentir encorajados a tirar as dúvidas, sentem-se inseguros inclusive em relação aos próprios colegas.

Quando inqueridos, se eles têm o hábito de estudar em casa 30% afirmaram que sim; 57,5% responderam às vezes e 15,5% responderam não

Estudar. Em seguida, foi perguntado se os responsáveis acompanham o rendimento escolar? 24 alunos responderam que sim e 16 não são acompanhados. A partir desses resultados concluímos que os alunos da Escola Municipal Carolina Perolina Raimunda Almeida, são adolescentes que refletem a ausência de acompanhamento da família. Ou porque passam o dia no trabalho, ou porque, os familiares por falta de conhecimento (estudos) não conseguem acompanhá-los nas atividades escolares.

Os indicadores do IBGE apontam que uma das causas do atraso na vida escolar dos filhos é a falta de escolarização dos pais ou seus responsáveis. O nível de escolarização dos pais influencia na formação profissional dos filhos. Segundo dados suplementares da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2014 confirmado com os dados de 2017. O levantamento considerou diversos indicadores relacionados ao grau de instrução, formação profissional e renda dos pais para analisar a mobilidade sócio ocupacional dos filhos. A estrutura familiar impacta diretamente no nível de instrução dos filhos e em seu índice de alfabetização.

Crianças são educadas com exemplos, então se percebem que em seus lares não há uma preocupação com a escolarização, logo não se preocuparão se serão bem sucedidos ou não na escola, É dever da família, mesmo com um grau inferior de formação acadêmica, mostrar e incentivar seus filhos a importância da formação acadêmica na vida de uma pessoa, para o seu pleno desenvolvimento como cidadão colaborativo no meio social em que vive.

A partir dos dados acima apresentados, confrontamos com as observações dos professores ao retratar o desempenho e a motivação desses alunos no desenvolvimento das atividades extra classe, é possível pensar numa mudança efetiva na Educação Ambiental vinculada às práticas interdisciplinares na escola Carolina Perolina Raimunda Almeida. A partir de um engajamento que agregue todo âmbito escolar que respeite a bagagem de conhecimentos trazidas pelos alunos ao chegarem à escola e com eles dar um novo significado a outros conhecimentos.

## **6.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Mediante os resultados obtidos, foi possível identificar os fatores que inviabilizam à prática interdisciplinar na Educação Ambiental na Escola Municipal Carolina Perolina Raimunda Almeida. Todavia, também foi possível conhecer alguns elementos que propiciaram o desenvolvimento da Educação

Ambiental vinculada às práticas Interdisciplinares nesta escola no ano de 2020.

Considerando o foco central da investigação, destaca-se sobre a falta de clareza em relação a uma definição consistente de interdisciplinaridade, pois os professores apresentaram em sua concepção apenas alguns indícios sobre esse conceito, os quais estavam associados somente à integração entre disciplinas, área de conhecimento ou conceitos, além disso, as definições apresentadas são parciais em relação às definições de autores referências sobre o assunto.

Em relação a Educação Ambiental, embora se reconheça o caráter não disciplinar da Educação Ambiental, fica evidente que pouco se concretizou efetivamente nas escolas e na formação de professores para garantir de fato, tal ensino. Com isto, persiste a presença de uma prática que ainda destoa da teoria, evidenciando quando não há apropriação do conhecimento esperado e condições mínimas para efetivar-se.

Por outro lado, há narrativas de alguns professores que apontam algumas possibilidades de melhoria da aprendizagem por meio de ações interdisciplinares vinculadas à Educação Ambiental. Para tanto, é necessário um esforço conjunto da comunidade escolar no sentido de buscar conhecimento e cobrar da Secretaria Municipal de Educação cursos e formações continuadas buscando minimizar as lacunas de um modelo de educação reducionista a ponto de excluir a dimensão humana do meio.

É fundamental educar para uma cidadania responsável, com vistas à superação dos problemas, valorização do indivíduo em detrimento do individualismo. Além disso, é necessário estabelecer reflexões e ações sobre as desigualdades, a pobreza, a supressão ao acesso a bens e serviços, assim como a falta de oferta de uma educação de qualidade e relações de produção e de consumo. Nesta medida, faz-se necessário uma reestruturação curricular à fim de fundamentar a Educação Ambiental com práticas educacionais conectadas à realidade contemporânea e com uma abordagem eficaz.

Mediante os resultados obtidos, foi possível identificar os fatores que inviabilizam à prática interdisciplinar na Educação Ambiental na Escola Municipal Carolina Perolina Raimunda Almeida. Todavia, também foi possível conhecer alguns fatores que propiciam o desenvolvimento da Educação Ambiental vinculada às práticas Interdisciplinares nesta escola no ano de 2019.

Considerando o foco central da investigação, destaca-se sobre a falta de clareza em relação a uma definição consistente de interdisciplinaridade, pois os professores apresentaram em sua concepção apenas alguns indícios sobre esse conceito, os quais estavam associados somente à integração entre disciplinas, área de conhecimento ou conceitos, além disso, as definições apresentadas são parciais em relação às definições de autores referências sobre o assunto.

Em relação a Educação Ambiental, embora se reconheça o caráter não disciplinar da Educação Ambiental, fica evidente que pouco se concretizou efetivamente nas escolas e na formação de professores para garantir, de fato, tal ensino. Com isto, persiste a presença de uma prática que ainda destoa da teoria, evidenciando quando não há apropriação do conhecimento esperado e condições mínimas para efetivar-se.

Por outro lado, há narrativas de alguns professores que apontam algumas possibilidades de melhoria da aprendizagem por meio de ações interdisciplinares vinculadas à Educação Ambiental. Para tanto, é necessário um esforço conjunto da comunidade escolar no sentido de buscar conhecimento e cobrar da Secretaria Municipal de Educação cursos e formações continuadas buscando minimizar as lacunas de um modelo de educação reducionista a ponto de excluir a dimensão humana do meio.

É fundamental educar para uma cidadania responsável, com consciência crítica, capacitando a agir e transformar o meio e a realidade na qual está inserido, superando os problemas, valorizando o indivíduo em detrimento do individualismo. Além disso, é necessário estabelecer reflexões e ações sobre as desigualdades, a pobreza, a supressão ao acesso a bens e serviços, assim como a falta de oferta de uma educação de qualidade e relações de produção e de consumo. Assim, na reestruturação curricular é preciso fundamentar a Educação Ambiental, fugindo de práticas educacionais reducionistas, fragmentadas e de uma abordagem ineficaz, visando a construção de uma sociedade mais solidária e transformadora.

## REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate. **Estratégias de ensinagem**. In: ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos;

ALVES, Leonir Pessate. (Orgs.). *Processos de ensinagem na universidade. Pressupostos para as estratégias de trabalho em aula*. 3. ed. Joinville: Univille, 2007.

ARAN. Ivani Catarina. Didática e interdisciplinaridade. **Fazenda**. Ano: 2015. Editora: papyrus.

Distler, R. R. (2015). **Contribuições de David Ausubel para a intervenção psicopedagógica**. Revista de Psicopedagogia, 32(98), 191-199. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84862015000200009](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862015000200009)>.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012.

Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 jun. 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>>. Acessado em: 15 de jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: 02 set. 1981. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, v. 134, n. 248, p. 833-841, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acessado em: 20 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 de Abril. 1999 Seção 1, p.1. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm). Acessado em: 28 dez. 2018.

BRASIL. Lei nº 010172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o plano nacional de educação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil** - Seção 1. Brasília, DF, 10 de jan. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acessado em: 15 de jan. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024** : linha de base. Brasília, DF: Inep, 404 p. : il. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 15 jun. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acessado em: 15 de jan. 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes. CNE/CEB, Resolução nº 4**, de 13 de julho de 2010 define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação e Gestão Ambiental**. São Paulo: Editora Gaia, 2006.

FAZENDA, I. C. A. (org.). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade: definição, projeto, pesquisa**. In: FAZENDA, I. C. A. (Org.) **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 13 – 18.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a liberdade e outros escritos**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

GARRIDO, M. L.; TORTOSA, F. **Motivación, emoción y acción educativa**. In: MAYOR, L.; TORTOSA, F. (ed.). **Ámbitos de aplicación de la psicología motivacional**. Bilbao: Desclee de Brower, 1990. p. 284-343

IBGE, PNAD Contínua 2016: **51% da população com 25 anos ou mais do Brasil possuíam no máximo o ensino fundamental completo**. Editoria: Estatísticas Sociais.

IBGE, PNAD 2014: **nível de escolarização dos pais influencia rendimento dos filhos**. Editoria: Estatísticas Sociais, Estatísticas Econômicas 16/11/2016 11h36 | Atualizado em 25/05/2017 12h48. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9472-pnad-2014-nivel-de-escolarizacao-dos-pais-influencia-rendimento-dos-filhos>>. Acesso em 22/05/2019.

**Interdisciplinaridade**, São Paulo, PUCSP, v. 1, n. 6, especial, p. 9-17, abr. 2015. Disponível em: <https://www.pucsp.br/gepi/downloads/revistas/revista-6-gepi-abril15.pdf>. Acessado em: 02 fev. 2019.

MOZENA, E. R.; OSTERMANN, F. **Integração curricular por áreas com extinção das disciplinas no Ensino Médio: uma preocupante realidade não respaldada pela pesquisa em ensino de física**. Revista Brasileira de Ensino

de Física, São Paulo, v. 36, n. 1, 1403, 2014.

PILETTI, C. **Didática geral**. 24. ed. São Paulo: Ática, 2010. São Paulo: Moderna, 1989.

SAMPIERI, Roberto Hernández. **Metodología de La Investigación**. McGraw-HILL /INTERAMERICANA EDITORES, S.A. DE C.V. 2013.

REIGOTA, Marcos Antônio dos Santos. **Parecer artigo enviado para publicação-Revista Currículo sem Fronteira**-maio. 2015.

SKINNER, B. F. Behaviorism and Logical Positivism de Laurence Smith. In : **Questões Recentes na Análise Comportamental** Campinas, SP: Papyrus, (1989), 1995c, pp. 145- 150.

## **CAPÍTULO 15**

### **AÇÃO EM SAÚDE EM UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA**

**Eduarda Lisboa Vanderley**

Enfermagem, Graduanda, Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA)

**Laiza Souza Costa**

Enfermagem, Graduanda, Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA)

**Julia Borges Rossy**

Enfermagem, Graduanda, Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA)

**Julia Maria Lisboa Alves**

Enfermagem, Graduanda, Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA)

**Gisele Vieira**

Enfermagem, Graduanda, Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA)

**Flávia da Silva e Silva Matos**

Enfermagem, Graduanda, Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA)

---

**INTRODUÇÃO:** A população que vive às margens do rio, é acometida por inúmeras mazelas sociais, como a baixa renda familiar, a difícil entrada nas redes de educação e como a temática em questão o escasso acesso aos serviços de saúde. Dessa forma, é inegável a relevância da criação de projetos que possam levar uma atenção básica aos ribeirinhos, para assim, promover a saúde em meio a tantos conflitos sociais. Nessa perspectiva, a atuação do projeto “Esse rio é minha rua” promovido por acadêmicos do Centro Universitário do Estado do Pará, é de extrema importância pois quinzenalmente eles realizam expedições que contam com acadêmicos de medicina, enfermagem, odontologia, nutrição, fisioterapia e direito, que ofertam consultas, verificações de sinais vitais, orientações em saúde, jurídicas e entre outros. **OBJETIVO:** O objetivo deste relato é potencializar a importância das ações em saúde voltadas para as populações vulneráveis, na qual o acesso às Redes de Atenção à Saúde são mínimos. **DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA:** A Comunidade Cruzeirinho, localizada no Baixo Acará, no Estado do Pará, trata-se de uma comunidade que vive às margens do rio, e com isso, o acesso e atendimentos nos serviços de saúde se tornam dificultoso, o que corrobora para que as famílias se esvai dos serviços em saúde. Nessa conjuntura, as ações em saúde voluntárias oportunizam

experiências grandiosas na vida dos acadêmicos pois os permitem vivenciar situações de assistência fora do âmbito hospitalar, que difere do habitual e impacta a vida dos discentes que se deparam com cenários agravantes e precários das diversas facetas da assistência à saúde. Com isso, os futuros profissionais da saúde, que logo entrarão em atuação no mercado de trabalho, podem desenvolver mais ainda o seu olhar humanístico, empático e saber como lidar com situações de improvisação assistencial. Foi pensando nisso, que o projeto “Esse Rio é Minha Rua” atende a comunidade cruzeirinho, prestando serviço dentro de um barco que possui acomodações para as mais diversas áreas da saúde, que trabalham em conjunto para a melhora da saúde dos ribeirinhos. Nesse sentido, são oferecidas consultas de enfermagem que é a primeira área a ter contato com os pacientes, pois ela realiza a triagem das pessoas com base em ficha dos usuários já cadastrados e abrindo novas para os usuários que se consultam pela primeira vez. Após a coleta de dados e queixas, realiza-se pelos acadêmicos de enfermagem a verificação dos sinais vitais, como pressão arterial, glicose, temperatura, saturação e contagem de batimentos cardíacos, em seguida realiza-se o registro das informações colhidas e o encaminhamento às outras áreas em atendimento. Em seguida, vem as consultas nutricionais que com base na realidade em que as famílias estão inseridas oferecem dicas nutricionais, a fim de amenizar as grandes mazelas como diabetes, hipertensão, entre outras patologias. Por conseguinte, as consultas médicas que com a doação de medicamentos consegue estar ofertando medicamentos prescritos e solicitando exames essenciais. Após isso, são encaminhados para a avaliação odontológica que realiza limpeza, tratamento de canal dentário, isso com base na quantidade de kits estéreis de atendimento bucal, pois o local de atendimento não possui estufas e instrumentos que possibilitam a esterilização dos materiais utilizados. E por fim, o agendamento do futuro atendimento da equipe de saúde composta pelos acadêmicos. **RESULTADOS:** A experiência oportunizou aos acadêmicos ampliar seus conhecimentos e formas de atendimento para com a população, assim como, evidenciou a importância da promoção à saúde e de ações voltadas para as comunidades vulneráveis, que ficam afastados dos sistemas de saúde devido sua localização e difícil locomoção. Como também, constatou a adesão da população aos serviços ofertados, pois eles chegaram cedo para os atendimentos, esperavam sua vez e relataram todos os problemas em que estavam acometidos, para assim, aceitar as orientações, dicas e medicamentos prescritos, colaborando para a melhora da situação. Ademais, outro resultado positivo foi na reavaliação dos pacientes que já

tenham sido consultados em expedições antigas, que por meio das anotações dos prontuários, pode-se observar a diminuição de problemas básicos relacionados à saúde como o controle da Diabetes Mellitus, da Hipertensão Arterial Sistêmica, a melhora de alergias, de problemas de saúde bucal como cáries dentárias e na resolução da disfunção no trato gastrointestinal e portanto, a evolução positivas de queixas passadas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Em suma, vale ressaltar a importância do projeto “Esse Rio é Minha Rua”, pois ele facilita e viabiliza o acesso dos serviços de saúde a comunidades que apresentam vulnerabilidades sociais. Além disso, exaltar a participação dos acadêmicos dos cursos de saúde, que disponibilizam parte do seu tempo para trabalhos voluntários, que fazem grande diferença tanto na vida do assistido como na vida pessoal e profissional desses futuros colaboradores dos sistemas de saúde. Para que assim, a disseminação das boas práticas em saúde possam cada vez mais diminuir os determinantes sociais negativos que prejudicam essas populações assistidas, a fim de priorizar o atendimento e rastreamento na atenção básica para que não ocorra a superlotação dos sistemas terciários de saúde e o agravamento de patologias que podiam ser contidas ou controladas em suas fases iniciais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Promoção da Saúde, Equipe de Assistência ao Paciente, População Flutuante.

## REFERÊNCIAS

1- PINHEIRO A. K.; NOGUEIRA L. M. V; ANDRÉ S. R; RODRIGUES I. L. A; TRINDADE L. DE N. M; OLIVEIRA A. P. R. de. Doenças infecciosas e a rede de atenção primária à saúde em comunidades ribeirinhas. **Cogit. Enferm.** 2021. Acesso em: 23/02/2024; 26. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v26i0.76347>

2- SANTOS, I. O.; RABELLO, R. E. D.; CORRÊA, R. G.; MELO, G. Z. dos S.; MONTEIRO, Ângela X. . Avanços e desafios na saúde das populações ribeirinhas na região amazônica: uma revisão integrativa. **Revista de APS, [S. l.]**, v. 24, 2022. DOI: 10.34019/1809-8363.2021.v24.34823. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/34823>. Acesso em: 24 fev. 2024.

3- CHAVES R.; RODRIGUES M. DO P. S. B.; NASCIMENTO, D. C. P. DO; PEDROSA, C. F. D.; SILVA, E. S. Sustentabilidade & Qualidade de vida: práticas sustentáveis de saúde em comunidades ribeirinhas no Amazonas **Revista de Políticas Públicas**, vol. 24, núm. 1, 2020, -Junho, pp. 265-285 Universidade Federal do Maranhão; Brasil.

## **CAPÍTULO 16**

### **FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS TEÓRICOS DA PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL EM PARCERIA COM A PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL: PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO DOS PROBLEMAS E DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM**

#### **Fernando Pereira dos Santos Barbosa**

Pedagogo, Psicopedagogo, Educador Especial, Letrólogo e Neuropsicopedagogo. Especialista em Psicologia Escolar e Educacional, Psicologia Comportamental e Cognitiva, Neuropsicologia, Psicomotricidade e Desenvolvimento Humano, Psicopedagogia Institucional e Clínica, Atendimento Educacional Especializado, Docência no Ensino Superior e Metodologias Ativas, Docência na Educação Infantil e Anos Iniciais, Educação Especial e Inclusiva, Ludicidade e a pedagogia do Brincar, Neurociência Aplicada à Aprendizagem, Pós-Graduando Psicoeducação em Saúde Mental, Pós-Graduando MBA em Pedagogia não Formal Novos Espaços para a atuação do pedagogo e Pós-Graduando em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica.

---

#### **Resumo**

O Presente estudo de pesquisa parte da necessidade de refletir sobre “Como a psicopedagogia institucional pode atuar nos problemas e dificuldades de aprendizagem”. O estudo será desenvolvido como uma pesquisa bibliográfica, tendo como objetivo, objetivo de fazer uma abordagem sobre a atuação e a importância do Psicopedagogo juntamente com o Psicólogo Escolar e Educacional dentro da instituição escolar, como também perceber que sendo desenvolvida de forma adequada contribuirá bastante para que este aluno seja um adulto crítico. As causas do não aprender podem ser desenvolvidas de várias maneiras, tais como: estruturas familiares mais adequadas de acordo com a necessidade de cada criança e/ou adolescentes no lar, as dificuldades de leituras e escritas, a dislexia. A proposta apresentada será desenvolvida através de uma pesquisa bibliográfica tendo como abordagem dificuldades de aprendizagem da leitura e escrita: o papel do psicopedagogo e do psicólogo frente às dificuldades de aprendizagem de leitura e escrita. A intenção dessa pesquisa bibliográfica tem como finalidade: mostrar a importância de identificar as dificuldades relacionadas a leitura e a escrita, causando assim, o interesse por parte dos mesmos, levando em consideração o incentivo à permanência na sala de aula. Dessa forma, este trabalho foi organizado com intuito de prestar melhor elucidação acerca da temática. No entanto, embora as informações estejam distribuídas no decurso de todo o estudo é importante mencionarmos que elas não são indissociáveis, mas complementares no que tange a sua discussão com base nos fundamentos e princípios teóricos da psicopedagogia como também da

perspectiva da psicologia escolar e educacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Aprendizagem. Dificuldades. Leitura. Escrita.

## **INTRODUÇÃO**

Na atualidade, é cada vez mais recorrente falar dos problemas e dificuldades da aprendizagem, quando nos referimos ao desempenho escolar de nossos alunos. Problemas e Dificuldades de aprendizagem referem-se a crianças que apresentam dificuldades de aquisição de matéria teórica, embora apresentem inteligência normal, e não desfavorecimento físico, emocional ou social. É preciso criar meios eficazes e inovador na construção do saber, do ato de aprender e de uma intervenção psicopedagógica institucional eficiente e qualitativa nessa dinâmica de aprendizagem humana para superar as dificuldades de aprendizagem na perspectiva da psicologia escolar e educacional. O Presente estudo de pesquisa parte da necessidade de refletir sobre “Como a psicopedagogia institucional e a psicologia escolar e educacional poderia atuar nos problemas e dificuldades de aprendizagem”.

O estudo será desenvolvido como uma pesquisa bibliográfica, tendo como objetivo, objetivo de fazer uma abordagem sobre a atuação e a importância do Psicopedagogo e do Psicólogo dentro da instituição escolar, como também perceber que sendo desenvolvida de forma adequada contribuirá bastante para que este aluno seja um adulto crítico. As causas do não aprender pode ser desenvolvidas de várias maneiras, tais como: estruturas familiares mais adequadas de acordo com a necessidade de cada criança e/ou adolescentes no lar, as dificuldade de leituras e escritas, a dislexia, além disso, às vezes ocorre a falta de professores sem capacitação habilitada para desenvolver nas crianças e/ou adolescentes metodologias eficientes para que possam despertar neles o interesse pelo saber nas diversas áreas dos campos do conhecimento humano.

Diante disso, o psicopedagogo institucional é aquele profissional capaz de procurar compreender e fazer a intervenção com a criança ou adolescente em seus aspectos cognitivos referentes aos problemas de aprendizagem. Em vista dessas necessidades se reconhece que é uma ação a ser tomada por parte do psicólogo escolar e educacional de forma qualitativa, a fim de aperfeiçoar as relações com a aprendizagem de alunos e educadores no contexto tanto escolar como social e familiar. A Psicopedagogia constitui-se em uma justaposição de dois saberes - psicologia e pedagogia - que vai muito além da simples junção dessas duas palavras. Isto significa que é muito mais complexa do que a simples aglomeração de duas palavras, visto que visa a identificar a complexidade inerente ao que produz o saber e o não saber. É uma ciência que estuda o processo de aprendizagem humana, sendo o seu objeto de estudo o ser em processo de construção do conhecimento. Considerando a escola responsável por grande parte da formação do ser humano, o trabalho do

Psicopedagogo na instituição escolar tem um caráter preventivo no sentido de procurar criar competências e habilidades para solução dos problemas.

Com esta finalidade e em decorrência do grande número de crianças com dificuldades de aprendizagem e de outros desafios que englobam a família e a escola, a intervenção psicológica escolar e educacional ganha, atualmente, espaço nas instituições de ensino. Dessa forma, este trabalho foi organizado com intuito de prestar melhor elucidação acerca da temática. No entanto, embora as informações estejam distribuídas no decurso de todo o estudo é importante mencionarmos que elas não são indissociáveis, mas complementares no que tange a sua discussão. A proposta apresentada será desenvolvida através de uma pesquisa bibliográfica tendo com abordagem dificuldades de aprendizagem da leitura e escrita: o papel do psicopedagogo institucional e do psicólogo escolar e educacional frente às dificuldades de aprendizagem de leitura e escrita.

A intenção dessa pesquisa bibliográfica tem como finalidade: mostrar a importância de identificar as dificuldades relacionadas a leitura e a escrita, causando assim, o interesse por parte dos mesmos, levando em consideração o incentivo à permanência na sala de aula. Dessa forma, este trabalho foi organizado em três grandes capítulos com intuito de prestar melhor elucidação acerca da temática. No entanto, embora as informações estejam distribuídas no decurso de todo o estudo é importante mencionarmos que elas não são indissociáveis, mas complementares no que tange a sua discussão. Começamos este trabalho, realizando no primeiro capítulo uma reflexão fazendo um breve histórico sobre as dificuldades de aprendizagem, efetuando sobre o papel da psicopedagogia e da psicologia escolar e educacional. Dando continuidade dissertamos sobre a contribuição do psicopedagogo e do psicólogo para prática docente e para finalizar as considerações finais relacionado a todo conteúdo pesquisado.

## **1. O PAPEL DA PSICOPEDAGOGIA E DA PSICOLOGIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A PRÁTICA DOCENTE.**

Essa breve reflexão sobre problemas e dificuldades de aprendizagem pretende abordar aspectos que explicarão por que alguns alunos se sentem bloqueados ou encontram dificuldades no processo natural de aprendizagem. Um aluno com fracasso escolar transporta um peso frustracional muito grande convertendo-se em um sentimento de autodesvalorização que se não for percebido acarretará ainda mais prejuízos no desenvolvimento da sua personalidade. Se o convívio familiar for adequado e qualitativamente estimulado, a criança conseguirá desenvolver melhor suas aptidões que terão um papel imprescindível na aprendizagem, pois desta forma busca-se atingir a superação das situações-problema da escolaridade.

Segundo Fonseca (1995), muitas das aprendizagens se adquirem por imitação e por simples interação social, outras, porém, só se adquirem em situações estruturadas, que exigem a participação e mediação de um

adulto cientificamente e culturalmente preparado. Será que todos os alunos se beneficiam do ambiente adequado antes de entrar para a escola? Durante o período de aprendizagem escolar, estarão os pais disponíveis para proporcionar os reforços emocionais necessários? Baseado nestas questões, Fonseca comenta a etiologia das dificuldades de aprendizagem que pode ser abordada em dois níveis: endógeno e exógeno.

O aspecto endógeno é de origem biológica e sua influência em termos de desenvolvimento e o aspecto exógeno é de origem social desencadeada por condições de pobreza e privação cultural. Quanto aos fatores endógenos (biológicos), pode-se afirmar que as causas genéticas são indispensáveis para esclarecer as causas relacionadas às dificuldades de aprendizagem.

Desta forma, oportuniza-se um diagnóstico detalhado em busca de maiores informações para o processo de intervenção do psicopedagogo e do psicólogo. Nesta perspectiva de descobrir as causas dos problemas e dificuldades de aprendizagem é importante enfatizar que neurologicamente até os trinta meses de vida, o cérebro está em acelerada formação, razão pela qual, qualquer lesão poderá comprometer irreversivelmente o potencial de aprendizagem, quer verbal ou não verbal. Justamente pelo processo natural em que o cérebro se desenvolve é de suma importância que a escola não insista na maturação precoce do hemisfério esquerdo uma vez que o seu desenvolvimento se dá num ritmo mais acelerado a partir dos seis anos. Este lado do cérebro sendo responsável pelas regras, organização, lógica, símbolos (letras e números), parâmetros, compreensão do tempo, relatividade, apresenta um amadurecimento lento.

É comprovado pela neuropsicologia que a criança começa a aprender a partir das funções do hemisfério direito que amadurece mais precocemente desde o nascimento. A fase inicial do processo ensino aprendizagem (5 a 6 anos) deve ter como objetivo o raciocínio e a aprendizagem assistemática e não a aprendizagem de conteúdos formais. Até os sete anos o desenvolvimento primordial é do hemisfério direito, tendo ainda um raciocínio pré-lógico, necessitando de um trabalho concreto, pois este hemisfério consegue assimilar a linguagem das cores, formas, criatividade, música, arte, dramatização, jogo e imaginação.

É de extrema importância que os profissionais da educação tenham consciência de que não adianta exigir do cérebro o que ainda não pode proporcionar, pois se não tiver maturação, a assimilação da aprendizagem não acontece. Luria (1992), defende a ideia de que a motivação abre as estruturas de aprendizagem, tendo em vista que aumenta a capacidade dos neurônios de estabelecerem sinapses. Portanto, para ser motivado o aluno precisa ser respeitado no seu aspecto neurológico, não sendo então confrontado com o conteúdo de forma antecipada, respeitando assim o seu tempo maturacional.

O processo de aprendizagem é desencadeado a partir da motivação e está intimamente ligado às relações de troca que se estabelece com o meio,

principalmente, seus professores e colegas. Nas situações escolares, o interesse é indispensável para que o aluno tenha motivos para se apropriar do conhecimento. Da mesma forma que o cérebro apresenta sequelas quanto ao seu aspecto maturacional, também será prejudicado devido à má nutrição neste período crítico da vida.

A deficiência proteica nessa fase poderá deixar rastros de perturbação, de descontrolo da atenção, motricidade, hiperatividade, de instabilidade emocional, etc. O reflexo dessas condições alimentares será refletido não só no tamanho do cérebro, como no desenvolvimento intelectual. Justificam-se certos comprometimentos no cérebro, tendo em vista que as células do cérebro são incapazes de se regenerarem, ao contrário da dos outros órgãos.

No que se refere às questões neuropsicológicas, não podemos deixar de destacar a grande importância dos fatores emocionais e afetivos e a relação com a mãe durante o período crítico do desenvolvimento da linguagem. A interação afetiva e linguística entre a mãe e o filho de zero a quatro anos determinará a maturidade emocional e o desenvolvimento cognitivo.

Se a mãe não fala com o filho durante os anos iniciais de sua formação, não se interessará pelos estímulos auditivos e não captará a informação necessária para compreender e falar, resultando assim em limitações linguísticas, afetando a maturidade neurológica das áreas associativas do cérebro. Os fatores exógenos (origem social) são também desencadeantes das dificuldades de aprendizagem, pois as condições desfavoráveis que vivem o aluno são indutoras de atrasos de maturação neurobiológica.

A escola, portanto, deve ser acolhedora, para inserir o aluno, fazendo-o se sentir parte do contexto escolar e que está ali para se construir enquanto sujeito. Segundo Fonseca (1995), a condição de errar é a condição de ser humano. O aluno não pode ser sistematicamente um “falhado crônico”. O insucesso deve ser projetado em termos construtivos e não em termos humilhantes, pois o aluno deve experimentar o erro sem interiorizar o sentimento de autodesvalorização.

Sendo assim, se faz necessário diversificar os instrumentos utilizados com o aluno e manter-se vigilante para que não perca a motivação e curiosidade em aprender. Por isso, a importância da identificação precoce dos problemas e dificuldades de aprendizagem citadas anteriormente para que o professor então organize uma ação efetiva sobre as necessidades do aluno.

Portanto, os professores, na posição não de meros transmissores de informações e conhecimentos sistemáticos, mas como mediadores desses conhecimentos, devem oportunizar condições para que por meio do desenvolvimento dessas atividades, a criança possa construir de forma autônoma o seu próprio conhecimento. O campo da Psicopedagogia seja no aspecto Clínico quanto institucional cada vez mais se amplia, tendo em vista

o baixo índice de aproveitamento da aprendizagem observado em nosso país. Psicopedagogia e a Psicologia se faz necessária para compreender os problemas de aprendizagem, refletir e intervir sobre questões relacionadas ao desenvolvimento cognitivo, psicomotor e afetivo implícitas nas situações de aprendizagem.

A Psicopedagogia Institucional juntamente com a Psicologia Escolar e Educacional, vista como curativa ou terapêutica tem como objetivo reintegrar o aluno que apresenta problemas e dificuldades de aprendizagem ao processo de reelaboração do conhecimento. Tem como ênfase o atendimento na sua singularidade, pois cada pessoa atendida possui necessidades específicas e particulares; portanto cabe ao psicopedagogo fazer as opções interventivas que melhor se adaptem às necessidades do aluno.

Em contrapartida, a Psicologia Escolar e Educacional, vista como preventiva, tem como meta refletir e desenvolver projetos pedagógico-educacionais, enriquecendo os procedimentos em sala de aula, as avaliações e planejamentos na educação sistemática e assistemática. O processo desenvolvido dentro da instituição escolar possibilita uma leitura mais próxima da realidade do aluno, identificando melhor os mecanismos presentes no aprender com o outro, desenvolvendo assim dinâmicas mais próximas da situação de sala de aula.

Além do trabalho desenvolvido com grupos de alunos, a Psicopedagogia e a Psicologia juntas também tem como objetivo ser parceira da coordenação, direção e professores, pois desenvolverá um trabalho pertinente às relações vinculares professor-aluno e redefinir os procedimentos pedagógicos, buscando integrar os aspectos afetivo e cognitivo.

O trabalho psicopedagógico e psicológico atua não só no interior do aluno ao sensibilizá-lo para a construção do conhecimento, mas requer também uma transformação interna por parte do professor, no sentido de desenvolver no aluno a autopercepção do mundo e do outro. Sabe-se que a Psicopedagogia, principalmente a Institucional ainda se apresenta de forma tímida e insuficiente, pois tem muito a expandir no universo educacional, tendo em vista que não faz parte da realidade das escolas públicas.

A orientação do Psicopedagogo Institucional junto ao professor deve ser constante, discutindo não apenas a relação professor e aluno, mas também as que dizem respeito ao conteúdo, atuação do aluno, formas de avaliação e até mesmo a relação e receptividade com os pais. Desta forma o professor poderá rever constantemente na sua prática a relação afetiva e as dificuldades vivenciadas na relação com o aluno e saber esperar pela resposta da sua produção.

Noffs (2003) no âmbito psicopedagógico destaca a importância de uma postura profissional (e de vida) do indivíduo consigo mesmo e com a coletividade em que vive a partir dos papéis desenvolvidos na instituição. Implica optar por uma visão de homem, mundo e escola a mais aberta

possível. A abertura prende-se à compreensão e vivência da verdade, do olhar, da escuta, da adequação às situações vividas, da sensibilidade em se perceberem as diferentes pessoas. Importante enfatizar que o psicólogo escolar e educacional realmente deve ousar e acreditar nas possibilidades, porém acaba sendo visto como o “doutor do resgate cognitivo”, tornando-se muitas vezes a última carta desse jogo que ocasiona sérios conflitos para o aluno.

O que não deveria acontecer, mas infelizmente acontece é a visão da Psicopedagogia como um “hospital no fim das autoestradas” (Polity, 2002). Faz-se necessário falar sobre isso, tendo em vista que na maioria das vezes o aluno passa por um período longo de tentativas na busca de avançar cognitivamente na escola, portanto ao ser retido nas séries, chegando no seu limite, a escola acaba perdendo seus “instrumentos” e o encaminha, como pedido de socorro ao psicopedagogo.

É de responsabilidade do psicopedagogo acolher esse aluno e investir numa mediação bem conduzida e de qualidade para resgatar o potencial de aprendizagem, que como diz Sara Pain (1992), por diversas razões não se manifesta. Enfim, o primeiro contato do psicopedagogo e do psicólogo com o aluno será um momento de investigação, de pesquisa, buscando diagnosticar as causas que interferem na aprendizagem.

O desconhecido precisa ser revelado, portanto esse desvelamento da real situação acontecerá com mais facilidade se houver vínculo afetivo entre o psicopedagogo, psicólogo e o aluno. Assim se torna mais fácil descortinar esse novo universo com um olhar de afeto, um olhar amoroso, pois esse aluno que está sobre sua responsabilidade precisa ser lapidado, amadurecido, enfim, resgatado na sua condição de aprendiz.

Com a construção desse vínculo cria-se uma relação de confiança mútua, tanto para o aluno como para a família, que também precisa acreditar nessa nova intervenção em busca de solução. O esclarecimento de uma queixa, do próprio aluno, da família e, na maioria das vezes da escola não é uma tarefa fácil, pois para o aluno assumir o “não aprender, do aprender com dificuldade, do não revelar o que aprendeu e de fugir de situações de possível aprendizagem” requer coragem.

Justamente por essas questões é imprescindível que o Psicopedagogo desenvolva seu trabalho com o ingrediente lúdico que é à base de todo o sucesso na aprendizagem do aluno, pois através do brincar, segundo Oliveira (2005) destaca que a maneira como uma criança brinca ou desenha reflete sua forma de pensar e sentir, nos mostrando como está se organizando frente à realidade, construindo sua história de vida, conseguindo interagir com as pessoas e situações de modo original, significativo, prazeroso ou não. A ação da criança reflete sua estruturação mental, o nível de seu desenvolvimento cognitivo e afetivo-emocional.

O aspecto lúdico garante motivação para resgatar a aprendizagem que se perdeu ou que está adormecida, sem esperança, pois provoca conflitos internos, necessitando buscar uma saída. É desses conflitos que o

pensamento sai enriquecido, reestruturado e apto para lidar com novas transformações. Esse poder de atração que o jogo tem para o aluno deve ser aproveitado como resgate da aprendizagem, cabendo ao psicopedagogo institucional ou o psicólogo escolar e educacional orientar os profissionais da educação da importância de se trabalhar os conteúdos inseridos em jogos e brincadeiras, deixando suas aulas mais dinâmicas e significativas.

Desta forma então se facilita a aquisição do conhecimento, pois provoca o funcionamento do pensamento sem estresse ou medo, desenvolve a sociabilidade, propicia vivência de situações relevantes, é operativo, cultiva a sensibilidade, gera o desenvolvimento intelectual, social e emocional.

O psicopedagogo institucional é o profissional indicado para atuar de forma preventiva dentro da escola, com intuito de auxiliar e esclarecer a respeito dos diversos aspectos inerentes ao processo de ensino e aprendizagem. Para Santos (2010 p.1), o psicopedagogo institucional é o profissional que: “a partir de uma macro visão da instituição, como um todo proporcionada através do diagnóstico psicopedagógico institucional que poderá tomar decisões mais acertadas nos momentos de crise. A previsão de tais momentos e as estratégias”.

Para ser psicopedagogo requer grande habilidade técnica e criatividade, em sua atuação, umas das grandes habilidades desse profissional para o esclarecimento de dificuldades é o diagnóstico que é um processo de investigação para entender as causas que provocam as determinadas queixas das dificuldades de aprendizagem. O processo de diagnóstico envolve algumas etapas tais como; a entrevista com a família; a entrevista anamnese que importante já que é através desta que se obtém informações do passado e presente do sujeito, entrevista com aluno provas pedagógicas; sessões lúdicas e por último se realiza a entrevista de Devolutiva e encaminhamento a outros profissionais quando, necessário. O diagnóstico deve ser um trabalho em conjunto, envolvendo todos os responsáveis, a família, a escola e o paciente.

A partir do diagnóstico pode se construir um programa de tratamento. Para tanto se faz necessário uma ação planejada tendo como prioridade observação da instituição considerando seus diferentes setores em todos os aspectos, como por exemplo: a preparação de profissionais da educação, dinâmica das respectivas rotinas; a estrutura organizacional; o procedimento da distribuição do trabalho; os relacionamentos entre escola e família a fim de favorecer o processo de integração e troca.

Como explica Porto (2006), o psicopedagogo deve observar desde conversas casuais, entrevistas, documentos, reuniões de diversos tipos, oficinas de trabalhos, vida em instituição, e também ouvir múltiplos tipos de participantes da instituição. Nessa perspectiva, Bossa (2007), afirma que o psicopedagogo realiza muitas ações para desempenhar de maneira efetiva o seu papel na escola, como sua intervenção tem caráter preventivo ela inclui; ajudar os professores na forma de elaborar um plano de aula para os alunos entenderem as aulas; na elaboração do projeto pedagógico; orienta-os na

melhor forma de atuar, em sala de aula, com aluno com dificuldades de aprendizagem; realizar diagnóstico institucional que averigua os problemas pedagógicos que prejudicam o processo ensino-aprendizagem; auxilia a direção da escola para os profissionais da instituição ter bom relacionamento entre si; conversa com o aluno quando este precisar de orientação; administra ansiedades e conflitos; trabalha com grupo escolar como unidade em funcionamento; identifica sintomas de dificuldades no processo ensino-aprendizagem; organiza projetos de prevenção; clarear papéis e tarefas nos grupos; tem responsabilidade diante do grupo; cria estratégias para o exercício da cooperação e respeito mútuo; faz a mediação entre os subgrupos envolvidos na relação ensino-aprendizagem (pais, professores, alunos, funcionários); cria espaços de escuta; levanta hipóteses; observa; entrevista e faz devolutiva; estabelece um vínculo psicopedagógico fazendo encaminhamentos e orientações compondo a equipe técnica-pedagógica.

É importante ressaltar que para um bom desempenho de suas funções os psicopedagogos devem seguir certos princípios éticos que estão no Código de Ética, (devidamente aprovado pela Associação Brasileira de Psicopedagogia, no ano de 1996.), este tem por finalidade orientar as condutas esperadas dos profissionais de Psicopedagogia, servindo como base à sua prática profissional, instituindo e regulamentando normas às quais se devem ajustar as relações entre os membros envolvidos nas ações psicopedagógicas.

O trabalho estará pautado em uma abordagem reflexiva e crítica junto a equipe pedagógica e docente com objetivo de contribuir para a redução dos problemas de aprendizagem. Cabe ao psicopedagogo perceber eventuais perturbações no processo aprendizagem, participar da dinâmica da comunidade educativa, favorecendo a integração, promovendo orientações metodológicas de acordo com as características e particularidades dos indivíduos do grupo, realizando processos de orientação.

Já que no caráter assistencial, o psicopedagogo juntamente com o psicólogo participa de equipes responsáveis pela elaboração de planos e projetos no contexto teórico/prático das políticas educacionais, fazendo com que os professores, diretores e coordenadores possam repensar o papel da escola frente a sua docência e às necessidades individuais de aprendizagem da criança ou, da própria ensinagem. (BOSSA, 2007, p 23).

O Psicopedagogo institucional tem como papel principal prevenir as dificuldades de aprendizagem. Os estudos do psicopedagogo alcançam a sua meta quando consegue compreender a dificuldade do seu aluno, para que a escola abra espaço e crie recursos para trabalhar com essas dificuldades de aprendizagem. O psicopedagógico deve primeiramente entender como se dá a aprendizagem no indivíduo, dessa maneira o seu trabalho deve direcionar ações para entender questões da formação e orientação dos professores, da avaliação dos currículos com os professores, do aconselhamento aos pais e principalmente as questões ligadas às didáticas metodológicas, ou seja, devem oferecer metodologias adequadas e acessíveis aos professores que

possuam ou façam queixa sobre algum aluno com dificuldade. Para que seu trabalho seja realizado com êxito, o psicopedagogo conta com o auxílio: da família, da escola, do professor, da comunidade e da sociedade em que vive esse aluno.

Neste sentido, o psicopedagogo institucional é extremamente importante na instituição escolar, pois este profissional estimula o desenvolvimento de relações interpessoais, o estabelecimento de vínculos, a utilização de métodos de ensino compatíveis com as mais recentes concepções tudo isso, para melhoria das condições do processo de ensino aprendizagem bem como na prevenção das dificuldades de aprendizagens.

O papel da psicopedagogia juntamente com a psicologia na formação de educadores que atuam diretamente com o aluno é primordial no contexto escolar e consiste em orientá-los para lidar com as dificuldades de aprendizagem, propondo ao professor uma reflexão sobre programas curriculares buscando a forma mais adequada.

O Psicopedagogo pode melhorar o desenvolvimento da aprendizagem, auxiliando o professor sobre a melhor forma de trabalhar orientando-os em como agir em determinadas situações e eventuais dificuldades que ocorrem em sala de aula com os alunos que possuem dificuldade de aprendizagem e também diagnosticar algum problema no aluno.

Quando atuam diretamente na escola suas ações podem ser sua contribuição trará para esses docentes o auxílio necessário e adequado à sua prática pedagógica, além de trazer variadas estratégias de ensino, de ajudar os familiares e os que fazem a parte da escola. Para Bossa (2000) a atuação do psicopedagogo é indispensável, ele tem muito que contribuir para o bom andamento escolar.

A atuação desse profissional deve elaborar projetos que auxiliam no desenvolvimento educacional e que envolvam o ambiente escolar como um todo; acompanhar a implementação e implantação de nova proposta metodológica de ensino; Promover encontros socializadores entre o corpo docente, discente, coordenadores; Assessorar psicopedagogicamente todos os trabalhos realizados no espaço da instituição escolar; Monitorar e intervir na relação professor-aluno nos aspectos subjetivos.

Sendo o professor o mediador entre o conhecimento e o educando, sua tarefa não se restringe somente à abordagem dos conteúdos curriculares; ele deve tentar assegurar aos alunos a aquisição do saber, atuando de modo a perceber como se dá o aprendizado de seus educandos percebendo eventuais dificuldades encontradas por eles no processo de aprendizagem. Cada criança aprende à sua maneira, tem seu próprio jeito de pensar e

compreender o meio sua volta. Cada ser humano aprende, de acordo com sua cultura e experiências, levam para sala de aula as bagagens que adquirem em seu cotidiano.

Dessa forma, temos um processo de desenvolvimento diferente, algumas aprendem com maior facilidade enquanto outras aprendem mais devagar.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – BRASIL, 1998, p. 32, relata que, cabe ao professor a tarefa de individualizar as situações de aprendizagens oferecidas às crianças, considerando suas capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas assim como os conhecimentos que possuem dos mais diferentes assuntos e suas origens socioculturais diversas. Isso significa que o professor deve planejar e oferecer uma gama variada de experiências que responda, simultaneamente, às demandas do grupo e às individualidades de cada criança.

Dessa forma, é de fundamental importância que o professor analise individualmente cada criança para poder adequar os conteúdos considerando as particularidades inerentes a sua aprendizagem, pois se algo está impedindo que isto aconteça, e neste caso, a criança apresenta problemas de aprendizagem, e nestes casos, “é preciso identificar a causa, combatê-la e tratar o sintoma” (Bossa 2007, p. 12).

Segundo a autora, quando se trata de problemas de aprendizagem, não adianta buscar aulas particulares ou reforço escolar, é preciso identificar o motivo e buscar meios para saná-las. Nessa perspectiva ROHDE & PAULO MATTOS, (2003, p. 205): Os professores são, com frequência, aqueles que mais facilmente percebem quando um aluno está tendo problemas de atenção, aprendizagens, comportamento ou emocionais/afetivos e sociais. O primeiro passo a ser dado na tentativa de solucionar os problemas é verificar o que realmente está acontecendo.

Qualquer problema de aprendizagem apresentada pela criança requer um trabalho minucioso do professor junto com a família para analisar as situações, visando descobrir o que realmente está ocasionando a dificuldade impossibilitando que o aluno aprenda. Um trabalho diferenciado feito pelo professor em sala de aula pode propiciar aos alunos com dificuldades de aprendizagem a construção do conhecimento de uma forma menos traumática e, certamente, muito mais prazerosa.

Sabe-se que o professor precisa estar atento as mudanças que ocorrem na educação. Participar de formação continuada, estar em constante aperfeiçoamento é essencial para um bom desempenho profissional. Nessa

perspectiva Coelho ressalta: A prática do professor em sala de aula é decisiva no processo de desenvolvimento dos educandos.

Esse talvez seja o momento do professor rever a metodologia utilizada para ensinar seu aluno, através de outros métodos e atividades ele poderá detectar quem realmente está com dificuldade de aprendizagem, evitando os rótulos muitas vezes colocados erroneamente, que prejudicam a criança trazendo-lhe várias consequências, como a baixa-estima e até mesmo o abandono escolar. “O que é ensinado e aprendido inconscientemente tem mais probabilidade de permanecer” (COELHO, 1999 p. 12). As mudanças de estratégias de ensino podem contribuir para que todos aprendam, uma das alternativas que se deve buscar é relacionar a prática docente com a atuação psicopedagógica, pois essa relação contribuirá para as para prevenir as possíveis dificuldades que venha surgir e sanar as já existentes.

Existem inúmeras estratégias que o professor pode elaborar juntamente com psicopedagogo para facilitar a aprendizagem, tornando a aula mais motivada como, por exemplo: Buscar métodos eficientes com materiais e recursos diferenciados que chamem a atenção dos aluno; Desenvolver atividades breves, com explicação clara e objetiva, fazendo o uso de tecnologias de informação e comunicação; Estabelecer vínculo afetivo com a criança, acreditando nas suas potencialidades, a fim de motivá-lo; Atender a criança de maneira diferenciada, criando desafios por meio de jogos, posicionando a criança mais próxima do professor e conhecer o aluno em suas dificuldades e habilidades detectando as dificuldades e o tipo de ajuda que necessita e assim encaminhá-lo para o especialista adequado. Cabe ao professor estimular o crescimento emocional de seus alunos todos os dias, existem diversas maneiras que podem contribuir nesse processo, a maneira como ensinar, as atitudes, o jeito de relacionar-se com cada aluno, o interesse e o carinho que demonstram até sem querer influenciam no desenvolvimento afetivo e no processo de aprendizagem da criança.

Pensar a sala de aula, bem como planejar a aula precisa ser uma preocupação para o professor, pois sabemos que suas atitudes, concepções e intervenções, serão fatores determinantes no sucesso ou fracasso escolar de seus alunos. De acordo com Moretto, (2009), dizemos que o professor precisa planejar suas estratégias pedagógicas respeitando as características psicossociais e cognitivas de seus estudantes.

É inegável que atuação do professor em todo processo educacional constitui-se como um fator decisivo capaz de promover a aprendizagem de

todos os alunos em especial os que apresentam dificuldades de aprendizagem.

No entanto, é preciso que o educador tenha consciência que sua função deve ir muito além da abordagem dos conteúdos curriculares; deve procurar adentrar o universo do aluno na tentativa de perceber como ele está aprendendo e se há entraves para que a aprendizagem ocorra e, de posse dessas informações, buscar novas maneiras de lecionar e metodologias de trabalho diferenciadas que visem ao aprendizado de todos os alunos de sua classe, dando um enfoque especial àqueles que encontram maiores dificuldades para aprender.

Portanto é interessante buscar associar as propostas psicopedagógicas às práticas pedagógicas, para promover nas escolas um trabalho preventivo, possibilitando assim a criação de capacidades e habilidades necessárias e adequadas a resolução e superação dos desafios de aprendizagem encontrados nas instituições escolares.

## **CONCLUSÃO**

O psicopedagogo e o psicólogo são extremamente importantes na instituição escolar, pois estes dois profissionais atuam de forma preventiva com intuito de minimizar ou prevenir problemas e dificuldades de aprendizagem.

O papel desses profissionais deve estar voltado para assessoramento e desenvolvimento de ações, estratégias e intervenções capazes de superar as dificuldades de aprendizagens a fim de ampliar as possibilidades de aprendizagem. Contribuindo para o crescimento dos processos da aprendizagem e auxiliando no que diz respeito a qualquer dificuldade em relação ao rendimento escolar, através da utilização de métodos de ensino compatíveis com as mais recentes concepções a respeito desse processo.

Ter conhecimento de como o aluno constrói seu conhecimento, compreender as dimensões das relações com a escola, com os professores, com o conteúdo e relacioná-los aos aspectos afetivos e cognitivos, permite uma atuação mais segura e eficiente e pode contribuir para uma aprendizagem realmente significativa.

Porém, o impedimento para aprender não está atrelado somente aos fatores orgânicos. O estado emocional determina e permeia todo tipo de relação, sendo esta uma proposta educacional formal ou não. É importante que o professor tenha consciência de que a criança traz consigo a bagagem

natural cultural e também traz todas as referências afetivas. No aspecto social, destaca-se o ambiente, a quantidade e a qualidade de estímulos recebidos e o valor dado à aprendizagem pela família e/ou meio social comunitário.

O objetivo central deste estudo é refletir sobre o papel do psicopedagogo institucional e do psicólogo escolar e educacional e especificidades do seu trabalho frente as dificuldades de aprendizagem, procurando enfatizar a relevância da sua atuação no âmbito escolar, contribuindo com sugestões de intervenções pedagógicas que auxiliem na discussão de estratégias e práticas pedagógicas adequadas para prevenir ou minimizar as dificuldades de aprendizagem que dificultam o processo de ensino e aprendizagem.

Neste sentido, o que se faz essencial é compreender a relevância do trabalho docente no processo de ensino- aprendizagem, pois quando este trabalho é feito com carinho e dedicação os resultados são satisfatórios. Acredita-se que, este estudo poderá contribuir como ferramenta de estudo para profissionais da área da educação. Com base em tudo que temos visto e estudado até aqui é de suma importância a presença de um psicopedagogo juntamente com o psicólogo dentro de uma instituição de ensino, cumprindo o seu papel de profissional desta área, dando suporte para a escola, para a família, para a sociedade e principalmente para proporcionar meios para que a aprendizagem aconteça.

Diante dos problemas causadores das dificuldades de aprendizagem cabe a psicopedagogia institucional somada a psicologia escolar e educacional contribuir para processos de reflexão-ação e reflexão no contexto escolar, fazendo com que os professores reconstruam a sua prática pedagógica.

Quanto à psicologia escolar e educacional, sabemos que este espaço no cotidiano da escola é bastante restrito, tendo em vista a distância que separa o consultório da escola, porém algumas intervenções se tornam possível no sentido de que a psicopedagogia institucional pode ser parceira da escola, basta que ambas as partes permitam esse diálogo.

O Psicopedagogo e o Psicólogo constituem-se em profissionais importantes no processo de ensino e aprendizagem, um grande colaborador que deve atuar junto com a escola, professores e família.

## **REFERÊNCIAS**

**BOSSA, Nadia A. A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da**

**prática.** RS, Artmed, 2007.

Barbosa, F. P. dos S. . (2023). **A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOPEDAGOGIA NA DIDÁTICA DA FORMAÇÃO DOCENTE: PLANEJAMENTO E DUAS POSSIBILIDADES.** *Epitaya E-Books*, 1(38), 113-116.  
<https://doi.org/10.47879/ed.ep.2023786p113>

Barbosa, F. P. dos S. . (2023). **A RELAÇÃO ESCOLA, FAMÍLIA E SOCIEDADE E AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA A FORMAÇÃO ESCOLAR: ESCOLA E SOCIEDADE NA ACEITAÇÃO INCLUSIVA.** *Epitaya E-Books*, 1(52), 103-110.  
<https://doi.org/10.47879/ed.ep.2023915p103>

Barbosa, F. P. (2022). **Formação Psicopedagógica Para o Século XXI: Facilitando o Acesso a Aprendizagem.** *Epitaya E-Books*, 1(10), 34-38.  
<https://doi.org/10.47879/ed.ep.2022519p34>

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Introdução. v. 1**, Brasília: MEC/SEF, 1998. Código de Ética da ABPP.  
[www.abpp.com.br/leis](http://www.abpp.com.br/leis) Acesso: 02/11/2023.

COELHO, Maria Teresa. **Problemas de Aprendizagem.** Editora Ática, 1999

FONSECA, V. **Introdução às dificuldades de aprendizagem.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

LURIA, A.R. **A Construção da Mente.** São Paulo: Ícone, 1992.

MATTOS, Paulo. Revista Nova Escola Omite Fatos. In: **ABDA (Associação Brasileira do Déficit de Atenção).** Junho/2007. Disponível:  
<http://www.tdah.org.br/br/noticias/reportagens/item/195-revista-nova-escola-omitedados.html> Acessado em: 21/11/2023.

MORETTO, Vasco Pedro; **Planejamento: planejando a educação para o desenvolvimento de competências.** Petrópolis, RJ; Vozes, 2009.  
NOFFS, Neide. **Psicopedagogo na Rede de Ensino.** São Paulo: Elevação, 2003.

OLIVEIRA, Vera Barros de. **Avaliação Psicopedagógica da criança de zero a seis anos**. Petrópolis: Vozes, 2005.

PAIN, Sara. **Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

PORTO, Olívia. **Psicopedagogia institucional: teoria, prática e assessoramento psicopedagógico**. Editora Wak, 2006.

SANTOS, Marinalva Batista dos. **Quem é o psicopedagogo institucional numa instituição de nível superior?** Disponível em: C:\Users\HP\Desktop\Psicopedagogia\Quem é o psicopedagogo institucional numa instituição de nível superior.mht. Acesso em: 23 novembro de 2023.

ROHDE, Luís Augusto. **Princípios e práticas em transtorno de déficit de atenção/ hiperatividade/** Luís Augusto Rohde e Paulo Mattos... [et al.]. Porto Alegre: Artmed, 2003.

## **CAPÍTULO 17**

### **APRENDIZADO PRÁTICO DE SUPORTE BÁSICO DE VIDA EM ESTUDANTES DE MEDICINA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

**Artur Gabriel Arruda Pinto**

Graduando em Medicina na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

**Gabriel Henrique Pires da Costa**

Graduando em Medicina na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

**Kaillanny Kettly Melo Freitas**

Graduando em Medicina na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

**Michael Douglas da Silva**

Graduando em Medicina na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

**Maronilson Soares Leite**

Graduando em Medicina na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

**Allyssandra Maria Lima Rodrigues Maia**

Docente da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Doutora em Ciência Animal pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

---

#### **Resumo**

O Suporte Básico de Vida (SBV) se refere ao conjunto de habilidades direcionadas ao reconhecimento de contextos como parada cardiorrespiratória (PCR), obstrução das vias aéreas, acidente vascular encefálico, entre outras condições. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência vivenciada dos discentes na capacitação em SBV, assim como descrever sua contribuição para a formação acadêmica e profissional. A metodologia incluiu aulas teóricas e práticas entre os próprios membros da Liga Acadêmica de Anatomia Humana Aplicada (LAANA) e estudantes do curso de enfermagem sobre Reanimação Cardiopulmonar (RCP) e Obstrução de Vias Aéreas por Corpo Estranho (OVACE), permitindo uma aplicação direta do conhecimento adquirido. Durante a aula, os ligantes participaram ativamente de simulações de situações de emergência, praticando técnicas de SBV, como RCP. Essa abordagem prática permitiu o desenvolvimento de habilidades essenciais para futuros profissionais de saúde, fortalecendo sua confiança e competência. Ainda, a experiência enriqueceu o conhecimento teórico e prático dos estudantes, além de os preparar de forma abrangente para desafios clínicos. Além disso, ressalta-se o papel crucial da colaboração

interdisciplinar entre Medicina e Enfermagem no ambiente universitário, promovendo a integração entre os cursos. Desta forma, a experiência da aula de SBV preparou os ligantes de maneira mais completa para os desafios da prática clínica. Espera-se que este relato de experiência inspire futuras colaborações e estimule a integração interdisciplinar entre os diversos cursos da área da saúde, contribuindo assim para o desenvolvimento de profissionais de saúde altamente competentes e preparados na vivência de diversas áreas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Obstrução de Vias Aéreas por Corpo Estranho. Reanimação Cardiopulmonar. Suporte Básico de Vida.

## **REFERÊNCIAS**

CARVALHO, L. R. et al. Fatores associados ao conhecimento de pessoas leigas sobre suporte básico de vida. *Enfermería Actual de Costa Rica*, n. 38, p. 163-178, 2020.

GARCÍA-SUÁREZ, M. et al. Basic life support training methods for health science students: A systematic review. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 16, n. 5, p. 768, 2019.

GUIMARÃES, N. S. et al. Aumento de óbitos domiciliares devido a parada cardiorrespiratória em tempos de pandemia de COVID-19. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, v. 116, p. 266-271, 2021.

KAMEO, S. Y; PEIXOTO, M. G; NEVES, S. O. C. *Protocolos de Suporte Básico de Vida*. Campina Grande: Editora Amplla, 2022. 55 p.

SCAPIGLIATI, A. et al. Community initiatives to promote basic life support implementation—a scoping review. *Journal of clinical medicine*, v. 10, n. 24, p. 5719, 2021.

## **CAPÍTULO 18**

### **O PAPEL DA PSICOLOGIA ESCOLAR NA REALIDADE PÓS-PANDEMIA: ARTICULANDO SOBRE O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM E O DESENVOLVIMENTO SOCIOEMOCIONAL**

**Bruna Lessa da Silva**

Pós-Graduada em Psicologia da Educação - FACEMINAS

---

#### **Resumo**

O estudo sobre a Psicologia da Educação no cenário pós-pandemia é relevante devido aos impactos causados pelo COVID-19 na educação. A Psicologia Educacional tem um papel fundamental nas intuições de ensino, buscando-se sempre o benefício do processo ensino-aprendizagem e de todos os seus participantes. No entanto, o isolamento social potencializou diversos desafios que o processo de escolarização, principalmente as escolas de educação básica, enfrentavam. As problemáticas emergentes repercutiram sobre o papel do psicólogo nas intuições escolares. O efeito desse impacto gerou inúmeras reflexões sobre a atuação da Psicologia Escolar e sua contribuição para o processo educativo. Nesta pesquisa focamos em compreender o papel da Psicologia Escolar no cenário pós-pandemia e sua colaboração ao processo educacional como um todo. Para coletar as informações, foi realizada uma pesquisa exploratória descritiva, que incluiu um levantamento de dados por meio de um questionário online e uma revisão bibliográfica. Como se trata de uma revisão narrativa, os autores foram escolhidos com base nos critérios que melhor se alinharam com o propósito da pesquisa, especialmente em relação ao conceito de Psicologia da Educação, bem como ao papel da Psicologia Escolar no cenário pós-pandemia. A atuação do psicólogo escolar é essencial no contexto atual, especialmente no cenário pós-pandemia, tornando-se ainda mais indispensável. O papel desempenhado por esse profissional pode ter um impacto relevante no desenvolvimento educacional. As atribuições desempenhadas pelo psicólogo escolar podem influenciar diretamente todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. É notável que a reestruturação da atuação da Psicologia Escolar durante a pandemia tenha proporcionado novos olhares e perspectivas para o exercício dessa função. Com essa nova perspectiva centrada na promoção de mudanças positivas na instituição escolar, é crucial adotar uma abordagem sensível ao processo de escolarização, que deve ser fundamentado na ideia de que este processo seja uma experiência enriquecedora para todos os envolvidos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicologia educacional. Ensino. Isolamento social. Aprendizagem. Escola.

## **INTRODUÇÃO**

Tendo em vista a importância da Psicologia Escolar, a presente pesquisa se dispõe a compreender a atuação do psicólogo no cenário pós-pandemia, nas instituições escolares. A pandemia do COVID-19 incidiu no mundo e trouxe grandes impactos na educação. As escolas, por sua vez, tiveram seu cotidiano atravessado por inúmeros embarços. O isolamento social tende a escancarar inúmeras problemáticas que já perpassavam o processo ensino-aprendizagem e todas as variáveis que o tangem, repercutindo nos diversos âmbitos do processo educacional. A Psicologia, como um campo do conhecimento que se ocupa do desenvolvimento humano nos mais distintos contextos a que está exposto, pode refletir sobre as consequências, bem como a intensidade desses momentos. Nesse sentido, a Psicologia Escolar atua fomentando reflexões e possíveis reformulações, de modo a favorecer o processo de escolarização e todos os seus participantes.

Portanto, a atuação da Psicologia Escolar deve ser junto à equipe da escola, trazendo estratégias para promover mudanças que contribuam para o processo educativo no cenário pós-pandemia, considerando os determinantes sociais, econômicos, culturais e políticos. Neste contexto, o que fica evidente é que a Psicologia escolar se torna fundamental, pois muito mais do que ajudar e contribuir com o que é esperado de um processo educacional de qualidade, é, sobretudo da observação de que o psicólogo escolar, para além de uma atuação que promova mudanças positivas, tem uma perspectiva preventiva, que visa antecipar e afastar possíveis problemas e dificuldades do contexto escolar. Nesse sentido, a atuação preventiva da Psicologia Escolar visa, não só antecipar a manifestação de problemas, mas também promover o bem-estar; favorecer o processo ensino-aprendizagem e o âmbito pessoal dos alunos e funcionários (ANDALÓ, 1984).

De maneira geral, a Psicologia Escolar se preocupa em criar um ambiente educativo saudável, identificar o quanto antes problemas que possam complicar a saúde mental e o desenvolvimento dos discentes, e contribuir com estratégias preventivas para ajudar a gerar um sentimento de bem-estar nos alunos, professores e na totalidade do corpo de funcionários da escola, para que desta forma os estudantes consigam de fato passar pelo processo de escolarização da maneira esperada, a Psicologia escolar também deve fornecer apoio emocional e psicológico, promover mudanças positivas e oferecer propostas que visem melhorar o processo educativo e todas as suas partes. Este trabalho se concentra em compreender o papel da Psicologia Escolar em um momento pós-pandemia, onde as dificuldades existentes foram potencializadas pelo isolamento.

A pandemia de COVID-19 impactou significativamente a área da educação, trazendo desafios relacionados ao isolamento social, desigualdades sociais, problemas familiares e a transição para o ensino

remoto. A educação, que tem como objetivo a transmissão de conhecimentos e o desenvolvimento humano, foi profundamente afetada pela necessidade de distanciamento social, uma vez que grande parte das práticas educativas tradicionais envolvem o contato social. Diante desse cenário desafiador provocado pela pandemia, a Psicologia Escolar teve que se adaptar e reformular sua atuação para lidar com os impactos do isolamento social na educação. Com a necessidade de enfrentar novos desafios no cenário pós-pandemia, é fundamental que a Psicologia Escolar continue a se posicionar de forma proativa para compreender e atender às necessidades dos alunos, professores e demais membros da comunidade escolar. As marcas deixadas pelo isolamento social ainda repercutem no ambiente escolar, exigindo do psicólogo escolar uma abordagem sensível. Assim, procurou-se coletar dados e informações com o intuito de abordar a seguinte questão de pesquisa: Quais são os desafios do papel da psicologia na realidade pós pandemia?

Conforme Martins (2003), o papel do psicólogo escolar é fundamental no contexto educacional, pois ele atua de forma a promover o desenvolvimento integral dos alunos, contribuindo para o seu bem-estar emocional, social e acadêmico. A Psicologia pode atuar em diversas funções no ambiente escolar, dentre elas: a orientação e aconselhamento, em intervenção em situações de crise, através de avaliação psicológica, em mediação de conflitos e na promoção de um ambiente escolar saudável. Em resumo, o psicólogo escolar desempenha um papel essencial na promoção de um ambiente escolar saudável, acolhedor e propício ao desenvolvimento integral dos alunos, principalmente após os desafios da pandemia. Desta forma, o psicólogo escolar deve atuar de forma interdisciplinar e colaborativa com a equipe escolar, os alunos e suas famílias.

O objetivo da Psicologia Escolar é contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos e favorecer o processo educativo e todos seus participantes. Neste trabalho, investigou-se o papel da Psicologia Escolar diante do cenário pós pandemia. Uma das etapas a serem cumpridas para atingir o objetivo geral da pesquisa é reunir os principais estudos sobre o tema levantando dados sobre os impactos da pandemia na educação, e o papel da Psicologia diante esse contexto.

Diante dos diversos desafios que atravessam o processo de escolarização, e com a potencialização desses obstáculos devido a pandemia de COVID-19, a Psicologia Escolar tem dever de se posicionar perante essas questões com o propósito de contribuir para a promoção de um processo educacional mais eficaz e saudável. O âmago da pesquisa é compreender o papel da Psicologia Escolar no cenário após a pandemia. Destaca-se assim a importância da função do psicólogo dentro das instituições escolares. Desta forma, esclarece a atuação da Psicologia nas escolas e sua contribuição para o processo educativo.

Para a elaboração deste estudo foram realizadas pesquisas bibliográficas na base de dados do google acadêmico. Foram recorridos os

principais artigos e livros sobre Psicologia da Educação e Psicologia Escolar no contexto pandêmico. Esta pesquisa começa com a síntese das principais fontes, visando compreender o conceito, função, exemplos e a situação atual dessa área. Essa abordagem permitirá investigar os principais desafios da educação no contexto pós-pandêmico, percebendo o papel da Psicologia da Educação nesse cenário e como ela pode contribuir para o processo ensino-aprendizagem e o desenvolvimento emocional e social dos alunos.

O estudo visa identificar os principais desafios da educação na realidade pós-pandemia, utilizando a Psicologia Escolar para compreender o processo ensino-aprendizagem e todos fatores que o atravessam, objetivando favorecer os alunos e todos participantes do processo educativo. A pesquisa investiga a seguinte questão: Quais são os desafios da Psicologia da Educação na realidade pós-pandemia? Considerando que o foco da pesquisa parte do campo teórico e aborda um problema, os objetivos da pesquisa são classificados como exploratórios descritivos, estabelecendo a fundamentação teórica e abordando as pesquisas mais recentes sobre o tema, demonstrando a sua relevância e conexão adequada com a pesquisa em questão.

## **IMPACTOS DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO**

De acordo com Cordeiro (2020) Com a emergência da pandemia do COVID-19 no mundo aconteceram diversas mudanças no cotidiano e em múltiplas áreas em todo o mundo, cita-se como exemplo, o trabalho, as escolas e no modo geral de interação social entre os indivíduos. Nesse sentido, a educação, assim como outras áreas, teve seu modo de funcionamento atravessado pela pandemia que surgiu em todo mundo. No início da pandemia, como forma de lutar contra o vírus do COVID-19, as instituições de ensino paralisaram momentaneamente as aulas, com o passar do tempo, e sem previsão para o fim da epidemia, as entidades educacionais decidiram organizar outra possibilidade para que as aulas pudessem prosseguir. A utilização da tecnologia como ferramenta de ensino se tornou crucial durante esse período, com professores e alunos tiveram que se adaptar às aulas remotas e dispor de recursos tecnológicos disponíveis, como a Internet e aplicativos educacionais e de videoconferência.

Senhoras (2020) diz que o impacto do COVID-19 na educação gerou sérias consequências de diversos pontos de vista, contudo, o efeito mais repercutido foram os grandes números de desistência escolar e a interferência no desenvolvimento educacional dos estudantes. No dilema entre duas realidades diferentes, a de paralização total das atividades educacionais e a de sua continuidade por dispositivos remotos, houveram grandes discussões sobre qual caminho seguir e qual meio seria o de menor prejuízo para o processo educacional.

A pandemia de COVID-19 causou diversos questionamentos sobre o exercício da educação nos tempos de isolamento, por se tratar de um cenário novo muitas perguntas ainda não tinham respostas. Ao decorrer da pandemia os profissionais das instituições escolares se depararam com novos desafios do fazer educação, a tecnologia surgiu como resposta a necessidade de continuar o processo de escolarização em meio contexto pandêmico que estavam inseridos. Apesar de aparente solução para a busca por novos caminhos para a continuidade dos processos educacionais, os desafios inerente a pandemia surgiram junto a essa realidade:

A pandemia impôs grandes desafios para professores e estudantes, em especial, na educação básica. Como manter o vínculos com os alunos sem estar no mesmo espaço físico? Como utilizar as tecnologias da informação e comunicação (TIC) para aprender e ensinar? Como utilizar estas tecnologias digitais em rede na educação em um país tão desigual quando o assunto é acesso à internet e conexão de qualidade (SOUZA, 2020, p. 112).

Nessa citação, pode-se perceber que COVID-19 atravessou a educação de diferentes formas, fazendo surgir diversos questionamentos sobre a prática da educação. Notoriamente, a partir desse marco a educação teve que articular sobre novas possibilidades e novas maneiras de fazer o processo ensino-aprendizagem acontecer.

Contudo, desafios diferentes surgiram no contexto de pandemia, os problemas sociais se tornaram mais aparentes, essa realidade potencializou as diferenças socioeconômicas dos estudantes. Com a modalidade a remota manifestou-se novas problemáticas, a dificuldade de acesso à internet, falta de interação social, dificuldades de adaptação e as desigualdades socioeconômicas emergiram de forma significativa, alguns alunos não tinham acesso à internet, outros nem se quer tinham aparelhos eletrônicos para acessar as aulas. Em meio a tantos obstáculos, o modo o ensino remoto ainda contribuiu para uma perspectiva instrucionista e conteudista, em que as tecnologias digitais são utilizadas principalmente para passar informações por meio de aulas expositivas por intermédio dos instrumentos tecnológicos como as videoconferências ou aplicativos educacionais. Isso levou a um cansaço dos alunos, que, por vezes, passavam horas diante da tela do computador assistindo aulas e fazendo atividades. Apesar dos esforços de algumas instituições de ensino em buscar superar esses desafios adotando uma abordagem flexível e adaptável, que levava em consideração as necessidades e limitações de cada aluno e professor, essas e outras problemáticas emergiram e ressoaram ao longo de toda pandemia.

Ainda para Souza (2020, p. 113):

O ensino remoto transferiu o que já se fazia na sala de aula presencial e, em muitos casos, aflorou uma perspectiva de educação instrucionista, conteudista. Temos acompanhado crianças e adolescentes cansados por ficarem horas diante da tela do computador assistindo aulas e fazendo atividades. Neste tipo de ensino, que é utilizado em tempos de guerra, tragédias naturais ou emergência, o potencial das tecnologias digitais em rede é subutilizado, visto que as TIC, prioritariamente, são utilizadas para transmitir as informações através de aulas expositivas via ferramentas de webconferência ou videoaulas.

A pandemia de COVID-19 teve um grande impacto na educação, afetando alunos, professores e instituições de ensino de diversas formas. Alguns dos impactos mais significativos incluem a interrupção das aulas presenciais, a adoção do ensino remoto, o afloramento das desigualdades socioeconômicas e o impacto na saúde mental.

Desta forma, é importante compreender que o efeito da pandemia pode ser possível perceber a importância de investir em tecnologias digitais e garantir que todos possam ter o treinamento adequado e se adaptar ao ensino remoto.

## **O IMPACTO DA PANDEMIA EM RELAÇÃO AO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM: ASPECTOS EMOCIONAIS E SOCIAIS**

Conforme Silva et al (2020) articula o impacto da COVID-19 em relação ao processo de aprendizagem se tornou um tema de bastante discussão, é notório que esses impactos repercutiram em diversas áreas que fazem parte do processo educacional. Evidentemente, os alunos, os professores e os responsáveis não estavam preparados para a pandemia que emergiu, tampouco para as mudanças drásticas que ela trouxe. Com a nova realidade instaurada, o professor teve que sair da zona de conforto e da dita "normalidade" da sala de aula para um novo contexto totalmente diferente do anterior. Nesse momento, o aluno também teve seu processo de escolarização atravessado por muitas questões e mudanças, que impactaram diretamente o seu processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com Queiroz et al (2021) o efeito do COVID-19 ao processo de aprendizagem foi desafiador de muitas maneiras, as mudanças que a pandemia causou na educação trouxe efeito direto na aprendizagem dos alunos. A falta de interação social, as novas práticas pedagógicas usadas e o novo contexto que os estudantes estavam inseridos, evidenciaram grandes vulnerabilidades ao processo de ensino-aprendizagem.

Queiroz et al (2021) comenta sobre o impacto da pandemia nos aspectos emocionais e sociais. Com a nova realidade a qual foi imposta pela COVID-19, e com o propósito de diminuir os efeitos negativos que esse

contexto ocasionou na saúde mental, foi necessário grandes esforços por parte de toda população. Desta forma, pensar nos impactos em relação ao processo de ensino-aprendizagem é levar em consideração o efeito da pandemia nas diferentes áreas que constituem um indivíduo. O isolamento social combinado com o estresse de um futuro incerto gerou diversos sintomas, como tristeza, raiva, medo, decepção, entre outros:

Pode-se refletir o quanto o contexto da pandemia coloca em evidência aspectos afetivos que são potencializados pelo distanciamento social e suas implicações sobre processos psicológicos das pessoas. Articular e propor estratégias que amenizem os efeitos negativos que o distanciamento social provoca constitui-se necessário tanto no durante, quanto no pós-pandemia, de modo que alguns estudos apontam para a relevância das instituições escolares e uso de TDIC neste contexto. (MENEZES ET AL, 2020, p. 989).

Notoriamente, os aspectos afetivos e sociais tiveram um impacto significativo no processo de ensino e aprendizagem durante a pandemia de COVID-19. A pandemia gerou mudanças abruptas na sociedade, impactando significativamente as instituições educacionais em vários países, incluindo o Brasil.

Durante a pandemia, o distanciamento social e a transição para o ensino remoto podem potencializar aspectos afetivos, como ansiedade, solidão e estresse, tanto para os estudantes quanto para os professores. Além disso, a falta de interação social presencial pode impactar negativamente o bem-estar emocional dos envolvidos no processo educacional. É evidente que pandemia expôs vulnerabilidades sociais em diversas dimensões da sociedade. Os Aspectos sociais, culturais e políticos se entrecruzam em necessidades que surgiram com maior intensidade durante a COVID-19, revelando problemas sociais que já existiam, mas que estavam menos evidentes.

De acordo com Menezes et al (2020, p. 989):

Dentre os vários impactos sociais, podem ser apontadas as repercussões do distanciamento social sobre o trabalho docente e as atividades estudantis. As instituições de ensino de diferentes níveis (ensino básico, ensino superior, ensino tecnológico) se depararam com a inevitabilidade da suspensão das aulas devido à situação de crise sanitária no Brasil. Nesse contexto, cenários distintos das instituições de ensino público e ensino privado são postos em evidência quanto às suas formas de responder a essa demanda urgente.

Portanto, é crucial considerar os aspectos emocionais e sociais, que foram atravessados pela pandemia, ao planejar e implementar estratégias de ensino, a fim de promover um ambiente educacional mais acolhedor e eficaz para todos os envolvidos.

## **O PAPEL DA PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO NO CENÁRIO PÓS-PANDEMIA NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

De acordo com Silva et al (2021) diante dos impactos de longo prazo da pandemia de Covid-19, as instituições de ensino passaram por grandes mudanças. Sabendo que a psicologia escolar ou da educação é uma sub-área da psicologia, na qual tem como objeto de estudo os indivíduos em seu desenvolvimento e processo de aprendizagem, os impactos causados nesse âmbito tiveram grande importância para essa área de conhecimento. É evidente que a pandemia gerou diversos impactos na economia, nas políticas, na cultura, nos aspectos afetivos e etc. Diante disso, a psicologia escolar tem o compromisso notório de se posicionar perante a essas questões. Os efeitos da COVID-19 nas escolas englobam desde as desigualdades socioeconômicas, que ficaram mais evidentes, até no surgimento e agravamento de problemas em saúde mental. Outro fator importante a ser analisado, é o efeito obtido na utilização do ensino remoto concentrado apenas na transmissão de conteúdo, não levando em consideração que para haja um processo educacional efetivo é necessário troca e interações, tendo em vista que o currículo escolar vai além de uma educação depositária.

Como nos assegura Barreto et al (2021) a pandemia evidenciou o valor do papel da psicologia e das áreas do campo da saúde mental, o contexto pandêmico ainda comprovou como os sistemas de ensino, além de sua função educativa, desempenham um papel fundamental no apoio à saúde e ao bem-estar dos estudantes e de toda a comunidade.

A atuação do psicólogo escolar foi atravessada por diversas demandas, o que tornou necessário readaptar e criar novas formas de atuação nesse contexto. Em uma perspectiva histórica, a psicologia escolar frequentemente se concentrou em atuar em tratamentos de causas que influenciasse o processo de ensino-aprendizagem. Nessa perspectiva, a psicologia na escola tinha ação psicologizante e culpabilizadora. Contudo, essa abordagem foi há tempos criticada por sua predisposição a individualizar os processos educacionais, desconsiderando os aspectos socioeconômicos, culturais e políticos que influenciam o ensino e a aprendizagem.

Camargo et al (2020) diz que psicologia na educação atua em diferentes dimensões: na estética, na gnosiológica, na política e na ética. A autora separa a psicologia escolar em dois momentos, antes da Covid-19 e depois, inicialmente buscava-se uma abordagem da psicologia que estivesse presente nos corredores, nos instrumentos intersetoriais, nas ruas, na comunidade e diretamente com os alunos, responsáveis e professores. No

entanto, a pandemia obrigou a interrupção, ou a reavaliação, da até então atual função do psicólogo escolar, requerendo uma relaboração da sua atuação de forma abrupta. Durante o isolamento, os setores educacionais decidiram interromper a paralização das aulas e dar continuidade ao processo educacional pela via remota, essa decisão deixou claro a impossibilidade de pausar, nem que seja por um momento, a transmissão de conteúdo em prol do contexto difícil vivido da época, essa postura confirma o caráter capitalista, de produção a qualquer custo, da nossa sociedade

A pandemia evidenciou aspectos que já se faziam presentes no cotidiano brasileiro: as desigualdades sociais, a saúde como mercadoria, a falta de investimento em saneamento básico, entre outras. Intensificou sentimentos, modificou as relações de espaço e tempo, questionou fronteiras e demonstrou que mesmo um vírus microscópico pode ter um enorme poder sobre as vidas. Bastos (2006) comenta que os vírus são máquinas spinozianas cujo propósito é o de persistir onde mais lhes convêm, por isso, cumprem à letra as legislações antidiscriminação, pois não fazem preferência de raça, cor ou credo. Compreendemos que a pandemia também está evidenciando a fragilidade humana, trazendo consigo oportunidades para reflexão, mudanças e o reconhecimento das frustrações advindas das renúncias que a própria humanidade causou (CAMARGO ET AL, 2020, p. 8).

Durante a pandemia, os psicólogos escolares desenvolveram inúmeras ações para enfrentamento dos desafios no seio da comunidade educativa, algumas dessas ações foram expressos por Camargo (2020), dentre elas destacam-se o: Acolhimento e diálogo com seus alunos, oportunizando que esse expressassem suas incertezas, medos e angustias; realização de reuniões organizadas em um diálogo, oportunizando que os alunos partilhassem seus momentos vividos e resignificassem o seu cotidiano; promoção de encontros online com as famílias, oportunizando reflexões sobre proteção, acompanhamento e crescimento, e sugerindo dinâmicas a serem realizadas entre os membros das famílias; publicação de dicas semanais em redes sociais, abordando temas relevantes e levando informações e considerações sobre aquele momento para todos os participantes envolvidos no processo educativo. Participação em “lives” e encontros, contribuindo para a formação continuada e reflexão da atuação profissional.

É importante destacar que mesmo com ações para contornar a situação vivida, durante o isolamento houve muitas dificuldades em diversos âmbitos da educação, tais como: fadiga mental, problemas de acesso à internet e as tecnologias necessárias, cansaço devido ao longo tempo em frente as telas, dificuldades para concentração devido a circunstâncias

ergonômicas inadequadas, problemas com questões de participação nas atividades e etc. Agora, na realidade pós pandemia existem outras dificuldades tão desafiadoras quanto as anteriores. Esse período da pandemia, marcado por tantos impasses deixaram vestígios profundos na história de todos, essas marcas reverberam em diversas áreas. Nas escolas é possível notar o aumento em casos de transtornos mentais, nas dificuldades de concentração e de aquisição de conhecimento, em problemas relacionados ao convívio social, entre outros. Esse é um dos desafios que a psicologia escolar tem o dever de enfrentar.

## **CONCLUSÃO**

Assim, os acúmulos de experiências deste período podem contribuir para a construção de uma educação emancipatória e transformadora. Ao evidenciar que o cuidado, a escuta e a solidariedade são fundamentais para a construção de relações sociais mais humanas e justas, a pandemia escancarou as desigualdades sociais e a demanda por uma educação crítica e inclusiva, que promova a constituição de sujeitos conscientes de seu contexto e empoderados de seu potencial criativo e transformador. Assim, os psicólogos escolares podem apoiar a construção de um projeto de educação crítica e emancipatória, que valorize a diversidade, a inclusão e a participação ativa dos estudantes e da comunidade educativa, promovendo a constituição de espaços de diálogo, reflexão e construção coletiva de projetos, que levem em consideração as necessidades e demandas dos estudantes e da comunidade. Em vista disso, a psicologia escolar deve se preocupar em atuar nos diversos âmbitos da educação, como na elaboração de políticas públicas voltadas para o processo educacional, nas instituições escolares e também com todos os participantes desse processo de escolarização, os alunos, familiares e funcionários. (CAMARGO, 2020)

De acordo com Camargo et al (2020, p. 8):

Os rumos da educação não são deslocados da condução de outras políticas públicas. O modo de produção e acumulação de capital de nosso tempo, que impacta as relações de trabalho, de consumo, e o modo de vida em geral, atinge em cheio o fazer escolar. Não à toa em meio a um fator tão excepcional quanto a pandemia, não houve, por parte das autoridades governamentais da área, nenhuma sinalização pela possibilidade de suspensão, ou mesmo cancelamento do ano letivo. Não seria razoável ao menos se aventar essa possibilidade, da escola desligar-se das obrigações referentes ao conteúdo, e focar suas atenções a dinâmicas do cuidado, da acolhida, da reflexão crítica sobre o momento independente das bases curriculares? É como se a educação, como a produção de bens e serviços no sistema capitalista, não pudesse parar, custe o que

custar aos indivíduos, responsabilizados pelas condições de adequação às práticas vigentes.

Logo, é importante compreender ainda existe um longo caminho a percorrer, até o momento, os acúmulos de experiências deste período podem ser transformados em oportunidades para a construção de uma educação mais justa, inclusiva e transformadora, que promova a formação de sujeitos críticos, conscientes e comprometidos com a transformação social.

## REFERÊNCIAS

ANDALÓ, C. S. DE A.. **O papel do psicólogo escolar. Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 4, n. 1, p. 43–46, 1984.

ANTUNES, M. A. M. **Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas.** Psicologia Escolar e Educacional, v. 12, n. 2, p. 469–475, dez. 2008.

BARBOSA, D. R.; SOUZA, M. P. R. DE. **Psicologia Educacional ou Escolar? Eis a questão. Psicologia Escolar e Educacional**, v. 16, n. 1, p. 163–173, jan. 2012.

BARRETO, Maria. et al. **Psicologia e Educação: mediações em tempos de pandemia.** In: NEGREIROS, F.; FERREIRA, B. O. Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia? São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

CAMARGO, N. C.; CARNEIRO, P. B. Potências e desafios da atuação em Psicologia Escolar na pandemia de Covid-19. **Cadernos de PsicologiaS**, Curitiba, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://cadernosdepsicologias.crppr.org.br/potencias-e-desafios-da-atuacao-em-psicologia-escolar-na-pandemia-de-covid-19>>. Acesso em: 10/01/2024.

CORDEIRO, Karolina Maria de Araújo. **O Impacto da Pandemia na Educação: A Utilização da Tecnologia como Ferramenta de Ensino.** 2020. Disponível em: <http://repositorio.idaam.edu.br/jspui/handle/prefix/1157>. Acesso em: 28 fev. 2024.

GERHARDT, Tatiana., SILVEIRA, Denise. **Métodos de pesquisa.** 1º edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GUZZO, R. S. L. et al.. **Psicologia e Educação no Brasil: uma visão da história e possibilidades nessa relação.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 26, n. spe, p. 131–141, 2010..

MARTINS, J. B.. **A atuação do psicólogo escolar: multirreferencialidade, implicação e escuta clínica.** *Psicologia em Estudo*, v. 8, n. 2, p. 39–45, jul. 2003.

MENEZES, S. K. D. O.; FRANCISCO, D. J. **Educação em tempos de pandemia: aspectos afetivos e sociais no processo de ensino e aprendizagem.** *Revista Brasileira de Informática na Educação*, vol. 28, 2020.

MOREIRA, Renata Taborda. **Psicologia na educação: A importância da Psicologia no desenvolvimento e aprendizado da criança.** 2021. 28f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – UNIC, Rondonópolis, 2021.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO-ARAUJO, Claisy Maria. *Psicologia escolar: cenários atuais.* **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, dez. 2009. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812009000300007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812009000300007&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 28 fev. 2024.

PATTO, Maria Helena Souza. **Introdução a Psicologia Escolar. Brasil**, TAQ, 1997.

QUEIROZ, M. de; SOUSA, F. G. A. de.; PAULA, G. Q. de. **Educação e Pandemia: impactos na aprendizagem de alunos em alfabetização. Ensino em Perspectivas**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 1–9, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/6057>. Acesso em: 28 fev. 2024.

SENHORAS, Eloi Martins. **Coronavírus e Educação: Análise dos Impactos Assimétricos.** *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 2, n. 5, p. 128-136, maio. 2020.

SILVA, Alba Valeria Vieira Da et al.. **Os desafios enfrentados no processo de ensino e aprendizagem em tempos de pandemia nos cursos de graduação.** *Anais VII CONEDU - Edição Online...* Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/69222>>. Acesso em: 28/02/2024

SILVA, I. R. et al. **Psicologia escolar e eventos emergenciais: resistência e luta por uma educação socialmente referenciada.** In: NEGREIROS, F.; FERREIRA, B. O. Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia? São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

SOUZA, Marilene Proença Rebello de et al. **Atuação do psicólogo na educação: análise de publicações científicas brasileiras.** *Psicol. educ.*, São Paulo, n. 38, p. 123-138, jun. 2014. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-69752014000100011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752014000100011&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 27 fev. 2024.

SOUZA, E. P. de. **Educação em tempos de pandemia: desafios e possibilidades.** *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas*, [S. l.], v. 17, n. 30, p. p. 110-118, 2020. DOI: 10.22481/ccsa.v17i30.7127. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/7127>. Acesso em: 28 fev. 2024.

## Sobre a Organizadora

### Prof<sup>a</sup> MSc. Helena Portes Sava de Farias



Mestre em Desenvolvimento Local (2015), possui graduação em Enfermagem (2006), Licenciatura em Letras (2006) e especializações em Saúde da Família (2013), Enfermagem do Trabalho (2009) e Terapia Intensiva (2007) pelo Centro Universitário Augusto Motta. Consultora em Aleitamento Materno em Mãe Enfermeira Consultoria Materno infantil. Assessora editorial e sócia da Editora Epitaya. CEO da Mãe Enfermeira Consultoria Materno infantil. Atualmente é docente no Curso de Graduação em Enfermagem e Pós-Graduação Lato Sensu em Saúde da Família do Centro Universitário Augusto Motta. É professora conteudista de disciplinas online na área da saúde. Criadora do aplicativo EDUSAÚDE. Criadora de conteúdo sobre Educação,

Publicação Acadêmica e Aleitamento Materno no YouTube. Organizadora de dez livros na área da enfermagem, com vinte e cinco capítulos de livros publicados, 16 artigos em revistas científicas e mais de cem trabalhos apresentados em congressos nacionais e internacionais. Enfermeira que acredita e investe no poder transformador da educação em saúde. Tem experiência na área de Enfermagem, Publicação Acadêmica, Tecnologias, Aleitamento Materno, Saúde Coletiva e Saúde da Família com ênfase na Educação em Saúde e Educação popular.

**Link do Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/6894100533869006>

## **Publicação em capítulo de livro**

A coletânea de artigos em livro digital visa democratizar o acesso dos pesquisadores brasileiros à publicação de suas pesquisas, teorias e métodos. A Editora Epitaya recebe os textos e após a revisão por pares, o material é publicado.

Todos os livros possuem registro de ISBN e os capítulos são registrados no DOI (Digital Object Identifier System).

## **Verifique os textos aceitos para publicação como capítulo de livro**

- Trabalho apresentado em congresso internacional, nacional, regionais e/ou encontros de pesquisa;
- Trabalho de Conclusão de Curso / Monografia;
- Dissertação de Mestrado;
- Tese de Doutorado;
- Relatório de Pesquisa;
- Relatório de Pesquisa Pós-Doc;
- Artigo de Pesquisa original;
- Artigo de Revisão;
- Artigo de Opinião;
- Artigo de Relato de Experiência;
- Demais formatos, verificar com a assessoria editorial.

Para maiores informações, entre em contato!

[contato@epitaya.com.br](mailto:contato@epitaya.com.br) ✉

[www.epitaya.com.br](http://www.epitaya.com.br) 🌐

@epitaya 📷

<https://www.facebook.com/epitaya> 📘

(21) 98141-1708 📞

TRILHAS DA INOVAÇÃO E O DIÁLOGO  
INTERDISCIPLINAR

HELENA PORTES SAVA DE FARIAS

  
epilaya  
Editora

